

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO**  
**ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**EDUARDO MARANGONI CANESIN**

**COMUNICAÇÃO E ESFERA PÚBLICA:**  
**ANÁLISE DA COBERTURA DO JORNAL *FOLHA DE S.PAULO***  
**(VERSÃO ONLINE) SOBRE A REORGANIZAÇÃO ESCOLAR (2015) E AS**  
**OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS**

**GUARULHOS**

**2018**

**EDUARDO MARANGONI CANESIN**

**COMUNICAÇÃO E ESFERA PÚBLICA:  
ANÁLISE DA COBERTURA DO JORNAL *FOLHA DE S.PAULO*  
(VERSÃO ONLINE) SOBRE A REORGANIZAÇÃO ESCOLAR (2015) E AS  
OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marcia Regina Tosta Dias

**GUARULHOS**

**2018**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por quaisquer meios e para quaisquer fins, desde que citada a fonte.

Canesin, Eduardo Marangoni

Comunicação e esfera pública: análise da cobertura do jornal *Folha de S.Paulo* (versão online) sobre a reorganização escolar (2015) e as ocupações secundaristas / Eduardo Marangoni Canesin – Guarulhos, 2018

205 páginas

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2018

Orientadora: Marcia Regina Tosta Dias

Título em inglês: Communication and public sphere: analisys of *Folha de S.Paulo* newspaper's news (online version) on school reorganization (2015) and high school students occupations

1. Sociologia da Comunicação. 2. Esfera Pública. 3. Folha de S.Paulo.  
4. Reorganização escolar. 5. Ocupações secundaristas. I. Título

**EDUARDO MARANGONI CANESIN**

**COMUNICAÇÃO E ESFERA PÚBLICA:  
ANÁLISE DA COBERTURA DO JORNAL *FOLHA DE S.PAULO* (VERSÃO  
ONLINE) SOBRE A REORGANIZAÇÃO ESCOLAR (2015) E AS  
OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Marcia Regina Tosta Dias

**Aprovado em: 24 de agosto de 2018**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marcia Regina Tosta Dias  
Universidade Federal de São Paulo

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosemary Segurado  
Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Débora Cristina Goulart  
Universidade Federal de São Paulo

À Rebeca Canesin, com carinho

## AGRADECIMENTOS

Tenho mais pessoas a agradecer do que espaço para isso, o que só mostra o quão sortudo eu sou. Não ter a quem agradecer não é sinal de autossuficiência, mas de isolamento (ou de profunda ingratidão).

Se fosse agradecer a todos aqueles que me ajudaram ou inspiraram em minha caminhada, ocuparia mais folhas do que a pesquisa (o que não seria de bom tom). Assim, homenagearei apenas alguns. Que todos os outros estejam certos de que, apesar do anonimato, têm minha total consideração e respeito.

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais. Nunca fomos ricos, mas eles sempre incentivaram meus estudos e sonhos, dando suporte até onde foi possível. Diante disso – e de tanto mais – só posso ser grato.

Em segundo lugar, ao meu irmão, parceiro de brincadeiras e de jogos. Entre a leitura de um texto e outro, sempre foi agradável descansar enquanto o assistia jogando no videogame e no computador. Ouso dizer que fui mais do que uma plateia: era o técnico que o conduzia às vitórias.

Agradeço, também, aos amigos da faculdade, com quem conversei tantas e tantas vezes sobre os mais variados temas. Não foram muitos, mas foram (e são) bons. Fui um felizardo ao conhecê-los.

Falando em faculdade, agradeço a todos os professores com os quais tive a honra de estudar ao longo dos anos. Eles ensinaram muito do pouco que sei. Todos eles me marcaram de uma forma ou de outra, mas alguns se destacam nesse contingente, por isso os cito (até para dar alguns nomes para que eventuais leitores bourdieusianos dessa pesquisa possam brincar de fazer suas análises de campo): Ana Paula Hey, André Singer, Alessandra El Far, Alexandre Massella, Elie Ghanem Jr., Heitor Frúgoli Jr., John Dawsey, José Guilherme Magnani, Marcia Gobbi, Marcos Ferreira-Santos, Mário Antônio Eufrásio, Raphael Neves, Ruy Braga, Suzana Chwartz. Não foram os únicos docentes que me ensinaram, mas foram os que mais instigaram.

Agradeço imensamente a todos do Núcleo de Estudos da Violência da USP. Foi na FFLCH em que me tornei sociólogo, mas foi o NEV que me fez pesquisador. Agradeço sobretudo ao professor Sérgio Adorno, que me permitiu fazer parte dessa história. Foi um dos períodos em que mais aprendi e a respeito do qual guardo ótimas memórias.

Agradeço, também, aos membros do Grupo Jornalismo, Direito e Liberdade, do Instituto de Estudos Avançados da USP. Fazer parte desse grupo permite que discuta sobre jornalismo e

comunicação com grandes figuras que contribuíram com o próprio campo que estudo (como Carlos Eduardo Lins da Silva e Eugênio Bucci).

Agradeço aos membros de minha banca de qualificação, Ana Paula Hey e Débora Goulart, pelas sugestões valiosas, que serviram para aprimorar minha pesquisa e a forma como interpretava o objeto de estudo. Grande agradecimento, de igual modo, à professora Rosemary Segurado, que participou da banca examinadora de minha defesa da dissertação, com ótimas sugestões e comentários que contribuíram com a versão final desse texto.

Agradeço ao pessoal do Apoio Pedagógico da Unifesp, que são mais do que bons colegas de trabalho. Durante essa etapa final do mestrado, foram pacientes com o fato de eu estar avoado com relativa frequência, pensando mais em Habermas, Bourdieu e cia. do que em questões mais estritamente práticas e pedagógicas.

Por fim, três agradecimentos especiais: meu profundo respeito e admiração por Vitor Blotta. Meu amigo e orientador (no NEV, GJDL, iniciação científica e muito mais). Graças a ele quis enveredar pelo meio acadêmico pesquisando mídia. É uma grande inspiração.

Minha sincera dívida com Marcia Tosta, orientadora dessa pesquisa. Agradeço ao fato de ela aceitar me orientar, abrir tanto espaço e dar a liberdade para reflexões e abordagens teóricas. Fui agraciado e muito bem acolhido, não havendo nenhum tipo de reclamação que possa fazer. Foram dois anos de grande aprendizado e que deixarão ótimas recordações.

Como não poderia deixar de ser, agradecimentos especiais à minha esposa, que me acompanhou durante essa jornada, dando forças nos momentos difíceis e me ajudando a seguir em frente. Foi uma grande inspiração e importante apoiadora. Dei o meu melhor na pesquisa, pois queria orgulhá-la. Não sei se o resultado foi satisfatório, mas consolo-me sabendo que, no momento, era o que tinha a oferecer. Ainda estou na jornada de aperfeiçoamento e espero, no futuro, alcançar novos patamares, com novas pesquisas.

A todos esses – e aos que não mencionei aqui – meu mais sincero agradecimento. Tudo que aqui apresento não seria possível sem vocês. Somos, no fim, todos coautores deste grande projeto chamado vida. Obrigado e avante!

Não basta censurar, é preciso explicar... Não se pode julgar uma instituição sem estudar o meio em que ela funciona.

*(Machado de Assis, A Semana, 29/05/1892)*



## RESUMO

A dissertação identifica e caracteriza os discursos publicados no jornal *Folha de S.Paulo* (versão online) a respeito da proposta de reorganização escolar (2015) e das ocupações secundaristas empreendidas como consequência. Analisa qualitativamente as matérias publicadas sobre o tema e reflete sobre as mudanças na cobertura, buscando explicações para isso: antes era infensa aos protestos, passando, posteriormente, a apoiá-los (ainda que não mude sua posição sobre a política pública em si). Pretende, assim, fazer uma análise mais aprofundada, a partir do enfoque da Sociologia da Comunicação, analisando o papel que a imprensa possui, nos dias de hoje, na construção de um debate mediante razões e fortalecimento da esfera pública, ao mesmo tempo em que é palco de disputas simbólicas. Discute que não há uma imposição vetorial de visões de mundo (pelo menos não há apenas isso), que serão aceitas passivamente pelo público (embora haja, sim, vieses e assimetria de forças). Existe uma relação mais complexa na produção de pautas e notícias, reportando-se, por vezes, àquilo que os leitores esperam, segundo suas percepções de bom jornalismo, e à posição que o veículo ocupa no campo jornalístico. Manipulações podem ocorrer, mas resistências por parte do público, em certos casos, são possíveis e esperadas. Independentemente disso, a visibilidade dada pela mídia a determinados eventos é fundamental para a construção de um debate, motivo pelo qual também analisa que fatores influem na escolha do que será ou não veiculado.

**Palavras-chave:** Sociologia da Comunicação. Esfera pública. *Folha de S.Paulo*. Reorganização escolar. Ocupações secundaristas.

## ABSTRACT

The master's thesis identifies and characterizes the speeches published in *Folha de S.Paulo* newspaper (online version) about the school reorganization proposition (2015) and the high school students occupations, undertaken by consequence. Qualitatively analyzes the articles published about the subject and reflects about the changes in the coverage, searching explanation for this: at the beginning it was against to the protests, passing, after that, to support them (even if does not change it's position about public policy itself). Intend, that way, make a deeper analysis about Sociology of Communication, analysing the press role, nowadays, in the construction of a rational-critical debate and strengthening of the public sphere, at the same time that is stage for symbolic disputes. Discusses that there are no vector imposition of world visions (leastwise there is not only this), that will be passively accepted by the public (although there are bias and asymmetry of forces). There is a more complex relation in the guidelines and news articles production, referring, sometimes, to what the readers expect, according to their perceptions on good journalism, and to the position this midia vehicle occupies in the journalistic field. Manipulations may occur, but resistances by the public, in certain cases, are possible and expected. Regardless, the visibility given by the midia to certain events is fundamental for debate construction, reason for what it also analyzes which factors influence the choice on what is going to be published or not.

**Keywords:** Sociology of Communication. Public sphere. *Folha de S.Paulo*. School reorganization. High school students occupations.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1 O PALCO: O JORNAL COMO ESPAÇO DE DISPUTA, DELIBERAÇÕES E MANIPULAÇÃO	16
1.1 Esfera pública e imprensa: apontamentos iniciais	16
1.2 <i>Folha de S.Paulo</i> : breve explanação sobre sua gênese e trajetória	21
1.2.1 A imprensa paulista e o surgimento da <i>Folha de S.Paulo</i>	21
1.2.2 Ditadura e redemocratização: construção da autoimagem, legitimação e conquista do prestígio	26
1.2.3 Jornalismo online e Novo Manual de Redação (2018)	34
1.3 Abordagens teóricas sobre comunicação, imprensa e opinião pública	40
1.3.1 Teorias da comunicação e surgimento do campo disciplinar	40
1.3.2 <i>Agenda-setting</i> e <i>framing</i>	45
1.3.3 Campo jornalístico e contextos de produção da notícia	51
1.3.4 Indústria cultural, monopólio e hegemonia	56
1.3.5 Opinião pública, esfera pública e debate mediante razões: entre visibilidade e discutibilidade	61
2 OS ATORES	71
2.1 A proposta de reorganização escolar (2015)	71
2.2 As ocupações secundaristas	86
2.3 Outros atores e considerações iniciais sobre os polos em disputa	102
3 A DISPUTA	104
3.1 Coleta das matérias e primeiras análises	104
3.2 Análise qualitativa das matérias do jornal	118
3.3 Os editoriais	135
3.4 Outros elementos importantes	144
3.5 Os comentários no jornal	149
3.6 Retóricas persistentes	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	170
REFERÊNCIA DAS MATÉRIAS DO JORNAL <i>FOLHA DE S.PAULO</i> SOBRE O EVENTO (EM ORDEM CRONOLÓGICA)	181

## APRESENTAÇÃO

No dia 23 de setembro de 2015, no programa jornalístico da Rede Globo de Televisão, *Bom dia São Paulo*, houve a apresentação de uma mudança que ocorreria na rede pública de ensino do estado de São Paulo. Tal mudança foi apresentada pelo então secretário de Educação e passaria a vigorar já no ano seguinte. Tratava-se da reorganização escolar.

Tal proposta planejava transferir alunos entre escolas, em instituições de ciclo único: algumas teriam alunos do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental, outras, do sexto ao nono e, por fim, outras acolheriam alunos do primeiro, segundo e terceiro anos do Ensino Médio.

As justificativas apresentadas apontavam para a queda do número de alunos na rede pública ao longo dos anos e a quantidade crescente de salas ociosas. Tratava-se, a rigor, de uma medida gerencialista para otimizar gastos. Além disso, havia o pressuposto de que alunos em escolas de ciclo único aprendem mais e melhor do que em escolas com todos os ciclos.

Os principais afetados pela medida, os alunos, não aceitaram passivamente a proposta. Poucos dias depois de tal apresentação, começaram os protestos, passeatas e atos em cidades do Estado. Com o passar do tempo, novas táticas foram adotadas, como as ocupações: os alunos entravam na escola e passavam a “viver” lá, impedindo as aulas e outros serviços administrativos, como forma de reivindicação.

Essa tática, somada aos inúmeros outros protestos e à ampla visibilidade pública alcançada pelo movimento, obteve êxito: a proposta de reorganização escolar foi suspensa (embora tenha ocorrido de forma branda e camuflada, posteriormente), causando um grande desconforto na cúpula do partido que comandava o Estado (PSDB).

Por meio da reflexão sobre a reorganização escolar e sobre as ocupações e protestos subsequentes, poderemos ver os atores em disputas e, com isso, conseguiremos perceber as lutas simbólicas que aconteceram no período. Lutas simbólicas que perpassam várias esferas (política, econômica, social, dentre outras) e exemplificam os conflitos que tendem a ocorrer sempre que há um choque entre visões discordantes – sobretudo quando envolvem políticas públicas que afetam parte considerável da população.

Com isso poderemos refletir sobre os meios de comunicação – mais especificamente sobre a *Folha de S.Paulo* – e as disputas e lutas simbólicas que ocorrem em seu seio, fazendo com que seja palco de conflitos e ocasionando mudanças discursivas ao longo do tempo.

O jornal em questão publicou 205 matérias (reportagens, editoriais, colunas, dentre outras) abordando o tema. Foi uma cobertura rica no que tange à informação – sobretudo porque o governo não divulgava dados sobre a proposta, cabendo tal tarefa aos jornais.

Sociologicamente, contudo, a riqueza da cobertura está na mudança discursiva ocorrida no período: antes infensa aos protestos estudantis, com o desenrolar dos eventos, torna-se mais parcimoniosa e descritiva até que, por fim, passa a apoiar abertamente os movimentos de contestação, descrevendo-os como legítimos e democráticos.

Essa mudança, conforme argumentaremos, não foi gratuita. Acreditamos que se deve a mecanismos mais sutis, que vão da posição que o jornal ocupa no campo jornalístico (e sua consequente autoimagem) à visibilidade que o evento adquiriu, chamando o público para um debate e deliberação sobre o tema – fazendo com que os cidadãos apoiassem os estudantes e conduzindo, de certa forma, o veículo pelo mesmo caminho.

O itinerário de tal análise se formará na reflexão sobre imprensa e esfera pública, sobre os atores envolvidos nesse campo de disputas e, a seguir, a cobertura específica que escolhemos, analisando qualitativamente o material coletado.

No primeiro capítulo, após uma breve digressão sobre a imprensa, vendo seu papel de mediadora do debate de um público que discutia mediante razões, durante a gênese da esfera pública burguesa, analisaremos como se deu seu desenvolvimento enquanto empresa no Brasil.

Deter-nos-emos, nesse aspecto, sobre a *Folha de S.Paulo*, objeto de nosso estudo e, hoje, jornal dominante no campo jornalístico. Veremos seu nascimento e desenvolvimento ao longo dos anos, com destaque para três momentos: 1) criação e proprietários; 2) ditadura e redemocratização; e 3) jornalismo online e práticas atuais.

Somente após essas primeiras reflexões poderemos nos dirigir à segunda parte do capítulo, que aborda as principais correntes teóricas que analisam os meios de comunicação. Todas elas explicam, de forma mais ou menos adequada, os fenômenos midiáticos. Tentaremos mostrar as potencialidades e limitações de cada uma delas, justificando a escolha pela ideia de visibilidade e opinião pública como fiadoras de mudanças discursivas, em virtude de posições que o veículo ocupa no campo.

As abordagens que discutiremos serão abrigadas em quatro grupos principais, com o intuito de facilitar as investigações e a exposição de seus pressupostos. Em um primeiro momento falaremos sobre a teoria do *agenda-setting* e do *framing*; a seguir, sobre a

abordagem que foca o campo jornalístico e os contextos de produção da notícia. O próximo tópico será o das teorias mais críticas, que abordam a indústria cultural, a hegemonia e o monopólio midiático. Por fim, discutiremos a teoria habermasiana da esfera pública e suas releituras, mostrando o papel que a visibilidade e a opinião pública possuem, para além de eventuais manipulações e vieses de informação.

Após isso, no segundo capítulo, analisaremos os atores envolvidos na disputa. Isto é, os defensores da reorganização e aqueles que se opuseram a ela. Além de ver quem são, veremos, principalmente, quais as lógicas subjacentes que justificam seus movimentos.

Apesar de a mídia também ser um ator no campo de disputas simbólicas, ela será interpretada como palco dos conflitos. Isso porque analisaremos sua cobertura, não as influências que possui na agenda de políticas públicas. Não é um palco neutro, evidentemente, mas, ainda assim, é o palco no qual os debates e as disputas serão veiculadas, buscando legitimação e apoio.

Dessa forma, os atores envolvidos são principalmente dois.

Em um dos polos, temos a Secretaria de Educação e o governo estadual, com o pressuposto neoliberal de economizar recursos com educação (e com outros investimentos sociais). Trata-se, aliás, de um movimento duradouro, que pode ser rastreado, pelo menos, desde 1995, com a primeira reorganização da rede pública paulista, ou com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, na esfera federal – em ambos os casos com o mesmo partido político comandando o Poder Executivo, o proponente da atual reorganização.

No polo oposto, temos os estudantes secundaristas, os principais afetados pela proposta, que teriam de mudar de escolas, a despeito de eventuais vínculos criados. Agiam não para propor políticas públicas, mas com o intuito de barrar a proposta feita.

É claro que há outros atores envolvidos, como os pais dos alunos, os professores, o sindicato dos docentes, o Ministério Público e intelectuais de universidades e centros de pesquisa. Com o desenrolar dos eventos, contudo, eles assumiram ares mais de coadjuvantes do que de protagonistas, diante da atuação dos jovens mobilizados.

Tentar traçar quem são os alunos que participaram de tal contestação, suas trajetórias, estratos socioeconômicos e outros elementos, apesar de informação relevante, não era pressuposto deste trabalho, fugindo de seu escopo. A despeito disso, temos uma interpretação valiosa vinda da literatura que discutiu o evento, mostrando continuidades entre alguns atores e pautas e o movimento de junho de 2013.

Tal continuidade é percebida até mesmo pelo jornal analisado, que fez coberturas e perfis a esse respeito. Por conta disso, discutiremos brevemente sobre junho de 2013, para então falar sobre os protestos e ocupações de 2015, mostrando similitudes e diferenças.

O terceiro e último capítulo, por sua vez, ficará concentrado na discussão do material coletado. Analisaremos, dessa forma, a disputa propriamente dita: a busca por legitimação e apoio entre os polos em confronto.

Após refletir sobre a coleta do material e indicar algumas tendências quantitativas mais manifestas, analisaremos qualitativamente algumas das peças veiculadas: na primeira seção, analisaremos sete reportagens sobre o período, escolhidas por serem emblemáticas a respeito da mudança discursiva que operou durante a cobertura.

A seção seguinte analisará os editoriais que discutem o tema. A mudança de orientação transparece, embora o jornal não assuma que houve mudança de discurso. Veremos, aliás, que tal mudança é parcial: o entendimento sobre os protestos e contestações se altera, mas o apoio à política do estado permanece o mesmo.

Na nossa argumentação, isso se deve às posições que o jornal ocupa no campo jornalístico, propondo ser veículo liberal e democrático: recusar o reconhecimento do movimento contestatório poderia ser prejudicial a sua imagem (sobretudo porque a opinião pública já reconhecia e apoiava a causa dos alunos). A defesa de uma política pública neoliberal, não. Essa seria, então, a medida em que existe reflexividade nessas relações.

Analisaremos, a seguir, alguns elementos importantes, como posições de alguns colonistas e o debate, que foi publicado, entre Rose Neubauer (ligada ao PSDB e responsável pela reorganização de 1995) e Sonia Kruppa (ligada à gestão Erundina e Paulo Freire na prefeitura de São Paulo, com outra visão da Educação). Veremos quais foram os argumentos levantados em cada ocasião e como foram discutidos.

Por fim, discutiremos brevemente sobre os comentários dos leitores, publicados abaixo das matérias do jornal, em área específica para isso. Veremos as retóricas de ódio e ressentimento que são mobilizadas – e o quanto um debate que discute mediante razões é impossibilitado. Tais comentários serão trazidos para mostrar a forma como a *Folha de S.Paulo* é percebida por alguns de seus leitores (para comentar, é necessário ser assinante), relacionando isso com a literatura que aborda as percepções sobre a mídia.

Com esse itinerário, esperamos mostrar que o caso selecionado em nosso estudo é ilustrativo das disputas que ocorrem nos meios de comunicação. Trata-se de um caso especial,

no entanto, pelas mudanças discursivas que ocorreram no período (tais mudanças nem sempre ocorrem ao longo de um debate), o que indica que as dinâmicas midiáticas vão além da mera manipulação, como preconizado por algumas teorias.

Os tensionamentos e afetos envolvidos são vários. Coberturas enviesadas podem ocorrer (e de fato ocorrem), mas a visibilidade dada a um evento pode induzir mudanças discursivas, as quais são pavimentadas pela discussão e percepção pública. Tais percepções públicas podem, até mesmo, levar as próprias políticas propostas a alterações, como efetivamente ocorreu.

É esse debate público, somado às percepções que o veículo tem de si próprio e, sobretudo, à posição que ele ocupa no campo, que podem fazer com que as mudanças discursivas ocorram. A visibilidade que um evento ganha pode fazer até mesmo com que seu agendamento seja perdido, isto é, impedindo o silenciamento sobre o fenômeno, exigindo novas coberturas e visões. Trata-se de um processo sociologicamente complexo, que envolve disputas e tensionamentos entre os vários atores envolvidos, o veículo noticioso e o público que consome notícias (e que pode passar a debatê-las).

É isso que tentaremos argumentar nessa pesquisa.



## 1 O PALCO: O JORNAL COMO ESPAÇO DE DISPUTA, DELIBERAÇÕES E MANIPULAÇÃO

### 1.1 Esfera pública e imprensa: apontamentos iniciais

Habermas, em *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (2014 [1962]), fala-nos a respeito da gênese da imprensa e sobre seu papel na formação da opinião pública, na constituição de um público que discute mediante razões e questiona o poder soberano. Trata-se, segundo o autor, de um elemento vital para a construção da esfera pública burguesa.

Segundo sua análise, havia, antes de mais nada, a esfera pública representativa, isto é, aquela esfera pública na qual o poder do soberano era representado por meio de insígnias e outros sinais de domínio e status, dando-lhe um caráter aurático. Não era um espaço de contestação, tampouco de negociação de decisões. Nessa etapa da esfera pública, que caracteriza, sobretudo, o período feudal, não há uma imprensa (que só surge no final do século XVII). Há, tão somente, a divulgação dos éditos reais. Tratar-se-ia, grosso modo, de um “Diário Oficial”.

Com a gênese do capitalismo, por sua vez, o comércio passa a demandar cada vez maiores informações a respeito de iniciativas arriscadas, bem como das que garantiriam taxas de retorno e lucro mais seguras. Com isso, a circulação de notícias e mercadorias começa a ganhar importância crescente – embora a autoridade soberana não seja questionada. Segundo Habermas (idem, p. 144), essa seria a gênese da esfera pública burguesa.<sup>1</sup>

Quando a imprensa surge, além da preponderância da publicização das notícias, acessíveis ao público em geral, há um forte questionamento do poder soberano e de suas decisões. As políticas passam a demandar não apenas sua divulgação, mas sua publicização inicial, para passar pelo crivo do público, que poderá endossá-las ou ser contra elas, requerendo resposta da autoridade (que, portanto, tem seu poder questionado).

A esfera pública burguesa, como coloca Habermas (p. 140), é composta por um público privado que se reúne, para discutir mediante razões, questões que lhe são de interesse.

1 Remontando a essa gênese, Bernardo e Leão (2013, p. 343) mostram que o antecessor do jornal foram os *Avisis*, pequenos folhetins escritos à mão, na Itália do século XIII, nos quais eram divulgados os produtos e interesses dos banqueiros e comerciantes da região. Tinham, em outras palavras, como desenhara Habermas, esse papel de publicismo de informações (e um caráter quase publicitário, segundo as autoras), não de questionamento da ordem ou discussão das decisões políticas.

Após isso, voltam ao seu núcleo familiar e atividades privadas – não se dedicam, portanto, às questões públicas, apenas as discutem segundo sua validade ou não.

Essa esfera pública que discute mediante razões é oriunda, de um modo geral, dos salões literários e casas de chá da Europa, no qual o público culto se reunia para discutir cultura (as obras literárias da época) e, com o advento dos jornais, discutia as notícias e decisões do Estado, questionando-as quando julgasse oportuno.

Disso temos, como mostra Habermas (p. 176ss) a particularidade do período: o público era constituído de indivíduos privados que exigiam a privacidade para suas vidas. Nessa privacidade conseguiam se retirar da vida pública para ter acesso ao material literário e/ou político que leriam. Não obstante, exigiam do Estado a publicidade, isto é, queriam que suas decisões fossem expostas ao escrutínio público, como forma de questionar a dominação da esfera pública representativa, que tão somente comunicava o que deveria ser seguido (e não se falava a respeito da moralidade das normas e decisões). É apenas ao surgir a ideia de privado que se passa a erigir o público, como arena de decisões que impactam a vida dos membros.

Assim sendo, por meio dessa publicidade e discussão, tornou-se possível aos membros da sociedade civil regular essa esfera da vida, bem como a atuação do Estado, com base em princípios de razoabilidade (p. 180), em que devem predominar o melhor argumento, pautado pela coincidência entre o justo e o correto. Nesse processo, tratava-se de uma autocompreensão da própria sociedade civil sobre suas funções – ao discutir sobre o que julgava justo e correto, fincava os próprios conceitos de justiça e correção que deveriam ser buscados em sua vida privada (idem, p. 183).

A imprensa, nesse período, teve o salutar papel de permitir a rápida circulação de notícias e seu debate, o que contribuiu para o fim do domínio da esfera pública representativa e garantir a gênese da esfera pública burguesa (deliberativa). No entanto, é fundamental que se considere que a imprensa cumpriu esse papel em um contexto específico, diante de um público instruído que já se reunia e discutia a cultura.

Como coloca Neveu (2006, p. 11-4), criou-se, com o passar dos anos, um mito da imprensa e do jornalismo/jornalistas como bastiões da democracia e da preservação da publicidade e transparência no trato com a coisa pública. Assim sendo, críticas à mídia seriam entendidas, por aqueles que endossam esse mito, como eivadas de preconceitos e rancores antidemocráticos que não perceberiam sua importante função (GRÜN, 2014, p. 64).

Se é verdade que essa função de preservar a publicidade e cobrar transparência no trato com a coisa pública continua presente, não é menos verdade que houve, como afirma Habermas (idem, p. 419), uma refeudalização da esfera pública, com o predomínio das relações-públicas e da notícia como mercadoria. Não é mais discutida mediante razões, mas meramente consumida, com os argumentos sendo convertidos em símbolos (idem, p. 439), não permitindo sua contestação. Aqui, o Estado deixa de ser questionado e constrangido e passa a ser parceiro dos meios de comunicação (como comprador de espaço publicitário) e de um público de consumidores, não de cidadãos (idem, p 425; 439).

Isso se deve, de um modo geral, a dois fatores: de um lado, há as mudanças sócio-estruturais que Habermas estuda, como a chegada de um público que consome cultura, em detrimento daquele que a discute, fazendo com que os conteúdos sejam rebaixados, em vez de elevar o novo público, dominados pela lógica do consumo (idem, p. 359). Esse é um fator multifacetado e complexo, que envolve múltiplas variáveis (como a expansão do capitalismo e dos mercados, incremento do público leitor, entendimento de tempo livre, a noção de publicidade, dentre outros).

Inter-relacionadas a esse fator, temos as mudanças paradigmáticas dos próprios meios de comunicação, como coloca Miège (2004).

Segundo o autor, “é em torno da *imprensa de opinião* que se organizam os espaços públicos nascentes nas primeiras sociedades democráticas” (MIÈGE, 2004, p. 5, grifos no original). É nesse modelo de imprensa que está constituída a esfera pública deliberativa habermasiana, no qual se questionam a autoridade e as decisões que podem impactar no comércio e na vida da sociedade civil.

No bojo de mudanças sociais diversas, um novo paradigma surge no fim do século XIX (MIÈGE, *idem*, p. 5), com a imprensa comercial, no qual o caráter polêmico e contestatório perde tom, seu conteúdo se restringe à difusão de notícias a um público amplo (de massas), com orientação ao lucro.

No fim do século seguinte, por sua vez, o novo paradigma se torna o audiovisual, no qual a informação escrita, embora não deixe de existir, perca sua proeminência ante as figuras, vídeos, imagens e sons. É o espaço da televisão, do marketing, e, acima de tudo, das normas do espetáculo e do divertimento (ibidem, p. 6). Em outras palavras, na primeira fase predominava a discussão e na segunda, a informação. Com o advento desse paradigma, a prioridade passaria para o entretenimento apolítico.

Por fim, Miège fala do paradigma da comunicação generalizada, no qual a comunicação se traveste de modelos de gestão e relações-públicas. Não se quer discutir ou informar, mas criar imagens que deverão ser aceitas por um público cada vez menos crítico. Poderíamos pensar, nesse sentido – e extrapolando a análise de Miège –, que se trataria de uma reatualização do caráter aurático da autoridade (não mais um soberano, mas uma marca, empresa ou ideia), tal como Habermas apresenta em sua análise da esfera pública representativa.

É vital que tenhamos em vista, contudo, que a chegada de um paradigma não faz com que outro seja sepultado. Miège reconhece esse ponto (*idem*, p. 7) e salienta que apenas muda a predominância deles, mas um não deixa de existir ao surgir o próximo. Ainda que possa haver uma miríade de slogans que tentem impedir um espaço de deliberação e crítica, nada garante que não haverá uma esfera opinativa e de debate – espaços de discussão e de deliberação, como as releituras da teoria habermasiana mostrarão (GOMES e MAIA, 2008; MAIA, 2008). Apenas não serão predominantes. Há, assim, uma justaposição de modelos, nas palavras do autor (MIÈGE, *idem*, p. 7), sem que um provoque o desaparecimento dos demais.

Isso é válido, de modo geral, como tendência global, ainda que respeitando as particularidades de cada país, como o fazem Briggs e Burke (2006, p. 192-6), que mostram que, a despeito de cada país possuir suas datas e fenômenos marcantes sobre a imprensa – como leis que regem sua atuação, concentração territorial, monopólio etc. –, esta consolidou-se mais ou menos na mesma época e partilhou do mesmo mito de instância reguladora, como o “quarto poder” (BRIGGS e BURKE, *idem*, p. 192). Um poder moderador que deveria fiscalizar os demais poderes (espiritual, temporal e comum), contribuindo para essa identidade mitificada de que nos fala Neveau (*op. cit.*).

Enquanto “quarto poder”, a imprensa estava consolidada e estabelecida por volta de 1900, a despeito das leis que porventura tentaram reprimi-la, como mostram Briggs e Burke (*op. cit.*). Fato curioso é que apesar de sua enorme influência e papel durante tantas décadas, jamais houve um momento que tenha sido considerado a “era da imprensa”, embora tenha havido a “era da radiodifusão”, a “era da televisão” e a “era do cinema”, como ressaltam os autores (*idem*, p. 263). Isso se deve, segundo eles, ao fato de ter sido o jornal o sujeito a criar e divulgar esses rótulos, falando de períodos que se sobrepunham uns aos outros. A imprensa enquanto tal já estava consolidada. Por mais que tivesse de se adaptar aos novos meios que surgiam, sua força já estava suficientemente estabelecida e difundida, de forma que não se

desenvolveu de forma tão exponencial e inovadora quanto os outros meios, que tiveram o desenvolvimento técnico como chamariz principal.

É bem verdade que a imprensa enquanto tal se aproveitou dos avanços técnicos, desde a prensa tipográfica até os modernos equipamentos de informática dos dias de hoje. Nada impedia, contudo, que os jornais existissem utilizando os mais prosaicos modos de difusão de ideias, como o jornal escrito à mão, como no caso paulista (PILAGALLO, 2012, p. 15). A imprensa, ao menos de início, para existir, não demandava avanços técnicos, embora tenha sido fortemente estimulada por estes, o que permitiu seu maior desenvolvimento e posterior difusão (ou massificação) com o passar das décadas.

Isso acarretou, evidentemente, modificações no próprio modo de fazer jornalismo, no qual, com a rapidez da impressão dos jornais, o tempo passou a ser cada vez mais importante (predomínio do “furo” sobre a profundidade da apuração), o que fez com que os jornalistas passassem a escrever matérias com menos palavras e com parágrafos mais curtos (BRIGGS e BURKE, *op. cit.*, p. 206).

Essa adaptação estética foi acompanhada por mudanças mais essenciais, como a alteração do foco jornalístico. Se, desde o princípio da mídia massificada, sua tríade era “informação, educação e entretenimento” (idem, p. 188), informando o público ao mesmo tempo que o entretinha, com o surgimento crescente de tabloides, passou a predominar a oferta de entretenimento, com histórias, fofocas e boatos sendo mais noticiados do que eventos de maior envergadura, como questões legislativas, por exemplo.

Isso, é claro, era válido sobretudo para os jornais baratos, voltados para um público massificado e pouco instruído. Grandes jornais que tinham sua fama advinda da seriedade de sua cobertura continuaram com seu modo de fazer jornalismo, auxiliados pelos avanços tecnológicos, que permitiam modos mais eficientes de escrever e publicar as matérias. A imprensa não ficou indiferente aos avanços técnicos.

Tais avanços técnicos, aliás, garantiram sua adaptação e expansão constante, permitindo-lhe assumir as características que apresenta nos dias de hoje, como o jornalismo online, para citar apenas um exemplo. Somente tendo em vista estes aspectos, que são a gênese da imprensa e seu salutar papel na constituição de uma esfera pública política, bem como suas alterações ao longo dos anos, poderemos estudar o que constitui a imprensa nos dias de hoje, como palco de conflitos e disputas, bem como agente propagador de uma visão e atuação específica.

Nesse sentido, o capítulo terá sua reflexão dividida em dois momentos: em primeiro lugar, falaremos sobre a *Folha de S.Paulo*, objeto de nosso estudo, inserindo-a no campo jornalístico. Mostraremos a posição que ela historicamente ocupa e representa, bem como o que isso significa para sua cobertura jornalística.

Após esse momento, debruçar-nos-emos sobre algumas teorias da comunicação com as quais dialogaremos em nossa pesquisa, mostrando suas potencialidades e limites, para que possamos efetuar a análise do material empírico no terceiro capítulo.

## **1.2 *Folha de S.Paulo*: breve explanação sobre sua gênese e trajetória**

### **1.2.1 A imprensa paulista e o surgimento da *Folha de S.Paulo***

Alguns jornais são fiéis a si mesmos, o que é sem dúvida uma forma de virtude. Outros o são ao tempo no interior do qual se acham enquadrados, como tem sido o caso da *Folha de S.Paulo*.  
(SEVCENKO, 1985, p. 13)

Não há uma data específica para que tracemos o início da história da imprensa no Brasil, mas Eugênio Bucci (2015) arriscaria a data de 1808, ano em que foi publicada a primeira edição de *A Gazeta do Rio de Janeiro*.

Tanto Bucci, na obra citada, quanto Pieranti (2006), concordam com o fato de que *A Gazeta* não era propriamente imprensa, mas um órgão oficial, aquilo que viria a ser o *Diário Oficial da União* (tendo, portanto, como função, não o debate mediante razões, mas a representação e publicização das decisões oficiais, segundo perspectiva habermasiana).

Curiosamente, a censura no Brasil surgiu antes da imprensa. Desde 1536, com o tribunal de Santo Ofício e Desembargo do Paço, ou em 1768, com a Real Mesa Censória, proposta pelo Marquês de Pombal, unificando as censuras anteriores, como nos mostra Milanesi (1985).

Bucci também constata esse fato, mas considera a censura como oficialmente presente desde o início de 1808, com a vinda da família real ao país, sendo que *A Gazeta do Rio de Janeiro* só foi fundada em setembro do mesmo ano. Desse modo, teria havido censura antes de haver imprensa.

Como o mesmo autor comenta, mesmo se levássemos em conta aquele que pode ser chamado de primeiro jornal do país, o *Correio Braziliense*, que começou sua circulação em

junho de 1808, a censura já estava instaurada nessa época (e o perseguiu até que o jornal deixasse de circular, em 1822). Curioso que este primeiro jornal brasileiro era impresso na Inglaterra, e circulava apenas clandestinamente no Brasil, como analisado por Bucci.

Independentemente dessa questão, o fato é que a imprensa no país conseguiu frutificar e prosperar, com diversos jornais que surgiram ao longo dos anos e um mercado mais ou menos competitivo. A prática da censura não foi deixada para trás, como podemos perceber sobretudo em períodos como o do Estado Novo (1937-45) e na ditadura militar (1964-85), com casos emblemáticos que não precisam ser mencionados para que venham à mente (como o assassinato do jornalista Vladimir Herzog ou diversas matérias que tinham a publicação proibida).

Mais sutis do que a censura, no entanto, são mecanismos como a suspensão de publicidade estatal ou recusa de empréstimos bancários, que podem constranger ou mesmo inviabilizar a empresa jornalística (PIERANTI, 2006, p. 101). Temos, ainda, a autocensura, quando um jornalista (ou veículo) deixa de noticiar algo, para não desagradar o poder constituído ou as elites (KUCINSKI, 1998, p. 51s). Todas essas práticas são corriqueiras e convivem com o jornalismo.

A despeito disso, se o primeiro jornal publicado no Brasil é do ano de 1808 (seja A Gazeta do Rio de Janeiro ou o Correio Braziliense), no estado de São Paulo, a primeira edição de um jornal foi publicada apenas em 1823 (PILAGALLO, 2012, p. 15). O nome do jornal era *O Paulista*, e ele era escrito à mão, por amanuenses. Publicado duas vezes por semana, possuía apenas oito exemplares em cada tiragem, sendo que os quarenta assinantes do periódico tinham de se revezar para ler seu conteúdo (idem, p. 16).

Apenas em 1827, quatro anos após a publicação do primeiro jornal paulistano, o estado imprimiu um periódico num prelo (feito de madeira, com capacidade de impressão de vinte e cinco exemplares por hora), *O Farol Paulistano* (idem, p. 20).

Apenas em 1854, no entanto, foi lançado um jornal de grande porte, *O Correio Paulistano*, o qual existiu por cerca de cem anos, dada sua estrutura tecnicamente mais desenvolvida e administrativamente melhor controlada (idem, p. 33).

É necessário que tenhamos em vista, antes de mais nada, que os jornais nesse período eram um prolongamento da vida política, sendo responsáveis pela vinculação de ideias e debates políticos – assim como a primeira fase da imprensa, como analisada por Miège e Habermas, que se valia da opinião e do debate. Ainda não se pensava claramente em uma

estrutura para dar lucros, tampouco em um jornal robusto (como o periódico no período tinha poucas páginas, não cobriam eventos do cotidiano, optando pela opinião mais do que pela informação que descreve factualmente um ocorrido).

Aqueles que escreviam as matérias, por sua vez, não eram profissionais para isso contratados, mas, via de regra, os próprios donos do periódico, junto de amigos e daqueles com quem compartilhavam posicionamentos políticos.

O jornal que se tornaria a *Folha de S.Paulo* surgiu muito tempo depois, só em 1921, com o nome *Folha da Noite* (idem, p. 62), criado por Olival Costa e Pedro Cunha. Em princípio, era impressa nas oficinas de *O Estado de S.Paulo*, pois ambos jornais não eram vistos como concorrentes (idem, p. 66) – o *Estado* já estava consolidado na liderança, enquanto a *Folha* estava iniciando suas atividades como pouco mais que um folhetim. Não obstante, pode ser considerado o primeiro jornal com a estrutura organizacional de uma empresa a surgir no país (SODRÉ, 1977, p. 409).

Tratava-se, grosso modo, de um jornal popular que tinha pautas como a ampliação da rede escolar, direito a greves e férias, mais creches, maternidades e hospitais, melhoria nos transportes urbanos e mais moradias populares (PILAGALLO, *ibid.*, p. 67). Não se tratava, no entanto, de uma pauta democrática. Como ressalta o autor (idem, p. 68), o jornal tinha fortes vieses fascistas, defendendo o controle da autonomia operária.

Em 1925, foi lançada a *Folha da Manhã*, indicando o sucesso que o jornal galgara, ao se direcionar a um leitorado mais popular, composto, muitas vezes, por imigrantes (FOLHA DE S.PAULO, 2018, p. 25).

Em 1930, no entanto, o jornal foi empastelado por opositores políticos pró-varguistas, que ainda depredaram e quebraram seus equipamentos (PILAGALLO, idem, p. 90). Como uma das consequências, em virtude do prejuízo e perda de leitores, o jornal foi vendido a Octaviano Alves de Lima, latifundiário paulista e comerciante de café, que deu ao jornal novo direcionamento, por meio de seu braço direito, o jornalista Rubens do Amaral (idem, p. 105). Nessa época, a assinatura do jornal podia ser paga, até mesmo, em sacas de café. Deixava de ser um veículo voltado ao grande público e se dirigia, sobretudo, ao setor cafeeiro paulista, questionando as medidas econômicas, mas mantendo-se como fiador do governo, em tom subalterno (idem, p. 106s).

Em 1945, por sua vez, o jornal foi vendido para José Nabantino Ramos, Clóvis Queiroga e Alcides Ribeiro Meirelles (respectivamente um advogado, um administrador e um



fazendeiro). Por trás desses atores, contudo, estava o dinheiro do industrial Francisco Matarazzo Júnior (que, por ser italiano, não poderia possuir um jornal no país). Junto a um discurso de neutralidade e modernidade na nova linha editorial, professava-se, de maneira pouco clara, o interesse de o jornal ser uma tribuna de Matarazzo contra os ataques que sofria por parte de outros órgãos de imprensa, como os *Diários Associados* de Chateaubriand, que o atacavam como forma de chantagem, na tentativa de torná-lo anunciante dos veículos – uma prática comum do publisher no período (idem, p. 127s).

Tanto é assim que uma de suas medidas foi cortar pela metade o preço do jornal, numa tentativa de enfrentar a concorrência dos *Diários Associados*, de Chateaubriand. Tal medida, contudo, levou ao afastamento do empresário e deixou o controle do veículo nas mãos de Nabantino Ramos (idem, 128ss).

Com isso, o jornal adotou um posicionamento de centro, focado no universo urbano (em vez da postura voltada ao mundo agrário, tal como sua gestão anterior, de Octaviano de Lima) e com tons reformistas (idem, p. 131). Foi Nabantino Ramos, também, o responsável pela adoção de regras editoriais e estilos de redação, bem como critérios para contratar jornalistas, modernizando a estrutura do jornal. Em pouco tempo, criou um terceiro jornal, a *Folha da Tarde*. Os três títulos se unificariam em um só, a *Folha de S.Paulo*, em 1960 (FOLHA DE S.PAULO, idem, p. 26).

É interessante notar que tal modernização só foi possível graças ao aporte financeiro que Nabantino Ramos conseguiu com um amigo, Otávio Frias (PILAGALLO, idem, p. 152), bem como com a venda de assinaturas permanentes ou pelo prazo de dez anos (o que lhe trouxe grande montante num primeiro momento). Independentemente disso, dois anos depois, em 1962, o jornal estava novamente com problemas financeiros, o que fez com que tivesse de ser vendido.

Os novos donos foram Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, o primeiro com experiência nos setores financeiro e imobiliário, o segundo, um empresário. A dupla formou parceria longa, até 1991, sendo que Frias de Oliveira ficou com todas as ações da empresa de comunicações da *Folha* (detida por sua família até os dias de hoje), enquanto ao segundo coube os demais negócios e imóveis em comum (FOLHA DE S.PAULO, 2007)<sup>2</sup>.

2 EMPRESÁRIO foi obstinado por independência e novidades. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 30 abr 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3004200709.htm>>. Último acesso dia 27/05/2018.

Ao se tornarem donos do empreendimento, a primeira ação dos proprietários foi sanar suas contas. Para isso, fizeram empréstimos e cancelaram os programas de assinaturas permanentes (em alguns casos, após processos judiciais) (PILAGALLO, *idem*, p. 155s).

Os ajustes financeiros levaram longo tempo, mas houve êxito ao tornar a *Folha* um negócio viável. Durante esse processo, no entanto, a conjuntura política se agravou, com o golpe de 1964 e instauração da ditadura civil-militar. Durante esse período, o jornal se constituiu e moldou, dando os passos no caminho de se tornar empresa dominante entre os veículos da imprensa nacional – sendo que, até então, ela estava na disputa para alcançar o posto de segundo veículo do estado de São Paulo, competindo com os *Diários Associados* (e muito atrás do polo dominante, representado pelo *O Estado de S. Paulo*).

Até aquele momento, como visto, o jornal fora comprado por quatro empresários ou grupos empresariais: Olival Costa e Pedro Cunha, seus fundadores, em 1921, que lhe deram organização empresarial e voz popular; após o empastelamento nos anos 30 e seu prejuízo, foi adquirido por Octaviano Alves de Lima, um fazendeiro que tornou a linha editorial do jornal pautada pelos interesses rurais e cafeeiros de São Paulo. Em 1945, com graves problemas financeiros, o jornal foi adquirido por José Nabantino Ramos, Clóvis Queiroga e Alcides Ribeiro Meirelles, com o capital de Francisco Matarazzo Júnior. Deram-lhe modernização e um discurso dito neutro, mas isso não conseguiu sanar as contas da empresa, que, cada vez mais endividada, viu-se obrigada a nova venda. Não obstante, foi essa gestão que unificou os jornais num mesmo título, a *Folha de S. Paulo*. Os novos compradores, Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, por sua vez, foram os responsáveis por sua modernização e ajuste financeiro e técnico. Muito mais do que isso, permitiu-lhe nova posição no campo jornalístico.

Antes de nos debruçarmos sobre isso, no entanto, é vital que tenhamos em vista que, apesar do jornal não possuir “uma biografia linear como outros jornais importantes do país [pois] pertenceu a quatro grupos diferentes de empresários e alterou sua política editorial inúmeras vezes” (LINS DA SILVA, 1988, p. 39), a *Folha* tem sempre se posicionado no campo jornalístico, seja visando um leitorado específico (primeira gestão, com um jornal voltado para os populares e imigrantes), um interesse ideológico específico (segunda gestão, com linha editorial defendendo os interesses agrários) ou um objetivo específico (terceira gestão, com a competição acirrada com os *Diários Associados*).

Assim, retomando a epígrafe do início dessa seção, podemos ver que, ainda que não tenha sido fiel a si mesmo ao longo do tempo, o jornal foi fiel aos interesses e posições que ocupava em cada período histórico. É somente tendo isto em mente que conseguiremos entender sua trajetória até o polo dominante da imprensa – bem como a imagem construída.

Aliás, poderíamos até reconsiderar a epígrafe e propor uma nova significação: a cada momento histórico pelo qual o jornal passou (com donos diferentes), ele foi fiel à postura dominante que representava. Dito de outro modo, ele sempre foi fiel a si mesmo, como veículo representando interesses específicos de classe. Apenas ocorreu de, em momentos diferentes, representar classes diferentes. Essa fidelidade e representação de visões de grupos determinados é que pavimentará seu caminho ao polo dominante do campo jornalístico, como veremos.

### **1.2.2 Ditadura e redemocratização: construção da autoimagem, legitimação e conquista do prestígio**

Antes do golpe militar de 1964, já havia ampla movimentação de empresários e donos de empresas de comunicação nos bastidores, buscando eventual legitimação para o caso de uma tomada de poder. As mídias tiveram papel de destaque nesse processo. Alfred Stepan (1975) analisa editoriais publicados por diversos jornais no período e constata que a intervenção era pedida diversas vezes – o mesmo tendo ocorrido em outras situações de crise, vários anos antes. Os militares eram vistos como tutores da democracia, sendo chamados sempre que a situação não era do agrado na esfera política.

Segundo Carvalho (2000, p. 147) esse sempre foi o *modus operandi* dos meios de comunicação do Brasil, os quais tentavam construir “um projeto de integração nacional que ao mesmo tempo exclui o protesto e o antagonismo populares”, por meio de uma mediação conciliatória que mantém os mecanismos tradicionais de política<sup>3</sup>. Segundo a autora,

3 É nesse sentido que argumenta Octavio Pieranti (2006), mostrando, no entanto, que mais do que uma relação unilateral na qual a imprensa sustenta os militares (ou políticos conservadores), sempre houve “uma relação de interdependência entre imprensa e poder público que permeia toda a história do Brasil a partir do século XVIII. Governantes e políticos em geral precisam da imprensa não só para legitimar seus atos como também para divulgar propostas e angariar votos... As empresas de radiodifusão e de imprensa, por outro lado, também dependem do poder público. Não fossem as verbas governamentais repassadas em forma de publicidade oficial ou de empréstimo de bancos ligados ao governo, muito provavelmente, mantidas as bases sob as quais se constitui o setor, as empresas teriam, em grande parte, falido” (*op. cit.*, p. 115-6).

os meios de comunicação de massa no Brasil constituem mecanismos de poder através dos quais as elites brasileiras aumentam o escopo de suas articulações hegemônicas, sedimentando relações sociais tradicionais por meio de um discurso que universaliza projetos em torno de “significantes vazios” tais como, por exemplo, “democracia”, “justiça” etc. A materialidade destes “significantes vazios” substituem uma universalidade ausente e inatingível (CARVALHO, *op. cit.*, p. 149).

Assim, se havia pedidos por intervenção vindos da parte dos jornais, após o golpe a postura não foi muito diferente. Apoiavam abertamente o governo militar ou, ao menos, assumiam tons tidos como “moderados”, mas silenciando sobre abusos. Tal era o caso da *Folha de S.Paulo* (PILAGALLO, *idem*, p. 176), com apenas algumas críticas pontuais publicadas.

Não obstante, em pouco tempo o governo passou a censurar a imprensa, com o decreto do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, que lhe conferia esses poderes. Além disso, imperava a autocensura, na qual os jornalistas tinham de se policiar para não abordar temas sabidamente proibidos (*idem*, p. 179).

Ainda que a censura seja a forma mais analisada de atuação sistemática no sentido de impedir a veiculação de notícias, Pieranti (2006) aponta para formas mais sutis de ação usadas antes mesmo do golpe militar:

Entre essas formas sutis de controle estavam a recusa na liberação de licenças de importação de equipamento ou papel, a negação de empréstimos às empresas por parte de bancos estatais e a suspensão da publicidade proveniente do governo e de suas autarquias, fonte de recursos considerada essencial pelas empresas jornalísticas (PIERANTI, *op. cit.*, p. 101).

Mais do que isso, a autocensura e uma direção de redação conivente com o autoritarismo foram os principais elementos da dinâmica do período, segundo Kucinski (1998). Para o autor, apesar de a censura ter sido mais estudada, sua atuação foi restrita (valendo sobretudo para mídias alternativas), se comparada aos outros dois elementos, pois

para o Estado autoritário a autocensura era mais interessante do que a censura, porque lhe permitia não assumir a responsabilidade e, frequentemente, nem sequer admitir que controlava a informação. Assim, como base no mecanismo da autocensura, constituiu-se o pacto não-escrito entre os barões da mídia e a hierarquia militar. A autocensura passa a definir o padrão desse pacto e o padrão do controle da informação (KUCINSKI, 1998, p. 62).

Nesse período, de todo modo e a despeito disso, a *Folha* teve seu conteúdo restringido. Mesmo assim, constatou-se posteriormente, apoiara a ditadura e a prática da tortura, emprestando os veículos da empresa para transporte de prisioneiros do Estado (PILAGALLO, *ibid.*, p. 212s).

Segundo Pires (2008), o jornal *Folha de S.Paulo* e sua coirmã *Folha da Tarde* (esta mais manifestamente) apoiaram o regime militar do modo inquestionável, seja dando subsídios materiais (como empréstimo de veículos) ou endossando suas práticas repressivas.

Para a autora (p. 121s), o jornal apenas ficou conhecido como o “jornal das diretas”, isto é, defensor da democracia, após um considerável esforço de construção de uma autoimagem de jornal democrático. A despeito disso, só passou a defender a abertura política após reunião e acordo com o governo Geisel.

Com o abrandamento da censura – que se deu conforme apostas políticas do general Golbery do Couto e Silva (PILAGALLO, *ibid.*, p. 214) –, após reuniões editoriais, o conselho do jornal decidiu que “em qualquer situação, a *Folha* deveria seguir uma linha que ficasse à esquerda da adotada pelo *Estado*. (...) A opção atendia também à necessidade de posicionamento do jornal no mercado, ocupando um espaço que, na época, encontrava-se vazio” (idem, p. 215).

Nesse ínterim, apenas em 1974 o jornal chamou o golpe de 64 de “movimento” (uma carga semântica neutra), sendo que até então era chamado de “revolução”, um termo que indicava uma valoração positiva (idem, p. 216). Aliás, conforme afirma Pilagallo (idem, p. 216), “a *Folha* se afastava do governo à medida que a própria sociedade também o fazia... o jornal vislumbrou a oportunidade de ampliar sua importância atendendo à expectativa de um número crescente de eleitores que, pelo voto, condenavam os militares”.

Como coloca José Arbex Jr. (2003, p. 144), “o que estava então em curso não era a adesão da FSP [*Folha de S.Paulo*] a um projeto democrático de sociedade, mas uma estratégia de sedução do leitor”. Houve, assim, uma tentativa de manipulação da afetividade, tentando se criar uma história em que o jornal aparecia como combativo, força de concatenação dos descontentes com o regime militar e defensor da democracia (KUCINSKI, 1998, p. 76).

A despeito disso, o fato é que o jornal alcançou a posição granjeada, conquistando não só legitimidade, como status de dominante. A partir de 1986 consolidou-se como o jornal de prestígio mais vendido no país (FOLHA DE S.PAULO, 2018, p. 27), posição que ocupa até os dias de hoje.

Parte considerável disso se deveu, sem dúvida, a essa autoimagem construída. Além disso, devemos citar o Projeto Editorial do jornal, que foi delineado a partir de 1978, o qual desempenhou papel fundamental na profissionalização do jornalismo no país e na determinação dos rumos que este seguiria.

Como mostra Carlos Eduardo Lins da Silva (1988), o *Projeto Folha* visava a modernização do jornal e, mais do que isso, o posicionamento do veículo no mercado nacional, tendo por bases “a informação correta, interpretações competentes sobre as informações e pluralidade de opiniões sobre os fatos” (LINS DA SILVA, 1988, p. 71), dada por meio de um jornalismo crítico, apartidário, pluralista e moderno (idem, p. 79).

Seu delineamento e execução se devem, sobretudo, aos seis documentos norteadores do processo, que são: “Levantamento de posição editorial e avaliação sintética do momento político” (1978), “A Folha e alguns passos que é preciso dar” (1981), “A Folha em busca do apartidarismo, reflexo do profissionalismo” (1982), “A Folha depois da campanha diretas-já” (1984), “Projeto Editorial da Folha – 1985-1986” (1985) e “Projeto Editorial da Folha – 1986-1987” (1986) (idem, *ibid.*, p. 68).

Todos eles, como argumenta o autor, já indicavam os rumos que seriam trilhados, mostrando a linha editorial que seria adotada, o tipo de posicionamento aceitável por parte dos jornalistas e dando algumas diretrizes gerais sobre o estilo e a escrita. Além disso, abordavam a questão da infraestrutura da empresa e seus recursos financeiros e tecnológicos. A modernização requereria novos materiais e tecnologias, que garantiriam os avanços almejados.

Para isso, grande investimento financeiro foi feito, com aquisição de terminais de computadores, novo parque gráfico, dentre outros. No entanto, a maior mudança que a modernização engendrou se deu na adoção de um modelo gerencialista e organizacional na redação, com avaliações periódicas, metas e a adoção de um Manual Geral da Redação, o qual sistematizava o jornal e tentava lhe fornecer uma identidade mais definida.

A esse respeito, Niemietz (2017) mostra que o Manual da *Folha* teve influência direta do manual adotado pelo jornal estadunidense *The New York Times* (NIEMIETZ, 2017, p. 109), o que já indicava parte da matriz ideológica que guiava sua adoção.

Segundo Neveu (2006, p. 32), existem dois modelos de jornalismo: o francês e o estadunidense. O primeiro seria representado pela sua verve literária, opinativa, com características mais intelectualizadas e políticas. O segundo, por sua vez, que se constituiu

como modelo mundial no século XX, centra suas forças na apuração, em noticiar, em vez de opinar, caracterizando-se por seu aspecto mais formal, técnico e investigativo<sup>4</sup>.

Como coloca Lins da Silva (*op. cit.*, p. 71), os anos 70 levaram a uma hipertrofia política do jornal, enquanto os anos 80 queriam privilegiar o aspecto técnico-jornalísticos. Em suas palavras, “o período da hipertrofia da opinião deveria ser encerrado. Em seu lugar, chegara a hora de fazer com que a *Folha* fosse respeitada e conhecida pela precisão da informação que publicasse” (idem, p. 80). Parecia querer imperar uma mudança de paradigmas e a adoção de um novo modelo de fazer jornalismo, mais próximo do estadunidense. Isso sem falar na caracterização das notícias como mercadorias, que deveriam gerar lucros (ARBEX JR., 2003, p. 142).

Além disso, Niemietz chama a atenção ao fato de que tal manual (e o *Projeto Folha*, de modo geral) representava uma reformulação do campo jornalístico brasileiro, dado sobretudo pela nova formação de seus jornalistas e resultava de disputas geracionais, no qual o “novo” se contrapunha ao “velho”, na tentativa de legitimar a posição dos novos atores envolvidos (idem, p. 31).

Quanto ao Manual Geral da Redação, Lins da Silva (*ibid.*, p. 117) afirma que “tem a função de definir o método e os procedimentos práticos que sua direção considera apropriados para atingir os objetivos especificados através do projeto”. Assim sendo, “as críticas ao manual e sua aplicação não eram contra o manual, mas sim quanto às posições de política jornalística que estavam sendo tomadas na redação da *Folha*” (idem, p. 127). O manual, em si, apenas garantia a padronização da apresentação do conteúdo e uma série de diretrizes sobre como proceder em situações específicas (como se trajar em entrevistas, como usar o recurso do *off the record* etc.).

Essa modernização técnica e sistematização de uma linguagem comum, bem como diretrizes claras sobre como tratar determinado tema serviam para dar os contornos do novo

4 Isso não quer dizer, contudo, que um modelo seja melhor ou consiga melhores resultados do que o outro, é evidente. Segundo Bucci (2014), há dois casos paradigmáticos no jornalismo de todos os tempos – um representando cada modelo do fazer jornalístico. Há, no modelo francês, o “*J'accuse...!*” de Émile Zola, no qual o escritor publicou num jornal, em 1898, uma carta aberta ao presidente, acusando-o (e ao seu governo) de antissemitismo, ao prender injustamente o capitão Dreyfus, ao forjarem provas para incriminá-lo como espião. Com sua retórica e consistência argumentativa, ganhou grande visibilidade, conseguindo a liberação do soldado. No modelo estadunidense, por sua vez, temos o caso *Watergate*, no qual houve uma apuração sistemática e investigativa, a partir de 1972, dos fatos sobre um arrombamento – chegando-se à descoberta de um esquema de espionagem que envolvia o então presidente Richard Nixon, que teve de renunciar ao cargo, em 1974, após comprovada sua ligação com o ocorrido.



fazer jornalístico que se estabelecia, com produtos que deveriam se assemelhar, em qualidade, ao que era produzido no exterior.

Ao comparar a *Folha* com os melhores veículos do mundo, Carlos Eduardo Lins da Silva constata que esta

[A *Folha*] Fica atrás, e muito, na qualidade do texto e na precisão com que as informações são apuradas e transcritas. Mas não tanto (talvez esteja até à frente) na qualidade da edição, na maneira como os assuntos são organizados para o leitor. Fica atrás, ainda, na qualidade da análise e na abrangência da cobertura. Mas não na disposição de textos e fotos na página (LINS DA SILVA, *op. cit.*, p. 19)

O *Projeto Folha*, de um modo geral, visava garantir esse aprimoramento técnico e tentar, na medida do possível, sanar esse *deficit* qualitativo na apuração das informações e elaboração dos textos.

Nesse sentido, ainda que reconhecesse que a imparcialidade jornalística era uma fantasia (idem, p. 74), o objetivo do projeto era garantir o desengajamento dos jornalistas na cobertura de notícias, oferecendo um conteúdo tão isento de posicionamento quanto possível.

No entanto, como reconhece o autor,

Não há dúvida de que a *Folha* é um jornal burguês. Também não pode haver grande discussão quanto ao fato de que o projeto do jornal se vale de uma lógica burguesa. Durante o período histórico brasileiro em que os interesses de parte da burguesia se associaram aos dos movimentos populares o jornal chegou a ser visto como um aliado desses movimentos (idem, p. 99).

Assim, as coberturas seguiriam uma lógica burguesa, não a dos movimentos populares (a não ser quando estas lógicas coincidissem em torno de um problema comum), divulgando os fatos sobre um prisma dessa classe em específico<sup>5</sup>.

A partir desse prisma é que se justificam os princípios do jornal, tomados como pluralismo e apartidarismo:

5 Segundo o próprio jornal afirma, “[A *Folha*] define-se como veículo de inspiração liberal, reformista e aberto à pluralidade de tendências” (FOLHA DE S.PAULO, 2018, p. 28). Curioso ressaltar que, em sua definição política, seria um jornal de centro, posto que o liberalismo econômico constitui o centro do espectro político, enquanto a esquerda se constitui pelo ativismo do Estado para reduzir a desigualdade social e a direita valoriza a atuação estatal com o intuito de proteger os valores nacionais e familiares (idem, p. 115). Ou seja, tanto a esquerda quanto a direita defendem a atuação estatal irrestrita, enquanto o centro seria a posição liberal (do próprio jornal), que defende uma atuação limitada do Estado. Nessa definição do veículo vemos sua intenção de criar visões e mistificações de mundo que, simultaneamente, legitimam sua posição (como a única “de centro” possível) e desautorizam as demais.



O pluralismo e o apartidarismo são necessários não porque eles representem uma objetividade eticamente desejável nem porque eles signifiquem que o jornal é capaz de representar o real sem deformações, mas apenas porque o público que consome o jornal é composto por pessoas com diferentes visões de mundo e como o jornal não pode prescindir de nenhum grupo significativo de seus leitores, deve representar cada um deles no noticiário e não discriminar nenhum (idem, p. 100).

O argumento vai ao encontro do que afirma Jefferson Queler (2013, p. 118), que diz que, a despeito da suposta imparcialidade, na prática, os veículos têm interesses os quais atuam na elaboração do conteúdo jornalístico. Dessa forma, um jornal tende a se calar diante de algumas questões e a se posicionar diante de outras, de acordo com os interesses de seus assinantes e leitores. Pode haver pluralidade de ideias e apartidarismo, mas o campo dos possíveis não é irrestrito. Alguns temas não serão noticiados, por não terem sentido para o universo de leitores da publicação. Essa seleção ocorrerá durante a definição de pautas<sup>6</sup>.

A supracitada lógica burguesa de que nos fala Lins da Silva é, justamente, a lógica de mercado, segundo coloca o próprio autor (LINS DA SILVA, *ibid.*, p. 100). Assim sendo, a lógica que permeia as coberturas, análises, seleção de pautas e multiplicidade de pontos de vistas, “não é ética nem política. É apenas mercadológica. O jornal não pretende falar em nome de toda a sociedade ou da 'opinião pública' mas somente falar a todos os grupos que constituem o seu leitorado. Se, em decorrência disso, a sociedade melhorar, tanto melhor para todos” (*ibid.*, p. 100)<sup>7</sup>.

Ora, a despeito disso, como indica o autor, o jornal em questão “é o mais sensível aos movimentos da opinião pública e é também o mais ágil” (idem, p. 80). Esta sensibilidade será de grande importância para entendermos as mudanças discursivas ao longo de uma mesma cobertura (como as jornadas de junho de 2013 ou as ocupações das escolas pelos secundaristas, em 2015, por exemplo), indicando um elemento central para entendermos as discussões e negociações que se levam em conta durante a produção das notícias – para além da mera posição do jornal no campo em que está inserido.

6 Falaremos mais a esse respeito na próxima seção.

7 Como coloca Frias Filho (1984), o jornal estabelece uma relação de cumplicidade com seu leitor, em virtude do próprio caráter mercadológico da notícia. Assim sendo, se se espera ética do jornal, este será ético. Se se espera imparcialidade, se colocará como imparcial. Se o querem destemido, mostrar-se-á destemido. Se querem a cobertura de escândalos, diariamente este providenciará aquilo que é esperado. Com isso, será criado o hábito de ler jornal e a cumplicidade estará fechada. Depois de permitida sua entrada uma vez, sempre estará presente na vida de seus leitores (assim como acontece no mito dos vampiros, que precisam da autorização para entrar na casa das pessoas, metáfora que o autor adota para seu artigo, intitulado *Vampiros de papel*), pois “sintomaticamente, nós todos somos leitores de jornal por hábito” (FRIAS FILHO, 1984).

Foi para seguir essa lógica mercadológica que o jornal sofreu as fortes transformações do período, mas não só por conta disso. A construção de sua autoimagem como veículo democrático (PIRES, 2008) e a legitimação de um novo modelo de jornalismo (NIEMIETZ, 2017) desempenharam importante papel no processo.

Foi a autoimagem construída que lhe garantiu a posição dominante no campo jornalístico, conquistada sobretudo no ano de 1986, quando se tornou o veículo com maior número diário de exemplares vendidos (FOLHA DE S.PAULO, 2018, p. 27). Adquiriu o título de “jornal das diretas”, um jornal democrático (a despeito de seu real posicionamento ideológico no começo da ditadura civil-militar) com forte apelo popular.

José Arbex Jr. (2003, p. 141) mostra essa dominância em termos de tiragem: Em 1984, sua tiragem média era de 120.000 exemplares. Em 1987, 200.000. Em 1990, 300.000, atingindo, pouco depois, a margem de 400.000 e alcançando mais de um quinto de todo o mercado de mídia impressa do país

Mais do que isso, sofisticou sua profissionalização fornecendo bases para o que se tornou o modelo dominante do fazer jornalístico<sup>8</sup>, fruto de uma reformulação do campo jornalístico e de um embate entre gerações de jornalistas, com formações e visões diferentes da profissão (NIEMIETZ, *op. cit.*).

São esses dois fatores, isto é, sua autoimagem construída (e aceita pelo público), bem como seu processo de modernização – dado pelo *Projeto Folha* e pelo Manual Geral da Redação –, que garantiram a consolidação da *Folha de S.Paulo* como jornal dominante no campo jornalístico. Foi o período da redemocratização, aliás, que lhe permitiu adquirir esse fôlego, que, em certa medida, mantém-se até os dias de hoje, justificando que analisemos suas coberturas, como forma de analisar a dinâmica da imprensa e refletir sobre os meios de comunicação.

No entanto, ao longo das últimas décadas, mudanças substanciais ocorreram, como a gênese do jornalismo online, que é o que por ora nos interessa.

8 O jornal chama a atenção, de igual modo, ao fato de ter sido o primeiro veículo de comunicação do país a ter um *ombudsman* (funcionário com relativa independência e autonomia que avalia as queixas dos leitores e analisa a qualidade do jornal), prática esta adotada em 1989, o que indica sua postura modernizante e orientada à produção de conteúdos de qualidade – posto que se sujeita à crítica (FOLHA DE S.PAULO, 2018, p. 27).

### 1.2.3 Jornalismo online e Novo Manual de Redação (2018)

Com o advento da internet, o jornal se adaptou aos novos meios. Criou, em 1995, a *FolhaWeb*, o primeiro site de notícias em tempo real no Brasil. Segundo sua apresentação institucional:

Criado em 1995, inicialmente com o nome de Folha Online, é o primeiro jornal em tempo real em língua portuguesa. Tem por objetivos a criação, a produção e o desenvolvimento de conteúdo jornalístico on-line, além de serviços, com destaque para áreas de interatividade.

Hoje, publica cerca de 500 notícias por dia. Seu compromisso é produzir conteúdo na internet com a mesma qualidade da Folha, seguindo os princípios editoriais adotados pelo jornal: pluralismo, independência, jornalismo crítico e independente.

Com 19 editorias de conteúdo com acesso livre na internet, o site da Folha conta com uma audiência de 17 milhões de visitantes únicos e 173 milhões de páginas vistas por mês (FOLHA DE S.PAULO, sd)<sup>9</sup>.

Tal site<sup>10</sup> foi o primeiro, de igual modo, a adotar o modelo do *paywall poroso*, no qual indivíduos têm acesso gratuito a algumas matérias por mês – após esse número limitado de acessos gratuito, a leitura de novo material é negada, sendo o leitor redirecionado para uma página que indica que um cadastro e/ou assinatura deve ser feito para pleno acesso ao conteúdo digital (FOLHA DE S.PAULO, 2018, p. 27)<sup>11</sup>. Foi o primeiro jornal, por fim, a ter uma circulação digital maior do que a impressa<sup>12</sup>.

Conforme indica Seligman (2013, p. 64), o jornalismo online promove uma transformação prática no jornalismo. Para além de uma nova diagramação de conteúdo, possibilidade de recursos audiovisuais e textos com parágrafos menores e mais enxutos, há uma mudança nos critérios de noticiabilidade, pois “a partir do sistema de hits, é possível

9 CONHEÇA o site da Folha. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, sem data de publicação. Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca\\_o\\_site\\_da\\_folha.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca_o_site_da_folha.shtml)>. Último acesso dia 15/05/2018

10 A versão online da *Folha de S.Paulo*, aliás, é a de maior circulação diária, segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC), conforme indica a Associação Nacional de Jornais: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Último acesso em 16/10/2017.

11 Apesar da adoção dessa técnica, bem como da proteção do conteúdo digital do veículo (que impede, por exemplo, que façamos a cópia de seu texto por meio do recurso do “Ctrl C”, “Ctrl V”, isto é, da cópia e colagem), há formas de burlar as regras do *paywall*, que são divulgadas na internet. Uma delas seria acessar o conteúdo com a aba anônima do navegador ou, igualmente eficaz, apertar a tecla “esc” do teclado assim que a página começar a se abrir, impedindo seu carregamento completo e, conseqüentemente, a ativação do sistema de bloqueio poroso de acessos.

12 FOLHA é o 1º jornal brasileiro a ter circulação digital maior do que a impressa. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 25 set. 2016. Mercado. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/09/1816633-folha-e-o-1-jornal-do-pais-a-ter-circulacao-digital-maior-do-que-a-impressa.shtml>>. Último acesso em 16/05/2018

verificar as intenções e vontades da média dos internautas – quanto mais acessado, mais é exibido” (idem).

Em outras palavras, o jornalismo online permite um termômetro quase imediato para saber quais são os conteúdos que mais atraem o público. Além disso, esses conteúdos, que são os mais acessados em algum momento, aparecem em destaque na página do jornal nos momentos seguintes (quanto maior o número de acessos de uma matéria, maior o destaque que ela receberá na página inicial do veículo), fazendo, assim, com que seus acessos continuem aumentando por conta desse artifício, chamado de Sistema de Recomendação de Notícias, que trabalha com algoritmos que especificam como uma matéria será exibida, com base em preferências do leitor e maior quantidade de acessos de cada notícia por períodos de tempo (BARBOSA e TORRES, 2013, p. 161).

A despeito dessas transformações práticas, Seligman salienta que muito do material publicado em uma plataforma é aproveitada na outra, o que faz com que não haja uma diferença gritante entre conteúdos (SELIGMAN, *op. cit.*, p. 69). Mesmo assim, há algumas nuances. No jornal impresso, por exemplo, há menos conteúdo opinativo que na versão online e um maior número de notas informativas – que escasseiam na plataforma digital (idem).

Além disso, como coloca Kucinski (2005, p. 97s), no jornalismo online a velocidade de noticiamento ganha primazia, em detrimento da precisão, contextualização e análise, encorajando notícias entregues “aos pedaços”, conforme os fatos vão acontecendo (e permitindo a posterior atualização da página na *web*).

Independentemente de todos esses aspectos, o fato é que o jornalismo online ganhou destaque nos últimos anos. Tanto é que a *Folha*, em seu novo Manual da Redação (2018), dedica seções para tratar do fazer jornalístico nas plataformas digitais.

O novo manual, publicado em 2018, é fruto de intenso debate nos anos anteriores e reflete o novo projeto editorial do veículo, lançado em 2017. Falaremos brevemente sobre ambos, dada a atualidade de suas colocações.

No novo Projeto Editorial, o jornal assume o “desafio de fazer prevalecer os valores do jornalismo profissional na cacofonia própria do meio digital, em que informações e entretenimento, realidade e rumor, notícias e 'notícias falsas' tendem a se confundir e quase tudo se expressa com igual estridência, reproduzindo de forma desligada do contexto original” (FOLHA DE S.PAULO, 2018, p. 15).

Para isso, defende que deve cobrir notícias que tenham relevância jornalística, o que se dá pelo seu “alcance, originalidade, dimensão histórica ou institucional e que desperte curiosidade legítima” (idem, p. 19).

Uma alteração que o novo Projeto Editorial traz está no entendimento da função do jornalista, relacionada ao meio digital. Segundo diz o projeto, “na esfera digital, o jornalista não se envolve só na produção de conteúdo; também participa da publicação e da distribuição do material produzido e *tem responsabilidade na obtenção de audiência*” (idem, p. 21, grifos nossos).

A partir de então, não basta apenas produzir a notícia num tempo exíguo (e que se torna cada vez mais curto com o advento das novas tecnologias, como reconhece o jornal), sendo necessário aprofundá-la tanto quanto possível. O jornalista tem o dever de captar audiência. Torna-se produtor e vendedor de conteúdo, simultaneamente.

Aliás, sobre o jornalista recai o ônus, com o advento do jornalismo online, de assumir “respeitabilidade” em todos os momentos de sua vida (não só enquanto estiver em serviço), para não desacreditar ou depreciar a si próprio ou ao veículo noticiador, como coloca em seu Manual da Redação (idem, p. 50s).

Essa respeitabilidade se daria quando o jornalista não emitisse opiniões sobre assuntos direta ou indiretamente associados a sua área de cobertura, não manifestasse preferências partidárias ou futebolísticas nem adotasse um lado em controvérsias (idem). Em outras palavras, deve aparentar a mesma neutralidade que se espera do jornal. As exigências laborais se prolongam até mesmo nos momentos de descanso do indivíduo.

Na mesma direção vai a orientação para não se envolver em discussões inflamadas com os leitores: “reaja com serenidade a críticas, mesmo quando lhe pareçam descabidas, e simplesmente ignore provocações” (idem, p. 57), pois, do contrário, poderia ser ferida a imagem de profissionalismo.

Tal profissionalismo se manifesta, evidentemente, não só na postura, mas no fazer jornalístico, com as coberturas e reportagens, bem como sua apresentação. A esse respeito, o Manual afirma que “selecionar assuntos é requisito para organizar o trabalho e respeitar o tempo do leitor... não existe critério único para definir o que é notícia” (idem, p. 65).

Mesmo não existindo critério único, alguns elementos devem ser levados em consideração, tais como: amplitude (pessoas impactadas), apelo (curiosidade), empatia (identificação que poderia ser criada com o leitor), ineditismo e proximidade (simbólica ou

espacial). Além, é claro, de se levar em conta que o jornal deve atender às necessidades informativas de seu público, que é uma parcela da sociedade (não ela toda), fazendo, portanto, com que algumas notícias tenham mais relevância do que outras (idem, p. 66).

Mas é claro que, como coloca José Arbex Jr.,

a realidade é muito mais complexa. Nem sempre as motivações da direção de redação e/ou dos editores para destacar ou cortar certas notícias são puramente “ideológicas”. Muitas vezes, são inconscientes, ou geradas por preconceitos e convicções de natureza muito mais estética e cultural do que política propriamente dita (ARBEX JR., *op. cit.*, p. 171).

Independentemente disso, há uma seleção para saber quais matérias serão publicadas ou não – assim como a forma como será publicada, sua diagramação e apresentação (ARBEX JR., *ibid.*, p. 161). Há critérios como a posição do jornal e os interesses do seu público leitor que devem ser levadas em conta nesse processo. Resta, por conseguinte, saber quais são seus interesses.

Para se saber qual é o leitor do jornal e quais suas preferências, pesquisas de opinião e de mercado são feitas de tempos em tempos. Segundo o próprio jornal avalia<sup>13</sup>, seu público é composto, majoritariamente, por pessoas que concluíram o ensino superior (três quartos da amostra), sendo que um quarto da amostra também fez pós-graduação. Têm a média de idade de 40 anos, são da classe A ou B, casados (em sua maioria), de ambos os sexos em igual proporção, trabalham no setor formal e possuem visões liberais da sociedade, sejam eles leitores da versão impressa ou versão online<sup>14</sup>.

Outra forma de saber as preferências do público leitor está nas plataformas online, acompanhando quais são as matérias mais acessadas e lendo os comentários que são feitos. Nas palavras do Manual da Redação, “ler comentários e acompanhar a repercussão nas redes sociais ajuda a pensar em suítes (a sequência de uma reportagem) e a refletir sobre o trabalho executado, mas lembre-se de que o material exibido a cada usuário reflete uma amostra restrita e distorcida da realidade” (FOLHA DE S.PAULO, *ibid.*, p. 81).

A respeito dos comentários, é dito que

13 MOTA, Vinícius. Leitor tem renda e escolaridade altas. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, sem data. Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/quem\\_e\\_o\\_leitor.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/quem_e_o_leitor.shtml)>. Último acesso em 16/05/2018.

14 LEITOR da Folha é ultraqualificado, mostra pesquisa. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 16 out. 2011. Painel do Leitor. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2011/10/991055-leitor-da-folha-e-ultraqualificado-mostra-pesquisa.shtml>>. Último acesso em 16/05/2018.

Para promover o *debate* dos temas tratados nas reportagens, a Folha franqueia a seus *assinantes* a possibilidade de escrever na seção de comentários do jornal. Apenas manifestações de pessoas cadastradas com nome e sobrenome verdadeiros são publicadas, a critério do jornal.

A veiculação do comentário não significa concordância com o seu teor. A participação do leitor deve refletir o pluralismo apregoado pela Folha. Não são publicadas mensagens que violem os termos e condições de uso. Estão nessa categoria, entre outros, comentários que não tratem do assunto objeto da reportagem em que foi postado, utilizem linguagem chula, grosseira ou ofensiva e veiculem material racista (idem, p. 86, grifos nossos).

Nos termos e condições de uso para se postar comentários<sup>15</sup>, é especificado que a área é destinada para debate e entretenimento e se reserva apenas para assinantes do jornal, que deverão se cadastrar com nome e sobrenome. De igual modo, estabelece a prerrogativa de apagar, a qualquer momento, qualquer tipo de comentário, ainda que não viole os termos e condições que se apresentam. São vetadas, além disso, veiculação de propagandas políticas, divulgação de links e contas de redes sociais, fuga do assunto da reportagem alvo de comentário, injúrias e difamações, dentre outros. Como veremos no capítulo 3, isso não impede a veiculação massiva de discursos de ódio e conexões espúrias (relacionar as ocupações com o então governo federal de Dilma Rousseff) que fogem ao teor das matérias – bem como mensagens idênticas (enaltecendo o governo do PSDB) em várias reportagens que tratavam do mesmo tema.

Como ressaltam Seligman e Furtado (2011, p. 403ss), analisando as matérias mais lidas, comentadas e compartilhadas da *Folha de S.Paulo*, constata-se que aquelas que mais provocam a reação dos usuários/leitores são as da editoria de variedades, com mais que o triplo de interação em relação ao segundo colocado (que varia entre a editoria de política e internacional).

Assim, vemos que esses assuntos mais cotidianos e banais (reportagens sobre lazer, celebridades, receitas etc.) despertam o interesse em primeiro plano nos leitores. Não obstante, a segunda editoria que mais se destaca é a de política ou internacional (a depender do período e da interação suscitada, mas sempre com pouca diferença entre si, alternando-se entre segunda e terceira posição).

Como nossa análise desemboca na editoria de educação, é curioso notar a posição que esta ocupa no rol de interações: é a quarta editoria em termos de matérias compartilhadas, a sétima em quesito de comentários e a nona em relação às matérias lidas. Fica atrás de

15 TERMOS e condições de uso. *Folha de São Paulo*. São Paulo, sem data. Comentários. Disponível em: <<http://comentarios1.folha.uol.com.br/termos>>. Último acesso em 20/04/2017

editorias como Meio Ambiente, Saúde, Ciência e Esportes (além das mencionadas Variedades, Política e Internacional). Em todas as situações, está sempre mais do que quatro vezes atrás do primeiro colocado.

Se o jornalismo online permite essa aferição da visibilidade de um conteúdo, bem como a análise de sua repercussão, é certo que traz ainda outras possibilidades, como atesta o Manual da Redação. Uma delas é a possibilidade de criar links que remetam o leitor de um texto a outro, podendo retomar matérias antigas sobre o mesmo fenômeno (para sequências e desdobramentos de um evento). Outra possibilidade é a atualização e correção de conteúdos (algo menos fácil para a versão impressa, na qual apenas se poderia criar uma errata no dia seguinte – a chamada seção “Erramos”).

Nas palavras do Manual,

Tenha em mente que, na versão digital, qualquer conteúdo pode ser alterado se isso for necessário para corrigir problemas, esclarecer passagens obscuras, acrescentar informações relevantes ou incluir novos elementos de edição. Quando houver modificação relevante, deve-se informar com transparência o horário em que ocorreu a atualização (*ibid.*, p. 80).

Esses são, em linhas gerais, os avanços do novo Manual da Redação, o qual manteve a estrutura dos manuais anteriores – afinal, não possuía motivos para alterá-los, já que se consolidaram como modo dominante de se fazer jornalismo. Seus acréscimos foram pontuais, atualizando aspectos que estavam defasados e, sobretudo, acrescentando diretrizes para o jornalismo online e a postura que o profissional deve ter nas redes sociais.

Diante desse panorama, as matérias jornalísticas são produzidas seguindo as regras de padronização do veículo. Não obstante sabermos sua origem e a posição ocupada no campo jornalístico, é vital que possamos analisar o conteúdo publicado diariamente, o qual é feito levando em conta não apenas sua posição, mas elementos díspares como o interesse dos leitores e debates que são empreendidos na esfera pública. Justamente por isso é vital que conheçamos algumas correntes teóricas dos estudos sobre comunicação, com as quais dialogaremos.



### **1.3 Abordagens teóricas sobre comunicação, imprensa e opinião pública**

#### **1.3.1 Teorias da comunicação e surgimento do campo disciplinar**

Armand e Michèle Mattelart (2001, p. 9), ao traçarem um panorama das teorias da comunicação e suas diversas abordagens ao longo do (curto) tempo desde que esse campo se constituiu, indicam que a comunicação enquanto disciplina nasceu nos interstícios de diversas outras áreas de saber, como a filosofia, história, psicologia, geografia, sociologia, cibernética, economia e várias mais.

Isso se deveu ao surgimento de novas indagações, derivadas dos avanços tecnológicos do século XIX, os quais despertaram o interesse de diversos pesquisadores, em virtude de uma maior interconexão entre tecnologias (como avanço nos meios de transporte e de distribuição, por exemplo), por um lado, e sua relação com a pauperização de trabalhadores e possibilidades de manutenção da ordem, por outro.

Como indicado por Marcovich e Shinn (2011), ao analisar a formação de campos disciplinares no século XX e XXI, novas indagações fazem com que diferentes atores saiam de suas disciplinas para as fronteiras destas, buscando, com isso, sanar a questão que se colocou, por meio de projetos que envolvam novas áreas de conhecimento.

Isso aconteceu com a área de comunicação. Levou ao surgimento de um campo que estudava os fenômenos do desenvolvimento tecnológico por meio de uma perspectiva analítica que englobava diversos saberes de diversas disciplinas. Centrava-se, de um modo geral, nos processos comunicativos e de informação, não raro tentando entender como alcançar o controle, com fins de pacificação social.

Buscando encontrar legitimidade frente a todos os outros campos de saberes, que tinham o peso da tradição como fiador de sua capacidade analítica, os teóricos que passaram a se dedicar ao campo da comunicação valeram-se de modelos advindos das ciências naturais para justificar a cientificidade do que estavam propondo e fazendo. Adaptações de concepções biologizantes eram feitas por analogias mais do que por rigor analítico.

Aqueles que primeiro se dedicaram a esse estudo, mostra o casal Matellart (*ibid.*, p. 17), dividiram os meios de comunicação em dois elementos, sendo que o primeiro era assemelhado ao sistema vascular, distribuindo as substâncias nutritivas ao meio social, enquanto o segundo se assemelhava ao sistema nervoso, permitindo o controle do organismo

e a relação entre o centro e as periferias do organismo social. Exemplos do primeiro e segundo caso são, respectivamente, as estradas e ferrovias, de um lado, a imprensa, correio e telégrafos, de outro.

Essas visões que buscaram se legitimar por uma referência às ciências biológicas eram predominantemente ensaísticas e teóricas. Somente nos Estados Unidos, no começo do século XX, passou a ganhar uma faceta empírica, embora não se descolando, a princípio, do viés das ciências naturais. Não à toa Robert Park, líder da escola sociológica de Chicago, escreve, em 1923, a “História Natural do Jornal”, mostrando brevemente o surgimento da imprensa e seu importante papel como meio de controle social e como forma de acomodação de estrangeiros, os quais eram socializados pela mídia, com suas funções “americanizadoras” (PARK, 1923, p. 275).

Se, com a abordagem de Park, os estudos de comunicação deixam de ser meramente teóricos e adquirem uma faceta empírica, vendo quais são mais lidos por estrangeiros, quais as consequências disso para uma maior assimilação da nova cultura (a americana), é apenas alguns anos mais tarde, com Lasswell (1948), que os meios de comunicação se tornam objeto privilegiado de estudo no meio acadêmico estadunidense.

Lasswell não abandona o viés das ciências naturais, trabalhando com uma concepção funcionalista na qual os meios de comunicação possuem uma estrutura e há uma forma de alcançar maior eficiência no processo comunicativo. Como ressalta o autor (1971, p. 110), a comunicação não se restringe, de forma alguma, à imprensa, mas se deve sobretudo à família, vizinhos e comunidade local. O estudo da comunicação deveria se pautar em responder cinco perguntas: 1) Quem; 2) Diz o quê; 3) Em que canal; 4) Para quem; 5) Com que efeito? (LASSWELL, *op. cit.*, p. 105).

Atentando para esse aspecto, mas pensando de forma quantitativa, o que serve para legitimar de vez os estudos da comunicação, que passam a adquirir o caráter de científicos, uma vez que quantificáveis, Lazarsfeld, mostra-nos o casal Mattelart (*ibid.*, p. 47-8), recorre a *surveys* e análises da influência da imprensa nas orientações políticas dos cidadãos. Constatou, por fim, que a mídia não possuía todo o poder que lhe era atribuído, uma vez que surge a figura dos líderes comunitários, líderes cuja opinião influía sobremaneira na decisão dos indivíduos, muito mais do que o acesso aos canais de informação.

Assim, passou-se a teorizar a ideia de uma comunicação em duas etapas, sendo que os meios de informação poderiam influir na percepção do líder, mas sua influência (desses

meios) seria limitada diante dos demais cidadãos, que tenderiam a seguir a orientação mais depurada do líder comunitário.

Independentemente dos avanços que essas abordagens trouxeram para o campo da comunicação, elas não foram as únicas. Outras correntes teóricas trouxeram novas contribuições e orientações analíticas, algumas das quais se distanciando por completo daquilo que se vinha falando até então, criando grandes rachas internos no campo científico recém-criado e em vias de consolidação. Uma dessas abordagens é aquela advinda das teorias da informação.

Com efeito, nos anos 40 predomina uma visão matematizada da comunicação (MATTELART e MATTELART, 2001, p. 57-8), com modelos frios e estanques de como se desenvolve o processo comunicativo (entendido de maneira mais ampla, envolvendo desde a fala até os telégrafos). Ainda se pensa com modelos teóricos das ciências naturais, mas há uma tentativa de sistematizar de maneira mais racional os processos comunicativos. Nesse período surgem dois modelos de maior envergadura, o modelo formal de Shannon e o referencial cibernético de Wiener.

O primeiro modelo tentou sistematizar matematicamente o processo comunicativo, inspirado na racionalidade do telégrafo, vendo a comunicação como algo meramente instrumental, passível, portanto, de ser planejada e predita, com vistas a sua maior eficácia. Não à toa foi feita por um engenheiro e matemático no âmbito de pesquisas desenvolvidas em empresas de comunicação, que queriam maximizar seus resultados.

Essa abordagem criou as categorias necessárias ao processo comunicativo, chamadas de fonte, codificador, canal, decodificador e destinação. Cada parte envolvida no processo tinha sua função previamente definida e, caso agisse a contento, evitaria o “ruído”, aquilo que interfere na comunicação e no pleno envio ou compreensão da mensagem.

Poucos anos após a publicação do modelo de Shannon, seu professor, Norbert Wiener, lança novo modelo, de inspiração cibernética, tentando mostrar que a informação deve circular e que disso depende o progresso da sociedade. A presença de ruídos ou barreiras na comunicação geraria a entropia do organismo social, degradando o ambiente e culminando na sua dissolução.

As duas últimas abordagens dialogavam fortemente entre si, sem levar em conta as outras abordagens produzidas até então. Seu caráter mais técnico e matematizado foi de grande influência no período, mas não foi a única concepção desenvolvida. Nessa mesma

época, surgiu uma abordagem que acabou por tirar a pretensão das ciências biológicas e matemáticas de estudar o processo comunicativo, delegando essa função para as ciências humanas e sociais.

Tal abordagem foi a da escola de Palo Alto, que clamava o desenvolvimento de um modelo próprio das ciências humanas para entender a comunicação, que considerasse a inter-relação complexa entre emissor e receptor, vendo a importância que o receptor tinha para a criação da mensagem, não sendo agente passivo do processo comunicativo. Predomina, de modo geral, uma concepção antropológica da comunicação englobando seus diversos mecanismos como os gestos, a posição social, os tons, olhares e etc.

Esse foi, de modo geral, o último momento em que a comunicação passou a ser estudada de forma mais ampla, em todas as abordagens que o processo poderia englobar. Conforme a área de estudos foi se consolidando, afinou-se seu interesse. Poucos anos após a escola de Palo Alto, chegou um novo momento de estudos, cujo foco foi exclusivamente os meios de comunicação, sua atuação e seus efeitos.

Tais abordagens assumiram os ares mais diversos, de acordo com o objeto de estudo e o referencial teórico adotado. Para os fins de nossa reflexão, dialogaremos com quatro grupos teóricos, mostrando seus avanços e limitações, os quais nos permitem entender e discutir o tema que nos propomos.

A primeira abordagem que discutiremos é aquela que trata do *agenda-setting* e do *framing*. Tais teorias mostram a atuação dos meios de comunicação (sobretudo a imprensa) na cobertura dos eventos noticiosos, ditando *o quê* será visto e *como* será visto. Tal abordagem frutificou nos EUA e, no Brasil, foi usada principalmente para os estudos que relacionam coberturas midiáticas às eleições.

A segunda abordagem em que nos deteremos é aquela que chamaremos de “abordagem do campo jornalístico”, a qual apresenta as posições dos jornais e dos jornalistas como de grande influência (ou mesmo determinando) na produção de notícias e matérias. Tal abordagem é inspirada sobretudo nos referenciais de Pierre Bourdieu, mas permite que autores de outras tradições, sem nominar o sociólogo francês, enveredem por essa discussão, que fornece chaves para entendermos as inclinações que os veículos adotam nas coberturas que fazem.

A terceira abordagem que discutiremos é a da sociologia crítica, a qual enfatiza os elementos da indústria cultural dos meios de comunicação, bem como seu caráter ideológico.

Monopólios, hegemonia, padronização de conteúdo, buscas pelo lucro são alguns dos principais problemas tratados por essa abordagem. Para efeitos de análise, agrupamos nessa mesma abordagem escolas e tradições diferentes, como a Escola de Frankfurt e a sociologia de Gramsci, pois, de um modo geral, ainda que por caminhos diversos, ambos enfoques teóricos fazem críticas centradas no mesmo aspecto, no que tange aos estudos sobre a imprensa. Na seção em que essa abordagem é discutida, faremos maiores distinções entre os conceitos de cada um dos enfoques teóricos, mostrando suas semelhanças e diferenças.

Por fim, a quarta abordagem na qual nos determos debaterá a visibilidade e discutibilidade que os meios de comunicação permitem. Adotaremos o referencial habermasiano, que deriva imediatamente das discussões da Escola de Frankfurt e suas releituras, mostrando que a opinião pública é influenciada e, ao mesmo tempo, influencia as coberturas midiáticas, em um movimento dialógico (ainda que com assimetria de forças). Isso não impede vieses de noticiamento, mas abre a possibilidade para mudanças discursivas ao longo de uma cobertura, de acordo com os rumos que a discussão pública trilhar.

Todas essas abordagens e questões suscitadas formam uma ampla agenda de pesquisa, sobre a qual deve se debruçar a Sociologia da Comunicação (ou da imprensa). É importante ressaltar que todas elas já foram antevistas e propostas por Weber (1910), quando este elabora um programa de pesquisa para se estudar o jornalismo.

Segundo o autor, questões-chave que deveriam ser feitas gravitariam em torno de indagações como: “o que se torna público por meio da imprensa e o que não?” (WEBER, 2005 [1910], p. 14); “qual é a procedência, a formação e quais são os requisitos que o jornalista moderno deve cumprir do ponto de vista profissional?” (idem, p. 18); quais as possibilidades de ocorrerem trustes (monopólios) no setor e “quais seriam as consequências para o caráter dos jornais se ocorresse algo assim?” (idem, p. 16s) e; o aumento do capital significa “um aumento de poder que permite moldar a opinião pública arbitrariamente? Ou... significa uma crescente sensibilidade por parte das distintas empresas diante das flutuações da opinião pública?” (idem, p. 16).

Todas essas foram questões propostas pelo autor, sendo da alçada dos sociólogos responderem-nas, olhando de forma crítica para a estrutura das relações que permitem o fazer jornalístico, em vez de focar-se exclusivamente nesse fazer. É, de um modo geral, sobre esses pontos que se debruçam as abordagens ora discutidas.

### 1.3.2 *Agenda-setting e framing*

A teoria do *agenda-setting* e do *framing* são, sob certos sentidos, complementares. Ambas antevêm a participação da mídia na forma como são conduzidas e firmadas as percepções do público sobre determinados temas (aqueles que são noticiados).

A teoria do *agenda-setting* afirma que a mídia não diz o quê as pessoas devem pensar, mas influencia sobre os assuntos que serão pensados (não necessariamente os determinando). Isso se deve, sobretudo, ao fato de os meios de comunicação noticiarem apenas alguns eventos que acontecem no mundo, não a totalidade dos acontecimentos<sup>16</sup>. As pessoas só teriam acesso, de um modo geral, àquilo que lhes fosse noticiado pela imprensa, negligenciando o resto – ou ao menos não lhe dando tanta atenção.

Assim sendo, criar-se-iam percepções seletivas (McCOMBS e SHAW, 1972, p. 182) sobre a realidade, de acordo com aquilo que fosse veiculado pela imprensa. Ora poderiam focar na violência que acomete os centros urbanos, contribuindo para que se discutisse a segurança pública, ora, dariam destaque para problemas econômicos nacionais (que, pouco tempo depois, mesmo sem uma resolução, deixariam de ser noticiados e, por conseguinte, de ocupar o pensamento dos indivíduos), até aquele de ordem cultural e “moral”. Os meios de comunicação determinariam, assim, os temas que seriam discutidos pela opinião pública.

Segundo Eugene Shaw,

the agenda-setting theory says that because of news-papers, television, and other news media, people are aware or not aware, pay attention to or neglect, play up or downgrade specific features of the public scene. People tend to include or exclude from their cognitions what the media include or exclude from their content (SHAW, 1979, p. 96).

É importante frisar, contudo, como coloca o autor (*ibid.*, *idem*), que o impacto que as notícias provocam no indivíduo não está em suas atitudes, mas em suas cognições, fazendo-o pensar sobre o assunto que é posto na cena pública.

Como analisa Cohn (2014, p. 97s), a teoria política estadunidense – sobretudo nos estudos de Lazarsfeld – já indicava que a comunicação seguia dois níveis, isto é, as pessoas captavam as opiniões de seu grupo próximo, dos líderes e influenciadores comunitários, não

<sup>16</sup> Isso, aliás, é ponto pacífico no jornalismo. O próprio Manual da Redação da *Folha* reconhece essa necessidade e elenca os critérios que devem ser usados para a seleção de pautas (reconhecendo que jornalismo não é ciência exata e não existe um critério único para determinar o que é notícia), conforme vimos na segunda seção desse capítulo. Vide, a esse respeito, Folha de S.Paulo (2018, p. 65s)

diretamente dos meios de comunicação. Estes líderes comunitários, contudo, eram informados e construíam suas pautas e opiniões com base no que era noticiado nos meios de comunicação. Havia um filtro, mas a influência das mídias estava presente.

O avanço trazido pela teoria do *agenda-setting* estava, justamente, em não negligenciar esse aspecto inter-relacional, reconhecendo a importância dos contatos interpessoais para a formação dos pensamentos e entendimentos dos indivíduos, mas trazendo a ideia de que as pessoas perguntam umas às outras suas opiniões sobre os eventos, não a informação pública (SHAW, *op. cit.*, p. 98).

Dito em outras palavras, em meio a um escândalo político, as pessoas poderiam perguntar às outras sobre o que elas acham dos eventos que estão se desenrolando – mas não lhes perguntariam sobre os eventos em si, querendo obter informações (posto que caberia às mídias fornecer essas informações).

Assim, para Shaw (*ibid.*, p. 101), a mídia influencia não o comportamento mental ou verbal das pessoas, mas a estrutura de seus pensamentos e suas atividades privadas e sociais, ao determinar o assunto sobre o qual o indivíduo focará sua atenção. Afinal, em virtude da ênfase que se dá a certos tópicos, os indivíduos criarão classificações e se ordenarão a partir daí, não refletindo acerca de outros tópicos que também poderiam ocupar sua atenção, caso fossem noticiados. Como coloca o autor, “out of sight *can* be out of mind” (SHAW, *op. cit.*, p. 104, grifo no original). Ou, em outras palavras, um acontecimento só tem existência pública se é constituído como tal pelos meios de comunicação (MAUGER, 2007, p. 39).

Não obstante esse aspecto, Robert Entman (1993) introduz uma variante nos estudos sobre os meios de comunicação. Sem questionar o que a teoria do *agenda-setting* afirma, o autor acrescenta que, não apenas as mídias determinam o quê será pensado, como, de igual modo, influenciam a forma como os assuntos serão pensados. Essa é a teoria do *framing*, que destaca as seleções e saliências que são feitas pelos veículos informativos, ganhando a atenção do público e conduzindo suas percepções.

Na análise do autor,

framing essentially involves selection and salience. To frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation for the item described (ENTMAN, 1993, p. 52).

Dito de outro modo, o *framing* afirma que o enfoque que um jornal dá a determinada notícia pode conduzir o entendimento do seu público, fazendo-o apoiar determinados aspectos, não questionar outros, gerar interpretações causais sobre eventos ou avaliações morais sobre assuntos.

Seria, basicamente, a ideia de que a forma como uma matéria é feita poderia gerar convencimentos entre seu público, que ficaria propenso a apoiar as saídas propostas para os problemas enunciados. Descrever, à exaustão, crises econômicas e problemas que poderiam advir se desfalques nas contas públicas não fossem estancados poderia fazer com que medidas de austeridade fossem apoiadas, por exemplo, sem que se questionassem outras possibilidades<sup>17</sup>.

Assim sendo, o *framing* definiria problemas e sugeriria soluções – após diagnosticar as causas e fazer julgamentos morais, segundo o autor (idem).

É importante ressaltar que tal teoria admite que o *framing* pode ser encontrado em quatro “locais”, e, em todos eles, operaria essa lógica de seleção e ênfase em determinados aspectos. Tais locais são o *comunicador* (o jornalista que dá ênfases conscientes e inconscientes a determinados aspectos, em virtude de esquemas pelos quais guia seu sistema de crenças)<sup>18</sup>, o *texto* (cujos enquadramentos se manifestam na ausência ou presença de determinadas palavras-chave, estereótipos e seleções de informações que reforçariam determinado julgamento), o *receptor* (que tem seus próprios esquemas, os quais podem entrar em desacordo com o enquadramento da notícia, gerando resistências e a não-aceitação do que é dito – ou, caso não tenha um esquema definido sobre o assunto, poderá ser conduzido pelo enquadramento dado pela notícia) e a *cultura* (que apresenta o estoque de posições possíveis para um mesmo assunto e controvérsia, fazendo com que *framings* que destoem deste espaço dos possíveis sejam, de antemão, barrados e descartados), conforme coloca o autor (ENTMAN, *ibid.*, p. 52s).

É importante salientar que a teoria do *framing* aceita o papel do receptor no processo comunicativo, salientando que seus processos e esquemas mentais podem fazer com que ele

17 A respeito das retóricas adotadas no jornalismo econômico, criando verdades e impossibilitando outros pontos de vista, conferir Kucinski (1998, p. 37-46).

18 Fontenelle (2004) ilustra esse ponto ao tratar da cobertura de guerras feita pela imprensa – sobretudo a guerra no Iraque – mostrando que nem mesmo os jornalistas percebiam os vieses que estavam sendo veiculados. Eles passaram a conviver com os militares, durante a guerra no Iraque, e, em suas coberturas, assimilavam a visão de mundo dos soldados, sendo engolfados pela lógica do “nós” (estadunidenses e britânicos) contra “eles” (terroristas que precisavam ser combatidos). Dessa forma, houve apoio às atuações e poucos questionamentos sobre eventuais abusos, entre os “repórteres enlistados” (que viviam junto das tropas), fazendo um enquadramento positivo dos ataques bélicos no país.



recuse uma matéria ou notícia, caso estas entrem em choque com eles. O indivíduo não é pensado como um receptor passivo, portanto.

Aliás, como Gomes (2016) analisa, é comum que indivíduos enxerguem a mídia como parcial e adversária de suas próprias posições, interpretando como distorções quaisquer informações que contradigam o esquema de pensamentos pelos quais o leitor (ou telespectador) se paute. Isso faz com que os meios de comunicação sejam vistos, frequentemente, como tendenciosos (GOMES, 2016, p. 8) e, consequentemente, que suas matérias sejam recebidas com cautela.

Isso é válido, como coloca o autor, para assuntos os mais variados, como política, moral ou esportes: tudo aquilo com o que uma pessoa esteja engajada fará com que ela se torne cética no que concerne à cobertura midiática sobre aquele elemento em questão – e não necessariamente sobre os demais (GOMES, *ibid.*, p. 15).

Para além de não enxergar o receptor como sujeito passivo, o *framing* também merece destaque por apontar os fenômenos sociais (a cultura) como determinante para o enquadramento, pois esta indica que assuntos podem ser noticiados e quais não o serão (afinal, só será considerado notícia o que a cultura do período assim o considerar).

Esses elementos permitem que consideremos a atuação da mídia de modo mais complexo, para além de uma imposição vetorial de ideias e valores. Enquadramentos serão dados, mas isso não redundará em sua aceitação por parte do público: espaços de discussão são possíveis (ENTMAN, *op. cit.*, p. 53).

Assim sendo, entender o *framing* é entender as visões de mundo que são veiculadas pelo canal noticioso – não necessariamente entender a ação do público ou seu entendimento. Só é possível entender essa visão de mundo ao analisar o enquadramento de uma matéria, o que, segundo o autor, se dá por meio da análise de elementos da notícia (palavras-chave, por exemplo), não pela totalidade do conteúdo (*idem*, p. 57).

As teorias do *agenda-setting* e a do *framing*, são utilizadas, segundo Colling (2001, p. 98s), por duas correntes teóricas que estudam as mídias: de um lado estão os que defendem os “efeitos poderosos” dos meios de comunicação e chamam a atenção para o fato que o agendamento de pautas e os enquadramentos dominantes dados a determinados assuntos podem obscurecer alguma informação que lhe seja oposta. Do outro lado estariam os defensores dos “efeitos limitados”, os quais chamam a atenção para o fato de o público

interpretar a notícia segundo seu arcabouço e experiência e, além disso, de que só aceitaria o agendamento se já atribuísse alguma relevância ao tema que é noticiado.

Estariam longe de chegar a um consenso sobre o assunto, mas, independentemente disso, usam o mesmo léxico e são os principais modelos utilizados nos estudos sobre meios de comunicação, mormente em Ciência Política.

Segundo Rocha (2011), os estudos de Sociologia da Comunicação não prosperaram no Brasil, sendo relegados a segundo plano e fazendo com que a mídia fosse estudada ou pelos próprios jornalistas ou pela Ciência Política (a qual apenas a discutia para debater os seus efeitos sobre votos e eleições).

Ilustrativo disso é a trajetória de Gabriel Cohn, quem introduziu a teoria da Indústria Cultural e os estudos sobre comunicação no país, o qual deixou o departamento de Sociologia e migrou para o de Ciência Política da USP, abdicando dos estudos de comunicação, embora ainda trabalhando com a matriz frankfurtiana<sup>19</sup>.

Igualmente ilustrativo e sintomático é a trajetória de seus ex-orientandos que estudavam Sociologia da Comunicação, como ressalta a autora (ibid, p. 455 e seguintes): Maria Arminda no Nascimento Arruda passou a estudar a alta cultura; Gisela Taschner passou a estudar o consumo, o turismo e o lazer; Ciro Marcondes Filho migrou para a Escola de Comunicações e Artes e passou a abordar outras perspectivas que não a frankfurtiana.

De igual modo, a autora comenta (p. 457s), após analisar a programação de diversos anos, que na ANPOCS não há um GT específico para a mídia, sendo que esta só é discutida lateralmente, em Ciência Política, quando se quer ver seu efeito sobre o voto, isto é, não se problematiza os meios de comunicação por si.

Parece, segundo ela, que esse campo ficou relegado aos profissionais da Ciência da Comunicação, com seus encontros e congressos específicos para tratar das mídias, como a Intercom, Compós e Socine, para citar os mais importantes. É o que argumentam Rubim e Azevedo (1998, p. 201), sobretudo ao afirmarem que a Ciência Política tende a subestimar o papel dos meios de comunicação, enquanto a Ciência da Comunicação superestima a influência que eles têm na construção de identidades partidárias e resultado de pleitos.

19 É digno de nota que, na primeira edição de seu livro *Sociologia da Comunicação* (1973), o autor apresente, nas conclusões (p. 161s), aquilo que deveria ser um programa de pesquisa para a sociologia da comunicação. Na segunda edição, de 2014, essa parte foi suprimida. Indicaria que o sociólogo não reconhece mais um campo de pesquisa para essa área de saber?

A despeito disso, ao estudar os efeitos dos meios de comunicação sobre os votos e percepções políticas, os politólogos adotam os referenciais de ambas as teorias (*agenda-setting* e *framing*), sem problematizar outros aspectos sobre as mídias e seus possíveis efeitos.

Nesse sentido vai Luís Felipe Miguel (2002, p. 171), ao indagar como seria possível perceber o que a mídia não mostrou, bem como se defender dos “pseudo-eventos”, isto é, dos falsos agendamentos, que desviariam a atenção do público para outras questões, que não as mais relevantes.

Embora o autor forneça uma análise mais nuançada, mostrando que o jogo político se arvora em inter-relações complexas com o mundo econômico e com as mídias (idem, p. 181), em que o capital simbólico e a posição do agente político influirão sobremaneira nos efeitos que a imprensa pode ter sobre ele, a conclusão gravita no fato de as mídias não serem neutras e possuírem fortes efeitos na percepção pública sobre os agentes e atores políticos, de acordo com suas coberturas e noticiamentos.

De igual modo, Mundim (2014) segue o mesmo itinerário, ao analisar a cobertura da imprensa nas eleições presidenciais de 2006, chegando à conclusão de que os meios de comunicação possuem uma dupla força: para os espectadores que estão muito expostos à imprensa e não são diretamente afetados pelo assunto que é noticiado, a mídia tem efeitos poderosos, conduzindo a percepção e fazendo com que suas visões sejam aceitas pelo público. Para audiências que são particularmente afetadas pelo evento que é noticiado, ou que não estão muito expostas aos meios de comunicação, os efeitos destes são limitados, não conseguindo gerar adesão integral a suas coberturas e pressupostos.

Tais abordagens teóricas, como vemos, ainda são adotadas e possuem forte poder explicativo, mas deixam lacunas numa análise mais sistemática que se pretenda executar. Afinal, seus efeitos seriam limitados ou poderosos? Ou variariam segundo cada recepção, como argumenta Mundim?

Com efeito, segundo Gabriel Cohn (2014, p. 196), a Sociologia da Comunicação deve estudar não só a mensagem e a recepção, mas, sobretudo, o contexto de produção da informação – assim como a própria notícia.

Dessa forma, ainda que tais teorias nos tragam elementos importantes para a análise dos meios de comunicação, não devem ser as únicas a pautar a análise sociológica, pois outros referenciais permitem que reflitamos sobre outros aspectos que determinam a produção das

notícias veiculadas – e esse contexto é vital para que enxerguemos o jornal como campo de disputas.

### **1.3.3 Campo jornalístico e contextos de produção da notícia**

A produção de uma matéria jornalística vai muito além da mera lógica informativa, que visa mostrar ao público o que aconteceu, após uma apuração minuciosa por parte do repórter. Ela está eivada de conflitos e disputas internas e externas, que condicionam sua elaboração.

Como mostra Champagne (1995), o campo jornalístico é “dependente” de outros dois campos, o político e o econômico. Diante disso, suas visões de mundo passam a ilustrar as divisões próprias dos campos aos quais está “submetido”. Em outras palavras, o jornalismo veicula produções de sentido inerentes ao mundo político e econômico. A explicação do mundo passa a ser gerida por essas duas lógicas.

Mais do que analisar apenas a dependência do campo jornalístico à política e à economia, é vital salientar que, a despeito dessa dependência, o campo é relativamente autônomo. Nas palavras de Bourdieu, “dizer que ele é autônomo, que tem sua própria lei, significa dizer que o que nele se passa não pode ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos” (BOURDIEU, 1997, p. 55).

Não estamos diante, portanto, de um mero reprodutor de discursos de outros campos. Há uma lógica interna inerente ao jornalismo, o qual se vale das visões de mundo oriundas da política e economia, mas as trabalha e desenvolve segundo a atuação dos próprios atores no campo jornalístico.

É essa lógica própria, aliás, que permite a criação de mitos inerentes ao campo, como mostra Neveu (2006), ao discutir a ideia que se criou do jornalismo como “quarto poder”, baluarte da democracia e com o vital papel de fiscalizar os demais poderes, evitando abusos. Isso não se deu pela lógica política e econômica, mas por efeitos do próprio campo jornalístico, em um processo de autolegitimação.

Ainda segundo Bourdieu,

um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem

no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças (BOURDIEU, *op. cit.*, p. 57).

Assim sendo, para se entender o que é veiculado na imprensa é preciso saber qual a posição que o jornalista que escreveu a matéria ocupa neste campo, assim como a posição que o veículo no qual trabalha ocupa (idem, p. 58). Algo nesse sentido poderia ser analisado levando-se em conta o peso econômico do jornal, quantidade de leitores, bem como peso simbólico (idem, p. 58).

É apenas por meio desse recurso que poderíamos entender as posições tomadas por um meio de comunicação específico, vendo o que ele veicula e o que relega a segundo plano (ou mesmo nem menciona), bem como a forma como veicula o que é publicado, que vozes conseguem se manifestar e quais visões de mundo são mobilizadas.

Miguel e Biroli (2010, p. 69) arriscam, nesse sentido, que “como os jornalistas estão na posição de ‘classe média’, é natural que na imprensa haja também o predomínio de uma perspectiva de ‘classe média’”. Sob certos sentidos essa afirmação é válida, mas ela reduz sobremaneira o peso das posições simbólicas que os indivíduos ocupam no interior do campo jornalístico, que, muitas vezes, conduzem sua produção.

É verdade que eles possuem padrões comuns de socialização, nas universidades e redações, como colocam os autores, mas trabalham em veículos que ocupam posições distintas no campo jornalístico e, mesmo eles, ocupam posições simbólicas distintas no interior desses veículos, de acordo com os destaques e cargos que forem ocupando ao longo de sua trajetória, bem como dos assuntos que cobriram, dos furos e achados jornalísticos que apuraram etc.

Aliás, o predomínio de uma perspectiva de classe média pode se justificar por outros meios, como a tentativa, dos órgãos de imprensa, de atingir um público extenso, adotando pontos que não choquem, que evitem exclusões ou divisões (BOURDIEU, *op. cit.*, p. 63), mas que criem polêmicas controladas, com a lógica própria do campo e de seus influenciadores (campo político e econômico).

É por esse caminho, aliás, que enveredam Miguel e Biroli (*op. cit.*, p. 63), quando discutem a produção da imparcialidade na perspectiva jornalística. Segundo os autores, a controvérsia deve ser mantida dentro de parâmetros aceitáveis: diferentes vozes devem estar presentes, mas um consenso básico deve ser possível. De um modo geral, segundo eles, as controvérsias têm como vozes discordantes as vozes dos principais partidos políticos, não

permitindo contestações mais viscerais, que questionem o próprio sistema político e econômico, por exemplo.

Até mesmo os especialistas envolvidos seguem essa lógica tácita, na construção desse discurso domesticado, em que a controvérsia se mantém dentro de determinados patamares. Como coloca Sponholz (2008, p. 600), um especialista é selecionado segundo três critérios principais: deve poder dizer o que está acontecendo, ter uma vinculação institucional que lhe conceda credibilidade (olha-se mais a posição que o pesquisador ocupa do que sua produção científica) e ser capaz de se adaptar às rotinas de produção jornalística.

Em virtude disso, os mesmos *experts* são chamados para falar dos mais variados assuntos, mesmo que não os pesquisem diretamente. Isso ocorre porque são “fáceis de lidar”, adaptando-se à lógica do veículo e se restringindo a responder as perguntas tais quais são formuladas. Essa constatação já fora feita por Bourdieu (*op. cit.*), o qual fala de grupos de intelectuais que, desprovidos de capital simbólico no seu campo de origem, fazem todo o possível para aparecer nos meios de comunicação e alcançar uma espécie de “prestígio midiático”, uma outra forma de distinção simbólica.

O avanço trazido por Sponholz (2008) está no fato de ela ter feito uma pesquisa empírica com os repórteres de diversos jornais brasileiros e constatar que a mesma lógica é adotada por eles. Mais sintomático do que isso é o resultado de seu *survey*, que indica que mais da metade dos experts que os jornalistas ouviriam para fazer a cobertura de uma notícia já estavam na sua lista de contatos – o que mostra que já foram abordados outras vezes e que há algum trânsito entre eles.

Além disso, salta aos olhos o fato de que os experts são a terceira fonte preferencial para cobrir qualquer notícia, atrás apenas dos dados oficiais e dos afetados diretamente pelo fenômeno a ser noticiado (*idem*, p. 607).

Curiosamente, contudo, as duas primeiras fontes constituem, via de regra, os dois lados de uma possível controvérsia. O expert sempre será o detentor de um conhecimento técnico e, por conta disso, não será questionado (ao menos não com frequência), como coloca a autora (*idem*, p. 614). Será um “mediador”, que trará o conhecimento e a legitimidade da instituição em que atua para o debate público, sem que se questione suas posições e o quanto suas pesquisas são motivadas por elas<sup>20</sup>.

20 No mais, como coloca Bourdieu (1997, p. 70), o especialista (o sociólogo, no caso discutido pelo autor) será considerado “bom” de acordo com as falas emitidas por ele. Quanto mais elas se aproximarem da opinião do jornalista, mais bem qualificado ele (especialista) será, na concepção do jornalista. Procura-se, assim, apenas

Nisso acontece um processo de “neutralização do conhecimento”, isto é, ele torna-se neutro, pacificado, sem que se questione seus contextos de elaboração. Uma política econômica defendida por um economista acadêmico seria considerada “neutra”, a despeito da posição que ele ocupa no campo político-econômico e a qual abordagem teórica se filie. Segundo a autora, em raros momentos há um espaço para um embate entre falas de especialistas durante uma matéria. Quando há espaço para debates, isso ocorre em espaços destinados para isso. Na notícia em si, suas falas são tratadas como fatos, ainda que se tratem de “opiniões” e posicionamentos individuais (idem, p. 600).

Ora, ao não questionar a informação dada pelo expert e considerá-la como um fato, o jornalismo acaba naturalizando uma visão de mundo como se fosse fiadora da realidade. Como os especialistas chamados para participar e emitir suas declarações estão vinculados a determinados centros e aceitam a lógica produtiva do jornalismo, tendem a emitir opiniões que não questionem o cerne do problema proposto, o que faz com que o jornalismo, ao veiculá-las, “apresente-se como fiscal de uma ordem que ele não contesta” (MIGUEL e BIROLI, 2010, p. 72).

Esse processo de neutralização e naturalização de um conhecimento não se trata, no entanto, de uma prática deliberada e manipulatória de veicular uma única visão de mundo, aceita pelo meio jornalístico. As lógicas que a isso obrigam são várias, como a acessibilidade do especialista e a pressa para terminar a notícia.

Com efeito, como coloca Darlton (1990), o processo que faz operar o contexto da escrita das notícias é rápido e quase inconsciente. É incorporado pelos jornalistas, os quais executam seu trabalho tendo em vista outros fins que não apenas informar (como o prestígio que podem obter fazendo boas coberturas).

Como coloca o autor, havia, em seu tempo de redação, o mito de que um jornalista deveria escrever para uma menina de doze anos de idade. Essa deveria ser a ideia de seu público leitor. Isso se devia, como conclui, ao fato de as notícias demandarem clareza e legibilidade (DARLTON, 1990, p. 70).

Independentemente disso, no entanto, o autor coloca que os jornalistas têm pouco contato com seu público leitor e recebem relativamente pouco retorno deles (idem, p. 80). Por conta disso, eles

escrevem pensando em toda uma série de grupos de referência: seus preparadores, seus diversos editores, seus diferentes grupos de colegas na seção de Cidades, as fontes e objetos de seus artigos, os repórteres de outros jornais, seus amigos e parentes e grupos de interesses específicos (DARLTON, *op. cit.*, p. 85).

Essa ideia de que os jornalistas escrevem pensando em seus pares, seus colegas de profissão, já estava posta em Bourdieu, o qual comenta que ninguém lê tantos jornais quanto um jornalista e que este, grosso modo, pauta seu agir nos concorrentes e pares (BOURDIEU, *op. cit.*, p. 32s). Darlton apenas acrescenta que, além de seus pares no presente, os jornalistas se comparam e pautam pelos padrões estabelecidos no passado, pelas construções míticas de grandes jornalistas, tentando seguir seus passos – ou legitimar os próprios (DARLTON, *ibid.*, p. 86).

Para além de tudo isso, Darlton também chama atenção ao fato de os jornalistas adotarem, imperceptivelmente, o ponto de vista dos atores sobre os quais escrevem com frequência, tendendo a aceitar o *status quo* e as visões veiculadas pelo Estado (idem, p. 82s) – ainda que as questionem em alguns aspectos.

Vemos, então, que a atuação jornalística é guiada pelas ideias que os jornalistas têm de seus pares (eles escrevem pensando, sobretudo, neles e em seus editores). Ainda que uma pauta seja dada pelo editor (e que o texto final sofra alterações), a escrita será feita de acordo com essa imagem que o jornalista evoca – e que acaba sendo convertida em seu *habitus*. É baseado nisso que o jornalista apurará a notícia, ouvirá fontes e pedirá pareceres de especialistas.

A despeito disso, não é só a posição que o jornalista ocupa no campo que influenciará o modo como um assunto é abordado. O veículo no qual trabalha também ocupa um espaço, o qual deve ser levado em conta para entendermos os assuntos que são discutidos e a forma como são discutidos. Além disso, a própria “dependência” do campo jornalístico ante o campo político e econômico influencia o rol de visões de mundo que serão veiculadas.

A análise do campo jornalístico e das posições de seus atores é fundamental para uma Sociologia da Imprensa, que estude o que é produzido e em que contexto. Deve ser levada em conta, também, quando refletimos sobre mudanças discursivas ao longo de uma cobertura (como durante as manifestações de junho de 2013 ou durante as ocupações dos secundaristas, como veremos no terceiro capítulo). Todavia, não é a única dimensão que atua nesse processo, havendo outras variáveis e tensionamentos, como a percepção do público, conforme tentaremos argumentar.



### 1.3.4 Indústria cultural, monopólio e hegemonia

Os conceitos de Indústria Cultural e Hegemonia advêm de tradições teóricas distintas. Não pretendemos, aqui, construir uma síntese entre elas – ou mesmo pressupor que tal síntese seja possível. Limitamo-nos a tratar brevemente de ambas concepções teóricas na mesma seção apenas por entender que o caráter crítico com que se apresentam é importante para que entendamos a construção e veiculação de matérias e discursos nos meios midiáticos.

Ambas concepções críticas seriam enquadradas, por Umberto Eco (2015), como “apocalípticas”, isto é, aquelas que enxergam o papel perigoso (com manipulações, padronizações e propagação de ideologias) dos meios de comunicação. Contrapor-se-iam aos “integrados”, aos intelectuais que defenderiam os benefícios e importância de tais meios. Para o semiólogo italiano (*ibid.*, p. 49), a chave crítica a ser adotada deveria enfatizar que os bens culturais produzidos não são nem inerentemente maus, nem inerentemente bons, demandando análise em cada aspecto. Não é possível, no entanto, reverter a lógica industrial na qual se imiscuiu a cultura, a despeito das conclusões a que chegemos.

Antes de mais nada, devemos ter em mente que o conceito de Indústria Cultural surgiu como uma contestação à mercantilização da cultura, isto é, aos bens artísticos (RODRIGUES, 2014). Não fora pensado especificamente para a imprensa – ainda que possamos extrapolar alguns de seus argumentos para essa área, algo que foi feito posteriormente por Habermas (2005).

Se para Eco (2015, p. 12) este constitui um conceito fetiche, por emparelhar acriticamente o conceito de cultura (que pressupõe um contato sutil entre almas) com o de indústria (que evoca ideias como as linhas de montagem e produções massivas), fazendo com que o primeiro conceito se submeta ao segundo, Cohn (1990) apresenta uma outra interpretação ao conceito.

Para ele, é uma crítica conservadora imaginar que a “indústria” se impõe e subordina a “cultura” a si. O que ocorre, na verdade, é que as determinações particularizantes da cultura são amalgamadas às determinações generalizantes de sua produção e distribuição (COHN, 1990, p. 11).

Dito de outro modo, a crítica não está na “morte da cultura”, mas na sua padronização, fazendo com que o permanentemente novo seja sempre o antigo com nova indumentária. É o próprio mascaramento dos processos de produção, que se mostram como individuais, embora

ocultem a racionalização das técnicas envolvidas nesse processo e na sua distribuição (ADORNO, 1971, p. 289).

Os pontos-chave que mereceriam a crítica estariam dispostos, portanto, na padronização e produção em série, bem como a concentração monopolista dos meios técnicos de produção, gerando, necessariamente, produtos idênticos entre si (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 100).

Essa crítica ao monopólio, por sua vez, é central na obra de teóricos que criticam a atuação dos meios de comunicação. É nesse sentido, por exemplo, que caminha Borges (2009, p. 58s) ao traçar o quadro dos detentores dos meios de comunicação no Brasil, verificando sua concentração na mão de poucas famílias – sobretudo em seis: Marinho (Globo), Abravanel (SBT), Saad (Bandeirantes), Civita (Abril), Frias (Folha) e Mesquita (Estado).

Segundo ele, essa concentração garantiria que houvesse um silenciamento sobre pautas e acontecimentos que fosse do interesse econômico dessas famílias ocultar, bem como o superdimensionamento de eventos que tivessem o desejo de divulgar (a ideia de *agenda-setting*). Mais do que isso, permitiria que manipulassem as informações ao seu bel-prazer, havendo pouco espaço para se questionar suas verdades e apresentar outras visões sobre um mesmo evento.

Chomsky, por sua vez, vai mais longe ao afirmar que o que podemos encontrar é o monopólio coletivo dos meios de comunicação e daquilo que é produzido (CHOMSKY, 2014, p. 31). Isto é, as mesmas visões e posições são veiculadas pelas mais diversas mídias, mudando-se apenas algumas nuances, não o ponto de vista interpretativo da realidade, com destaque para a prevalência de um viés de classe burguês, isto é, o ponto de vista do “partido dos negócios”, para usar os termos do autor (idem). Ainda que a mídia estivesse nas mãos de outros agentes, ela se vincularia a uma posição específica e à visão de mundo a ela subjacente. Além de estar concentrada na mão de poucos empresários, estaria vinculada a uma única visão de mundo. Nesse sentido, ele se aproxima da lógica gramsciana.

Para Gramsci (2000), há duas esferas no interior das superestruturas. A primeira seria a sociedade política, a segunda, a sociedade civil. Se na sociedade política há o monopólio da violência estatal e da coerção, garantindo a dominação de alguns grupos ante o domínio de outros, na sociedade civil impera outra lógica. Nela se busca a hegemonia, a tentativa de se conseguir aliados e aceitação de seu domínio por meio do consenso – que se dá por meio da propaganda e ideologia.

Para Gruppi (1978, p. 1), o termo hegemonia deve ser entendido etimologicamente, mostrando que ele deriva da palavra grega *eghestal*, que significa conduzir, ser líder, comandar. *Eghemonia*, seu derivado, era, por sua vez, um termo militar, que indicava o comandante supremo do exército e das forças que combateriam.

Para o autor é vital que tenhamos isso em mente, pois só assim poderemos entender que

o conceito de hegemonia é apresentado por Gramsci em toda sua amplitude, isto é, como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer (GRUPPI, 1978, p. 3).

Isso significa, como salienta Moraes (2010, p. 54), que o conceito “pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras”. Haveria, assim, a aceitação de uma visão de mundo que mascara a realidade para determinadas classes, ocultando a dominação que sofrem no seio da sociedade.

A luta pela libertação e emancipação das classes subalternas, assim, significaria mais do que autonomia na esfera econômica e das forças coercitivas da sociedade política. Significaria uma reforma intelectual e moral, na percepção de novos pontos de contato com a realidade (SIMIONATTO, 2009, p. 46).

Nesse processo, a mídia exerce papel central, seja na construção de consensos e agendamento de temas que merecerão ênfase, esvaziamento ou extinção (MORAES, 2010, p. 67), seja na elaboração de discursos contra-hegemônicos, que buscam difundir novas visões de mundo ou mostrar outros agendamentos possíveis<sup>21</sup>, como mostra Fadul (1982, p. 28s), ao analisar rádios comunitárias e mídias alternativas.

Como coloca Lins da Silva,

É evidente que os meios de comunicação são os instrumentos mais utilizados pelos detentores do poder econômico e político para tentar inculcar sua racionalidade de dominação sobre o restante da sociedade. Os meios de comunicação de massa são hoje, possivelmente, os aparelhos mais eficientes na tarefa de manutenção da hegemonia burguesa (LINS DA SILVA, 1982, p. 18).

21 Dênis de Moraes (2010, p. 74) chama atenção ao fato de que o advento das tecnologias digitais permite a criação de espaços públicos contra-hegemônicos, nos quais são trazidos à discussão elementos que são negligenciados (ou cobertos de forma enviesada) pela mídia hegemônica. Exemplos nesse sentido não faltariam, como coletivos como a PONTE, Mídia NINJA, dentre outros.

Uma das muitas formas usadas para garantir esse objetivo, além do agendamento de temas, como já discutido, está no “empalidecimento de conflitos”, como coloca Leal Filho (1982, p. 118), que consiste no eufemismo durante crises iminentes, com o intuito de fazê-las passar despercebidas. Essas visões de mundo, por sua vez, acabam sendo adotadas por aqueles que estão em uma situação de subordinação, ainda que entre em choque com suas atividades práticas (ALVES, 2010, p. 74).

Se é verdade que há essa tendência hegemônica nos meios de comunicação, não é menos verdade que é possível abrir caminhos no sentido da contra-hegemonia, com meios alternativos e uma nova *práxis* política.

No mais, ainda devemos pensar em termos de possíveis resistências por parte do público que recebe as notícias, que não as aceitaria exatamente como são oferecidas. O grande problema para a análise gramsciana, aliás, não está na mera produção de notícias e na sua veiculação, mas na lógica e visão de mundo hegemônica que é nelas veiculada. Um indivíduo poderia resistir ao conteúdo que é apresentado, mas aceitar sua lógica subjacente<sup>22</sup>.

Nesse sentido, Arbex Jr. (2001, p. 99ss), sem recorrer exatamente ao argumento gramsciano, mostra o quanto o discurso neoliberal permeia os meios de comunicação, como lógica subjacente (e o quanto isso se deve a interesses corporativos, não só ideológicos).

Para o autor, a hegemonia (ideológica e do capital) tem grandes consequências para a forma como as notícias são selecionadas, distribuídas e interpretadas. Não obstante,

Para as megacorporações da mídia, a defesa da ordem econômica globalizada ultrapassa a questão ideológica. Tornou-se uma medida de sobrevivência, já que apenas um sistema internacional que permitiu a desregulamentação e a privatização dos veículos de comunicação na maior parte dos países pode garantir a própria existência das grandes corporações transnacionais (ARBEX JR., 2001, p. 100).

Isso mostra que, para além do aspecto ideológico que visa conquistar a hegemonia, impera também a lógica puramente mercantil, que visa a manutenção do lucro e dos aspectos econômicos da empresa de comunicação.

22 Em termos didáticos, isso se travestiria, por exemplo, no indivíduo que, não obstante o fato de trabalhar cotidianamente e se manter nas mesmas condições materiais de pobreza, acredita, de modo difuso, que pessoas pobres só o são porque não trabalham e que os ricos são ricos porque merecem, fruto de todo seu trabalho e dedicação. Podem até questionar matérias que falem da melhora nas condições de vida dos brasileiros, vendo que suas condições não melhoraram. Ainda assim, não questionaria o modo de produção, a acumulação ou a ideia da meritocracia e de que trabalhando se enriquece.

Aliás, essa busca econômica faria com que alguns assuntos deixassem de ser apresentados, com medo de perder público, o que redundaria em perda de capital. É nesse sentido que argumenta Queler (2013, p. 118) ao dizer que, com medo de afastar seus assinantes e leitores com determinados tipos de mensagem, os jornais simplesmente optariam por não noticiá-la. Essa política seria válida, também, no que concerne à publicidade, com discursos conformados à lógica dos conglomerados e das grandes empresas, como complementa o autor (*idem*).

A esse respeito, contudo, Bucci (2000, p. 60-7) parece discordar ao afirmar que o método “Igreja-Estado”, que prega a separação entre os jornalistas e os dirigentes econômicos do veículo funciona ao impedir ingerências administrativas na cobertura de notícias e proposição de pautas.

Em seu argumento, o que “sustenta qualquer empresa dedicada ao jornalismo não é a publicidade, mas a credibilidade pública” (BUCCI, 2000, p. 65). Segundo ele, não há publicação jornalística alguma, que tenha sobrevivido ao longo prazo, que tenha agido de maneira a privilegiar os interesses de anunciantes ou de outra fonte de renda (*idem*, p. 66). É claro que, nesse sentido, ele fala a respeito de matérias tendenciosas, não na vinculação de ideologias que visem conquistar e manter a hegemonia.

Um outro caráter que merece destaque quando discutimos os meios de comunicação pelo prisma dessas teorias mais críticas, voltando ao enfoque da Indústria Cultural, está na concepção de que tais meios estimulam o pensamento em bloco. Segundo Cohn (1997, p. 15), são oferecidos blocos de significados aos indivíduos e, apesar de serem intrinsecamente contraditórios, apresentam-se como coerentes entre si, demandando a aceitação de sua totalidade. Essa é uma de suas dimensões ideológicas.

É com base nisso que Cohn (1973, p. 162) propõe que a Sociologia da Comunicação deveria analisar as mensagens em si, as quais comporiam os sistemas ideológicos que perpassam as sociedades complexas. Seria decompor os blocos e fazer a crítica imanente de cada uma de suas peças estruturantes, vendo o que elas apregoam e como se oferecem para a aceitação do público.

É verdade, contudo, que as pessoas aceitam e consomem o que lhes é veiculado com certa dose de reserva, sem acreditar inteiramente no que lhes é dito (ADORNO, 2009, p. 69s). Ainda assim, dada a concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos grupos, não acaba havendo muitos espaços para a formação de uma consciência, para o questionamento

ativo do que é dito e a elaboração de novos posicionamentos (CADEMARTORI e MENEZES NETO, 2013, p. 207s).

A despeito disso, há espaços que surgem para a discussão e o debate público e eles se alimentam de materiais que são veiculados nos meios de comunicação, para além de seus monopólios, possíveis manipulações e propagação de visões hegemônicas do mundo.

Nessa linha interpretativa, o conteúdo veiculado alimenta a opinião pública, a qual discute os elementos que ganham visibilidade e até mesmo constrange mudanças discursivas por parte dos meios de comunicação.

Apenas é importante frisar, nesse sentido, que tais discussões não vão tão longe no plano ideológico: não discutem visões hegemônicas e formas de estabelecer a contra-hegemonia. De um modo geral, aceitam a possibilidade de atuação dos agentes da sociedade civil em questões mais próximas do cotidiano – como políticas públicas e questões morais. Não enveredam pelos possíveis caminhos que tal discussão poderia trazer a longo prazo (no que concerne a uma mudança mais profunda nas estruturas de dominação<sup>23</sup>).

Essa linha evoca ideias trazidas por Adorno e sua noção de Indústria Cultural e segue dois caminhos: mantém-se crítica em questões-chave, mas abre espaço para se cogitar arenas discursivas e de deliberação. Elas não tentam, nesse sentido, acrescentar ou refutar traços centrais das teorias que apresentamos nessa seção, por focarem seus estudos em aspectos mais próximos da realidade cotidiana. É sobre essas abordagens que nos debruçaremos agora.

### **1.3.5 Opinião pública, esfera pública e debate mediante razões: entre visibilidade e discutibilidade**

Quando Habermas trata da gênese dos jornais e da esfera pública burguesa (2014), reconhece seu papel central na discussão mediante razões, a qual exigia que o poder soberano

23 Sem mencionar a teoria de Gramsci, Habermas (1987) oferece um contraponto a sua ideia de hegemonia, dizendo que a aceitação da ordem burguesa, embora condicionada pelos meios de comunicação de massa, dá-se em virtude do esgotamento das energias utópicas. Tal esgotamento ocorreu com o advento do estado de bem-estar social e a convicção de que o capitalismo poderia coexistir pacificamente com a democracia, graças à intervenção estatal (p. 107). Além disso, nos momentos de crise do estado de bem-estar social, os indivíduos beneficiados por sua política poderiam desenvolver uma mentalidade conservadora, almejando manter as posições conquistadas. Unir-se-iam, assim, às velhas classes médias, num bloco contra os grupos menos favorecidos e marginalizados (idem, p. 108). Até que ponto essa mentalidade conservadora – que é ideológica – se deve aos meios de comunicação hegemônico ou à própria vivência dos sujeitos que experienciam a realidade de ascensão socioeconômica é a questão que deveria ser analisada. Há, sem sombra de dúvida, uma dimensão ideológica. A questão é como ela se manifesta: veticionalmente, dada pelos meios de comunicação, ou de maneira intersubjetiva.

prestasse contas de suas decisões e atos. Diante disso, o público, que debatia cultura, passou a debater as decisões estatais, exigindo publicidade e transparência. Era a gênese da opinião pública.

O termo ‘opinião pública’ se forma e começa a ser usado na segunda metade do século XVIII, como nos mostra Habermas (2014, p. 134). É usado, de modo geral, como indicativo do “público que julga”, isto é, da camada burguesa, que passa a discutir mediante razões tudo aquilo que é submetido a seu escrutínio, ou seja, tudo aquilo que ganha publicidade.

Se a princípio essa discussão é voltada para a discussão literária, em pouco tempo assume dimensão política, através de um “tribunal” que discute e avalia o que o poder público tem feito ou está em vias de fazer.

Essa discussão pode endossar ou mesmo dificultar a ação do agente público, constituindo forte moderador para suas ações. Mais do que isso, essa passagem da discussão literária para a dimensão política é a própria constituição da opinião pública, pois, no primeiro momento, por estar focada em questões estéticas, representa um “gosto público”. É só quando discute política que se pode falar, de fato, em “opinião pública”, como comenta Gabriel Cohn (2014, p. 43). Nessa lógica, “opinião pública” é algo eminentemente político.

Cohn, discutindo a gênese do termo e de seu significado, percorre diversos teóricos e pensadores, chegando à constatação de que a própria definição de “opinião pública” é política – por vezes ideológica.

O fato primeiro a ser pensado, segundo o autor, é que a noção de “opinião”, possuidora de uma base individual, sempre precede a de “pública”, tendo a primazia. É ela que dá o caráter pungente do termo analisado, e seu surgimento está atrelado ao processo de secularização da consciência individual do âmbito da Reforma Protestante.

Se com essa secularização o indivíduo pôde arbitrar sobre os mais diversos campos, a discussão e arbítrio “coletivo” permitiria a formação de uma opinião maior que a dos indivíduos, ao mesmo tempo que diferente da mera soma das opiniões individuais. Constituiria, assim, uma opinião geral (em contraposição a uma opinião de todos, mera soma de opiniões), na qual a neutralização recíproca das opiniões individuais permitiria o surgimento de algo maior que isso, algo mais racional e voltado para o bem público. Deve-se notar, no entanto, que essa opinião legítima é dada pelos cidadãos, parcela instruída e possuidora de bens (e necessariamente pequena, em qualquer sociedade).

A contrapartida radical a essa limitação da opinião pública (dada apenas pelos proprietários de bens e instruídos) seria proposta por Rousseau, que, em seus tratados, expande a noção da cidadania para todos aqueles que vivem em sociedade, tendo acordado tacitamente com o contrato social.

Segundo Cohn, é sua distinção entre vontade geral e vontade de todos que prenuncia o tratamento a ser dado futuramente à opinião pública (a vontade geral). Ela seria o tribunal no qual todos (indivíduos e atos) teriam de comparecer, em busca de aprovação ou crítica.

Assim, vemos que com Rousseau temos a expansão de opinião pública, sua universalização, em detrimento da limitação até então imposta – na qual apenas uma pequena parcela, a burguesia em ascensão, poderia participar.

Essa expansão, contudo, acompanhou, tempos depois, um movimento contrário, de nova limitação: Se em primeiro momento buscava-se ampliar a participação de todos os cidadãos nessa esfera opinativa, pouco depois essa expansão passou a ser vista como algo perigoso, pois descaracterizaria qualquer debate, com um público pouco esclarecido. Surgia, então, a ideia de “opinião de massas”.

Cohn chama a atenção para o melindre dessa ideia, que passa a ser ideológica e política, afinal, segundo ele, sempre que uma opinião for contrária àquilo que espera uma “elite” (seja econômica, intelectual ou qualquer outra), será definida como “opinião de massa” e perderá sua credibilidade. Caso a opinião esteja de acordo com aquilo que era esperado, assumirá o título de “opinião pública”. Os termos passam a designar, então, mais ficções ideológicas, rótulos a serem utilizados para legitimar ou deslegitimar algo, do que uma realidade empiricamente observável (ou seja, entendê-la como imediatamente dada).

Por esse movimento, poderíamos dizer que houve “a redefinição valorativa do tema da opinião pública: de instância emancipadora apta a garantir as liberdades civis contra a absorção pelos interesses do Estado, ela se converte em ameaça a essas mesmas liberdades, entendidas como direitos dos indivíduos” (COHN, 2014, p. 61).

Essa construção valorativa e conceitual, eivada de aspectos ideológicos, seria um primeiro passo a ser levado em conta na teoria da opinião pública, por mostrar, mais do que a gênese do termo, sua evolução e ressignificação de acordo com o momento histórico e com os poderes emergentes.

O que deve ser levado em conta, quando se fala em opinião pública, é que a imprensa e as mídias sempre estiveram atreladas à discussão sobre esse conceito (LINS DA SILVA,



2014), seja aparecendo como instrumentos de informação que permitiriam um debate mediante razões, qualificando-o, seja aparecendo como meio de manipulação, ideológico, que massifica conteúdos e não permite uma discussão ou reflexão crítica. Essa mudança de posicionamento, mais do que mostrar uma evolução histórica dos meios de comunicação, mostra sua ambivalência enquanto meio que permite a formação de sociabilidades específicas.

Para Habermas (2014, p. 95), os meios de comunicação de massa, de uma função da opinião pública, passaram a atrair a opinião pública para si, produzindo publicidade. Isso, segundo ele, faz com que o público tenha de mudar o funcionamento da imprensa, para que possa construir uma zona “crítica”, provocando um debate mediante razões e saindo da mera publicidade estatal (idem, p. 132).

Parte dessa mudança pode ser vista nos dias de hoje, com a expansão das tecnologias da informação e comunicação, que permitem uma quebra da fala e de sua legitimidade, garantindo que todos (ou quase todos) possam manifestar suas opiniões (não apenas receber a opinião hegemônica de um meio ou grupo, portanto), apropriando-se e resistindo aos conteúdos veiculados em outras mídias (MEDEIROS, 2013, p.32).

Esse processo permite a formação de novos padrões de sociabilidade, de formação de grupos, de produção de conteúdo e formação de opiniões. Dada sua atualidade, pouco se falou sobre o assunto, que em si é ambivalente, permitindo desde concepções mais positivas, vendo seu potencial de criação de redes e de maior democratização ao acesso e produção de debates, até visões mais pessimistas, de caráter baumaniano, que enxergam a criação de trincheiras (o que não possibilitaria um debate mediante razões), polarização de discursos, e produção pouco qualificada de material (BAUMAN, 2008, p. 139ss).

Mesmo antes da presença dessas novas tecnologias da informação e comunicação já se falava desse caráter ambivalente da opinião pública. Como coloca Habermas,

A “opinião pública” assume um significado diferente conforme reivindique para si a condição de uma instância crítica em relação à publicidade normativamente imposta da execução do poder político e social, ou sirva como uma instância receptiva em relação à publicidade manipulativamente difundida de pessoas e instituições, bens de consumo ou programas (HABERMAS, 1971, p. 187).

Isto quer dizer que a opinião pública pode assumir tanto um caráter eminentemente contestatório – como o era desde sua origem – quanto um caráter “não-público”, isto é, como

mero receptáculo da publicidade manipulativa (publicidade aqui entendida como uma espécie de “propaganda”, não da publicização de fatos ou eventos).

A distinção pode ser melhor pensada se tomarmos a distinção entre um público que discute (opinião pública política) e um público que consome as informações (opinião não-pública), isto é, a transformação dos cidadãos em consumidores (HABERMAS, 2009, p. 179; p. 132), parte de um mercado que vende informação, seguindo critérios mercadológicos.

Para Habermas (2006a) isso se deve ao ‘iconic turn’, a transformação dos discursos em imagens, na propensão a se privilegiar o espetáculo em detrimento da discussão. Nesse sentido, a esfera pública se tornaria uma caixa de ressonância para ideias que são difundidas não pela sua facticidade e pretensões de validade, mas pelo papel das representações e construções de figuras imagéticas, que se sobrepõem ao debate mediante razões, por não permitirem qualquer reflexão, mas apenas o consumo passivo das informações dadas.

Nesse aspecto, temos uma separação que devemos levar em conta na discussão sobre opinião pública e meios de comunicação.

Como mostra Lubenow (2012, p. 218), Habermas sempre se manteve cético com o potencial emancipativo propiciado pelos meios de comunicação de massa, acreditando que a chave crítica da Indústria Cultural de Adorno era válida e deveria ser continuada, focando-se nesses meios.

Isso se devia ao fato de o teórico reconhecer que a esfera pública fora colonizada pelo mundo do capital e, por conta disso, despolitizada. Sua defesa do uso da teoria da Indústria Cultural repousava justamente nas reflexões sobre a despolitização e conformismo, que se dá pela mistura da informação com o entretenimento, personalização de questões objetivas, dramatização dos eventos e fragmentação de contextos (HABERMAS, 2006b, p. 422). Tudo isso levaria a uma esfera pública aclamativa (HABERMAS, 2014, p. 490), que não discute mediante razões, mas aceita a publicidade como um espectro do marketing político (e não como visibilidade pública).

Em virtude disso, podemos ver que, para o autor, a imprensa e a esfera pública burguesa (contrapondo-se à esfera pública representativa que vimos no começo do capítulo) foram elementos de politização e de controle. Tinham o potencial de possibilitar o debate e a deliberação sobre os assuntos públicos.

Não obstante, com o advento dos meios de comunicação de massa, houve a colonização e despolitização da esfera pública, com a constituição de um espaço aclamativo,

no qual há a ênfase na imagem (e não nas palavras que formam os argumentos) e no entretenimento. Não haveria mais um espaço para o debate.

Poderiam ser criticados inúmeros aspectos dessa nova realidade, entendidos como patologias da comunicação política (HABERMAS, 2009, p. 172-180), como a construção de consumidores, não de cidadãos (elementos de um paternalismo político), monopólios dos meios de comunicação, manipulações de informações e desinteresse em apresentar visões alternativas sobre um mesmo evento<sup>24</sup>, acesso seletivo aos espaços de debate e deliberação, colonização da esfera pública por imperativos de mercado, polarização e simplificação dos conflitos, sentimentos de impotência, baixa confiança na política.

Assim sendo, a análise habermasiana sobre os meios de comunicação é crítica e “pessimista”, se entendermos por tal termo que ela não enxerga elementos de emancipação nos meios de comunicação de massa, mas apenas uma publicidade manipulativa. Há, portanto, ceticismo ante a possibilidade da sociedade civil exercer influência sobre o sistema político, como mostra Lubenow (2012, p. 217).

Apesar dessa conotação mais crítica, releituras da teoria habermasiana salientam outros aspectos, os quais mostram espaços de resistências possíveis (ainda que incompletos).

Habermas, no prefácio à edição de 1990 de sua obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, reconhece que “ao lado da esfera pública hegemônica, e entrelaçada com ela, forma-se uma esfera pública plebeia” (HABERMAS, 2014, p. 43). Embora se foque no estudo da esfera pública burguesa, houve, desde aquela época e durante o passar dos anos, o surgimento de esferas públicas alternativas – operárias, feministas e de subculturas, com premissas próprias e não negociáveis (idem, p. 41). Tais esferas públicas tinham seus meios alternativos de comunicação e outras formas de chegar a consensos e deliberações.

Não se pode falar que, com o advento dos meios de comunicação de massa, eles tenham deixado de existir, constituindo uma “massa” disforme. Como destaca Cohn (2014, p. 29), isso poderia ser até mesmo uma argumentação ideológica, que mascara a existência de classes e conflitos latentes no seio da sociedade.

Partindo desse princípio, e centrando os estudos em elementos do associativismo e nos movimentos de contestação, as releituras da teoria habermasiana fazem uma cisão dialógica entre visibilidade e discutibilidade (LYCARIÃO, 2010).

24 Habermas cita, aqui, o caso da guerra no Iraque, no qual a imprensa estadunidense não se esforçou nem se interessou por apresentar visões alternativas para a invasão que se desenrolava, aceitando a ideia de uma “guerra contra o terrorismo” (HABERMAS, 2009, p. 174).

Sem descartar as críticas do modelo habermasiano aos meios de comunicação – afinal vieses e manipulações podem ser encontrados com frequência nas mídias –, tampouco a crítica à ideologia e posições ideológicas de tais meios, os autores que defendem esta releitura constroem sua argumentação em outra via.

Para eles, a despeito da cobertura que seja feita, ela tem o potencial de gerar debate público, o qual, por sua vez, pode levar a mudanças discursivas por parte do próprio veículo que divulgou as notícias anteriormente. É a dimensão da visibilidade (dada pelos meios) e da discutibilidade (desenvolvida na arena pública), em constante diálogo. Uma permanência da opinião pública, no seio das mídias de massa.

Para Gomes (2008, p. 131), deveríamos entender, com o advento dos meios de comunicação, que a estrutura da esfera pública se alargou: há, agora, a esfera da visibilidade pública e a esfera pública.

Para o autor, os meios de comunicação permitem que os temas sejam apresentados para um amplo público (não mais um pequeno grupo burguês). Esses indivíduos, ao contrário do que pode dominar nas imagens e projeções feitas, não está isolado. Ele possui grupos aos quais se filia e com os quais dialoga.

Se é verdade que a esfera da deliberação pública ficou estrita aos parlamentos e em menor grau à sociedade civil (idem, p. 160), essa seria uma característica da democracia representativa que se fundou, não necessariamente resultado das atuações midiáticas. A despeito disso, a visibilidade permitiria que os temas fossem discutidos pelos telespectadores, com suas redes de conhecidos. Para o autor, “é a visibilidade que ancora a discutibilidade na democracia” (idem, p. 162). É apenas com ela que a pluralidade de vozes poderia ser distinguida no meio da polifonia de questões na sociedade contemporânea, ocasionando pensamentos diferentes sobre problemas e a deliberação sobre soluções possíveis (BOHMAN, 1998, p. 423).

Com a visibilidade, os indivíduos discutirão sobre aquilo que é trazido a seu conhecimento e formarão suas opiniões, após diálogo com suas redes mais próximas. Diante da posição que se tomará, os resultados serão dados em termos de votos (quando de uma decisão política), ou da aprovação ou reprovação do que está sendo proposto.

A falta de mobilização maciça ante as notícias ou eventos não é resultado de uma passividade construída pela veiculação midiática, mas indica que os indivíduos apenas protestarão contra elementos concretos que os afete mais diretamente. Isso, contudo, não

significa que não haja manifestações “menores”, de acordo com cada questão e público afetado (MENDONÇA e MAIA, 2008, p. 133-6; MARQUES e MAIA, 2008, p. 190s; REIS e MAIA, 2008a, p. 226).

Como coloca Maia (2008a, p. 181), os diversos públicos precisam “fazer notícia”, criando fatos noticiosos como manifestações, passeatas, trancamentos de ruas, dentre outras táticas, para conseguir visibilidade para suas pautas. Somente assim, com a divulgação de notícias sobre um evento, poderão chamar um amplo público para o debate, discutindo suas questões<sup>25</sup>.

Deste debate, decisões serão tomadas e tais decisões, por vezes, refletem-se no seio político, com o atendimento de pautas. Tudo dependeria do apoio maciço do público a um determinado aspecto (o que só se daria pela discussão propiciada pela visibilidade de um evento).

É evidente que esse tipo de atuação não ameaça ou questiona o próprio sistema – não há grandes chances de um amplo contingente apoiar o fim da propriedade privada ou do sistema capitalista, por exemplo<sup>26</sup>. Ainda assim, há espaço para mudanças pontuais no seio da própria sociedade, com críticas a algumas injustiças, preconceitos, dentre outros aspectos.

Nesse sentido, o que de pior poderia acontecer a um evento seria não ser noticiado – pois, nesse caso, perderia seu esteio de debate público, deixaria de ser visto por grande público e não suscitaria grande discussão.

É para evitar isso que os movimentos de protesto e reivindicação assumem ares estético-expressivos (DOWBOR e SZWAKO, 2013), na tentativa de ganhar visibilidade midiática<sup>27</sup>. Como coloca Maia,

25 A autora coloca ainda que o ambiente midiático é, também, um fórum para o debate cívico, permitindo, mesmo que as pautas e políticas públicas propostas não sejam alcançadas, que identidades sejam construídas e reforçadas, permitindo a criação de laços entre indivíduos e relações intersubjetivas, alcançando novas audiências e estabelecendo diálogo (MAIA, 2009, p. 113).

26 Ainda assim, como lembra Carneiro (2012), isso não impediu que diversos movimentos se espalhassem pelo globo no ano de 2011, questionando o modelo capitalista e as desigualdades a ele subjacentes, angariando simpatia popular. Nessa mesma linha vai Zizek (2012, p. 17), mostrando que as situações de crises econômicas geraram um ambiente de contestação que foi se encorpando ao longo do tempo, sempre criticando o modelo até então vigente de sociedade.

27 Como coloca Blotta (2013, p. 450), “assim como não existe comunicação sem um suporte linguístico, não há argumentação sem sua respectiva autorrepresentação estética”. Assim sendo, esses recursos adotados em manifestações, e mesmo a lógica imagética dos meios de comunicação, não consistiriam elementos patológicos por si, sendo meras possibilidades discursivas e de captação de visibilidade. Se permitissem, com isso, a reflexão e a discussão pública, teriam cumprido seu papel e permitido a comunicação.

quando encampados pelos media, as falas dos atores da sociedade civil podem colocar sob suspeita as perspectivas e os discursos apresentados pelos atores poderosos, chamando a atenção pública para pontos de vista alternativos ou para novas razões, ou mesmo desestabilizando formas inteiras de justificação (MAIA, 2008a, p. 188).

Assim sendo, os diversos atores devem conquistar um espaço de fala nos meios de comunicação, caso queiram efetivamente propiciar um debate sobre seus pontos e chamar o apoio popular. Caso isso não se dê de imediato, a melhor forma, como comentado por Maia (2008a, p. 181), é a de “fazer notícia”, criando fatos que farão com que a imprensa os cubra, para não perder prestígio e capital simbólico (o que se daria caso não noticiassem eventos relevantes)<sup>28</sup>.

Nesse sentido, mesmo coberturas enviesadas permitiriam o debate e, com a voz dos manifestantes sendo veiculada, o público poderia passar a apoiá-los. Isso, por sua vez, poderia até mesmo levar a mudanças discursivas por parte dos veículos, que o fariam visando sua posição no campo jornalístico (para não perder prestígio ou para manter a autoimagem) e para acompanhar a opinião pública que se formaria.

É o que argumenta Maia (2008b, p. 113), ao afirmar que “a troca argumentativa distendida no tempo e no espaço através da mídia de massa favorece a revisão do próprio posicionamento num dado campo discursivo”.

Ainda segundo a autora, “não assumimos relações de causalidade direta entre as mudanças nos discursos acessíveis na esfera da visibilidade dos media e aquelas sustentadas pela opinião pública. Esses são processos que imbricam de forma complexa e exigem patamares específicos de análise” (idem, p. 118).

Devemos, então, estudar cada caso vendo a mudança discursiva que ocorreu, as posições ocupadas no campo jornalístico, o quadro político do momento, bem como a opinião pública que se forma. De todo modo, a possibilidade de mudanças discursivas já indica um campo de disputas e conflitos, em que interesses antagônicos lutam pela legitimidade.

Dessa forma, se a comunicação de massas não corresponde à comunicação espontânea cara a cara que é o modelo da deliberação (HABERMAS, 2009, p. 137), não deixa de ser

28 É essa a argumentação seguida por Bucci (2002), o qual afirma que, durante as campanhas pelas “Diretas, já!”, as manifestações ganharam tamanha proporção que fizeram com que a Rede Globo (que até então silenciara sobre sua existência) tivesse de divulgá-las. No entanto, manipulou deliberadamente a informação, dizendo que se tratava de uma comemoração do aniversário da cidade. Segundo o autor, isso entrou para os cânones do mau jornalismo e faz com que a rede perde prestígio entre alguns telespectadores (BUCCI, 2002, p. 29ss; 208s).

verdade que ela fornece o lastro do que será discutido pelos mais diferentes atores da cena pública (MAIA, 2008b, p. 93).

Mesmo que não sejam provedores neutros de informação, como reconhecem os autores dessa perspectiva (idem, p. 95), em virtude de suas relações políticas, econômicas e culturais, ainda assim “os cidadãos comuns podem aprender a incorporar ou contestar os insumos fornecidos pelos meios de comunicação, a formular juízos competentes e trocá-los em conversações e debates politicamente relevantes” (idem, p. 115).

Assim sendo, ainda que a posição que o meio de comunicação ocupe faça com que ele privilegie algum tipo de notícia em detrimento de outras (e que dê certos enquadramentos a elas), além de fazê-lo porta-voz de determinadas visões de mundo, aquilo que é veiculado suscita (ou, ao menos idealmente, pode suscitar) o debate e reflexão pública.

Nesse sentido, os atores que querem chamar a atenção para suas pautas devem chegar a essa arena de visibilidade (seja por sua pauta, seja “fazendo notícia”). Isso fará com que suas questões sejam debatidas e que até mesmo mudanças na interpretação/divulgação dos meios de comunicação sejam possíveis – com seus reflexos na esfera política ou econômica – dada a complexidade de forças e fatores envolvidos.

É isso que pretendemos analisar no caso da reorganização escolar (2015) e das ocupações secundaristas. Antes, no entanto, precisamos entender quais atores estavam envolvidos nessa disputa.

## 2 OS ATORES

No caso ora estudado temos, de um modo geral, dois grupos principais de atores em disputa: de um lado, o governo de São Paulo (sob a gestão do PSDB), de outro, os estudantes secundaristas. O primeiro fez uma proposta organizacional que afetaria a rede pública de educação; o segundo, passou a manifestar-se sistematicamente contra essa proposta, objetivando sua revogação.

Para além desses dois grupos principais, há diversos outros atores envolvidos no caso em questão, sejam professores, intelectuais, gestores, dentre outros. Esses outros atores tomaram parte do debate, aproximando-se de um dos polos da disputa, trazendo argumentos e indagações.

Seja como for, não tiveram o protagonismo que os dois grupos principais tiveram, motivo pelo qual os abordaremos apenas lateralmente, focando nossa descrição sobre a proposta de reorganização escolar (medida do governo de São Paulo) e sobre a ocupação dos secundaristas (uma das formas de protesto contra a proposta estadual).

Falar da proposta e das resistências será, ao mesmo tempo, falar dos atores envolvidos, mostrando o espaço que ocupam e quais os interesses em jogo.

### 2.1 A proposta de reorganização escolar (2015)

No dia 23 de setembro de 2015, o então secretário de Educação do estado de São Paulo, Herman Voorwald, foi ao programa jornalístico da Rede Globo de Televisão, *Bom dia São Paulo*, falar a respeito de uma mudança que ocorreria nas escolas estaduais paulistas já no ano de 2016.

No mesmo dia, o jornal *Folha de S.Paulo* publica matéria com o título; “SP vai transferir mais de 1 milhão de alunos para dividir escolas por séries”<sup>29</sup>.

Tratava-se do início de uma saga que se desenrolaria durante longos meses.

29 MONTEIRO, André. SP vai transferir mais de 1 milhão de alunos para dividir escolas por séries. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 23 set. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/09/1685232-sp-vai-transferir-mais-de-1-milhao-de-alunos-para-dividir-escolas-por-series.shtml>>.



A mudança que estava sendo divulgada pelo secretário de Educação, e noticiada pelo jornal, dizia respeito à proposta de reorganização escolar do governo de São Paulo, dirigido por Geraldo Alckmin (PSDB).

Conforme divulgação oficial da pasta, em seu site, vemos que esta era a proposta: Com a intenção de melhorar a qualidade de ensino das escolas do Estado, estas seriam divididas em três ciclos. O primeiro ciclo comportaria alunos do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental, o segundo, do sexto ao nono. O último dos ciclos seria responsável pelo primeiro, segundo e terceiro anos do Ensino Médio.

Em termos de faixa etária, as escolas do primeiro ciclo seriam responsáveis por receber os estudantes que tinham de 6 a 10 anos, as do segundo ciclo receberiam aqueles entre 11 e 14 anos e, por fim, as últimas receberiam os jovens entre 15 e 17 anos<sup>30</sup>.

O site (canal oficial de comunicação), sobre o qual nos debruçaremos neste momento, justifica a mudança como uma forma de melhorar a qualidade de ensino das escolas. Declara, por sua vez, que as escolas de um ciclo serão expandidas, ou seja, terão um número maior de unidades com esse tipo de organização (esse modelo já existia anteriormente, não fora criado pela proposta que era apresentada). Não serão, no entanto, todas que se organizarão desse modo, pois fatores técnicos (e demográficos) determinariam a aplicação, ou não, desse modelo para cada unidade escolar.

A questão, contudo, é que o endereço eletrônico não esclarece quantas (e quais) escolas seriam afetadas, quais alunos deveriam, portanto, ser transferidos para outras unidades. A justificativa para isso é a de que um estudo estava sendo realizado para determinar quais unidades sofreriam as mudanças. Tão logo fosse concluído, as Diretorias Regionais de Ensino teriam um prazo de dez dias para validar quais escolas passariam pelo processo.

A proposta foi apresentada no dia 23 de setembro, sem que os estudos fossem concluídos e dissessem quais unidades seriam afetadas. Não obstante, já em fevereiro do ano seguinte, o ano letivo começaria com as mudanças estabelecidas. Esse ponto sofreu diversas críticas, levando o sindicato dos professores do Estado de São Paulo (APEOESP) a fazer um levantamento de possíveis escolas que seriam fechadas pela proposta (JANUÁRIO et al., 2016, p. 5).

30 Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/com-foco-na-qualidade-de-ensino-educacao-anuncia-nova-organizacao-para-a-rede-estadual/>>. Último acesso em 25/11/2017

Num cenário desses, certamente o tempo para debate seria exíguo. A única promessa feita pela Secretaria, no canal oficial de comunicação, era a de que os estudantes seriam deslocados em um raio máximo de aproximadamente 1,5 quilômetro de suas escolas atuais.

A pasta colocava que a medida tinha como embasamento inicial um levantamento da Fundação Seade que comprovava que entre 1998 e 2015 a educação estadual perdeu cerca de 2 milhões de alunos (em virtude da redução de nascimentos, ou municipalização do ensino fundamental)<sup>31</sup>. Diante de uma perda tão acentuada de estudantes, a reorganização se justificaria como medida para economizar recursos (não se cogitou estudar medidas como diminuição de alunos por sala de aula, por exemplo, ou políticas públicas para corrigir os altos índices de evasão escolar – críticas que os alunos e grupos de professores fizeram à proposta).

Além disso, como diz a nota, o objetivo da reorganização era permitir uma melhora da educação. Para isso, seria necessário um estudo que embasasse o pressuposto. Havia um tal estudo, mas este não foi divulgado ou apresentado no site – apenas se teve acesso a ele posteriormente, quando o jornal *O Estado de S. Paulo* pediu, via Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), o conteúdo do estudo (MORAES e XIMENES, 2016, p.1080).

Lendo a íntegra da nota divulgada pela Secretaria<sup>32</sup>, vemos que esta é a apresentação da reorganização escolar e suas justificativas. De um total de oito parágrafos publicados, três deles cumprem esse papel de apresentação. Os outros cinco parágrafos apenas descrevem o processo que seria executado.

Foi dito, em primeiro lugar, que a medida passaria a valer já em 2016 (não abrindo espaço para debates e negociações, portanto), sendo que a transferência (ou “troca”, como chamam) de alunos aconteceria de forma automática, pelas Diretorias de Ensino. Nos termos da divulgação: “A Educação será responsável pela definição das unidades de ensino em que os estudantes irão estudar, com o objetivo de melhorar o ambiente escolar, tendo um novo modelo de escola mais propício para aprendizagem”<sup>33</sup>

31 É importante ressaltar que, não obstante esta perda acentuada de estudantes, que de fato ocorreu (como consequência da municipalização de parte do ensino fundamental, redução da taxa de natalidade e migração para escolas privadas), há, como afirmam Cássio, Crochik, Di Pierro e Stoco (2017), uma tendência à estabilidade de matriculados no ensino público. Em outras palavras, a redução de alunos não se dará de forma gradual, mas estancará, mantendo um padrão estável de matriculados, o que não justificaria uma reorganização que tem como pressuposto apenas a queda de estudantes matriculados na rede pública de ensino.

32 Disponível, como dito, em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/com-foco-na-qualidade-de-ensino-educacao-anuncia-nova-organizacao-para-a-rede-estadual/>>. Último acesso em 25/11/2017

33 Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/com-foco-na-qualidade-de-ensino-educacao-anuncia-nova-organizacao-para-a-rede-estadual/>>. Último acesso em 25/11/2017

O debate não é permitido às escolas (já que as Diretorias Regionais de Ensino terão um prazo de apenas 10 dias para validarem as escolas que passarão pelo processo), aos estudantes afetados, tampouco aos seus pais e responsáveis. Ilustrativo disso é o último parágrafo da comunicação institucional:

Depois de definidas as escolas que terão alterações, a Secretaria passará a avisar os pais e responsáveis. Cada escola terá a obrigação de informar a mudança para 2016 aos pais. Além disso, haverá o chamado “Dia E” da Educação, no qual, por meio de uma reunião de pais e mestres, os responsáveis irão às escolas para conhecer as unidades que podem receber seus filhos (sempre respeitando o limite de distância de 1,5 km). Mais: pela internet e por carta, os pais tomarão conhecimento do projeto e das mudanças<sup>34</sup>.

Vemos, nessa passagem, que os pais seriam informados das decisões, mas não poderiam debater ou decidir sobre ela, restando-lhes apenas a aceitação. Haveria uma reunião posteriormente, chamada de “Dia E”, na qual os pais poderiam tirar as dúvidas sobre as mudanças e visitar as escolas em que os filhos passariam a estudar. Deveriam tomar conhecimento da decisão institucional, não dialogar sobre ela. Não haveria espaço, em momento algum, para a contestação e para ideias contrárias ao projeto.

Antes de avançarmos nesse ponto, resta dizer que essa página possui um link que diz: “Clique aqui e saiba mais sobre a reorganização”, ao clicarmos, somos informados<sup>35</sup> que a página solicitada não foi encontrada (ou que pode ter sido removida). Como não conseguimos acessá-la após diversas tentativas em diversos dias sucessivos, somos levados a concluir que de fato o conteúdo do site foi suprimido após o “adiamento” de tal proposta, que ocorreu posteriormente.

Diante da pouca informação fornecida pelo site oficial da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, temos apenas que a proposta de reorganização escolar visava redistribuir os alunos, após mudança na qual cada escola seria responsável por um ciclo específico de ensino (1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, 6º ao 9º ou os três do Ensino Médio).

Sua transferência respeitaria uma distância aproximada de 1,5 quilômetro da escola atual e os pais seriam avisados da mudança compulsória e tomariam ciência disso (sem poder contestar) ainda no ano de 2015, pois as mudanças passariam a valer para 2016.

34 Também disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/com-foco-na-qualidade-de-ensino-educacao-anuncia-nova-organizacao-para-a-rede-estadual/>>. Último acesso em 25/11/2017

35 Vide em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/reorganizacao-escolar/>>. Último acesso em 25/11/2017

Tudo isso visando a melhoria da qualidade da educação, assim como se atualizar diante do fato de ter a rede pública perdido cerca de dois milhões de alunos em duas décadas, como afirma pesquisa da Fundação Seade mobilizada pela nota.

Essas informações criaram um pano de fundo propício para a desinformação e fatos desconstruídos, posto que não havia dados oficiais claros com os quais tratar, tão somente uma ideia geral do que seria a reorganização. Diante de um tal cenário, os jornais que noticiaram a proposta cumpriram vital papel ao permitir uma melhor contextualização dos eventos.

Segundo matéria supracitada da *Folha*, do dia 23/09/2015, o secretário da educação se reuniu com 91 dirigentes de ensino no dia anterior (dia 22/09/2015), para apresentar a proposta (também não houve, portanto, muito tempo para que eles debatessem, já que no dia seguinte a decisão era apresentada nos jornais e divulgada pelo endereço eletrônico da pasta).

O mesmo jornal afirma que a estimativa do secretário é de que o plano afetaria até mil escolas e entre um milhão e dois milhões de alunos. Como vimos, essas estimativas não estão no site oficial da Secretaria. Tampouco o site afirma em qual data os estudantes seriam informados a respeito das transferências, embora o jornal já forneça esse dado: no dia 14 de novembro, no “Dia E” mencionado (em menos de dois meses após a data da divulgação da proposta).

Assim, divulga-se nessa matéria um pouco mais das justificativas da pasta (a diminuição do número de alunos na rede, intenção de melhorar o ensino), bem como é dito um pouco mais sobre a proposta, ainda que não forneça mais do que estimativas.

Em entrevista com o secretário, publicada no mesmo dia (23/09/2015)<sup>36</sup>, fala-se pela primeira vez na possibilidade de a reorganização redundar em fechamento de escolas, embora Voorwald afirme que, caso isso ocorra, será para “favorecer a educação”, com prédios cedidos para que sejam abertas novas creches e pré-escolas, ou para novos centros de ensino técnico.

Posto que analisaremos as matérias publicadas pelo jornal (justificando a escolha que fizemos de analisar sua cobertura, não outra) no próximo capítulo, não nos deteremos mais nesse assunto. Apenas é importante notar que as informações sobre a proposta só foram mais

36 MONTEIRO, André. 'Reduzir os ciclos permitirá gestão melhor da escola', diz Voorwald. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 set. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/09/1685234-reduzir-os-ciclos-permitira-gestao-melhor-da-escola-diz-voorwald.shtml>>. Último acesso dia 17/01/2018

bem divulgadas pela imprensa, não pelos órgãos oficiais do Estado, como se deveria esperar, pois se trata de uma política pública.

Esse clima de desinformação e dúvida permeou, aliás, todo o evento, como mostram Januário et al (2016). Conforme dizem os autores (p. 5), a primeira estimativa de quantas escolas seriam fechadas pela proposta de reorganização foi feita pela APEOESP, o sindicato dos professores do Estado de São Paulo, que, no início de outubro, estimou o número em 155. No final desse mesmo mês de outubro, a secretaria de Educação divulga que o número seria de 94 escolas. Informações desencontradas também seriam corriqueiras durante os protestos que foram empreendidos contra a reorganização, como veremos ainda nesse capítulo.

Fato é que, durante todo o período, houve dúvidas sobre o que seria efetivamente a reorganização, e essas dúvidas eram sanadas mais pela mídia do que pela secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

Para aquilo que se tinha de oficial até então – a transferência de alunos para outras instituições, em virtude da mudança de ciclos da rede estadual, com eventual fechamento de algumas escolas (depois veríamos que 94) –, o governo apenas destacava suas motivações, a saber: a redução do número de estudantes na rede estadual e a melhoria na qualidade da educação, possibilitada pela divisão de escolas de ciclo único.

Exposto o que foi a proposta de reorganização escolar, resta que nos debruçemos sobre esses pressupostos que a justificavam.

Com efeito, de fato houve uma mudança no número de alunos da rede estadual paulista ao longo dos últimos vinte anos. Como mostram Goulart, Pinto e Camargo (2017), contudo, isso não se deve apenas à redução da taxa de natalidade (que pode contribuir com a redução, mas não explicá-la em todo). Os autores mostram que a queda de matriculados na rede estadual começou no ano de 1996, em virtude da municipalização do ensino fundamental, o que fez com que vários alunos saíssem de escolas estaduais e fossem matriculados em escolas municipais, devido à primeira reorganização escolar do estado de São Paulo, ocorrida em 1995, também no governo PSDB. Falaremos sobre essa primeira reorganização assim que terminarmos de analisar os pressupostos do governo para justificar a reorganização de 2015.

Se é verdade que a municipalização do Ensino Fundamental e a queda da natalidade são fatores importantes para justificar a queda de alunos matriculados no ensino estadual, não são os únicos. Há a migração de alunos para a rede privada – que o próprio Voorwald

menção na entrevista concedida à Folha que citamos há pouco – (JANUÁRIO et al, 2016, p. 3), que se deve sobretudo a dois fatores: necessidade de distinção da classe média, em resposta à massificação da escola pública (TOLEDO, 2017) e investimento de uma “nova classe média” na educação dos filhos, em virtude da melhora financeira obtida nos últimos anos e por conta da ineficiência da escola pública (SAMPAIO e GUIMARÃES, 2009).

Ora, em vez de tentar resolver a questão da ineficiência da educação, no qual passo significativo poderia ser dado com a redução de alunos por sala de aula – reivindicação histórica dos docentes, como afirmam Goulart, Pinto e Camargo (*ibid*, p. 127) –, algo supostamente possível, em virtude da diminuição de alunos matriculados na rede pública, a secretaria de Educação limitou-se a propor o fechamento de salas “ociosas”, o que nos permite questionar o mencionado objetivo de melhorar a qualidade do ensino.

Como mencionamos, o governo pautava essa justificativa em um estudo técnico que afirmava a melhora da qualidade de ensino nas escolas de ciclo único. Esse estudo só foi obtido após o jornal *O Estado de S. Paulo* solicitá-lo via Lei de Acesso à Informação.

Salta aos olhos o fato de que um estudo tão importante, no qual se baseou uma política pública de gestão educacional que afetaria milhões de alunos e centenas de escolas, tenha ficado “oculta” ao público. Tal estudo deveria ser divulgado desde que fora produzido, para que os cidadãos pudessem acompanhar o que se estava planejando e tomar parte do debate e deliberação.

Em vez disso, contudo, a informação foi ocultada, só sendo disponibilizada após a entrada de um jornal com um pedido formal, embasado na Lei de Acesso à Informação<sup>37</sup>. Não tivesse sido feito o pedido, o público não tomaria contato com o estudo, devendo tão somente aceitar sua alegada veracidade – assim como deveria aceitar a reorganização, sendo informado a respeito dela, não debatendo-a.

Após a divulgação do estudo, por sua vez, diversos problemas surgiram, em virtude da falta de rigor metodológico por parte do relatório técnico emitido.

O relatório no qual se pautou a decisão da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo foi elaborado em agosto de 2015, comparando as médias no IDESP (um indicador que combina a taxa média de aprovação em cada etapa de escolarização com os resultados da

37 O fato de um jornal como *O Estado de S. Paulo* ter obtido esse material, e não outros – como a *Folha* – pode ilustrar até mesmo a posição que os veículos noticiosos ocuparam nesse evento. A *Folha de S. Paulo* não buscou a pesquisa, talvez, por não se interessar em questionar a proposta de reorganização (que ela defendeu a todo momento). Sua crítica ao governo foi antes à falta de diálogo do que à proposta em si.

prova do SARESP – Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) de 2014 (PANTOJO et al, 2015, p. 3).

Trata-se de um estudo de 19 páginas desenvolvido pela Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional (CIMA), no qual as médias do IDESP são comparadas entre escolas que oferecem um ciclo de ensino, dois, ou três. As conclusões apresentadas são a de que escolas que oferecem somente um ciclo de ensino são mais eficientes, pois apresentam melhores índices. Têm, portanto, uma qualidade de ensino melhor que as demais escolas.

Docentes e pesquisadores de diversas instituições públicas questionaram o embasamento e resultados dessa pesquisa. Nesse quesito, destaca-se um grupo de docentes da Universidade Federal do ABC (PÓ et al, 2015), que elaborou e publicou um estudo que questionava os pressupostos do relatório da CIMA.

Esta pesquisa questionava, sobretudo, a falta de rigor científico e metodológico do relatório do governo, pois não se levava em conta outros fatores de suma importância para explicar a variação dos índices. Tais fatores são, por exemplo, a origem socioeconômica dos estudantes, quantidade de alunos por sala nessas escolas, localização geográfica de cada uma das instituições, dentre vários outros<sup>38</sup>.

Questiona-se, por exemplo, o motivo por se ter utilizado apenas o IDESP de 2014 para a análise (qualquer análise estatística séria deveria levar em conta mais do que apenas uma variável comparativa), não haver um intervalo de confiança e significância estatístico, tampouco um embasamento teórico para essas extrapolações que foram feitas (PÓ et al, 2015, p. 4).

Após uma série de análises e discussões a respeito dos pontos apresentados até aquele momento pelo governo do estado, os autores concluem que falta transparência ao debate e estudos mais consistentes que permitam inferir se, de fato, a reorganização seria benéfica para a educação (idem, p. 15).

38 Giroto (2016, p. 1129), por sua vez, questiona os dados apresentados pela pesquisa oficial levando em consideração outros fatores: segundo indica, alunos aprendem mais em salas com turmas menores, com laboratórios e outros ambientes de estudos e pesquisa, além de corpo docente que não precise compor carga horária em diversas escolas, em vários turnos e com grande quantidade de estudantes sob sua responsabilidade. Assim sendo, sem questionar a metodologia da pesquisa – como fazem os professores da Universidade Federal do ABC, no relatório supracitado – outros fatores seriam indicativos de um melhor aprendizado – e poderiam ser conseguidos sem a alteração espacial dos estudantes, mas com um investimento e gestão mais bem orientados, bem como políticas públicas de valorização do magistério.



Corroborar com essa conclusão, como os próprios autores salientam, o fato de que o governo não disponibilizara esse estudo em seus canais oficiais, mas apenas após ser a isso obrigado pela Lei de Acesso à Informação. Mais sintomático ainda era o fato de que não havia, até aquele momento, qualquer portaria, decreto ou resolução que explicasse o que seria a reorganização e como esta se daria.

Na verdade, em momento algum houve um documento desse tipo. O único decreto do governo em que se trata da reorganização é do dia 30 de novembro de 2015 (publicado no dia 1 de dezembro de 2015 no Diário Oficial do Estado de São Paulo), o decreto 61.672/2015, que diz:

**Artigo 1º** – A Secretaria da Educação fica autorizada a proceder as transferências dos integrantes dos Quadros de Pessoal, nos termos dos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978, nos casos em que as escolas da rede estadual deixarem de atender 1 (um) ou mais segmentos, ou, quando passarem a atender novos segmentos.

**Parágrafo único** – Aplica-se o disposto no “caput” deste artigo às unidades escolares de Diretorias de Ensino distintas.

**Artigo 2º** – No caso de transferência dos integrantes do Quadro de Apoio Escolar e Quadro da Secretaria da Educação, a manutenção do Adicional de Insalubridade será por apostilamento do Dirigente Regional de Ensino.

**Artigo 3º** – As despesas decorrentes da aplicação do disposto neste decreto correrão à conta das dotações orçamentárias da Secretaria da Educação.

**Artigo 4º** – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário (SÃO PAULO, 2015a, p. 1).

Como vemos na íntegra do decreto, não se disciplina a respeito da reorganização, com normas e regras para sua implantação, avaliação ou demais aspectos técnicos que poderiam surgir. Fala-se, tão somente, da possibilidade de se transferir servidores entre as unidades de ensino, na eventualidade de estas deixarem de atender algum ciclo, ou passarem a atender mais de um.

A revogação desse decreto (que, em regra, marcaria a revogação da proposta de reorganização escolar), estabelecida poucos dias depois (dia 4 de dezembro de 2015, e publicada no dia 5 de dezembro de 2015 no Diário Oficial do Estado de São Paulo), por sua vez, também não é ilustrativa ou elucidativa sobre a medida da Secretaria de Educação. Nos termos desse decreto (61.692), fica estabelecido que:

**Artigo 1º** – Fica revogado o Decreto nº 61.672, de 30 de novembro de 2015, que disciplina a transferência dos integrantes dos Quadros de Pessoal da Secretaria da Educação.



**Artigo 2º** – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação (SÃO PAULO, 2015b, p. 5)

Assim, somos levados a concluir, como os pesquisadores da Universidade Federal do ABC salientaram (PÓ et al, *op. cit.*), que de fato faltou transparência ao governo de São Paulo, não apenas para permitir o debate sobre a reorganização, mas também na divulgação de normas e decretos que disciplinassem o que estava sendo proposto, para que não surgissem informações desencontradas (como de fato surgiu), fazendo com que as mídias tivessem de noticiar o que seria feito, não os canais oficiais que deveriam cumprir essa finalidade.

Além disso, faltou qualidade técnica para a tomada de decisão do governo, posto que este se baseou em um estudo que, como já levantado, não se justificava cientificamente, com problemas na análise estatística, nas escolhas metodológicas e na ausência de qualquer embasamento teórico.

No mais, pautar uma política pública em apenas um relatório técnico, produzido às pressas (o relatório é de agosto de 2015, a proposta de reorganização escolar, de setembro do mesmo ano), sem um debate com educadores, pesquisadores e os pais e alunos afetados pela mudança, demanda uma reflexão sobre os bastidores dessa proposta, sobre quais ideias estavam por trás delas e quais grupos de apoio, posto que tal política pública afetaria um número não desprezível de cidadãos, chegando aos milhões, e que poderia trazer graves consequências ao desenvolvimento social e econômico das famílias e região (PÓ et al, *op. cit.*, p. 15).

Diante disso, saímos com duas inquietações, após analisarmos a proposta de reorganização escolar pelos canais oficiais do governo: a primeira é advinda do fato de que não houve uma definição clara do que esta seria, disciplinada por um decreto ou resolução.

Das informações disponibilizadas, apenas sabemos que diversas escolas passariam a ofertar apenas um segmento de ensino (não todas, mas um número considerável) a partir de 2016. Diante disso, muitos alunos seriam transferidos de escolas e algumas destas (94, conforme posteriormente se divulgou) seriam fechadas. Todos os outros dados (quais escolas seriam fechadas, por exemplo) só foram divulgadas com o passar dos dias (e dos protestos contra a medida).

Outra inquietação é oriunda das reais motivações que dariam base à proposta de reorganização escolar, uma vez que o embasamento na ideia de que haveria real melhora na qualidade de ensino é fraco, conforme já destacamos. Não houve tentativa de novos estudos

por parte do governo do estado para avaliar correlações que afirmassem que escolas de ciclo único são realmente mais eficientes. O fato de o governo também não ter divulgado a pesquisa na qual se baseara sem que fosse obrigado a isso (pela Lei de Acesso à Informação) não depõe a favor de sua convicção no estudo e em seus resultados.

Diante disso, como entender a proposta de reorganização escolar com a qual a sociedade se deparou em 2015?

Uma chave explicativa para isso pode ser encontrada na reorganização escolar empreendida pelo governo estadual paulista no ano de 1995 (GOULART, PINTO e CAMARGO, 2017). No ano em questão, o governador do estado era Mário Covas, também do PSDB (e seu vice-governador era Geraldo Alckmin, atual governador que empreendeu a nova proposta de reorganização em 2015).

A secretária de educação à época, Roserley Neubauer, encabeçou a reorganização de 1995, que também separou a escola em ciclos (conforme decreto 40.473/1995, de 21 de novembro de 1995). Ela tomou o partido da nova proposta de reorganização, de igual modo, defendendo, na imprensa, sua importância e viabilidade<sup>39</sup>.

Como mostram Goulart, Pinto e Camargo (2017, p. 112), se a justificativa para a medida era o aumento da qualidade do ensino, por permitir maior acompanhamento entre alunos e diminuir a violência entre crianças e adolescentes que ocupavam o mesmo espaço, bem como maior racionalização no uso de recursos, o que se manifestou foi apenas a lógica da economia de recursos, e de modo rápido: em poucos anos, 864 escolas foram fechadas, 7.500 classes foram eliminadas, bem como 1.400 classes deixaram de ser construídas (GOULART, PINTO e CAMARGO, *op. cit.*, p. 114).

Ocorreu, também, a municipalização do Ensino Fundamental, com muitos alunos dessa etapa do ensino sendo transferidos para escolas municipais – ressaltam os autores que era um objetivo do Plano Estadual de Educação de 2015, na sua meta 21, concluir esse processo de municipalização (transferência de todos os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental para a rede municipal) (*idem*, p. 124), em conformidade com a Lei 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que colocava como responsabilidade municipal (nos limites de seus recursos e capacidades organizativas) o Ensino Fundamental.

39 NEUBAUER, Rose. É correta a decisão do governo de São Paulo de separar alunos por ciclo escolar? Sim. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 17 out. 2015. Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2015/10/1695045-e-correta-decisao-do-governo-de-sao-paulo-de-separar-alunos-por-ciclo-escolar-sim.shtml>>. Último acesso em 05/06/2017

O resultado dessa reorganização foi a redução de alunos matriculados no ensino estadual, fechamento de escolas e de salas de aula e a precarização do contrato de trabalho dos professores, com a contratação de profissionais eventuais, não mais concursados (idem, p. 120).

Diante disso, assim como salientam os autores, podemos ver que essa reorganização de 1995 foi de caráter gerencialista, visando redução dos gastos estaduais com educação. As hipóteses levantadas por eles, e com as quais somos levados a concordar, em virtude de não possuímos evidências que permitam consideração em contrário, é a de que a reorganização de 2015 teve os mesmos objetivos gerencialistas, mas não só. Foi a manifestação de uma visão específica de estado e educação, pautando-se pela lógica neoliberal de economia de gastos e diminuição do aparato público.

Em outras palavras, visava reduzir a rede estadual de ensino – dando continuidade à municipalização e fechando salas de aula –, o que permitiria contratar menos professores temporários (economizando, assim, recursos) (idem, p. 124-5).

A diferença crucial entre ambas reorganizações (de 1995 e de 2015) é que a de 1995 teve êxito em sua implementação. As revoltas que ocorreram foram levadas a cabo sobretudo por docentes, alguns pais, e pelo sindicato dos professores. Não conseguiram barrar a medida que foi imposta, tampouco suas consequências.

A reorganização de 2015, contudo, teve uma grande especificidade, que foi a participação ativa de jovens estudantes contra a proposta. Professores e seu sindicato também foram, em grande parte, contrários à medida, mas o protagonismo foi dos jovens.

Foram os alunos que se mobilizaram e chamaram a sociedade civil<sup>40</sup> para o debate (e, por conseguinte, o governo). Foram eles que conseguiram fazer com que a opinião pública se voltasse contra a medida e contra o governador, fazendo com que a proposta fosse revogada.

Ela não foi, contudo, revogada de todo, no que tange aos seus efeitos e a uma “reorganização silenciosa”, com diversas salas fechadas, a despeito de o discurso oficial falar de um “adiamento” da proposta, mas, mesmo assim, o fato de o governo revogar o único

40 Usamos, aqui (e durante as análises desse texto), a ideia de *sociedade civil* não de acordo com a tradição gramsciana, focada nas relações de poder e de força entre atores, mas segundo a perspectiva habermasiana, que entende essa categoria como um conjunto de indivíduos que, a despeito das desigualdades de forças, tendem, ao menos idealmente, no plano discursivo e racional, a uma igualdade de condições, caso não estejamos diante de uma comunicação patológica. Para uma interessante discussão a esse respeito, conferir Andrews (2011), sobretudo capítulos 1 e 4.

decreto que publicara até então falando a respeito do assunto, foi indicativo do êxito que os estudantes tiveram na defesa de sua pauta.

Em outras palavras, a reorganização de 2015 não foi implementada (ao menos não abertamente e não em todo), barrando a tendência do governo de reduzir a rede estadual de ensino, cortando custos, em vez de investir na educação.

Como é bem sintetizado nessa comparação entre reorganizações,

As duas “reorganizações” guardam similaridades interessantes. Ambas se impuseram sobre a sociedade paulista de forma autoritária, constituíam-se de medidas antipopulares, buscaram se sustentar em argumentos pretensamente pedagógicos buscando convencer sobre a melhoria da qualidade educacional que tais medidas trariam. Houve ações do judiciário que, embora com argumentos e dados sólidos não foram capazes de barrar políticas educacionais que apontavam para o descumprimento do direito à educação. Também foram comuns a resistência às medidas pela população atendida na escola pública, mas neste ponto há diferenças. Se em 1995 foi o sindicalismo docente e a organização dos familiares a barreira mais forte que a SEE enfrentou, desta vez, foram jovens, a partir de 13 anos, que forjaram um movimento inédito no Brasil, que provocou, de um lado, ondas de solidariedade da população e, de outro, brutal repressão do Estado (GOULART, PINTO e CAMARGO, op. cit. p. 130).

Assim, ambas reorganizações constituem-se como eventos de um mesmo governo (PSDB), com intuítos semelhantes (“racionalização dos recursos”, isto é, corte de gastos com educação) e mesma justificativa (elementos pedagógicos, melhora do ensino). Poderíamos até dizer que a segunda (2015) é uma espécie de continuação da primeira, isto é, tentativa de concluir medidas como municipalização e potencializar a economia com a redução da rede estadual de educação.

Não obstante, ambas propostas tiveram desfechos distintos: a primeira enfrentou resistência dos docentes e pais de alunos, mas conseguiu ser implementada a despeito disso. A segunda sofreu forte resistência por parte dos estudantes, que se organizaram e lutaram de formas distintas contra a medida (aproveitando-se da realidade e efervescência pós manifestações ocorridas em 2013), angariando apoio maciço da opinião pública e conseguindo, com isso, a revogação formal (seu “adiamento”) da medida.

Antes que nos debrucemos sobre o movimento de resistência dos estudantes secundaristas, contudo, resta apresentar ainda um elemento a respeito dos interesses da reorganização escolar.

Como colocam Piolli, Pereira e Mesko (2016, p. 23), o caráter gerencial da proposta – que foi ocultado originalmente – era predominante, pois as medidas foram amplamente

orientadas pela consultoria Mckinsey, contratada para auxiliar na formulação de políticas educacionais tucanas pelo programa “Compromisso São Paulo”.

O “Compromisso São Paulo”, como ressaltado pelos autores, foi um projeto criado pelo governo do PSDB (Decreto 57.571/2011) que visa melhorar a qualidade da educação pautando-se em princípios de empresas privadas, com ênfase em “gestão eficiente”, avaliações e resultados. Não à toa, o conselho consultivo do programa é composto, quase que em sua totalidade, por membros da sociedade civil que têm laços com o mundo empresarial (PIOLLI, PEREIRA e MESKO, 2016, p. 22s).

Por intermédio desse programa, contrataram a consultoria em questão, a qual foi responsável pelo processo de reorganização educacional na cidade de Nova York, nos anos 2000, também focando em testes padronizados, diminuição das escolas (alegando que escolas menores tinham melhores resultados), currículo estreitado (menos conteúdos e disciplinas) e metas condizentes com o neoliberalismo (*ibid.*, *idem*).

Esse ponto trazido pelos autores mostra que, para além da continuidade de uma medida que já fora implementada no Estado de São Paulo em 1995 (fator interno), houve uma “investida externa”, isto é, participação de concepções educacionais advindas de outros modelos, como a “reorganização” estadunidense.

Nisso vemos que a proposta de reorganização escolar, além de nos apresentar o governo do estado como um dos atores envolvidos na disputa, traz, nos bastidores, diversos outros elementos que não devem ser negligenciados.

Há a presença de uma visão de mundo neoliberal, que almeja o enxugamento da máquina estatal. Além de ser capitaneada pelo governo PSDB, é fortemente apoiada pelos membros da sociedade civil ligados ao empresariado, os quais compõem o programa “Compromisso São Paulo”, como mostram os autores.

Estes seriam novos atores no cenário, que trazem para a esfera pública sua visão de mundo e objetivos gerencialistas da educação, que se expressam na tentativa de uma “privatização” do Ensino Médio, tal como ocorre em Goiás e Pernambuco, onde a educação pública passa a ser gerida por organizações sociais (PIOLLI, PEREIRA e MESKO, *ibid.*, p. 24). Tal passo se apresentaria na educação paulista já em seu Plano Estadual de Educação (PL 1.083/2015), tornado a Lei 16.279/2016, como mostram os autores (*ibid.*, *idem*).

Teríamos, assim, a presença do governo do estado – representado pelo mesmo PSDB que foi responsável pela primeira reorganização da rede pública paulista, em 1995, bem como

pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996 (no governo federal) – e de membros do empresariado como atores que ocupam o espaço “neoliberal” da disputa, com uma visão gerencialista da educação, a qual pressupõe uma racionalização dos gastos e fechamento de escolas, para permitir esse corte de gastos.

Nos termos de Cássio, Crochik, Di Pierro e Stoco (2017, p. 1116), estaríamos diante do modelo da “Nova Gestão Pública”, isto é, uma gestão neoliberal que, em busca da racionalização dos gastos públicos, trouxe transformações no funcionamento governamental, muitas vezes relegando-o ao papel de regulador e avaliador. Segundo eles, (idem, p. 1113), tais práticas de gestão, “em sua essência consistem em estratégias de racionalização de recursos que operam à revelia de requisitos mínimos de qualidade do ensino público, contribuindo para o seu desprestígio e, conseqüentemente, atuando a favor dos processos já instalados de privatização do setor”.

Mais do que isso,

Apesar da diversidade de implementação nos contextos nacionais, as reformas educacionais orientadas pela NGP [Nova Gestão Pública] apresentam princípios e traços comuns, como: a dissociação das funções de controle e execução, com centralização dos controles e aumento da autonomia e responsabilidade das instâncias descentralizadas de execução pelos resultados; a preeminência das avaliações externas padronizadas como mecanismos de regulação e responsabilização, com conseqüências sobre o acesso a recursos e as condições de trabalho docente; o estabelecimento de mecanismos de competição com base no desempenho em avaliações, tomadas como indicadores de qualidade; maior permeabilidade da burocracia à influência dos usuários; restrições à autonomia e padronização das práticas profissionais com base em modelos construídos sobre evidências de resultados; terceirização e/ou competição das instituições públicas com aquelas do setor privado para a provisão de serviços (CÁSSIO, CROCHIK, DI PIERRO e STOCO, 2017, p. 1116).

Em outras palavras, deste lado da disputa estaria uma visão de mundo que já atuara no governo estadual em 1995 e estava presente até mesmo na esfera federal (governada pelo mesmo partido), quando da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Uma visão de mundo que não era apanágio brasileiro, mas que ilustrava as preocupações com uma gestão eficiente, economia dos gastos e desregulamentação de esferas que trouxessem ônus ao Estado – e que era adotada em diversos outros países.

Um exemplo desse ponto é o trazido por De Sordi e Moraes (2016, p. 28), os quais mostram que, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República, foi desenvolvida a ideia do “público não-estatal”, segundo a contribuição e consultoria de grupos

como a UNESCO, o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial – agentes externos ao país.

Segundo os autores, isso ilustrava a visão que passou a imperar no período (e posteriormente), dando-se mais valor às contribuições e propostas de gestores e economistas do que às dos educadores e estudantes – uma lógica economicista na educação.

Tal lógica, dentre outros fatores, resultou em estímulos à privatização da educação – e, nas palavras dos autores, o surgimento de uma indústria em torno das atividades educacionais (*ibid.*, idem) –, fixação de parâmetros avaliativos e curriculares e descentralização do ensino fundamental (que passou a ser municipalizado).

Para o caso em análise, essa lógica ainda impera, como vimos.

Do outro lado da disputa, no entanto, novos atores se apresentam, questionando essa visão de mundo e as propostas delas advindas. É o que discutiremos agora.

## **2.2 As ocupações secundaristas**

Se é verdade que, por meio da participação da consultoria Mckinsey, pode-se contar com uma influência externa para a política pública estadual – e estamos falando apenas de influência, pois não acreditamos que essa proposta tenha surgido exclusivamente de fatores externos e migrado para o governo paulista – não é menos verdade que influências combativas externas também poderiam afetar as lutas e resistências internas, como aconteceu com aqueles que enfrentaram essa proposta da gestão Alckmin (como a influência do movimento estudantil chileno, por exemplo, que lhes legou a cartilha que ensinava sobre as ocupações de escolas, conforme veremos). Isso deu grande força aos alunos, os protagonistas da luta contra a reorganização.

A proposta de reorganização desagradou boa parte dos professores da rede. Seu sindicato (APEOESP) se posicionou publicamente contra a medida, justificando que ela poderia redundar em superlotação de salas de aula e eventual diminuição das vagas de trabalho (JANUÁRIO et al, 2016, p. 5). Na mesma medida, Faculdades de Educação de universidades públicas (tanto as federais quanto estaduais) se posicionaram contra a proposta, apontando para o seu “potencial privatizante” (*ibid.*, idem).

Esses dois posicionamentos contrários, no entanto, foram recebidos como meramente protocolares. Como se fosse previsível esperar qualquer tipo de oposição por parte da

APEOESP ou de faculdades públicas, não importasse a medida proposta (na supracitada entrevista que o secretário de Educação concede à *Folha*, aliás, ele afirma justamente isso, que sempre haverá protestos, dada a complexidade da rede).

“Privatizações”, “perda de postos de trabalho” ou mesmo “superlotação de salas de aula”, por sua vez, não são temas que mobilizaram a opinião pública, fazendo-a criticar a proposta do governo Alckmin, dado seu caráter abstrato.

Fossem apenas esses os atores contrários à medida, é bem possível que esta fosse implementada, tal qual fora a de 1995, por não haver uma grande mobilização contrária a ela. No ano de 2015, contudo, novos atores entraram em cena.

Como afirmam Campos, Medeiros e Ribeiro (2016, p. 31), “muitos estudantes descobriram que haveria uma ‘reorganização’ pela televisão ou por boatos, o que demonstra o fracasso da Secretaria de Educação não apenas em incluir a comunidade no processo, mas inclusive em informá-la”. Houve casos de estudantes que só descobriram o que era a reorganização quando tentaram fazer a rematrícula para o ano de 2016 e não viram seus nomes na lista, ou que tomaram ciência do processo apenas com as ocupações empreendidas (*ibid.*, *idem*).

Tudo isso aponta para a falta de diálogo da Secretaria de Educação, que não se comunicou efetivamente com a população afetada durante momento algum do processo. Todas as informações que os estudantes obtiveram foram originárias, sobretudo, das mídias e dos boatos.

Conforme colocam os autores, no dia 23 de setembro de 2015 (como vimos) foi noticiado que haveria a reorganização escolar na rede pública estadual. No dia seguinte a essa notícia (dia 24/09/2015) começam as manifestações contrárias à medida. Essas manifestações, contudo, davam-se no ambiente online, em redes sociais, com palavras de ordem pedindo para que a medida não seja implementada – #LutarPeloNossoDireito; #AEscolaÉNossa; #ÉnóisQueManda, dentre vários outros (*idem*, p. 33).

Nessa mesma data os alunos falam, nas redes sociais, que deveriam protestar ou fazer alguma manifestação para mostrar o desacordo com a proposta. Decidem esperar pela assembleia estudantil que aconteceria no dia 25/09/2015 (uma sexta-feira) para, eventualmente, já protestarem na segunda-feira da semana seguinte (28/09/2015).



Oficialmente, os protestos começaram no dia 29 de setembro de 2015 (CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, *op. cit.*, p. 171), embora a primeira manifestação de rua tenha ocorrido no dia anterior, em Presidente Prudente (*idem*, p. 43).

Segundo os autores, foram contabilizados 163 protestos do dia 28 de setembro até o início de novembro, com as mais variadas táticas, de caminhadas até a sede do governo de São Paulo, atos fúnebres pelas escolas fechadas, abraço coletivo em torno da escola, até paralisações de ruas, avenidas ou rodovias (*idem*, p. 41s).

Ora, esses atos, como os autores analisam, não surtiram grande efeito no debate público: a opinião pública não passou a apoiar as pautas estudantis, o governo não se propôs ao diálogo, tampouco houve qualquer sinalização de que a proposta de reorganização escolar pudesse ser revogada.

Esses protestos duraram cerca de seis semanas e os alunos, vendo que não obtinham grande êxito, mudaram, gradualmente, de tática.

Com efeito, no ano de 2011 (em 2006 também), no Chile, houve aquilo que se chamou de “revolta dos pinguins”, no qual estudantes chilenos passaram a ocupar suas escolas, como forma de protesto para que suas reivindicações por uma educação gratuita e de qualidade fosse atendida. Movimento semelhante ocorreu na Argentina no mesmo período (*ibid.*, *idem*).

Como resultado, foi produzida uma cartilha que ensinava como ocupar uma escola, isto é, quais cuidados e medidas de segurança e organização deveriam ser tomadas para que essa forma de protesto pudesse ser empreendida de maneira “adequada” e segura.

Tal cartilha, por sua vez, foi traduzida para o português por um coletivo chamado “O Mal Educado”, que surgiu de uma experiência de protesto, em 2009, contra uma diretora de escola (E. E. José Vieira de Moraes) na Cidade Dutra, e da experiência de Poligremia (articulação entre grêmios estudantis de diversas escolas) entre 2010 e 2011 (*ibid.*, *idem*, p. 60ss).

A curiosidade salientada pelos autores é a de que a tradução do manual não foi feita em 2015, mas em 2013, por ocasião dos protestos do MPL (*ibid.*, *idem*, p. 58). A oportunidade para utilizá-lo, contudo, só viria alguns anos mais tarde.

De fato, a primeira ocupação realizada por estudantes, no Brasil, data de 1961, mas foi realizada por estudantes universitários da Universidade de Pernambuco, não por secundaristas (BRAGHINI e CAMESKI, 2015, p. 953). Por ser uma tática recente em território nacional, estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (FFCL-USP) – a futura

FFLCH-USP (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) manifestaram estranhamento e não apoiaram a ocupação (*ibid.*, *idem*).

Uma ocupação de escolas por alunos do Ensino Médio só foi concretizada em 2012, no Estado de Mato Grosso do Sul (E. E. Prof. Luiz Carlos Sampaio), contra a municipalização da escola. Foi um movimento bem-sucedido, uma vez que conseguiram barrar a proposta do governo, de forma que é uma experiência que foi colocada no manual traduzido e adaptado pelo coletivo O Mal Educado (CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, *op. cit.*, p. 57).

Uma ocupação massiva de escolas, no entanto, tal como ocorrido em 2015, foi uma experiência inaugural para o país, que chama a atenção, assim como os eventos de junho de 2013, por características como seu

caráter explosivo e inesperado; a centralidade da ação direta; uma nova forma de fazer política, de caráter horizontal e que não passa pelos partidos políticos; a importância das redes sociais; e um formato de luta social que pode ser entendido como “negativo”. Com essa afirmação queremos dizer que, em ambos os casos [junho de 2013 e ocupações secundaristas], não se tratava de uma negociação em moldes tradicionais por caminhos institucionalizados e nem de propor uma luta ofensiva (que reivindicasse imediatamente a “tarifa zero” ou a “educação pública de qualidade”), mas sim de *barrar* medidas governamentais e quebrar seus discursos tecnocráticos, que buscavam justificar a inevitabilidade e irreversibilidade das decisões tomadas (JANUÁRIO et al, 2016, p. 1, grifo no original).

Essas continuidades entre as jornadas de junho de 2013 e as ocupações secundaristas também são percebidas por Piolli, Pereira e Mesko (2016, p. 26), que chamam a atenção para as táticas adotadas e as formas de organização autônoma dos movimentos, mas, sobretudo, para o fato de diversos estudantes que participaram dos protestos do MPL em 2013 desempenharem papel vital na mobilização das ocupações secundaristas.

Ainda que vários membros que participaram das jornadas de junho de 2013 tenham participado das ocupações, é certo que muitos outros jovens secundaristas se engajaram politicamente pela primeira vez durante as ocupações (CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, *op. cit.*), ao lutar por uma pauta que defendia as escolas em que estudavam.

Como houve diversas ocupações (mais de duzentas), certamente diversos novos atores começaram a participar de mobilizações neste novo momento, com suas reivindicações comuns, mas em dinâmicas próprias. Como colocam Moraes e Ximenes (2016),

Uma das principais características da mobilização foi sua heterogeneidade: cada escola apresentou uma dinâmica política própria. Os secundaristas receberam apoio

e solidariedade de diferentes grupos políticos – estudantil, sindical, partidário ou do movimento popular –, mas mantiveram a postura autônoma ao longo de todo o processo de mobilização. Essa autonomia, o cuidado com o espaço público da escola e a criatividade dos métodos de luta demonstraram os aparatos de repressão e possibilitaram que o movimento ganhasse simpatia de amplos setores da sociedade (MORAES e XIMENES, 2016, p. 1081).

Foi a dinâmica própria de cada unidade ocupada que permitia que seus ocupantes determinassem quando acabar com a ocupação, quem poderia entrar, ou não, na escola, quem faria cada tarefa na escola, bem quais seriam as novas pautas e táticas adotadas. Foi, como colocam Corsino e Zan (2017, p. 28), um espaço de autonomia e construção democrática, que reivindicava a construção de uma escola aberta ao diálogo. Sua luta colocava-se, assim, como “negação determinada da heteronomia, do autoritarismo e da precarização que fundamentam a proposta de 'reorganização' do ensino estatal” (CATINI e MELLO, 2016, p.1178).

Pela rapidez com que as ocupações se espalharam, poderiam surgir questionamentos sobre ter sido uma decisão tomada vetorialmente por uma organização central. Não foi isso, no entanto, o que aconteceu. Como afirma Oliveira (2016, p. 52), a primeira ocupação ocorreu no dia 09 de novembro de 2015 (E. E. Diadema), a segunda, dia 10 de novembro (E. E. Fernão Dias Paes) e a terceira, dia 11/11 (E. E. Salvador Allende).

Com o avanço das notícias e informações sobre a nova tática adotada, diversas outras escolas seguiram o mesmo caminho – sobretudo durante a aplicação das provas do SARESP (CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, *op. cit.*). Houve diálogo e trocas constantes entre elas, mas não uma decisão central que determinasse a ocupação das escolas.

É importante ressaltar que as ocupações só foram empreendidas porque os estudantes não estavam vendo efeito algum com suas táticas de protestos e passeatas pelas ruas. Ao tomarem contato com a cartilha traduzida pelo Coletivo O Mal Educado, viram nesta nova tática uma possibilidade de ser ouvidos. Não foi a medida inaugural de protestos adotada, mas a consequência do desenvolvimento dos eventos.

As ocupações, como dito, começaram no dia 09 de novembro de 2015 e foram se estendendo pelos meses subsequentes, ganhando cada vez novas aquisições aos protestos (novas escolas ocupadas).

A atitude do governo, como mostram Campos, Medeiros e Ribeiro<sup>41</sup>, ficou restrita a pedidos de reintegração de posse das escolas ocupadas, além de reprimir as manifestações com truculência policial. Em nenhum momento este tentou diálogo com os estudantes.

É sintomático, nesse sentido, uma gravação de áudio na qual o chefe de gabinete do Secretário de Educação diz, para diretores de escolas e aliados políticos, que “estão em guerra”, que podem perder batalhas, mas deverão vencer a guerra, e elenca as medidas (muitas delas questionáveis, como chamar a juventude do PSDB para se infiltrar no movimento secundarista) que serão adotadas para acabar com as ocupações (CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, *op. cit.*, p. 207-228). Tal áudio foi divulgado pelo coletivo Jornalistas Livres, que se infiltrou na reunião dos diretores de ensino e da cúpula da secretaria de Educação do governo de São Paulo.

Durante todo o período de ocupação houve truculência policial e ameaça contra os secundaristas que estavam ocupando nas mais diversas escolas (como narrado em mais de uma ocasião por Campos, Medeiros e Ribeiro, na obra citada), o que gerou, até mesmo, grupos de pais apoiadores, os quais faziam vigílias nas portas das escolas, com o intuito de garantir a segurança dos filhos. Tirando notas mais pontuais, a *Folha de S.Paulo* não divulgou esses casos de violência (nem mesmo quando passou a apoiar o movimento secundarista), sendo que este silenciamento já garante um enquadramento para as notícias e eventos do período, conforme veremos no terceiro capítulo.

Fator de grande importância para a manutenção das ocupações foi a decisão do Judiciário de não permitir a reintegração de posse das escolas, pois se tratavam de movimentos de contestação, não de “invasões”, como afirmava o governo Alckmin. Não fosse isso, e as reuniões de conciliação que foram posteriormente marcadas, a tendência seria a de que a truculência policial sufocasse essa manifestação.

Avançando em nossa análise, podemos dizer que favoreceu aos estudantes o fato de eles mudarem as táticas ao longo do tempo, conforme verificavam um enfraquecimento da que estavam adotando até aquele momento.

Se, como dito, as ocupações só ocorreram após as passeatas não surtirem efeito, ao constatarem, por sua vez, que as ocupações perdiam seu apelo, de que não estavam recebendo cobertura na mídia, nem chamando o governo ao debate (o governo tentava vencê-los pelo

41 Tal obra é, com efeito, o retrato mais completo de todo o período e dos protestos dos estudantes, motivo pelo qual a citaremos extensamente.

cansaço, conforme afirmam Campos, Medeiros e Ribeiro), os estudantes saíram às ruas novamente, fechando o trânsito com aulas públicas no meio de avenidas.

O elemento estético dessas manifestações, sua teatralidade, para pensarmos com Dowbor e Szwako (2013), foi o que permitiu sua visibilidade. Se não foram poucas as críticas à cobertura da mídia, ou seu silenciamento sobre os protestos (CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, *op. cit.*), a verdade é que com esta nova tática, aliada à manutenção das ocupações, os jovens conseguiram maior visibilidade para sua pauta, com novas coberturas.

Com efeito, no decorrer dos dias, após essa nova postura, as questões dos jovens passaram a ser debatidas e receber amplo apoio da sociedade civil, com artistas fazendo apresentações nas ocupações, aulas públicas sendo oferecidas por diversos educadores, bem como queda da popularidade do governador Geraldo Alckmin e críticas ao projeto de reorganização, medidas por pesquisa Datafolha (JANUÁRIO et al, 2016, p. 18).

Diante de tal cenário, o governador do Estado, que, como vimos, no dia 30 de novembro tinha decretado as mudanças de servidores de acordo com as necessidades oriundas do fechamento de escolas e de ciclos de ensino, viu-se obrigado a revogá-la no dia quatro de dezembro, em coletiva de imprensa realizada na tarde desse dia.

Curiosamente, no mesmo dia 04 de dezembro, pela manhã, o jornal *Folha de S.Paulo* publicara a pesquisa *Datafolha* que mostrava a queda acentuada da popularidade do governador<sup>42</sup>.

Característico de sua postura durante todo o período foi o fato de, durante a coletiva de imprensa, o governador dizer que adiaria a decisão para que o projeto pudesse ser discutido e que, contra todo o protesto violento, havia a possibilidade de diálogo. Ao terminar seu discurso, contudo, saiu sem responder pergunta alguma dos repórteres – e não permitiu que repórteres de mídias alternativas participassem do evento (CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, *op. cit.*, p. 282).

Ora, é desnecessário dizer, como afirma Moraes (1989), que um protesto só se dá na medida exata da ausência de diálogo e da repressão que sofre inicialmente. Em outras palavras, não haveria ocupação se o governo tivesse se disposto a debater suas proposições

42 MENDONÇA, Ricardo. Popularidade de Alckmin atinge pior marca, aponta Datafolha. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 04 dez. 2015. Cotidiano. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/12/1714813-popularidade-de-alckmin-atinge-pior-marca-aponta-datafolha.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

com os cidadãos que mais seriam afetados por elas, no caso, os estudantes, seus pais e professores.

No mais, chamar as ocupações de “protesto violento” é uma tentativa de deslegitimar uma forma de protesto que só se deu por conta da falta de diálogo do governo. Essa tentativa de deslegitimar as resistências também esteve presente nos discursos oficiais de que as escolas estavam sendo invadidas e depredadas, e que os estudantes estavam sendo manipulados pelo sindicato dos professores e partidos políticos, como veremos quando analisarmos as matérias de jornal que veiculam esses discursos.

Foram esses discursos desencontrados e ambíguos que marcaram, desde o princípio, a proposta de reorganização escolar do Governo Alckmin. Foram eles, ademais, que estiveram presentes quando da revogação da proposta.

Como vimos acima, apenas foi publicado o decreto 61.692/2015, que revogava o decreto 61.672/2015 (o qual permitia a transferência de servidores para outras escolas, após a reorganização). Nada foi decretado que dissesse que a reorganização não aconteceria mais.

Aliás, o discurso oficial do governo foi o de que a reorganização estava sendo “adiada”, para garantir o diálogo com a comunidade escolar durante o ano de 2016<sup>43</sup>. Nada foi dito sobre a possibilidade de se rejeitar essa política pública.

Em nota, apenas foi dito que a medida favorecia a gestão das unidades e permitia a adoção de novas estratégias pedagógicas, focadas na idade dos alunos – não esclarecia, contudo, no que a escola de mais de um ciclo impede a adoção dessas estratégias pedagógicas, já que alunos de diferentes idades estariam na mesma escola, não na mesma sala –, bem como redução de conflito entre estudantes de diferentes idades. Repetiram, portanto, aquilo que já falaram anteriormente.

Apenas vale ressaltar que a despeito dessa comunicação oficial, conquistas foram obtidas por parte dos jovens secundaristas. Como afirma Pablo Ortellado (2016, p. 13), “a vitória dos secundaristas foi simplesmente a mais importante derrota política da carreira de Geraldo Alckmin como governador”, afinal, alegando o “adiamento”, ou não, ele teve de revogar um decreto que fora editado. Teve de cancelar a reorganização que valeria já no ano de 2016. Teve uma queda expressiva de popularidade e, além disso, perdeu um de seus secretários, já que Herman Voorwald deixou o cargo após a revogação da reorganização escolar.

43 Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/reorganizacao>>. Último acesso em 26/11/2017

Ficou evidente, por fim, que a participação da sociedade civil foi vital para essa revogação, pois a queda de popularidade do governador o fez verificar os custos políticos de sua decisão, desistindo dela.

Não devemos crer, contudo, que foi uma vitória completa, pois o novo Secretário de Educação, José Renato Nalini – um desembargador aposentado que foi presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, indicando um aceno de Alckmin ao poder Judiciário, que o impedira de obter a reintegração de posse das escolas ocupadas, e barraram a reorganização (CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, *op. cit.*, p. 318) –, apesar de se apresentar como um conciliador e aberto ao diálogo, adotou práticas que diziam o contrário.

Como mostram Campos, Medeiros e Ribeiro (*ibid.*, p. 319), o novo secretário afirmou que a reorganização lhe parecia uma ideia sensata, que estava contratando jovens youtubers para divulgar essa proposta e que se o Estado não tivesse de fornecer merenda aos estudantes, economizaria recursos (que poderiam ser usados para remunerar melhor os professores).

Além disso, como mostram Moraes e Ximenes (2016, p. 1083), Nalini criou a instância chamada Frente de Instituições Públicas pela Educação do Estado de São Paulo (FIPESP) para discutir a reorganização escolar. No entanto, essa instância reúne instituições jurídicas e a Assembleia Legislativa de São Paulo, não os atores que serão afetados por elas (os estudantes, sobretudo). A mesma carência de diálogo parece estar presente, portanto.

Ao mesmo tempo em que havia essa proposta (excludente) de discussão da reorganização, questionamentos foram levantados a respeito de uma “reorganização silenciosa” (CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, 2016; MORAES e XIMENES, 2016; GOULART, PINTO e CAMARGO, 2017).

Com efeito, como mostram Goulart, Pinto e Camargo (2017, p. 127), a Secretaria de Educação lançou, em 2016, sua Resolução SE n. 02/2016, a qual permitia que a quantidade máxima de alunos por sala de aula fosse expandida em 10%. Em outras palavras: de 30 para 33 alunos nos anos iniciais do Ensino Fundamental; de 35 para 38 alunos nos anos finais do Ensino Fundamental; de 40 para 44 alunos no Ensino Médio e; de 44 para 49 alunos na Educação de Jovens e Adultos.

Aliada a essa resolução, diversas salas de aulas foram fechadas durante o ano de 2016 (MORAES e XIMENES, 2016, p. 1083) e turnos inteiros foram excluídos. A respeito disso, uma Ação Civil Pública (processo n. 1049683-05.2015.8.26.0053) foi movida contra a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.



O Judiciário deu prosseguimento ao processo, solicitando um posicionamento da Secretaria de Educação. Ao posicionamento, a Rede Escola Pública e Universidade (formada por professores e pesquisadores de diversas universidades públicas) emitiu uma nota técnica (REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE, 2016), mostrando suas inconsistências e que faltou – uma vez mais – clareza das medidas adotadas.

A despeito disso, a ação foi extinta no dia 27 de julho de 2016, não por não verificarem o cancelamento da reorganização (o despacho afirma que não há garantias de que a proposta de fato foi revogada e deixou de ser implementada), mas por não ter mais como reverter as ações realizadas pela Secretaria de Educação, visto que o ano letivo já estava em sua metade (GOULART, PINTO e CAMARGO, *op. cit.*, p. 129).

Ora, a despeito de todas essas manobras por parte da Secretaria de Educação, com seu novo secretário encabeçando a pasta, não é lícito que subestimemos aquilo que foi conquistado pelos estudantes secundaristas, os quais conseguiram reverter oficialmente uma medida que seria imposta a toda a rede pública estadual.

A articulação conquistada foi fundamental, com o movimento organizado horizontalmente e todas as suas decisões tomadas em assembleias estudantis (PIOLLI, PEREIRA e MESKO, 2016, p. 34), assim como a autonomia dos jovens nesse processo, não aceitando qualquer tipo de representação estudantil, mas tomando o enfrentamento em suas mãos e conduzindo-o.

A mensagem passada foge em muito do senso comum de que o jovem não gosta da escola e quer somente se ver livre dela. Talvez possam não gostar da forma como o ensino é praticado, com salas cheias, professores mal-remunerados e pouca estrutura organizacional (CORTI, CORROCHANO e SILVA, 2016, p. 1166). O senso de pertencimento à instituição, contudo, é forte, como se prova com a resistência maciça que se originou para combater a reorganização escolar.

Foram jovens que se mobilizaram na luta por um direito básico, que é a educação. Jovens pertencentes às mais diversas escolas, que se uniram por esse objetivo comum. Assim como a jornada de junho de 2013 indicava a presença de uma classe social diferente da tradicional classe média brasileira, uma classe que lutava pelos próprios direitos, os quais estavam cada vez mais relegados a segundo plano, dada a agenda de precarização própria ao neoliberalismo, vemos que esta mesma classe participou dessa mobilização em 2015, dada a semelhança de pautas e mesmo de atores que participaram das duas manifestações.



Aliás, cremos ser vital ter em vista os protestos de junho de 2013, quando formos analisar as ocupações secundaristas de 2015, por podermos encontrar uma série de continuidades entre ambos.

Os protestos de 2013 ocorreram após o aumento das passagens de ônibus, trens e metrô em diversos municípios e estados do país. Como descrevem Antunes e Braga (2014), o aumento fora adiado, a pedido do Governo Federal, para junho de 2013 (sendo que o reajuste tradicionalmente ocorre no mês de janeiro).

Quando a prefeitura e o governo estadual (governados, respectivamente, pelo PT e PSDB) anunciaram o reajuste, com a tarifa deixando de ser R\$ 3,00 e passando à R\$ 3,20, começaram os protestos, organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL).

Tal movimento tem seu surgimento oficial em 2005, no Fórum Social Mundial (DOWBOR e SZWAKO, 2013, p. 46), embora sua gênese, conforme colocam os autores, esteja em três revoltas ocorridas em 2003, 2004 e 2005. A primeira ocorreu em Salvador, as outras duas, em Santa Catarina.

Nessas ocasiões, indivíduos se revoltaram contra o aumento do preço das passagens. Em Salvador, os revoltosos eram os “filhos e filhas de pais desempregados”, isto é, jovens estudantes das classes mais precarizadas, enquanto em Santa Catarina era um coletivo de estudantes ao qual a população foi aderindo aos poucos, conforme os conflitos com as autoridades começaram (DOWBOR e SZWAKO, *op. cit.*).

Desses eventos surgiu o Movimento Passe Livre tal como se constitui nos dias de hoje, adotando como critérios de organização a horizontalidade, autonomia, independência e apartidarismo (SPINA, 2016).

São esses atores (que pertencem ao MPL) que desempenharão papel fundamental no início das Jornadas de Junho. Conforme dito, após o anúncio do reajuste, foram marcados protestos, com amplo comparecimento. Tudo fruto das mobilizações em redes sociais.

O primeiro protesto ocorreu no dia 06 de junho de 2013. Novos protestos foram marcados nos dias subsequentes, todos com alta taxa de participação. No dia 13 de junho, no entanto, houve uma guinada discursiva e uma mudança na forma como o evento transcorreu.

Com efeito, até essa data, os jornais eram contrários às manifestações que estavam acontecendo. Os eventos eram tachados de vandalismo, e os manifestantes eram condenados por atrapalhar o trânsito, causar danos ao patrimônio público e privado e ter como pauta meros R\$ 0,20 centavos, sendo que o transporte já era subvencionado (CANESIN, 2014).

Não à toa os jornais (como a *Folha de S.Paulo*) cobravam das autoridades uma atuação mais enérgica, que coibisse o vandalismo e retomasse a Paulista das mãos dos arruaceiros (COSTA, 2016, p. 44).

No dia 13 de junho, a atuação policial foi truculenta – mais do que de costume – com diversos manifestantes agredidos e presos, além de diversos jornalistas feridos durante a cobertura (22, segundo Antunes e Braga, em obra já citada). Nem mesmo os jornalistas negam que isso se deveu ao viés de cobertura jornalística, que clamava por repressão (BLOTTA, 2014).

Após essa truculência, todavia, houve uma guinada discursiva e os jornais, que antes condenavam as manifestações *in toto*, passaram a defendê-las como movimento democrático por excelência (MORAES, 2016; CANESIN, 2014).

Aliás, foi só após esse momento que uma nova figura surgiu, a dos *black blocs*. Através de diversas mudanças discursivas, os jornais passaram a condenar esse grupo em específico, dizendo, no mais, que sempre foram os *black blocs* que faziam vandalismo e que os editoriais os combatiam, não os manifestantes “de bem” (CANESIN, *ibid.*).

Ora, salta aos olhos, contudo, que a primeira menção ao termo *black blocs* ocorreu no dia 16 de junho, quando os jornais já não criticavam mais a totalidade das manifestações, mas só aquilo que consideravam vandalismo. Antes dessa data, essa categoria não existia, e as críticas eram direcionadas aos manifestantes, sem distinção (CANESIN, *ibid.*, p. 6).

É verdade que os *black blocs* enquanto “grupo” já existiam anteriormente, tendo sua gênese nos Estados Unidos do fim dos anos 60 e se desenvolvendo, em seu aspecto tático, na Alemanha da década de 80 (DEUSEN, 2010, p. 10). A visibilidade desse grupo no Brasil, no entanto, só se deu a partir da mencionada data (16 de junho). Antes disso, não se falavam de táticas de guerrilha, tampouco na vestimenta dos jovens, mas tão somente no vandalismo praticado pelos manifestantes.

De toda forma, após essa abordagem truculenta da polícia e da virada discursiva dos meios de comunicação, as manifestações posteriores receberam um montante muito maior de participantes.

É certo que, após isso, o aumento das passagens foi revogado, voltando ao seu preço original, e isso foi uma vitória do Movimento Passe Livre. Não obstante, a partir do momento em que houve a maior participação de pessoas nos protestos, o MPL perdeu parte de sua

influência na proposição de pautas, como pode se verificar com a pletora de pautas que passaram a ser reivindicadas, com ênfase ao combate à corrupção (SINGER, 2013).

Com efeito, neste momento vemos que o grupo de participantes dos protestos sofre ligeira mudança: se antes era um movimento de uma esquerda apartidária (como nos mostra Singer, na obra citada, ao abordar os dados quantitativos coletados), ou, melhor colocando, de uma classe precarizada (a “classe C”), com ganhos relativamente baixos e alta rotatividade no mercado de trabalho (ANTUNES e BRAGA, *op. cit.*), somados aos estudantes de universidades públicas tradicionais e com perfil de militância de esquerda, a partir desse momento há a participação de uma classe média tradicional, com seus discursos e insatisfações contra a corrupção estatal, discurso constante e que não leva em conta os reais problemas do país, como a crescente desigualdade social (SOUZA, 2015).

Singer (2013, p. 35), aliás, vincula esse discurso à direita que tenta penetrar nos protestos, com uma marca antipartidária (enquanto as manifestações de então eram apartidárias, mas sem hostilidades para com partidos políticos).

Independentemente disso, houve a redução das tarifas de passagens nos transportes públicos de São Paulo (e em outros estados), o que foi uma vitória para o Movimento Passe Livre. Essa vitória, sem dúvida, foi influência para as ocupações ocorridas em 2015, e não só pelo fato de parte dos membros das ocupações terem participado das jornadas de junho, mas por mostrar que a mobilização coletiva pode pressionar o governo para obter as pautas almejadas – assim como outros grupos o fazem, mas adotando uma organização mais hierarquizada, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), por exemplo.

Nesse sentido, temos até mesmo a adoção de uma mesma estética de protesto, em ambos os eventos. Como afirmam Monika Dowbor e José Szwako (2013), ganhar visibilidade para uma causa é uma forma de influenciar o processo de decisão política. Muitas vezes, essa visibilidade só é alcançada pelo confronto (como argumentam ao comparar o MPL aos Comitês Populares da Copa), através de “estratégias dramáticas” (idem, p. 54) que permitam criar “vítimas” (com as quais a população se solidarizará) e “vilões”.

Uma tal imagem ganharia fortes contornos, além de ampliar a visibilidade, quando publicada nos meios de comunicação. Como afirma Moraes (2016, p. 47), “o jornal é um meio propício e relevante para observarmos como o estético participa do ético, bem como o ético está intrinsecamente vinculado ao estético”. Foi através desses contornos que as manifestações de junho de 2013 deixaram de ser vandalismo e passaram a ser luta

democrática, enquanto o “vandalismo” foi jogado para outros grupos, no caso, os *black blocs*. Foi essa mudança discursiva que permitiu uma maior participação nos protestos – ainda que à custa de sua posterior colonização por grupos da classe média tradicional (SINGER, 2013).

Em resumo, o aumento das passagens (mas não só, pois a Copa do Mundo de Futebol, que ocorreria no país no ano seguinte, também gerou revolta por parte da população, indignada com os gastos) foi o estopim para os protestos, que foram duramente reprimidos num primeiro momento, com conivência e apoio dos meios de comunicação.

Após a mudança discursiva que ocorreu em data posterior ao dia 13 de junho de 2013, ocasião em que a truculência policial feriu diversos manifestantes e jornalistas, os “inimigos” passaram a ser outros: os *black blocs*, jovens “vândalos” que se vestiam de preto, usavam máscaras e depredavam bens públicos e privados. Nesse momento, as manifestações passaram a receber apoio da mídia, como legítimas e democráticas.

Além da já citada “continuidade estética” entre os protestos de 2013 e de 2015, buscando a visibilidade para suas causas, com o intuito de influenciar o debate (DOWBOR e SZWAKO, 2013), houve semelhança na postura combativa para com as autoridades competentes.

Com efeito, como afirma Isabelle Stengers (2015, p. 22), há ocasiões em que “não há o que discutir, o que argumentar – seria honrar demais essa pretensão, e tal honra a alimenta. É preferível retomar as virtudes do riso, da grosseria, da sátira”. Segundo a autora, há momentos em que a sociedade civil não deve dialogar com seus representantes, pois estes quereriam apenas que entendêssemos seus lados, o lado do mercado, seus pontos. Chamariam de diálogo, debate racional e democracia a entrada em seu jogo discursivo, aceitando suas colocações e pressupostos.

Seria aceitar, de um modo geral, a possibilidade de um debate meramente técnico sobre uma questão de política social, na qual repousam variáveis humanas. Nas palavras de Habermas (2014b p. 146), “A suposição otimista de uma convergência entre técnica e democracia é tão pouco aceitável quanto a afirmação pessimista de que a democracia se vê eliminada pela técnica”.

Em outras palavras, as decisões políticas não podem ser eliminadas por questões técnicas (como justificativas catastrofistas para o aumento da passagem, ou para a necessidade de reorganização escolar), cabendo que a decisão seja tomada pelos atores que serão diretamente afetados por ela.

É por essa chave que vai Stengers, mas em tom mais crítico, dizendo que não cabe que nos dirijamos aos representantes com o ar da denúncia, mas da piedade, sabendo que eles estão de mãos amarradas com diversos outros interesses. Isso, contudo, não quer dizer que devamos aceitar justificativas. Não se pode acatar a ideia de que “em minha posição, você faria o mesmo”, pois, segundo a autora, não estamos no lugar dos representantes, e devemos nos recusar a nos colocar nessa posição, para que também não fiquemos presos em uma paralisia decisória. As reivindicações devem ser feitas até que sejam acatadas, não negociadas.

Essa chave é semelhante à adotada por Thoreau (1997), que nos fala da obrigação de ou lutarmos contra as injustiças, ou, ao menos, não lhe dar apoio em termos práticos. É uma visão mais crítica e exigente em termos de participação popular, e, sem dúvida, dialoga com o movimento dos secundaristas, no qual os jovens fizeram suas reivindicações, não aceitando aspectos técnicos declarados (e que não estavam adequadamente elaborados), tampouco uma imposição vetorial.

A respeito das continuidades entre movimentos, é digno de nota que a participação de alguns atores nos dois movimentos (protestos de 2013 e ocupações de 2015) foi percebida pela *Folha de S.Paulo*<sup>44</sup>, que publicou perfis de alguns alunos que tiveram atuação em ambos momentos<sup>45</sup>, bem como uma matéria que mostrava a continuidade entre os dois e como outros atores das ocupações de 2015 passaram a participar, depois disso, do MPL<sup>46</sup>.

No que tange à cobertura da mídia – que é o que nos interessa de modo mais específico nessa pesquisa – há uma outra continuidade importante entre as jornadas de junho de 2013 e as ocupações de 2015: em ambos os casos, houve uma mudança discursiva. De uma crítica inicial às manifestações, passou-se a apoiá-las, mudando o foco da condenação (em 2013, condenou-se, por fim, o vandalismo, não a manifestação; em 2015, condenou-se o fato de não perceberem que a reorganização seria benéfica para a educação e que permitiria uma

44 Teremos ocasião de discutir essas matérias e de questionar o fato do jornal em questão ter noticiado a continuidade entre esses dois movimentos, mas não noticiar com a mesma ênfase a continuidade entre as cúpulas do PSDB que propuseram a reorganização de 2015 e que implementaram a de 1995. O fato de não dar o devido destaque sobre esse aspecto é ilustrativo das posições no campo de poder e das visões adotadas pelo jornal.

45 GRAGNANI, Juliana; MACHADO, Leandro; BERGAMO, Marlene. Aluno 'linha de frente' do Passe Livre é porta-voz de invasão em escola de SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 12 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1705290-aluno-linha-de-frente-do-passe-livre-e-porta-voz-de-ocupacao-em-escola-de-sp.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

46 RODRIGUES, Artur; BERGAMIM JR., Giba; MACHADO, Leandro. Movimento Passe Livre tem linha de frente mais 'teen' nos atos deste ano. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 17 jan. 2016. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/01/1730391-movimento-passe-livre-tem-linha-de-frente-mais-teen-nos-atos-deste-ano.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

melhor gestão pública dos recursos, mas apoiaram a manifestação em si – após condená-la num primeiro momento).

Assim, vemos que houve uma continuidade entre ambos momentos e fenômenos. Além disso, os dois nos trazem como atores, que se contrapõem ao poder do estado, jovens, em movimentos com organização horizontal e decisões democráticas, sem líderes ou figuras dominantes.

Na pesquisa que aqui desenvolvemos, é importante que tenhamos em vista estes outros atores que representam o outro lado de disputa. Enquanto o lado representado pelo estado tinha sua ação descrita pela proposta de reorganização escolar, o lado da resistência à proposta tinha como ação os protestos, sendo que aquele que se tornou ilustrativo da luta empreendida foi a ocupação de escolas e de vias públicas, com um chamado ao debate e à crítica contra aquilo que era proposto.

Não obstante, se a luta se resumisse apenas a eles, os efeitos seriam reduzidos e poderiam ser eventualmente silenciados, com a truculência policial ou o desgaste das ocupações.

Vemos, nesse quesito, que as mídias<sup>47</sup> tiveram papel no evento, por permitir que se estabelecesse um diálogo, à revelia dos desejos da secretaria de Educação. Se esse debate foi neutro, ou enviesado, é outro ponto, que analisaremos no capítulo vindouro. Fato é, contudo, que, não fosse a visibilidade suscitada, parte da população não teria contato com aquilo que estava sendo proposto, a despeito de afetar a vida de tantos estudantes e suas famílias. Ao menos não teria contato com todas as críticas e resistências. Isso se deve ao fato de o jornal ter atuado como veículo de informação (sua função, evidentemente) num contexto em que o estado não deu publicidade nem transparência às suas decisões – o que parece ser a política de governo no que tange à proposição de políticas públicas (sobretudo em Educação), não um fenômeno isolado.

Assim, a visibilidade obtida no período pode ser entendida como a junção de três fatores: 1) a mudança no cotidiano das famílias, que teriam sua rotina alterada com a

47 Conforme mostram Corti, Corrochano e Silva (2016, p. 1167), muitos alunos reclamaram do fato de só saberem a respeito da reorganização por causa da cobertura da mídia – isto é, a mídia informou-os sobre uma política que os afetava diretamente, mas que o estado (ou a escola) não divulgou de maneira satisfatória. Se a cobertura da imprensa foi importante para informar os próprios afetados pela proposta, somos levados a crer que desempenhou papel salutar ao permitir a visibilidade da política proposta e das manifestações que ocorreram posteriormente. Visibilidade esta que foi trazida a um público ampliado (que reagiu à proposta e não a apoiou, reduzindo até mesmo a aceitação ao governo Alckmin, que acabou por revogá-la).

transferência dos alunos para outras escolas; 2) as estratégias de manifestação dos estudantes, que ocupavam escolas e paralisavam ruas, chamando a atenção de outros indivíduos que não se viam diretamente afetados pela proposta e; 3) a cobertura noticiosa sobre as manifestações, que expandia sua visibilidade e fazia discutir o que estava sendo proposto, em vez de apenas permitir que o tema fosse esquecido e entrasse em vigor, sem possibilidades de resistência.

É crucial que analisemos, portanto, o papel desempenhado pelos meios de comunicação nesse evento, através do estudo de caso da cobertura da *Folha de S.Paulo* (versão online), conforme justificamos, vendo seu papel de fomentador de visibilidade para um grupo específico (ainda que bastante amplo), assim como as posições tomadas durante as coberturas (e desenrolar dos eventos) e suas justificativas.

### 2.3 Outros atores e considerações iniciais sobre os polos em disputa

Outra personalidade que merece destaque, no polo contrário à reorganização, é a professora Sonia Portella Kruppa, docente da Faculdade de Educação da USP. Ela, que fora chefe de gabinete da Secretaria municipal de Educação da gestão Erundina (PT), representa um contraponto à visão gerencialista encabeçada pelo PSDB<sup>48</sup>. Não à toa, foi ela quem debateu com Rose Neubauer a respeito da reorganização, em debate promovido pela *Folha*.

Outros atores que participaram das disputas foram os pais dos estudantes secundaristas, que se dividiram: alguns apoiando as ocupações, outros, tentando boicotá-las<sup>49</sup>.

Há, ainda, a presença de intelectuais e pesquisadores de universidades públicas (sobretudo os que formaram a REPU – Rede Escola Pública e Universidade), que se posicionaram contrários à reorganização e trouxeram dados para discutir a proposta.

De igual modo, colunistas de jornais (sobre os quais falaremos no próximo capítulo), que expuseram seu posicionamento em veículos de grande visibilidade (e traziam, em cada

48 Segundo o próprio perfil apresentado em artigo assinado na *Folha de S.Paulo*, em: KRUPPA, Sonia. M. Portella. É correta a decisão do governo de São Paulo de separar alunos por ciclo escolar? Não. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 17 out. 2015. Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2015/10/1695049-e-correta-decisao-do-governo-de-sao-paulo-de-separar-alunos-por-ciclo-escolar-nao.shtml>> Último acesso em 05/06/2017

49 Como ilustra, por exemplo, matéria publicada na *Folha de S.Paulo* que falava sobre um grupo de mães que tentava desocupar escolas à força. Vide: TAKAHASHI, Fábio; GRAGNANI, Juliana. Famílias se articulam para reverter ocupação de escolas em SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 26 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1711231-familias-se-articulam-para-reverter-ocupacao-de-escolas-em-sp.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

caso, visões de mundo diferentes para justificar suas posições, sem questionar seus referenciais).

Poderíamos, até mesmo, pensar nos jornais que veicularam as notícias sobre a reorganização escolar e as ocupações como sendo atores envolvidos nesta disputa, visto que eles ocupam posições específicas no campo jornalístico e sociedade – e possuem seu próprio posicionamento. Não se tratam, portanto, de palcos neutros.

A despeito disso, embora reconheçamos essas especificidades e tenhamos de levá-las em conta em nossa análise, ao salientar o que a *Folha de S.Paulo* cobriu, como cobriu e explicitar mudanças discursivas e suas possíveis explicações, abordaremos, sobretudo, os polos da disputa como sendo: de um lado, a visão que propunha a reorganização escolar, de outro, a visão que se opunha a esta reorganização e se mobilizava para combatê-la. Diante disso, distribuiremos os atores por esses campos e tentaremos entendê-los com base nisso.

Mais importante, tentaremos entender o que uma visão implicava em termos discursivos, vendo como o jornal cobria o fenômeno e mudava seus posicionamentos.

É tendo isso em mente, após qualificarmos as visões e principais atores envolvidos, como o fizemos neste capítulo, que poderemos analisar a cobertura do jornal em questão.



### 3 A DISPUTA

O palco armado no jornal *Folha de S.Paulo* permitiu que a disputa entre os dois lados se desenrolasse ao longo dos meses em que a proposta de reorganização foi feita e em que os protestos se seguiram a ela. Nisso, o veículo cumpriu seu papel, que é o de permitir a existência de conflitos em suas páginas, em vez de tentar uma pacificação inexistente no seio da sociedade (CHAPARRO, 2014)

Nessa disputa, diversos discursos foram veiculados, segundo lógicas específicas. Muitas vezes, os manifestantes eram enquadrados pela lógica estatal (apesar de estarem em disputa contra esse mesmo estado), sendo chamado de “invasores”, enquanto ocupavam as escolas. Trata-se de um processo de desqualificação política e jurídica (MAUGER, 2007, p. 73ss), que traz os atores em disputa para o mesmo campo, com um léxico semântico único.

Ao mesmo tempo, houve uma habilitação política dos estudantes na sociedade civil, que questionou a proposta de reorganização e passou a apoiar e enaltecer os protestos e manifestações dos secundaristas, como luta democrática e de resistência política.

Esse apoio escoou para a mídia (principalmente na *Folha*, no caso em tela), que, não obstante apoiar a proposta de reorganização, passou a apoiar, também, a manifestação dos jovens. Nesse ínterim, o sentido que se atribuía aos protestos, ocupações e manifestações se devia, em grande medida, ao enfrentamento de discursos de desqualificação e habilitação política e às representações que eles envolviam (MAUGER, *ibid.*, p. 107).

Nesse sentido, é salutar que vejamos as matérias publicadas no período, verificando onde se deu o embate e as mudanças discursivas, e o que isso significa para o jornal que as veiculou (uma vez que não constitui palco neutro, em virtude de suas posições no campo jornalístico) e para a discussão que se desenvolve em torno dele.

#### 3.1 Coleta das matérias e primeiras análises

Foram coletadas e analisadas 205 matérias sobre a reorganização escolar e sobre as manifestações, ocupações secundaristas e protestos empreendidos em resposta a isso (não coletamos notícias sobre as ocupações estudantis contra a Máfia da Merenda, contrárias à

PEC dos gastos públicos do Governo Temer ou por qualquer outro motivo, visto que não compunham o foco da pesquisa<sup>50</sup>).

Essas 205<sup>51</sup> matérias foram todas publicadas na *Folha de S.Paulo* (versão online), no período compreendido entre 23/09/2015, a data em que se publicou a primeira matéria sobre a proposta de reorganização escolar, e o dia 15/12/2016, ocasião em que o jornal publicou uma pesquisa do instituto Datafolha falando a respeito do apoio às ocupações, por parte dos pais e alunos.

Apesar desse grande intervalo temporal, a maior parte das matérias se concentrou entre outubro de 2015 e janeiro de 2016 (180 matérias) e, a partir de fevereiro, o foco foi o desfecho do evento, com as lições tiradas, repercussões e “contagem” dos prejuízos e depredações sofridos pelas escolas.

Em maio de 2015 (mais precisamente no dia 08 daquele mês) foi publicada a última matéria que falava especificamente sobre a reorganização e as ocupações. Nove matérias foram publicadas após essa data mencionando os eventos, em que apenas fazia-se um balanço do ocorrido, ou simplesmente tratavam desse assunto lateralmente (comparando com outros protestos ou ocupações, por exemplo).

Essas 205 matérias foram identificadas como sendo 181 reportagens (narração de fatos e eventos, investigação, entrevistas, fotografias e etc.), 3 editoriais (publicados nos dias 29/10/2015; 05/12/2015 e 07/01/2016), 20 colunas e 1 comentário da Ombudsman do jornal, que criticou a cobertura da *Folha* no desencadear dos protestos e eventos.

As reportagens, de um modo geral, seguiam a estrutura indicada por Seixas (2013, p.174), com elementos argumentativos e narrativos, não apenas com a mera descrição factual dos eventos. Isto é, para além de descrever os eventos em linhas gerais, narravam os acontecimentos, criando pequenas historietas, por vezes com predominância de estética emotiva, centradas em um recorte muito específico – como a estrutura de uma única ocupação, o perfil de um único jovem ou algum congênere.

50 Matérias que tratassem de outras ocupações só foram selecionadas quando, no corpo da notícia, houvesse referências às ocupações de 2015, contra a reorganização. Tais referências poderiam ser comparações, indicações de continuidade ou outros elementos.

51 Na verdade, foram encontradas outras publicações que versavam sobre o período – como carta de leitores e de uma professora. No entanto, como não se tratava de material feito exclusivamente pelo jornal (apenas publicado por este na seção *Painel do Leitor*), não o consideramos para a análise da cobertura da *Folha*, mas apenas quando discutirmos os comentários dos leitores. Ainda assim, as referências e endereço eletrônico dessas opiniões encontram-se na bibliografia das publicações do jornal sobre o evento em questão.

No mais, as notícias do período se dividiram pelas três rotinas de noticiamento que descreve a autora: *hard news* (o evento inesperado, como a ocupação das primeiras escolas), *developing news* (o desenvolvimento desse evento, com as mudanças discursivas envolvidas no processo) e *continuing news* (a continuação desse evento, com novas ocupações e expansão do número de alunos mobilizados) (SEIXAS, 2013, p. 169).

O *clipping* foi feito pelo próprio sistema de buscas do acervo da *Folha de S.Paulo*, disponível no site do jornal. Para permitir uma coleta mais abrangente, que não fechasse o leque de buscas, primeiro pesquisamos todas as matérias que apareciam com o termo “reorganização”, depois “reorganização escolar”, depois “ocupação”, “ocupação escolas”, “invasão escolas”, “protestos estudantes”.

O número de matérias encontradas para cada uma das palavras buscadas foi muito maior do que as que de fato falavam sobre o tema, como acontece em qualquer site de busca. Havia matérias de vários anos antes, que tinham tais termos-chave, mas que se referiam a um contexto totalmente diverso.

Com a data em que houve a divulgação da proposta de reorganização escolar (23 de setembro de 2015) em mãos, descartamos todas as matérias que tinham essas palavras-chave, mas que eram de um período anterior, por não se caracterizarem como o que buscávamos.

Pelas manchetes e chamadas da matéria, conseguíamos distinguir o que tratava de uma cobertura sobre o tema que investigávamos e o que tratava de uma matéria que abordava um outro assunto.

Encontradas as matérias que nos interessavam, percebeu-se que várias delas apareciam em mais de um resultado (por exemplo, uma mesma matéria poderia ter as palavras “reorganização” e “invasão” em seu corpo, aparecendo em cada uma das buscas que fizéssemos). Cruzamos todas as matérias coletadas em cada uma das buscas, para evitar a análise de material duplicado.

Também efetuamos pesquisas com outros termos-chave, como “Voorwald” (sobrenome do secretário da educação de São Paulo à época), “secretaria educação São Paulo”, dentre outros. Nenhum destes termos foi eficiente no que tange aos resultados. Das poucas matérias que foram encontradas, todas já haviam sido coletadas anteriormente, quando usamos termos mais abertos, como “reorganização”, “invasão escola”, “ocupação” e etc.

De tal forma, encerramos a coleta das matérias, por não encontrar nenhuma outra que tenha sido publicada no período, abordando tais questões. Se outras notícias tivessem sido

publicadas, apareceriam no resultado das buscas do jornal, motivo pelo qual podemos inferir que as 205 matérias identificadas foram todas as publicadas sobre o assunto. Ainda que algum material tenha se perdido no processo de buscas (algo em que não cremos), isso não alteraria a análise qualitativa que faremos, tampouco a observância de certos padrões ao longo das coberturas, motivo pelo qual essa possibilidade não gera ameaça para a reflexão.

Feita a coleta, restava-nos analisar algumas tendências quantitativas da cobertura, para, então, selecionarmos algumas notícias, representativas dos discursos veiculados, para uma análise mais detida sobre as posições encontradas.

De um modo geral, a cobertura da *Folha* seguiu seu “modelo padrão”, de razoabilidade. Não houve manipulação dos fatos, falseabilidade de notícias ou vieses nesse sentido. Poderíamos, sob certos aspectos, chamá-la de uma cobertura “descritiva”, posto que focava em descrever os eventos mais do que em polemizá-los.

É importante que digamos que não pressupomos uma ideia de neutralidade imparcial, tal como se outorgam os jornalistas e órgãos de imprensa. Sabemos, pelo menos desde Weber (2006), que a neutralidade, em sua essência, não existe, tal como a desenham. O que vale para a ciência e para a política social é igualmente válido no jornalismo, sobretudo se tivermos em conta que há um número de matérias que são publicadas diariamente, e a escolha do que será ou não tema de pauta passa por uma decisão.

Essa decisão pode ser tomada com base em fatores econômicos (o que venderia mais jornais), políticos (matérias que podem afetar um candidato ou governo, por exemplo), ou qualquer outro, mas, de qualquer forma, passam por critérios que podem afetar uma pretensão de neutralidade.

O próprio Otávio Frias Filho (1984; 1988) já mostrava que o jornalismo não era neutro, tampouco abarcava toda a realidade, mas concebia o objeto que seria coberto de acordo com as preferências do leitor e sua curiosidade. Nas palavras do publisher da Folha: “os jornais providenciarão um escândalo por dia para que eu, como nas touradas, me deleite numa catarse de sonâmbulo” (FRIAS FILHO, 1984). Fornecerão sempre aquilo que o público quer ler (mas seguindo critérios que não resultarão na perda de legitimidade, é claro).

Assim sendo, o predomínio descritivo de que falamos (e usamos esse termo por falta de um que melhor explique o fenômeno) se deve a uma tentativa de isenção na apuração e relato dos eventos, não em sua veiculação de modo neutro. Na visão de Chaparro (2014, p. 133), isto se dá porque “o dever da veracidade não resulta de conexões com valores ou

códigos éticos, mas da perspectiva de que o leitor assim o exige e a isso tem direito”. Seria uma isenção com interesses mercadológicos.

A despeito disso, essa isenção desaparece quando se trata de interpretar os eventos e apresentá-los ao público leitor. Nesse momento, um léxico próprio é mobilizado, fornecendo as visões de mundo próprias do veículo em questão.

No caso em tela, por exemplo, as ocupações das escolas foram, em um primeiro momento, descritas como “invasões”. A adoção desse significante, por sua vez, traz uma desqualificação jurídica aos indivíduos que protestavam. Eles deixam de ser atores políticos com uma reivindicação e passam a ser entendidos como pessoas que infringem o direito comum, que cometem um ato ilegal (MAUGER, 2007, p. 74s).

É por essa linha que Gérard Mauger (*op. cit.*) analisa a revolta dos subúrbios franceses ocorrida em novembro de 2005. Segundo o autor, o fenômeno social, que se iniciou após a morte de um grupo de jovens que fugia da polícia, foi trazido para a cena pública por meio da cobertura jornalística.

A partir desse momento, houve uma batalha discursiva, na qual os jornais davam uma interpretação ao evento segundo as lógicas do Estado e do sistema jurídico, descaracterizando os protestos e tratando-os como delinquência. Intelectuais, por sua vez, aproveitavam seu espaço nas mídias e faziam a habilitação política do protesto, mostrando que se tratava de um novo ator coletivo, um movimento social (*idem*, p. 80). Nisso, ocorreu uma batalha entre significações, visando fornecer a visão que descreveria (ao mesmo tempo que “criaria”) o fenômeno – o que só é possível graças ao palco de disputas constituído pelos meios de comunicação.

No caso das ocupações, a *Folha* atuou com essa leitura jurídica (e política) do acontecimento – embora tenha mudado seu discurso ao longo da cobertura. Na nova edição de seu Manual da Redação, o jornal apresenta o seguinte verbete:

**Invasão e Ocupação** – ambos os termos refletem a ideia de intrusão e permanência em determinado local. Use *invasão* sempre que houver recurso à força ou quando a entrada não tiver sido autorizada, seja em propriedade pública, seja em propriedade privada.

Admite-se o emprego do termo *ocupação*, nesse contexto, quando se tratar de espaço público (como praças e ruas) ou se as pessoas envolvidas no ato forem frequentadoras autorizadas do local. São exemplos desse último caso as ocupações de escolas, desde que promovidas por alunos da instituição, ou de fábricas, desde que realizadas por seus funcionários (FOLHA DE S.PAULO, 2018, p. 224 – grifos no original).

Ora, desse verbete vemos que o jornal trouxe para a nova versão de seu Manual um exemplo recente, indicando a interpretação que foi conquistada no decorrer do processo narrativo da disputa. Para além disso, vê-se que o termo *ocupação* é *admitido* em alguns casos (como no de escolas), mas, nessa ideia de que o termo é admitido (e apenas admitido, não recomendado ou imposto), está a interpretação dominante do veículo. Tais atos não deixam de ser invasões (aliás, esse termo não é “admitido”, mas determinado pelo verbo imperativo “use”). Apenas permitem uma outra descrição dele, quase eufemística, mas que não muda seu caráter invasivo e de intrusão.

A primeira ocupação ocorreu em 09/11/15, na Escola Estadual Diadema. No dia seguinte, foi a vez da E.E. Fernão Dias Paes. Esta foi, com efeito, a escola com maior visibilidade e destaque por parte do jornal – deixando às demais escolas ocupadas espaços marginais em sua cobertura.

Isso se deve, principalmente, ao fator geográfico, uma vez que a E.E. Fernão Dias Paes, por estar na zona oeste de São Paulo, era de mais fácil acesso (e mais próxima da realidade paulistana) do que outras escolas da região metropolitana<sup>52</sup>.

De toda forma, a primeira matéria falando sobre as ocupações foi do dia 10/11 e falava sobre a escola Fernão Dias Paes (citando apenas lateralmente a escola de Diadema)<sup>53</sup>. Já em seu título aparecia seu entendimento, ao dizer que “Estudantes invadem e trancam escola em ato contra fechamentos em SP”.

A retórica de que houve uma invasão predominou nesse período, sendo constante nas manchetes e no corpo das notícias. Os alunos eram apresentados como invasores, bem como seus apoiadores (como o MTST, em matéria do dia 14/11)<sup>54</sup>.

52 Não nos esqueçamos que a proximidade geográfica é um dos critérios da criação de pautas (FOLHA DE S.PAULO, 2018, p. 66). Assim sendo, diante de ocupações semelhantes, aquela que seria mais apresentada não seria necessariamente a primeira a passar pelo processo de reivindicação, mas a mais próxima do “leitor” - descontado elementos como amplitude de público ou situações de ineditismo (como novas atuações no interior da ocupação), é claro. Isso sem mencionar que a E.E. Fernão Dias Paes é uma escola-modelo em São Paulo, na qual muitos indivíduos proeminentes (como atores) estudaram. Sob certos sentidos, sua escolha dialoga até mesmo com o público leitor do jornal, que, por vezes, é egresso dessa tradicional escola (como alguns de seus colunistas também o foram e relataram durante as coberturas).

53 CARMO, Sidney Gonçalves do; SOUZA, Felipe; GRAGNANI, Juliana. Estudantes invadem e trancam escola em atos contra fechamentos em SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 10 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1704401-estudantes-ocupam-e-trancam-escola-em-ato-contra-fechamentos-em-sp.shtml>>. Último acesso em 02/06/2018

54 CAMARGO, Cristina. MTST invade três escolas estaduais em protesto contra 'reorganização'. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 14 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1706446-mtst-invade-tres-escolas-estaduais-em-protesto-contra-reorganizacao.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

No mais, predominou o discurso de que a reorganização apresentava uma proposta adequada, que garantiria racionalização de gastos públicos, fim de salas ociosas e que, além disso, afetaria poucos estudantes, se levássemos em conta o montante de alunos da rede pública estadual (e o número total de escolas), como ilustram matérias dos dias 26<sup>55</sup> e 28/10/2015<sup>56</sup>, que davam voz ao secretário de Educação e levantavam esses pontos que embasavam a defesa da reorganização.

Até o dia 18/11/2015 predominou o tom crítico às ocupações e de apoio ao projeto de reorganização escolar. Nesse período (tendo como início o dia 23/09/2015, data da primeira matéria sobre o assunto), foram publicadas 25% de todas as matérias que tratam da reorganização e dos protestos que se seguiram (51 matérias, entre editoriais, colunas e notícias). Destas, 31 (cerca de 60%, portanto), traziam elementos que permitiam defender a reorganização ou desqualificar as “invasões” que estavam ocorrendo.

Do restante de matérias, apenas 11 (cerca de 20%) questionavam pontos específicos da proposta, como a falta de diálogo com os alunos, fechamento de escolas e outros aspectos. As vozes ouvidas, no entanto, eram as do sindicato dos professores (APEOESP)<sup>57</sup> e de docentes universitárias<sup>58</sup> – os alunos não tiveram destaque nesse primeiro momento, sendo ou esquecidos ou tratados como invasores que até tinham uma pauta, mas não lhes permitindo se manifestar sobre ela.

Os outros 20% das matérias (9 delas) tratavam de narrações mais factuais<sup>59</sup>, que não traziam elementos que nos permitissem considerá-las, de antemão, como apresentando uma

55 TAKAHASHI, Fábio; CARMO, Sidney Gonçalves do. Reformulação da rede paulista vai envolver 'entrega' de 94 escolas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 26 out. 2015. Educação. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/10/1698558-reformulacao-da-rede-paulista-vai-envolver-entrega-de-94-escolas.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

56 VEJA quais são as 94 escolas que serão 'fechadas' no Estado de SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 28 out. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/10/1699674-veja-quais-sao-as-escolas-que-serao-fechadas-no-estado-de-sp.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

57 AMÂNCIO, Thiago. 'Vai ser uma bagunça', diz sindicato sobre mudança em escolas de SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 23 set. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/09/1685332-vai-ser-uma-bagunca-diz-sindicato-sobre-mudanca-em-escolas-de-sp.shtml>>. Acesso dia 05/06/2017.

58 KRUPPA, Sonia. M. Portella. É correta a decisão do governo de São Paulo de separar alunos por ciclo escolar? Não. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 17 out. 2015. Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2015/10/1695049-e-correta-decisao-do-governo-de-sao-paulo-de-separar-alunos-por-ciclo-escolar-nao.shtml>> Último acesso em 05/06/2017

59 ATHAS, Fernanda; CARMO, Sidney Gonçalves do. Protesto de alunos contra mudança nas escolas de SP tem dois detidos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 09 out. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/10/1692105-estudantes-interditam-av-paulista-contramudanca-nas-escolas-estaduais.shtml>>. Último acesso em 05/06/2017



lógica tão específica – embora a simples veiculação desse material, em detrimento de outros que poderiam ser publicados, já indique uma posição e visão de mundo.

O dia 18/11, no entanto, foi um ponto de virada discursiva. A partir dessa data, foram publicadas mais 154 matérias sobre a reorganização e as ocupações secundaristas e, destas, apenas 25 criticavam abertamente as ocupações ou defendiam por completo a proposta de reorganização escolar. Predominou um discurso que indicava o caráter democrático das manifestações<sup>60</sup>, bem como criticando a falta de diálogo do governo<sup>61</sup>, a truculência policial<sup>62</sup>, dentre outros aspectos<sup>63</sup>.

O que indica a virada discursiva parece ser o pedido de reintegração de posse por parte do governo<sup>64</sup> e a iminência da atuação policial, que gerou comoção por parte da opinião pública, diante do relato do desespero dos pais, que passaram a acampar do lado de fora das escolas<sup>65</sup>.

Outros elementos, contudo, não devem ser descartados, dada a complexidade do fenômeno com o qual nos deparamos. Se é verdade que pautas mais abstratas, como a mudança do currículo escolar, podem não repercutir de imediato no cotidiano das famílias, a mudança de alunos de uma escola para outra as afeta imediatamente. No primeiro caso, manifestações poderiam ocorrer, mas seriam menores. Já uma mudança que pode afetar o

60 Como bem ilustra a matéria que descaracteriza um indivíduo que critica os protestos, ao mostrar suas pautas e como os alunos têm agido. Vide: 'É VAGABUNDICE', diz motorista parado em protesto de alunos em SP; veja vídeo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 02 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714121-e-vagabundice-diz-motorista-parado-em-protesto-de-alunos-em-sp.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

61 SOUZA, Felipe; CARMO, Sidney Gonçalves do. Governo Alckmin infla balanço de desocupações de escolas em SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 28 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1712358-governo-alckmin-infla-desocupacao-de-escolas-em-sp.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

62 RODRIGUES, Artur. Em 'dança das cadeiras', alunos escapam da PM e discutem com motoristas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 03 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714554-em-danca-das-cadeiras-pelas-ruas-alunos-despistam-pm-e-discutem-com-motoristas.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

63 Como, por exemplo, a ação da Defensoria Pública e da Promotoria, com o intuito de impedir a reorganização, por encontrarem problemas no projeto. Vide: MACHADO, Leandro. Promotoria e Defensoria entram com ação para barrar plano de Alckmin. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 03 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714535-promotoria-e-defensoria-entram-com-acao-para-barrar-plano-de-alckmin.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

64 TAKAHASHI, Fábio; GRAGNANI, Juliana. Temos de pedir a reintegração de escolas invadidas, diz secretário de Alckmin. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 17 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1707710-temos-de-pedir-a-reintegracao-de-escolas-invadidas-diz-secretario-de-alckmin.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

65 SOUZA, Felipe. 'Estou apavorada', diz mãe que espera reintegração de posse em escola em SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1707935-estou-apavorada-diz-mae-que-espera-reintegracao-de-posse-em-escola-em-sp.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017



cotidiano da família, fazendo com que os alunos tenham de se deslocar para mais longe, separando irmãos, de séries diferentes, que estudavam na mesma escola, e enviando-os para instituições distintas, desencadearia resistências mais acentuadas e imediatas.

Isso se manifestou já no dia 04/11/2015, quando, ao divulgar pesquisa do Datafolha, ficou explícito que a maioria da população (59%) não aprovava a política de remanejamento de alunos, proposta pelo governo Alckmin, para levar a cabo a reorganização<sup>66</sup>.

Como não houve uma comunicação oficial por parte da Secretaria de Educação, a proposta de reorganização foi levada ao conhecimento das famílias, primordialmente, graças à cobertura midiática. E, a despeito de coberturas que tendiam a defender e apoiar essa proposta – como comentam Campos, Medeiros e Ribeiro (2016) – houve um espaço para deliberação e discussão pública, na qual os indivíduos (sejam afetados diretamente ou não pela política, já que a pesquisa do Datafolha não faz essa distinção) se posicionaram contrários à reorganização.

Com o prosseguimento do projeto, tais indivíduos, constituintes da opinião pública, ficaram cada vez mais desgostosos com o que era proposto. Mesmo sem ir às ruas, passaram a apoiar os estudantes e suas pautas, o que se manifestava em novas pesquisas de opinião. Como resultado, o governador do estado teve sua mais alta rejeição e queda de popularidade<sup>67</sup>, o que o levou a revogar sua decisão<sup>68</sup>.

Ora, a postura da opinião pública, de ser contrária à proposta e a favor das ocupações, como movimento legítimo e democrático de contestação, é um fator de constrangimento a um jornal como a *Folha de S.Paulo*, que construiu uma autoimagem de democrático, do “jornal das Diretas”.

Como coloca Chaparro (2014),

66 SOUZA, Felipe; MACHADO, Leandro. 59% dos paulistanos reprovam remanejamento de alunos no Estado. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 4 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1701990-59-dos-paulistanos-reprovam-remanejamento-de-alunos-no-estado.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

67 MENDONÇA, Ricardo. Popularidade de Alckmin atinge pior marca, aponta Datafolha. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 04 dez. 2015. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/12/1714813-popularidade-de-alckmin-atinge-pior-marca-aponta-datafolha.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

68 'VAMOS aprofundar o diálogo', diz Alckmin sobre recuo de fechamento de escolas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 04 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714969-vamos-aprofundar-o-dialogo-diz-alckmin-sobre-recuo-de-fechamento-de-escolas.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

(...) pouco apegada a tradições, e ao contrário e outros grandes jornais do mundo e um ou outro do Brasil, a Folha de S.Paulo tem em sua identidade marcas de jornal ostensivamente movido a razões comerciais. Possui, por isso, propensão a mudanças, para adequar-se às preferências e solicitações de quem o compra. E não é um comportamento dissimulado: no seu manual, faz questão de definir o leitor como consumidor. Na contrapartida, a Folha assume-se como produto. E assenta nessas opções a base de seu jornalismo (CHAPARRO, 2014, p. 132s).

Diante disso, temos uma hipótese explicativa da razão da mudança discursiva do jornal: uma resposta reflexiva à opinião pública – ou, correlacionalmente, uma resposta refletida da opinião pública (entendo a reflexividade não como um fruto da reflexão, mas como o ato do reflexo, dialogando com aquilo que a opinião pública passou a pensar sobre o fenômeno). O jornal mais lido do país não gostaria de ter visões discordantes da maioria da população paulista. É nessa linha que argumenta Chaparro, e este é um pressuposto das teorias que fazem a releitura da análise habermasiana dos meios de comunicação. A mídia dá visibilidade para um evento, mas a discussão que daí surge escapa de seu domínio e, por vezes, consegue até mesmo fazer com que ela altere sua cobertura e veiculação.

Uma outra hipótese que poderíamos levantar para a mudança discursiva pode ser explicada pela posição ocupada pelo jornal no campo jornalístico. A *Folha de S.Paulo* é um veículo de inspiração liberal, como ela mesma lembra em seu Manual da Redação (FOLHA DE S.PAULO, 2018, p. 28). Assim sendo, ela trará essas visões liberais para sua cobertura jornalística. Será seu enquadramento, a visão de mundo (ou ideologia) veiculada.

Para ela, a reorganização era uma proposta palatável. Sempre disse isso, como seus editoriais indicam<sup>69</sup>. Não faria sentido, portanto, questionar tal proposta. Tanto é que o furo noticioso que conseguiu, via Lei de Acesso à Informação, o estudo que pautava todo o projeto foi de seu concorrente, *O Estado de S.Paulo*. A cobertura da *Folha* não seguiu por esse caminho<sup>70</sup>.

A crítica desse veículo foi, como vimos, a aspectos pontuais que se enquadram em seu viés liberal. Questionou a falta de diálogo, a rapidez com que se quis aplicar tal política, o

69 Vide, sobretudo: LIÇÕES de um movimento. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 07 jan. 2016. Editorial. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/01/1726695-lico-es-de-um-movimento.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

70 É evidente que muitos outros fatores podem ter feito com que *O Estado de S.Paulo* tenha conseguido esse material exclusivo, e não a *Folha*. A corrida pelo furo jornalístico é um deles. A criatividade e ideias dos jornalistas de cada veículo, outra possibilidade. No entanto, uma outra possibilidade que se coloca é a de o jornal em questão simplesmente não ter cogitado seguir por esse rumo, afinal, a proposta de reorganização era boa, em sua leitura de mundo. Foi defendida a todo instante. Não faria sentido, nesse ponto, questionar seus balizadores e pressupostos, já que a apoiava de antemão.

recurso à polícia. A reorganização em si, por sua vez, viu-se blindada contra todo questionamento.

Com tal autoimagem, o jornal não poderia continuar se opondo às ocupações, posto que o movimento pedia mais diálogo, reclamava da atuação autoritária do governo e só estava agindo de tal forma porque suas alternativas de ação se esgotaram sem encontrar uma abertura no governo do PSDB para discussão. Manter a oposição feriria sua imagem de democrático, de jornal de centro, de veículo liberal. Talvez isso explique porque o veículo passou a apoiar a manifestação dos estudantes, apesar de discordar de suas pautas.

Vemos que estas duas hipóteses explicativas não são concorrentes, mas se inter-relacionam. O jornal em questão mudou seu posicionamento por ser permeável ao debate que estava ocorrendo, ao posicionamento da opinião pública diante dos eventos que se somavam. Ao mesmo tempo, essa foi uma mudança parcial: as ocupações deixaram de ser condenadas, mas a reorganização continuou como proposta razoável, que deveria ser implementada – apenas demandando mais diálogo e transparência.

Essa mudança parcial se explica pela posição do veículo no campo jornalístico, como jornal de inspiração liberal e democrático. Não poderia afetar ou arriscar sua autoimagem, tampouco a percepção que dele fariam os outros atores sociais (leitores, concorrentes etc.).

Uma última hipótese explicativa se nos apresenta para dar conta da realidade multicausal do fenômeno<sup>71</sup>: trata-se do período político conturbado e as mobilizações pró-impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT).

Com efeito, houve apoio maciço tanto ao impeachment quanto aos atos que o pediam por parte da mídia (AB’SÁBER, 2015) – na verdade, houve um viés corriqueiro contra o governo do PT desde as eleições, como mostram as pesquisas do *Manchetômetro*<sup>72</sup>.

Se os protestos, atos e passeatas que pediam o impeachment da presidente eram aceitos e defendidos pela imprensa como legítimos e democráticos, não havia um grande espaço para manobrar e descaracterizar os movimentos dos estudantes secundaristas, que também agiam de forma contestatória. Ambos os movimentos aconteciam no mesmo

71 Agradeço imensamente à Professora Ana Paula Hey pela sugestão dessa hipótese, que realmente se encaixa como possibilidade explicativa do período estudado.

72 O Manchetômetro é um observatório criado pelo Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP) do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Tem como função analisar a cobertura dos principais jornais (impressos, eletrônicos e televisivos) sobre temas como política, eleição, economia, dentre outros. Seus estudos e achados são publicados no próprio portal, de acesso público. Vide: <<http://www.manchetometro.com.br/>>. Último acesso em 02/06/2018

momento<sup>73</sup>, não haveria como o jornal deixar manifesta sua parcialidade apoiando um e rechaçando o outro. Por conta disso, as ocupações podem ter se beneficiado do momento e recebido apoio “por tabela”.

Se essa hipótese fornece elementos para reflexão, não podemos nos esquecer, no entanto, que ela não explica a visibilidade dada às ocupações. Como vimos quando discutimos o *agenda-setting*, o jornal poderia cobrir outros eventos, não dando tanto destaque para as manifestações dos secundaristas.

205 matérias no período é um número extenso, que não deve ser negligenciado. A explicação para uma cobertura em tal escala só se dá porque os alunos estavam “fazendo notícia” (MAIA, 2008a, p. 181), criando fatos noticiosos aos quais os veículos não poderiam se furtar de cobrir, sob o risco de perderem credibilidade – afetando sua posição no campo.

Em outras palavras, essa hipótese também se inter-relaciona com as outras duas, mostrando que o apoio às ocupações se deveu, em parte, ao apoio que outras manifestações que ocorriam no período receberam. Além disso, a própria autoimagem da *Folha*, como vimos, a constrangia a fazer uma cobertura em tal sentido, bem como a posição da opinião pública.

Deixar de noticiar tais eventos, por sua vez, seria uma postura que o jornal não poderia adotar, pois os alunos estavam adotando ações inéditas e de grande impacto (e a própria proposta do governo afetaria a vida cotidiana de um número considerável de indivíduos).

Todos esses fatores, portanto, contribuíram para tensionar o palco de disputas que o jornal constitui, levando a mudanças discursivas, embora sem um reposicionamento completo por parte do veículo (que continuou, em sua lógica liberal, apoiando a proposta do governo).

O fato é que houve uma mudança na forma como os eventos eram retratados, com o apoio à atuação dos secundaristas e até mesmo a alteração semântica das narrativas: deixou-se de usar o termo “invasão” e adotou-se o “ocupação”, o que mostra uma neutralização conceitual dos protestos, que deixaram de ser descaracterizados juridicamente e foram aceitos em sua lógica contestatória.

73 Vide, a esse respeito, matéria publicada no dia 06/12/2015, no qual a cúpula do PSDB disse que o recuo do governo Alckmin foi algo bom, pois, dessa forma, parariam de disputar espaço negativo com os pedidos de impeachment, fazendo com que apenas os protestos contra o governo federal fossem noticiados. NERY, Natuza. Jogo Duplo. IN: NERY, Natuza. Governo organiza plano de combate para derrotar impeachment. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 06 dez. 2015. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1715609-governo-organiza-plano-de-combate-para-derrotar-impeachment.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

Conforme os dias avançavam, novas notícias davam conta de um número cada vez maior de escolas ocupadas<sup>74</sup>, atualizando o mapa de pontos de manifestação e dando visibilidade aos eventos e atos que ocorriam nos bairros e regiões.

Nesse ponto, precisamos tomar cuidados com a interpretação dos dados. Segundo MAUGER (2007, p. 39), os meios de comunicação, no caso da revolta dos subúrbios franceses, contribuíram para difundir o repertório de ações adotadas (incêndio, depredação etc.) e mostrar os bairros revoltosos, suscitando um convite a novas manifestações, facilitando sua propagação.

Com efeito, Lévi-Strauss, ao analisar o papel dos meios de comunicação no natal de 1951, ao divulgarem o “suplício do Papai Noel” na França (o linchamento de um boneco vestido com os paramentos dessa figura natalina, algo que, após o noticiamento, repetiu-se em diversas outras regiões do país), chama a atenção para a “difusão por estímulo”. Isto é, um evento funcionando como catalisador e provocando ação semelhante em um outro grupo, que se viu estimulado pelo primeiro evento, mas já tinha seus efeitos latentes em si (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 16).

Essa é a interpretação dos que analisam os efeitos imediatos das coberturas midiáticas: a forma como os meios de comunicação veiculam uma notícia pode contribuir para que o evento narrado ocorra com mais frequência, estimulando outros indivíduos (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 126ss).

Isso ocorre principalmente em casos de suicídio, quando pessoas em situação de vulnerabilidade (deprimidas, angustiadas, com problemas graves etc.), ao verem notícias sobre indivíduos que ceifaram a própria vida, podem se sentir levadas a adotar a mesma saída. Daí deriva o nome dado ao fenômeno, “efeito Werther”, em homenagem ao livro *Os Sofrimentos do jovem Werther* (1774), de Goethe, no qual o protagonista comete suicídio. Após a publicação do romance epistolar, houve um aumento maciço desses casos, atribuídos à forma romântica com que o evento foi narrado (RAMOS e PAIVA, idem, p. 126).

No caso das ocupações, no entanto, não acreditamos que tenha ocorrido a difusão por estímulo. A medida foi combinada por grupos de *whatsapp* e outros aplicativos e redes

74 Há um mês na escola, alunos limpam, cozinham e até instalam chuveiros. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 01 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1712999-ha-um-mes-nas-escolas-alunos-organizam-limpam-cozinham-e-ate-instalam-chuveiros.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

sociais, apesar de cada escola se apresentar como uma unidade autônoma e tomar as próprias decisões.

Certamente a mídia, ao divulgar o sucesso do movimento e crescimento do número de escolas ocupadas, contribuiu para fortalecer os protestos, dando-lhes visibilidade. No entanto, não foi responsável pelas táticas adotadas, tampouco pela atuação conjunta e descentralizada dos estudantes.

Atribuir à cobertura dos meios de comunicação o crescimento dos protestos seria lhe conferir um poder maior do que possui e, ao mesmo tempo, subestimar a capacidade de mobilização dos estudantes. Estes “fizeram as notícias” de acordo com suas táticas e decisões. A mídia conferiu visibilidade aos protestos, o que serviu para fortalecê-los (permitindo que a opinião pública sobre eles refletisse), mas não para expandi-los.

De toda forma, a possibilidade de levar o debate ao público foi crucial para que o pleito dos estudantes ganhasse fôlego e, por fim, conseguisse êxito, barrando a proposta de reorganização.

Tendo discutido sobre a coleta do material e feito essa descrição mais quantitativa, de tendências discursivas (constatando uma mudança), resta que nos debruçemos de forma mais acentuada sobre algumas matérias. Estas foram selecionadas por representarem adequadamente a média dos discursos veiculados (e as mudanças discursivas que existiram).

É apenas com essa discussão mais aprofundada que poderemos ver a força dos argumentos selecionados, dos elementos semânticos e as posições ocupadas pelos atores e pelo veículo noticioso.

Faremos, para tanto, em um primeiro momento, análise qualitativa de sete matérias publicadas ao longo do período. Elas mostram os discursos que foram mobilizados para deslegitimar o movimento dos secundaristas e as ocupações e, depois, a forma como esse discurso foi “neutralizado”, falando de uma “ocupação”, não “invasão”, na qual os alunos agiam de maneira organizada e democrática.

De igual modo, mostram os elementos que eram mobilizados para ilustrar a “necessidade” da reorganização. Tais elementos serviram para criticar a educação paulista durante o governo psdbista (mas não a proposta de reorganização em si).

Destacaremos esses elementos ao longo das coberturas, mas as posições do jornal só ficarão plenamente manifestas (embora já possam ser observadas em suas pautas, como mostraremos) em seus editoriais, que serão analisados na seção seguinte.

Após isso, analisaremos brevemente o apoio e a oposição ao governo, dados pelo debate entre as professoras Rose Neubauer (responsável pela reorganização de 1995) e Sonia Kruppa (que atuou na secretaria municipal de Educação durante o governo Erundina), promovido pelo jornal.

Com isso teremos importantes elementos para perceber a posição da *Folha* e explicar suas mudanças discursivas, de acordo com as hipóteses aqui apresentadas e discutidas.

### 3.2 Análise qualitativa das matérias do jornal

A primeira matéria selecionada foi publicada no dia 23/09/2015, às 12h05<sup>75</sup>. A maioria das matérias publicadas pelo jornal são disponibilizadas online às duas da manhã. Outra parcela, menor do que a primeira, é disponibilizada ainda durante o período matutino (às seis horas, oito, ou mesmo dez da manhã).

As matérias que são feitas após esse horário, referem-se a pautas que surgem de última hora – como no caso em tela. Na manhã desse dia, como vimos, o secretário de Educação falou, no programa matinal *Bom dia São Paulo*, da Rede Globo, sobre o projeto de reorganização escolar. Essa matéria que analisaremos, publicada algumas horas depois, apresenta o posicionamento do sindicato dos professores (APEOESP) acerca da mudança.

Nessa notícia, destaca-se a assimetria de forças argumentativas mobilizadas. No lado contrário à reorganização, a presidente do sindicato, Maria Izabel Noronha, tem veiculada uma declaração que afirma que a mudança advinda da proposta será uma “bagunça”.

O termo bagunça é repetido três vezes na matéria: uma vez no título (*‘Vai ser uma bagunça’, diz sindicato sobre mudança em escolas de SP*) e outras duas no corpo da notícia. Os argumentos que são mobilizados para tanto são o “descontentamento geral” e o fato de professores terem de trabalhar em mais escolas para conseguir preencher sua carga horária.

Não há uma crítica consistente contra a proposta, seja no discurso publicado, seja por parte da apuração jornalística. Não obstante, é ouvida a voz de uma especialista, uma psicóloga e diretora da ONG Parceiros da Educação, que apoia a medida.

75 AMÂNCIO, Thiago. 'Vai ser uma bagunça', diz sindicato sobre mudança em escolas de SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 23 set. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/09/1685332-vai-ser-uma-bagunca-diz-sindicato-sobre-mudanca-em-escolas-de-sp.shtml>>. Acesso dia 05/06/2017.



Esta argumenta que “toda mudança causa desconforto”, mas que a atenção deve estar em torno da melhora da aprendizagem dos alunos – e que a mudança permitirá melhor aplicação e acompanhamento do currículo.

Devemos notar que sua fala descaracteriza a oposição do sindicato, indicando que é apenas um desconforto advindo de mudanças (afinal, sair da “zona de conforto” pode ser um desafio). A posição dos professores, portanto, não é apresentada como uma visão discordante do modelo educacional proposto. Trata-se de mera resistência ante a mudança.

Mais do que isso, a especialista argumenta que a medida será importante para o aprendizado dos alunos (mas não explica de onde tirou essa conclusão). Afirma que em escolas de ciclo único é mais fácil acompanhar o desenvolvimento dos alunos (também sem fornecer dados para essa argumentação).

A ONG que é dirigida pela psicóloga é assim apresentada em seu site institucional:

A Parceiros da Educação é uma Associação sem fins lucrativos, que trabalha por uma educação pública de qualidade no Brasil, e desde 2004 promove parceria entre empresas, empresários e organizações da sociedade civil com escolas públicas, visando a melhoria do desempenho acadêmico dos alunos, além de apoiar o governo na adoção de políticas públicas que ajudem a impulsionar esta melhoria e potencializar os investimentos governamentais na área da educação<sup>76</sup>.

Vemos, dessa apresentação, que se trata de uma organização que promove relações entre empresas e escolas, possuindo um viés gerencialista (quer potencializar os investimentos). Estamos diante de uma ONG que ocupa uma posição específica no espaço de disputas que surgiu. Ela se coloca a favor do governo e traz uma visão de mundo pautada pela lógica empresarial. Não se trata, portanto, de um agente neutro, mas isso não é explicitado pela matéria jornalística, que apresenta suas declarações como uma espécie de contraponto de um especialista à fala do sindicato.

Fala do sindicato esta que, como comentado, foi apresentada em suas facetas caricaturais, falando de “bagunça”, “descontentamento geral” e não trazendo argumentos que combatessem essa proposta. O veículo informativo, por sua vez, não procurou a declaração de um especialista que poderia trazer argumentos contra a proposta – apenas se limitou a buscar uma visão que fosse favorável a ela.

76 Vide texto institucional no site da ONG. Disponível em: <<http://www.parceirosdaeducacao.org.br/>>. Último acesso em 03/06/2018



Além disso, a matéria se encerra com uma descrição da queda acentuada de alunos na rede estadual paulista (cerca de 2 milhões em 14 anos), mostrando que a reorganização permitiria uma gestão melhor (lógica gerencialista), expansão do ensino em tempo integral e adequação dos espaços às necessidades específicas de cada faixa etária.

Assim sendo, vemos que essa reportagem possui um viés que não pode ser negligenciado: apesar de supostamente dar voz a uma visão discordante (APEOESP), apresenta tais falas de forma pouco articulada, sem argumentação consistente. Não obstante, ouve uma “especialista” que ocupa uma posição no campo de disputa, sendo favorável à proposta, sem contrapô-la com algum especialista que pudesse apresentar argumentos contrários à mudança. Por fim, faz um balanço da perda de alunos na rede pública e mostra as possibilidades de avanços que a proposta de reorganização poderia trazer.

Diante disso, somos apresentados a uma reportagem que ilustra a visão de mundo do jornal, favorável à racionalização de gastos, sem dar uma voz consistente aos questionadores dessa visão, permitindo um espaço de dissenso.

De igual modo, a segunda matéria selecionada foi publicada no dia 12/11/2015, às 06h01<sup>77</sup>, e apresenta o espaço que o jornal ocupa nessa disputa (e suas consequentes visões de mundo). Tal reportagem é um elemento-chave para entendermos esse processo, sobretudo se a articularmos com outra matéria publicada no mesmo dia (e que veremos a seguir, como terceira matéria selecionada).

Nessa segunda reportagem, intitulada *Invasão de escola na zona oeste de São Paulo entra no terceiro dia*, há uma tentativa de desqualificação política e jurídica dos secundaristas, ao vinculá-los a outros movimentos sociais (como o Movimento Passe Livre e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) e ao caracterizar seus atos como “invasão”.

No segundo parágrafo da notícia aparece escrito que “Do lado de fora, cerca de 50 pessoas ligadas a movimentos sociais, como o MPL e MTST também continuam acampados”, fazendo essa ligação entre os grupos (ainda que os movimentos sociais estejam do lado de fora das ocupações, não em seu interior).

Quando vão descrever o evento, é veiculada a seguinte narração: “Cem adolescentes ocuparam a escola e trancaram os portões com correntes e cadeados, na manhã da última terça-feira (10). Eles invadiram o local e trancaram os portões com correntes e cadeados”.

77 INVASÃO de escola na zona oeste de São Paulo entra no terceiro dia. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 12 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1705307-ocupacao-de-escola-na-zona-oeste-de-sao-paulo-entra-no-terceiro-dia.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

Salta aos olhos o fato de a mesma frase se repetir na sequência, apenas mudando o termo “ocuparam” por “invadiram”. Em ambos os casos frisam o fato de os portões terem sido trancados com correntes e cadeados (indicando que o acesso de outras pessoas não será permitido). Em um chamam isso de ocupação, mas, na frase seguinte, chamam o ato de invasão.

Nesse parágrafo está condensada toda a batalha discursiva em torno das ocupações secundaristas. Lado a lado temos a categoria política (ocupação como forma de protesto e resistência) e a categoria jurídica (invasão como um crime).

Trata-se não apenas de uma batalha semântica, mas do fornecimento de visões de mundo e de lógicas de legitimação. O que está em jogo é a legitimidade ou não de uma luta que se desenvolveu contra uma política pública de gestão educacional.

Se, como dissemos, a política em si nunca será criticada pelo jornal, o fato é que sua interpretação a respeito do ato dos secundaristas sofrerá uma alteração discursiva. O termo jurídico cederá espaço ao político. Mas isso não acontecerá agora, nessa reportagem.

Ao dar prosseguimento à notícia, é destacado que os alunos poderiam ficar lá “bastante tempo”. Logo em seguida, entrevistam uma mãe, que diz “na cabeça deles, o protesto resolve, mas eu não sei se resolve, não...”, ou seja, divulgam não o apoio familiar, mas a reticência sobre os resultados de uma possível manifestação.

De igual modo, informam que a polícia verificou a presença de cinco adultos na escola, “inclusive gente que não trabalha ali”. Detalhes não são fornecidos, mas essa informação serve para levantar dúvidas sobre o caráter da “invasão”. Quem seriam essas pessoas? O que elas poderiam querer lá, com os adolescentes?

A matéria é encerrada dando voz ao “outro lado”, isto é, aos dirigentes da escola<sup>78</sup>. Em quatro parágrafos, é explicado que naquela escola serão transferidos apenas 213 alunos, que a instituição foi invadida por poucos alunos (aliados a estudantes de outras escolas – algumas particulares – e mesmo pessoas que não estudam) e que estes reclamavam de não terem sido ouvidos.

Nos dizeres da dirigente, essa afirmação é uma mentira, pois os alunos foram avisados sobre como seria o processo de reorganização, e já disseram para onde seriam transferidos. É

78 É interessante notar, contudo, que não é dada voz aos alunos que ocupavam as escolas. Apenas descrevem a ocupação (“invasão”, trancamento dos portões etc.) e narram a presença de elementos estranhos à escola na localidade – além de falarem sobre o MPL, MTST, e permitirem que uma mãe mostre seu ceticismo ante a mobilização. Os jovens não conseguem colocar suas pautas, reivindicações e propostas.

digno de nota, contudo, que, para ela, essa divulgação equivale a “ouvir os alunos”, mesmo que suas pautas não tenham sido escutadas ou debatidas. Caberia aos jovens apenas aceitar o que era dito.

Por fim, é dito que um Boletim de Ocorrência foi feito, pois houve danos ao patrimônio público. Diz que são (a escola e dirigentes) a favor de manifestações *legítimas*, mas o grupo que ocupa o local está prejudicando outros alunos e não quer diálogo com a instituição (apesar de os alunos estarem ocupando o local apenas porque não foram ouvidos pelo governo e demandarem apenas esse diálogo).

Para além das falas da dirigente – que são parciais simplesmente porque ela ocupa um dos lados da contenda – vemos que o jornal não deu voz efetiva aos estudantes secundaristas, não discutiu claramente a proposta de reorganização, tampouco a reivindicação dos alunos.

Ao usar termos como “invasão”, indicar que trancaram os portões com correntes e cadeados, mostrar a hesitação de pais, as declarações da polícia sobre outros indivíduos no local e a presença de movimentos sociais como MPL e MTST, há um processo de desqualificação de suas pautas e atos, juntando-os aos outros atores (como o MTST) para esvaziar seus discursos. Discursos que são esvaziados ao mesmo tempo que o termo “invasão” desqualifica seus atos, colocando numa categoria de delinquência mais do que de contestação.

Essa imagem é melhor construída quando analisamos outra matéria publicada no mesmo dia (algumas horas mais cedo), relacionando as ocupações a junho de 2013 e ao Movimento Passe Livre.

A matéria, publicada às 02h00 do dia 12/11/2015, se intitula *Aluno 'linha de frente' do Passe Livre é porta-voz de invasão em escola de SP*<sup>79</sup>. Ela apresenta, em seu início, a foto de um estudante (e a divulgação de seu nome), o que é permitido pelo fato de ele ter 18 anos (menores de idade não podem ser identificados dessa forma). Ao lado dessa foto, outra fotografia aparece, com o mesmo estudante pulando uma catraca durante os protestos de junho de 2013.

Nessa reportagem, há um claro esforço na construção de uma continuidade entre junho de 2013 e as ocupações secundaristas. Ainda que ela possa existir – e acreditamos que sim –,

79 GRAGNANI, Juliana; MACHADO, Leandro; BERGAMO, Marlene. Aluno 'linha de frente' do Passe Livre é porta-voz de invasão em escola de SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 12 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1705290-aluno-linha-de-frente-do-passe-livre-e-porta-voz-de-ocupacao-em-escola-de-sp.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

tal continuidade é muito menos linear do que quer fazer crer a notícia, já que outros jovens participaram das ocupações, bem como com outras pautas reivindicativas.

A matéria começa da seguinte forma:

O porta-voz dos estudantes que ocupam a escola estadual Fernão Dias Paes foi também o mais jovem porta-voz do MPL (Movimento Passe Livre) na articulação dos protestos de junho de 2013 contra o aumento da tarifa de ônibus em São Paulo. Trata-se do estudante Heudes Cássio Oliveira, 18, aluno do 3º ano do ensino médio da escola que fica em Pinheiros, bairro da zona oeste de SP

Há que se perguntar o porquê de tanto interesse em identificar o jovem em questão – com nome completo, idade, escola em que estuda, série, fotografia dos dias atuais e durante o protesto em 2013 (também falando onde mora – Embu das Artes – e que tem uma irmã no segundo ano do ensino médio). Além de se personalizar o movimento em questão (que envolvia dezenas de jovens em uma organização horizontal, sem líderes), criam um ambiente favorável a futuras perseguições e represálias ao estudante.

A despeito desse fator, já por si questionável, vemos que tentam traçar o perfil de um ator específico de apenas um dos em disputa – e não fazem o mesmo esforço para traçar perfis de membros da cúpula que fez a proposta da reorganização, articulando-a com a reorganização de 1995.

Criam, assim, um vínculo entre os protestos de junho de 2013 (e as depredações ocorridas no período) e as ocupações que estão acontecendo em 2015. Com esse perfil, aliado a segunda matéria que analisamos, vemos que houve um esforço na construção de elementos que permitiriam descaracterizar tal movimento. Não se discutia se ele era ou não democrático. A questão estava em mostrar que era ilegítimo. Ilegal. Vinculado a outros movimentos sociais.

Curiosamente, em 2016, mais precisamente no dia 17/01, às 02h00, foi publicada outra matéria relacionada ao Movimento Passe Livre, vinculando-o às ocupações. Dessa vez, houve uma mudança discursiva. Ainda que não haja apoio, podemos verificar a neutralização de alguns elementos.

A reportagem, intitulada *Movimento Passe Livre tem linha de frente mais 'teen' nos atos deste ano*<sup>80</sup>, inicia dizendo que o movimento, responsável pelos protestos de 2013, está cada vez mais jovem: “Antes tocado por universitários de 20 e poucos anos, agora o grupo é

80 RODRIGUES, Artur; BERGAMIM JR., Giba; MACHADO, Leandro. Movimento Passe Livre tem linha de frente mais 'teen' nos atos deste ano. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 17 jan. 2016. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/01/1730391-movimento-passe-livre-tem-linha-de-frente-mais-teen-nos-atos-deste-ano.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

movido por gente mais nova. Entre eles, alunos que participaram do movimento de ocupações de escolas estaduais em 2015”, diz a matéria.

Nas características do movimento, são descritos sua “resistência em dialogar com o poder público, críticas à Polícia Militar e a empresários de ônibus”, além de ser simpático aos *black blocs*.

Após traçar um breve perfil dos novos porta-vozes do movimento (relacionando-os com as ocupações secundaristas), pedem a análise de uma especialista. No caso em questão, a convidada é Esther Solano, que estuda e acompanha os atos desde 2013. Ela reforça a tese de que há uma continuidade entre movimentos, mas altera a lógica trazida pelo jornal: em vez de junho de 2013 desembocar nas ocupações, as ocupações geraram uma revitalização no MPL, trazendo novos atores políticos que iniciaram sua atuação em 2015.

Apesar de manter sua proposta de traçar continuidades entre os dois movimentos, a cobertura, dessa vez, traz termos mais “descritivos”, isto é, que não tentam descaracterizar o movimento (ao menos não como nas matérias que foram veiculadas até então), o que já ilustra um pouco da mudança discursiva adotada pelo jornal.

Essa não foi a lógica, no entanto, que esteve presente em matéria do dia 25/11/2015, publicada às 02h00. Intitulada *Inspirado no Chile, manual orientou ocupação de escolas por alunos em SP*<sup>81</sup>, a reportagem fala, até mesmo, de um “cursinho para ocupações”.

A matéria, dessa vez, não usa o termo “invasão” (como vemos, em seu título aparece o termo “ocupação”). A despeito disso, no corpo do texto aparece uma outra palavra para designar esse processo, também eivada de carga valorativa.

Dessa vez, o termo utilizado é “tomar”. Os alunos tomaram as escolas, em vez de ocupá-las. O peso semântico desse termo indica uma violência que foi praticada pelos agentes que praticaram tais atos. A diferença é que “invasão” é uma violência que traz a discussão para o campo jurídico (constitui um crime). Se essa juridicização foi abandonada (após o Judiciário negar a reintegração de posse das escolas e chamar o movimento de contestatório), não indica, contudo, que o ato tenha deixado de ser uma violência. Não é crime, mas continua violento.

81 MACHADO, Leandro. Inspirado no Chile, manual orientou ocupação de escolas por alunos em SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 25 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1710710-inspirado-no-chile-manual-orientou-ocupacao-de-escolas-por-alunos-em-sp.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

Essa violência, por sua vez, foi praticada segundo “preceitos” (nas palavras da notícia) bem específicos, os quais foram seguidos rigidamente pelas escolas. Tais “preceitos” foram dados por um manual que orienta e ensina sobre ocupações de colégios (a matéria, aliás, inicia-se com um trecho desse manual e descreve várias de suas orientações).

Após mostrar que os protestos contra a reorganização estavam restritos a passeatas, carros de som e faixas, até a descoberta desse manual, a matéria diz que os estudantes dos primeiros colégios ocupados, “experientes” com a nova atuação, passaram a ajudar e ensinar outras escolas a fazer o mesmo, numa espécie de “cursinho”.

Vemos nessa matéria a tentativa de manter o caráter violento das ocupações, com alunos que “tomaram” as escolas. Mostram, além disso, seu caráter heterogêneo, ao indicar que o movimento se inspirou em um manual que foi concebido no Chile e que os alunos de duas escolas, já “experientes”, dão assessoria aos alunos de outras, para que estes também possam fazer ocupações.

A mudança discursiva, de “invasão” para “tomar”, cremos, é emblemática nesta matéria. Se o próprio Judiciário não interpreta os atos como em desacordo com a legislação<sup>82</sup>, como violações da lei, não caberia ao veículo essa interpretação. Passa, portanto, a adotar uma outra lógica interpretativa, ainda mantendo, em parte, a visão de que os secundaristas estão cometendo uma violência.

A interpretação de que se trata de movimento democrático e legítimo se dará somente mais à frente (sobretudo em editorial). No entanto, é visível uma mudança na cobertura, pois, dessa vez, os jovens são realmente ouvidos, já que vários deles podem explicar porque estão ocupando e como organizaram esse processo de “tomada” da escola.

Ao dar voz aos atores, para que se manifestem e expliquem seus pontos (até então, ou eles eram silenciados ou suas falas eram colocadas em discurso indireto, passando pela interpretação do repórter), abre-se espaço para que o público possa tomar contato com as pautas propostas e com as reivindicações. Argumentos são ouvidos e isso permite que se instaure um debate mais qualificado.

82 Vide, a esse respeito: JUSTIÇA revoga reintegração de posse de escola invadida; alunos comemoram. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 13 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1706312-justica-revoga-reintegracao-de-posse-de-escola-invadida-alunos-comemoram.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017; GRAGNANI, Juliana. Justiça nega pela 2ª vez pedido de reintegração de posse de escolas em SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 23 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1709863-justica-nega-pela-2-vez-pedido-de-reintegracao-de-posse-de-escolas-em-sp.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

O próprio processo de escutar os atores é atribuir-lhes uma aceitação simbólica (ainda que não política). Seria mais fácil, do que refutar seus argumentos, simplesmente calá-los. Essa veiculação de sua voz atribui-lhes uma dimensão discursiva que os reconhece enquanto atores, e isso não é pouca coisa. É a permissão de que o outro lado da disputa se manifeste e ocupe seu espaço, em vez de ser sistematicamente silenciado ou tutelado (dando voz ao sindicato dos professores, especialistas, pais, juristas, mas não aos atores que estão de fato fazendo o movimento político, com suas reivindicações e argumentos).

Um dia depois, na data de 26/11/2015, também às 02h00, uma outra matéria é publicada, desta vez mais favorável aos alunos (embora com uma lógica ambivalente). Intitulada *Famílias se articulam para reverter ocupações de escolas em SP*<sup>83</sup>, ela segue um duplo itinerário:

Em um primeiro momento, mostra que as ocupações não representam a totalidade dos estudantes, tampouco possuem o apoio de todos os pais. Esse é um elemento simbólico importante, pois, até então, a força dos protestos e da organização dos jovens destacava-se sobre todos os outros aspectos, mostrando mobilização maciça.

Esse fato é mostrado com a cobertura a respeito de um grupo de mães que se articula para acabar com as ocupações das escolas, retomando-as – nem que para isso precisem invadir os locais. Uma das mães fala que até mesmo chegaram a pular os muros de uma escola e arrebentar os cadeados, para que o acesso ao estabelecimento pudesse ocorrer novamente, já que sua filha precisa de aula<sup>84</sup>.

Uma aluna, por sua vez, é mencionada, em virtude de ela ter escrito uma carta, endereçada à secretaria de Educação, na qual pedia a desocupação das escolas, pois, segundo ela, um grupo tirou seu direito (e o de seus colegas) a mais um dia de aula.

A despeito dessa cobertura, salta aos olhos que, dessa vez, o jornal adota termos semanticamente neutros para se referir aos secundaristas e, além disso, passa a inseri-los no palco de disputa, ao chamar seus atos de “ocupações” (não são mais “invasões”, tampouco

83 TAKAHASHI, Fábio; GRAGNANI, Juliana. Famílias se articulam para reverter ocupação de escolas em SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 26 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1711231-familias-se-articulam-para-reverter-ocupacao-de-escolas-em-sp.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

84 Essa invasão e quebra dos cadeados não foi tratada como um ato violento por parte do jornal, como no caso das ocupações, que seguiam passos parecidos, mas colocando cadeados, em vez de quebrá-los. O jornal também não o enaltece, limitando-se a descrevê-lo e mantendo, com isso, sua “neutralidade” – embora essa neutralidade não tenha impedido julgamentos contra as ocupações que se iniciaram.



“tomaram” as escolas). Sua reivindicação política passa a ser encarada enquanto atuação legítima.

Corroborando com esse argumento o fato de a matéria se encerrar falando sobre o caso de uma aluna, Fabíola. Esta se destacara porque, durante os primeiros dias de ocupação, seus pais foram até a escola, obrigando-a a sair de lá<sup>85</sup>.

Nessa matéria, mostram que os pais da aluna, agora, permitem que ela participe da ocupação. Essa reinterpretação dos fatos, com a mãe dizendo que a filha está lutando pelo direito dos estudantes, indica um começo de diálogo que está operando. Os movimentos passam a ser enxergados como atividade política, com uma reivindicação própria (e legítima). Os alunos não estão violando direitos, mas lutando pelo direito que possuem (e que querem manter).

A veiculação dessa perspectiva na matéria, em nossa análise, é simbólica e indicativa da própria releitura que passara a operar no veículo: não consideram o movimento hegemônico (mas só de parte dos estudantes) e não concordam com suas pautas. Apesar disso, passam a enxergar os secundaristas como atores políticos na disputa que se instaurou. A partir daí, novas interlocuções são possíveis.

É nessa linha de novas interlocuções, aliás, que temos a matéria publicada no dia 01/12/2015, às 06h00 (e atualizada no dia 04 do mesmo mês, durante a parte da tarde – às 15h47). Intitulada *Há um mês na escola, alunos limpam, cozinham e até instalam chuveiros*<sup>86</sup>, a notícia narra o dia a dia das ocupações.

Mostra que, apesar de organizações diferentes, em cada escola predomina o caráter horizontal de deliberação e a designação de equipes para realizar as tarefas cotidianas. Mostra, ainda, que os alunos encontraram espaços sem uso na escola, como vestiário, salas com cadeiras e mochilas novas, nunca utilizadas, dentre outros aspectos.

Desta vez, a cobertura não é feita na escola Fernão Dias Paes, mas na E.E. Diadema (que a notícia diz, de forma imprecisa, que foi uma das primeiras escolas estaduais ocupadas, quando se trata, na verdade, da primeira delas). Isso já demonstra uma abertura de pauta, que

85 GRAGNANI, Juliana. Pai tenta tirar filha de escola invadida e manifestantes pedem 'Fica, Fabíola!'. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 11 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1704784-pai-tenta-tirar-filha-de-escola-ocupada-e-manifestantes-pedem-fica-fabiola.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

86 HÁ um mês na escola, alunos limpam, cozinham e até instalam chuveiros. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 01 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1712999-ha-um-mes-nas-escolas-alunos-organizam-limpam-cozinham-e-ate-instalam-chuveiros.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017



deixa de estar circunscrita a uma escola na cidade de São Paulo e passa a apurar os acontecimentos na região metropolitana do estado. Contudo, não se trata de uma notícia feita pelos repórteres que tinham coberto as ocupações até então: é um material elaborado pela Editoria de Treinamento do jornal, isto é, por jovens jornalistas, estreantes no meio.

A matéria, por sua vez, usa o termo “acampados” para falar das ocupações – é um esvaziamento de seu aspecto violento, é verdade, mas talvez indique uma infantilização das pautas, um caráter de lazer no meio da manifestação política.

Essa indicação, contudo, não se sustenta no resto da reportagem, que mostra a articulação dos jovens em diversas escolas, agindo para preservar e cuidar da instituição, limpando-a, arrumando-a e organizando a estadia em seu interior, de maneira democrática.

Nessa linha ia um relato publicado no dia 15/11/2015<sup>87</sup>, ainda no começo das ocupações, pela jornalista Marlene Bergamo. Ela, que passou quatro dias em uma escola ocupada, narra suas experiências (ainda que a matéria veiculada, produzida antes da virada discursiva do jornal, diga que ela esteve em uma escola invadida, sempre desqualificando o movimento secundarista que a repórter “enaltece”, ao mostrar a articulação e solidariedade).

Nesse relato, a jornalista mostra que policiais provocaram e ameaçaram os estudantes, mas estes não se abalaram e seguiram com a ocupação. Assembleias eram frequentes e não existia a presença de um líder, já que a organização era horizontal.

As tarefas eram divididas e os alunos preparavam as refeições coletivamente – até pensando em restrições alimentares, como vegetarianismo. Por fim, argumenta que não testemunhou consumo de drogas nem álcool e que havia uma preocupação dos jovens em manter o espaço limpo e organizado.

Apesar do título descrevendo a ocupação como uma invasão (o que indica interferência editorial), o relato da jornalista é bastante favorável aos alunos, mostrando sua organização, mobilização e os cuidados que tinham. É conferido a eles esse reconhecimento de que não estavam sendo violentos ou agindo sem pensar. No entanto, trata-se de mero relato de uma experiência. Sua veiculação não reconhece o caráter político do protesto (como vimos, isso só ocorreria semanas depois), pois não permite que os jovens falem sobre suas pautas, nem discute os motivos que os fazem ocupar a escola.

87 BERGAMO, Marlene. Repórter da Folha passa quatro dias em escola invadida e relata rotina. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 15 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1706690-reporter-da-folha-passa-quatro-dias-em-escola-invadida-e-relata-rotina.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

Em outras palavras, a ocupação ganha força como evento em si mesmo, ignorando que só foi feito em resposta a uma política pública educacional (que foi a causa das manifestações). Ao não atentar para isso, a cobertura pode até não condenar os estudantes, mas não reconhece sua dimensão contestatória – o que também serve para esvaziar o discurso.

É verdade que a visibilidade que o evento teve, por si só, já permitiu a constituição de um debate público, no qual a proposta educacional foi discutida (e rechaçada) pela opinião pública. Não obstante, é apenas quando os secundaristas têm sua voz ouvida (o que acontece algumas semanas depois, como vimos) é que o debate fica plenamente qualificado, com todos os atores da disputa podendo trazer seus argumentos e motivações.

Antes disso, no entanto, o debate já estava ocorrendo e, a despeito da cobertura feita, que podia desqualificar política e juridicamente as ocupações, a opinião pública passou a apoiá-la e a ser refratária à proposta de reorganização escolar. Isso, em nossa argumentação, estimulou, como um dos fatores, a mudança discursiva do próprio jornal, que passou a apoiar o movimento secundarista (não com o mesmo vigor com o qual o condenara anteriormente), fiel a sua posição e autoimagem de “jornal democrático”.

Ainda respeitando sua posição, como veículo liberal que era, a *Folha* continuou sendo favorável à reorganização escolar, como forma de racionalização dos gastos do governo com a educação, permitindo acabar com salas ociosas e investir em novas possibilidades, como a educação em tempo integral.

O fato de ser favorável ao projeto de reorganização escolar, no entanto, não faz com que o jornal seja favorável a toda política educacional do estado, ou que não critique a gestão do PSDB nesse sentido. É o que indica matéria publicada no dia 13/12/2015, às 02h00.

Como mostram os dados do Manchetômetro<sup>88</sup>, a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* fizeram muitas menções ao governo federal durante o período que vai de 06 de julho a 25 de outubro de 2014 (período eleitoral). A maioria delas é crítica à política do PT.

No mesmo período, a maioria das menções feitas ao governo paulista (do PSDB) também é crítica. Acontece, apenas, que as menções feitas a este eram muito menos frequentes do que ao primeiro. Cerca de um décimo das menções feitas ao governo petista.

88 Vide, a esse respeito, seção do site que compara as menções ao governo federal e estadual de São Paulo na *Folha de S. Paulo* e no *O Estado de S. Paulo*, comparando seus vieses (neutros, favoráveis ou críticos). Disponível em: <<http://www.manchetometro.com.br/index.php/analises/governo-federal-x-estado-de-sao-paulo/>>. Último acesso em 03/06/2018.

Esse agendamento não deve ser entendido como se a mídia paulista fosse “tucana”. Melhor hipótese explicativa é aquela que mostra o posicionamento do jornal. Eles são liberais (focaremos sobretudo na *Folha*, que é o caso que nos interessa aqui). Sua cobertura não é partidária, mas ideológica. Acontece de o PSDB representar, no espectro político brasileiro, suas posições e visões de mundo – motivo pelo qual não há tantas críticas às políticas adotadas, já que, no mais das vezes, com elas se identifica(m).

Quando há discordâncias, o jornal fará críticas, sim. E se algum outro partido surgir no espectro político que represente melhor as visões de mundo do jornal, este apoiará suas políticas, de igual modo. A *Folha*, nesse sentido, não deve ser entendida como veículo partidário, mas ideológico.

Aliás, é nesse caminho, como vimos, que argumenta Lins da Silva (1988, p. 99s), ao dizer que não há dúvida de que a *Folha* é um jornal burguês e que fala ao seu leitorado, segundo a lógica deste. Como este tem as mais variadas identificações partidárias, o jornal se coloca como apartidário justamente para não prescindir de nenhum grupo de sua clientela. A lógica, no entanto, será sempre burguesa/liberal.

Assim, devemos entender que a simpatia que o jornal apresenta ao PSDB não se dirige tanto ao partido, mas a suas políticas. O que não impede, evidentemente, que críticas sejam feitas quando estas não agradam ao veículo.

É nessa esfera que devemos entender a reportagem intitulada *Com PSDB, ensino em SP tem volume, mas mantém notas baixas*<sup>89</sup>, do dia 13/12/2015.

Na abertura do material é dito: “muitos alunos se formam, mas com nível deficiente em português e matemática – e praticamente sem melhora desde 2009. Após 20 anos com o PSDB à frente do governo de SP, esse é o retrato do ensino básico no Estado mais rico do país”.

Essa menção ao nível deficiente em matemática e português não é mero recorte no leque de disciplinas do ensino médio. Faz parte da visão do jornal o enxugamento do currículo escolar, com menos disciplinas e um foco maior em português e matemática, constituindo um ensino mais “instrumental”<sup>90</sup>.

89 TAKAHASHI, Fábio. Com PSDB, ensino em SP tem volume, mas mantém notas baixas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 13 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1718433-com-psdb-ensino-em-sp-tem-volume-mas-mantem-notas-baixas.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

90 A esse respeito, merece destaque uma matéria publica no dia 16 de abril de 2018, na qual o veículo mostra que, tendo disciplinas como sociologia e filosofia como obrigatórias nos currículos, as notas de matemática dos estudantes caem nas avaliações. Como esse não é o tema da dissertação, não nos deteremos em análises

Para além disso, devemos notar as críticas que o veículo faz à gestão psdbista na educação. O caráter deficitário do ensino ficou manifesto, segundo a matéria, após o governo tentar reorganizar o sistema (mas não explica no quê a proposta e os protestos que se seguiram serviram para indicar seu caráter deficitário, o qual não estava em evidência antes, conforme as colocações deixam antever).

É traçada uma cronologia dos vinte anos de governo, mostrando os governadores, seus secretários de Educação e as principais ações no período. No governo Covas (1995 a 2001), por exemplo, citam como principal ação a reorganização de 1995 (separando o ensino fundamental do médio) e a Progressão Continuada. Para o primeiro governo Alckmin (2001 a 2006), citam a Escola da família, ensino em tempo integral e capacitação docente à distância. Para o governo Serra (2007 a 2010), citam o currículo unificado, o bônus por desempenho e o combate ao absenteísmo docente. Por fim, no último governo Alckmin (2011 até os dias de hoje), citam o plano de reajuste salarial dos docentes e o novo ensino integral.

Essas políticas não são explicadas, mas apenas mencionadas. É explicitado, apenas, que, apesar de um mesmo partido estar à frente do governo por todos esses anos, as políticas mudaram no período, mostrando a ausência de um projeto claro para a educação.

Algo que merece destaque nessa reportagem, que é crítica às políticas do governo para a educação do estado, está nos especialistas convidados para analisar o período.

Tirando a APEOESP (o sindicato dos professores) e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, todos os outros atores convidados representam interesses neoliberais e a relação entre empresas e escolas: é convidada a ONG Todos pela Educação<sup>91</sup>, a Fundação

nesse sentido, nem em buscar outras matérias jornalísticas que corroborem com essa visão do veículo (e arriscamos dizer que certamente poderiam ser encontradas). Ainda assim, essa publicação serve para ilustrar os posicionamentos da *Folha* sobre esse tema. Vide: FRAGA, Érica. Filosofia e sociologia obrigatórias derrubam notas em matemática. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 16 abr. 2018. Educação. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/04/filosofia-e-sociologia-obrigatorias-derrubam-notas-em-matematica.shtml>>. Último acesso em 03/06/2018. No mais, o próprio jornal coloca claramente, entre suas posições, a defesa de um currículo mínimo, preciso e enxuto, livre de “experimentalismo” - além de defender maior eficiência dos gastos com educação, possivelmente contratando organizações sociais para a gestão das escolas e, no ensino superior público, cobrança de mensalidade dos alunos mais abonados. Todas essas posições são públicas e estão disponíveis no site do jornal, na aba “O que a *Folha* pensa”. Vide: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/o-que-a-folha-pensa.shtml>>. Último acesso em 04/06/2018.

91 ONG mantida por instituições como Bradesco, Itaú, Unibanco cultural, Telefônica, Natura e Fundação Lemman, que tem como objetivo melhorar a educação do país, garantir acesso universal à educação e alfabetização, bem como recursos bem geridos. Site institucional: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/o-todos/>>. Último acesso em 03/06/2018.

Lemann<sup>92</sup>, o ex-secretário adjunto de Educação da gestão Alckmin (João Palma Filho), bem como Rose Neubauer (responsável pela reorganização de 1995).

São destacados alguns pontos, como avanços no número de alunos formados e queda da taxa de abandono. Isso, no entanto, não impede as críticas ao baixo desempenho em exames e avaliações.

Apenas a APEOESP e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação citam outros elementos, que saem da lógica gerencial, como a falta de uma gestão democrática ou de valorização da carreira docente.

No resto do tempo, perdura uma crítica à gestão do PSDB, mas eivada de caráter gerencialista. A diretora-executiva da ONG Todos pela Educação, por exemplo, defende a alteração do currículo, por haver “várias disciplinas que não conversam entre si”. Em vez de propor um modelo integrativo e interdisciplinar, a crítica recai sobre o currículo e pede sua alteração.

Mais sintomático em sua argumentação, no entanto, é a tentativa de colonizar as ocupações e protestos secundaristas que ocorreram no período. Em sua interpretação, “os protestos foram grito contra o abismo entre a escola e a vida”. Na verdade, essa tentativa de trazer um elemento abstrato (o abismo entre a escola e a vida), que demandaria mudanças curriculares, serve para mascarar a pauta imediata dos estudantes, contra a proposta de reorganização escolar e fechamento de salas de aula. Trata-se de tentativa de esvaziamento de pautas e discursos, alterando a significação de protestos ocorridos, para lhes dar faceta diversa da que tiveram (com outras pautas e interesses).

Se tal visão apenas mostra a parcialidade do agente envolvido, não escusa o fato de o jornal ter dado proeminência a tais atores, sem permitir análises mais sistematizadas de outros atores da sociedade civil, com críticas voltadas ao modelo gerencialista em si, não a aspectos pontuais da gestão tucana.

Com isso, vemos que a reportagem do jornal, apesar de crítica ao governo PSDB, não alterou sua visão liberal e sua posição no campo jornalístico. Pelo contrário, manteve-a, fazendo uma crítica que seguia a mesma lógica, apenas salientando a falta de um projeto claro

92 Instituição que almeja a melhora da qualidade de ensino, bem como a formação de “líderes que resolvam os problemas sociais do país”, fazendo parceria com governos e sociedade civil, focando a excelência e qualidade, conforme aparece em seu site institucional. Vide <<https://fundacaolemann.org.br/somos>>. Último acesso em 03/06/2018.

para a educação e ouvindo atores, em sua maioria, que seguiam a mesma visão, os quais fazem propostas ainda na matriz gerencialista de ensino, focada na gestão.

Vemos, portanto, que no que tange à postura ante a política pública, o jornal não mudou sua posição. As alterações que ocorreram no campo discursivo se deram apenas no que concerne às manifestações e ocupações dos estudantes, deixando de desqualificar jurídica e politicamente sua atuação, como vimos.

Esses pontos ficam ainda mais claros quando nos debruçamos sobre os editoriais do período.

Quadro 1 – Matérias selecionadas e breve resumo (elaborado pelo autor).

Data	Título	Resumo
23/09/2015	‘Vai ser uma bagunça’, diz sindicato sobre mudança em escolas de SP	A posição contrária à reorganização é apresentada como “acomodada” (não quer sair da zona de conforto). O sindicato pode falar, mas ele recebe o contraponto de uma “especialista” (que integra uma ONG que apoia a reorganização e atua conjuntamente ao estado).
12/11/2015	Invasão de escola na zona oeste de São Paulo entra no terceiro dia	Desqualificação política e jurídica dos estudantes (“invasão”) e tentativa de vinculá-los a outros movimentos sociais (MTST e MPL).
12/11/2015	Aluno ‘linha de frente’ do Passe Livre é porta-voz de invasão em escola de SP	Construção de uma continuidade entre junho de 2013 e ocupações e perfil detalhado do “porta-voz” do movimento.
25/11/2015	Inspirado no Chile, manual orientou ocupação de escolas por alunos em SP	Mudança discursiva: alunos não invadiram, mas tomaram as escolas (sai o elemento jurídico, mas o ato continua violento).
26/11/2015	Famílias se articulam para reverter ocupações de escolas em SP	Mostra um grupo de mães que tenta acabar com as ocupações (uma delas pura o mulo de uma escola ocupada para quebrar seu cadeado). Termina a matéria mostrando que uma família antes contrária às ocupações, passou a apoiá-la, como uma luta por direitos.
01/12/2015	Há um mês na escola, alunos limpam, cozinham e até instalam chuveiros	Cobertura feita na E.E. Diadema (não por jornalistas do veículo, mas pela editoria de treinamento). Mostra alunos organizados e articulados cuidando da escola em que estudam.
13/12/2015	Com PSDB, ensino em SP tem volume, mas mantém notas baixas	Crítica à gestão do PSDB, cronologia de seu governo e das propostas educacionais. Alguns atores são ouvidos, mas a maioria é do campo empresarial ou do próprio governo.

### 3.3 Os editoriais

Se cada matéria pode apresentar (e, com efeito, apresenta) as visões de mundo de um jornal, “camufladas” na interpretação e apresentação dos eventos, o Editorial é parte privilegiada para constatar os posicionamentos do veículo, pois é destinado a expressar sua opinião.

No verbete sobre Editorial do Manual da Redação da *Folha de S.Paulo*, temos que o Editorial é um

texto não assinado que expressa a opinião de um veículo de comunicação. Na Folha, as posições veiculadas diariamente refletem discussões internas sedimentadas ao longo de décadas.

Entre os princípios que o jornal defende estão: democracia, Estado de Direito, liberdade de expressão, direitos humanos, transparência no setor público, livre-iniciativa, economia de mercado com atuação estatal para corrigir desequilíbrios, liberdades individuais nas relações privadas, multilateralismo nas relações internacionais, autodeterminação dos povos e solução pacífica dos conflitos.

Essas convicções funcionam como balizas para a formação de juízo sobre situações específicas. Uma vez publicado, o conteúdo vira referência para editoriais futuros.

A editoria de opinião reúne os profissionais encarregados de formular os editoriais e deve assegurar a coerência das opiniões do jornal, bem como atualizá-las quando necessário. *Nada impede que a Folha mude de posição, mas, nesse caso, deve explicar os motivos com clareza.*

*Na Folha, os editoriais não dirigem o noticiário, mas temas que neles aparecem com frequência devem ser explorados pela reportagem.* O jornal estimula a publicação de artigos de opinião e colunas que divirjam de seus editoriais (FOLHA DE S.PAULO, 2018, p. 92s – grifos nossos).

O jornal afirma que pode mudar a posição de seus discursos, mas que, quando isso ocorrer, deve explicar os motivos com clareza. No caso da reorganização escolar e das ocupações, embora o apoio à política pública tenha se mantido ao longo do tempo, a interpretação das dissidências foi alterada – de forma branda – sem que nenhuma justificativa se desse.

Os editoriais que publicaram opiniões sobre nosso tema de trabalho foram três: o primeiro no dia 29/10/2015<sup>93</sup> (cerca de um mês depois da proposta vir a público), depois, no

93 CONFUSÃO escolar. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 29 out. 2015. Editorial. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/10/1699838-confusao-escolar.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017



dia 05/12/2015<sup>94</sup> (um dia após a revogação da proposta) e, por fim, no dia 07/01/2016<sup>95</sup> (quando começavam as desocupações).

O primeiro deles, intitulado *Confusão escolar*, comenta que houve pouco detalhamento da proposta e desinformação, o que indica a imaturidade do projeto. Somado a isso, “protestos de professores, alunos e pais contra a gestão de Geraldo Alckmin (PSDB) conturbaram o processo, em si defensável, de racionalizar o uso dos prédios oficiais”.

O argumento do editorial é que houve problemas de comunicação, mas que a proposta, em si, é boa. Para defender essa posição, fala da queda acentuada de alunos (cerca de dois milhões) na rede pública de ensino. Cita a queda de natalidade e a transferência de estudantes para a rede privada – em parte devido à queda na qualidade do ensino. A despeito disso, não problematiza essa queda de qualidade.

Para o jornal, por fim, o remanejamento de alunos, devido à reorganização, permitiria a diminuição do número de salas superlotadas, além de permitir a eficiência do aprendizado e o ensino em tempo integral (as mesmas justificativas que a secretaria de Educação fornece).

Em resumo, a publicação seguiu a seguinte linha argumentativa: critica a falta de informação e de detalhamento, mas chama atenção ao fato de os protestos conturbarem o processo (que é defensável). Apresenta justificativas para a reorganização (melhora do ensino, queda do número de alunos etc.) e diz que, apesar do número de escolas que passarão pelo processo ser menor do que o estipulado anteriormente, haverá avanços. O governo apenas deveria ter informado todas as mudanças antes, em vez de soltá-las aos poucos (primeiro falando quantas escolas seriam afetadas, depois, quais).

Há, assim, uma mesma visão por parte do veículo e pela secretaria de Educação: a reorganização será boa, trazendo benefícios para o ensino. O jornal apenas critica a falta de comunicação da pasta, que não explicou adequadamente o projeto. A proposta, em si, em momento algum foi contestada.

Para o veículo, de igual modo, os protestos apenas serviram para conturbar um processo defensável, o que mostra o desacordo deste para com os manifestantes – ainda que

94 LIÇÕES de política. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 05 dez. 2015. Editorial. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/12/1715344-licoes-de-politica.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

95 LIÇÕES de um movimento. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 07 jan. 2016. Editorial. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/01/1726695-licoes-de-um-movimento.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

não os critique abertamente, pois o tema do editorial não é o protesto, mas a proposta de reorganização.

O segundo editorial, por sua vez, intitulado *Lições de política*, apresenta mais elementos que permitem explicitar a posição do veículo.

Publicado, como dito, um dia após a suspensão da reorganização, o editorial se inicia com uma crítica acentuada ao governador:

O experimentado Geraldo Alckmin (PSDB), em seu quarto mandato à frente do Estado de São Paulo, parece ter aprendido só nesta sexta-feira (4) algo básico a respeito de governos democráticos: nem sempre a população aceitará políticas públicas *impostas* de cima para baixo, *sem o devido debate e um mínimo de transparência* (grifos nossos).

Vemos que, se no editorial anterior havia uma crítica à falta de informação, dessa vez a crítica ganha força e já se fala em falta de transparência. Aliado a isso, temos dois novos elementos, que não estavam em pauta anteriormente: a imposição e a falta de debate.

Ora, até então, o jornal apenas considerava tal proposta adequada, limitando-se a defendê-la. Não falava em debate, pois parecia que o assunto não demandava justificação, por se tratar de uma política adequada para a gestão educacional.

Após a onda de protestos, o veículo assumiu que faltou debate (ouvindo lados contrários à proposta) e que a política fora imposta de cima para baixo – em nenhum momento, até então, isso tinha sido levantado.

Em editorial do dia 29/10, o veículo já dava como certa a reorganização de algumas escolas e não questionava a forma como a proposta fora colocada. Só agora, após sua suspensão, levantou o mérito de ter sido um projeto imposto (e dizendo que a população não aceita isso).

Para “explicar” a ausência de diálogo, o jornal levanta a hipótese de que talvez o governador julgasse que poderia conter os críticos com o uso da PM e da truculência policial, prescindindo, portanto, do debate – o que evidentemente não deu certo, além de ser injustificável.

As explicações para a suspensão da proposta, por sua vez, são a queda dos índices de popularidade do governador e os protestos estudantis (em nenhum momento é questionado o mérito do projeto).

Com efeito, o editorial frisa, acima de tudo, a queda da popularidade do governador (calculado pelo Instituto *Datafolha*). Diz, então, que este tomou uma decisão que deveria ter tomado a muito tempo: propor o aprofundamento do diálogo.

Nesse ponto, a argumentação divide-se em duas linhas centrais, que merecem destaque. A primeira é a defesa da reorganização escolar, a segunda, a interpretação das motivações dos estudantes.

Segundo o jornal, “o plano tem méritos, como vem afirmando esta Folha desde que foi delineado. Dado o evidente potencial de conflito implícito na medida, defendeu-se aqui implementá-la com vagar, em caráter experimental e área restrita”. Ou seja, em sua colocação, a medida não deveria ser suspensa, mas implementada de forma mais lenta, para que não houvesse tantos conflitos. Essa lógica se coaduna com aquela que diz que o problema da proposta era o desconforto da mudança, não seus méritos – como foi dito pela diretora da ONG Parceiros da Educação, conforme vimos.

Prosseguindo em seus entendimentos, o jornal afirma que, em virtude dos conflitos que surgiram, os bons argumentos a favor da reorganização perderam espaço. Tais argumentos seriam a queda da taxa de natalidade, municipalização de parte do ensino e migração para o sistema particular, que deixaram salas ociosas. O veículo não menciona a fala dos professores, de que as salas de aula estão lotadas e que poderiam ser pensadas propostas que diminuíssem o número de alunos por sala, em vez da reorganização da rede.

Diante disso,

fechando 92 unidades (menos de 2% das mais de 5.000 existentes) e remanejando 311 mil estudantes (cerca de 8% do total), o governo espera ampliar em 30% as vagas de tempo integral e reabrir quase 3.000 classes desocupadas. Pretende, ademais, aumentar de 1.443 para 2.197 as escolas em ciclo único, com estudantes de idade aproximada. É *indiscutível que esse modelo facilita a gestão*, permitindo equipamentos adaptados para determinada faixa etária (grifos nossos).

Ao apresentar as porcentagens de escolas fechadas e de alunos remanejados, há a tentativa de mostrar o quão poucas pessoas seriam afetadas pela medida (menos de 10% do total de alunos da rede e só 2% das escolas existentes). A reorganização, além de se justificar pelos argumentos elencados, traria benefícios para a educação como um todo, com escolas de tempo integral, fim de salas ociosas e, principalmente, um modelo que permitiria uma gestão facilitada. Tudo isso afetando um percentual tão pequeno de alunos e escolas.

O mesmo jornal que prega que a proposta deve ser debatida mostra, por fim, os limites do debate: há questões que são indiscutíveis, como a facilidade da gestão de uma escola de ciclo único – bem como a importância da gestão, quando se pensa em políticas educacionais. Não haveria, nesse quesito, espaço para outras concepções, mais pedagógicas, que viessem a questionar esse modelo.

Isso se deve, segundo Kucinski (1998, p. 42), à *semântica da exclusão* que impera nos meios de comunicação. Alguns assuntos não podem ser discutidos, de tão “óbvios” que são (como a lógica neoliberal). Diante disso, simplesmente naturalizam as visões hegemônicas, colocando-as como indiscutíveis. Não haveria sequer espaço para outras ponderações, posto que qualquer debate foi desqualificado (afinal, não se debate sobre o indiscutível).

Merece reflexão o fato de o editorial em momento algum questionar os estudos que embasaram o projeto de reorganização – que, como vimos, se resume a apenas um estudo, com resultados e conclusões metodologicamente questionáveis e que só foram obtidos, via Lei de Acesso à Informação, pelo *O Estado de S. Paulo*. Isso uma vez mais corrobora com a interpretação de que o jornal, favorável que era à proposta, não a questionaria, guardando as críticas para a falta de diálogo e transparência (não para o mérito do projeto).

Vemos, com efeito, que de fato o jornal questiona a falta de debate por parte do governo e a imposição dessa política pública. Após isso, propõe uma forma de ela ser implementada (não mais imposta): de modo gradual. Ademais, coloca-se como favorável ao debate e defende a política de reorganização, a qual, em si, não merece críticas (essas são endereçadas ao governo, como vimos). Atua, nesse sentido, como porta-voz do projeto de reorganização.

O segundo ponto que merece destaque é a interpretação sobre o movimento secundarista. Nas palavras do jornal, “os alunos mostraram-se intransigentes”. A eles faltou, portanto, a abertura para aceitar a proposta, mesmo que ela seja contrária a sua lógica e, ao seu entender, não traga melhoras para a educação. Ao mesmo tempo, chamar de “intransigente” um movimento que a todo instante pedia para ser ouvido pelo governo já ilustra a interpretação que o jornal faz de sua atuação.

Não obstante, o jornal coloca que os erros da administração do PSDB (como a falta de transparência e debate) motivaram agentes nos bastidores, que arregimentaram os secundaristas: “para grupos que se opõem à gestão tucana, foi uma festa; dificilmente encontrariam pretexto melhor para mostrar aos alunos o reino das manifestações políticas”.

Nessa frase, temos a síntese da justificação do jornal para sua mudança discursiva – bem como uma interpretação sobre os protestos.

De um lado, vemos sua justificativa de que os protestos surgiram pela falta de diálogo e de transparência. Não fosse isso, o projeto teria sido aceito, já que este possui tantos méritos (os quais já foram elencados pelo editorial). A única explicação para sua suspensão e a única crítica que pode ser feita à proposta está na falta de diálogo com que veio acompanhada. Não há espaço para outras críticas ou concepções pedagógicas. Essa proposta de gestão seria a mais eficiente e, para o ensino, a mais eficaz.

Do outro lado, temos o fato de que os alunos participaram do protesto porque foram apresentados a esse universo de manifestação política pelos que se opõem à gestão tucana. O motivo foi mero pretexto, como o jornal deixa antever. Aliás, é digno de nota que quem iniciou os jovens nos protestos é crítico da “gestão tucana”, não de uma política educacional. Trata-se de uma tentativa de desestabilizar o PSDB, não de questionar uma política pública e um modelo de se enxergar a educação<sup>96</sup>.

Devemos notar, ademais, que há o pressuposto de que os jovens foram conduzidos pelas vias da manifestação. Não agiram como agiram de acordo com seus entendimentos e escolhas, segundo a própria mobilização. O jornal não usa o termo “manipulados”, mas essa é a lógica subjacente. Os protestos surgiram porque grupos que se opõem ao governo PSDB se aproveitaram desse pretexto (reorganização e falta de diálogo).

Essa visão, evidentemente, tira a autonomia dos jovens, que devem ser tutelados. Eles não têm posições e convicções políticas por si próprios. Mesmo que a proposta os afete diretamente, não se mobilizariam e atuariam por conta própria. Há grupos nos bastidores.

Tal argumentação, além de infantilizar a capacidade de agir em conjunto dos jovens, com base em suas próprias pautas, abre espaço para que eles sejam desqualificados enquanto atores políticos. São desqualificados porque não são suas pautas que estão em jogo – a questão está em desestabilizar o governo PSDB, não em criticar e combater a proposta de reorganização escolar.

O último editorial, por sua vez, intitulado *Lições de um movimento*, muda o tom com que se dirige ao movimento secundarista e como o interpreta. Na verdade, aqui se configura o mais claro exemplo de mudança discursiva por parte da *Folha de S.Paulo*.

96 “A arte de difamar pela imprensa é essencialmente covarde. Acusa, por insinuação, sem assumir” (KUCINSKI, 1998, p. 96).

Até então, como vimos, nos editoriais, os protestos foram entendidos como conturbando um processo de melhoria de gestão ou como feitos para desestabilizar o governo PSDB (tendo sido provocados por grupos a ele contrários, que arregimentaram os jovens).

Na cobertura diária dos eventos, de igual modo, houve uma mudança que mostrava que os secundaristas tinham invadido as escolas, depois, tomado-as, para só depois serem “ocupações”. Do mesmo jeito, antes os jovens eram mencionados e seus atos narrados, mas só posteriormente lhes foi dada a voz para que falassem de suas pautas e reivindicações. Tais mudanças ocorreram ao longo das coberturas, sem se apresentar como um apoio claro e manifesto ao movimento.

Já nesse editorial, o tom muda. Os jovens são enaltecidos e apresentados como democráticos que trouxeram muito à cultura política do país. Vemos esse ponto já no começo da publicação:

As imagens falaram por si mesmas. Encerrados 55 dias de protesto, os estudantes que estavam na escola Fernão Dias Paes, no bairro Pinheiros (zona oeste de São Paulo), promoveram um mutirão de limpeza antes de devolver o edifício à administração estadual.

Apresentaram um "termo de entrega", lido num jogral, pelo qual se comprometiam a reparar eventuais danos ao patrimônio público, citando como exemplos uma mesa e alguns espelhos quebrados.

Ao longo de toda a mobilização, houve registro de atividades culturais, festas e debates, assim como dos sinais, expressos em cartazes onde se especificavam as tarefas cotidianas, da organização com que se empreendeu o protesto.

Num movimento que, ao atingir seu auge, envolveu 196 escolas da rede pública em todo o Estado, naturalmente ocorreriam danos. O governo Geraldo Alckmin (PSDB) aponta 81 incidentes desse tipo.

Sem minimizar tais eventos, que teriam resultado em prejuízo de R\$ 1 milhão, é inegável que, de modo geral, *o protesto se desenvolveu de forma pacífica, ordenada e feliz* (grifo nosso).

Após mostrar a organização da ocupação, com atividades culturais, festas e debates, e salientar que houve até mesmo um mutirão de limpeza antes de devolverem a escola, o jornal salienta que é natural que, num evento de tal magnitude, ocorram danos. Ainda assim, mostra que, embora danos tenham ocorrido, o resultado foi positivo, pois o protesto se desenvolveu de forma pacífica, ordenada e feliz (bem diferente da visão que desqualificava juridicamente os jovens, ao apresentá-los como invasores da escola).

Além disso, o jornal acrescenta que

Os alunos expressaram comprometimento para com seu local de estudo. Aprenderam a se organizar e a ter voz ativa na sociedade; cresceram. Saem vitoriosos, e com eles a cultura democrática do país. A lição de política foi boa. O que falta? Tudo aquilo que protestos, por si sós, são incapazes de prover. Faltam recursos públicos e qualidade de ensino. Faltam aulas de química –e de economia também.

Essa visão, por sua vez, contrasta maciçamente com aquela que os desqualificava politicamente, indicando que eles só agiram por manipulação de grupos que queriam desestabilizar o governo do PSDB.

Vemos, deste modo, que, nesse editorial, os jovens não são mais desqualificados e seu movimento passa a ser visto como democrático, trazendo acréscimos verdadeiros à cultura política do país. Conquistou, segundo coloca, a simpatia expressiva da opinião pública.

Na última linha do editorial, contudo, a ideia de que falta aula de economia, que aparece isolada, como último elemento do texto (sem qualquer desenvolvimento), deixa uma inquietação. O que isso quereria dizer? Seria uma forma de salientar que, para além do sucesso político, que é inegável, os alunos deveriam conhecer economia, para ver que a proposta era viável como forma de economizar recursos e garantir melhor gestão? Seria uma forma de mostrar que, apesar de apoiar os protestos, o projeto que os ocasionou era necessário? Por não haver um desenvolvimento claro desse aspecto, qualquer interpretação nesse sentido será mera especulação, motivo pelo qual não nos determos nisso.

O fato é que a *Folha*, mesmo manifestando seu apoio aos estudantes, não deixa de mostrar a discordância para com suas reivindicações. É, aliás, o que salientam no editorial:

Pode-se certamente discordar, como esta Folha o fez diversas vezes, dos objetivos do movimento. A reorganização intentada pelo governo estadual – num contexto em que, de 1998 a 2014, o sistema perdeu 2 milhões de alunos– faz sentido por razões econômicas e pedagógicas, embora a elas os estudantes não tenham dado atenção. *É melhor o desempenho das escolas onde se concentram alunos de uma única faixa etária.* Além de aumentar em 52% o número de instituições desse tipo, o plano governamental previa utilizar quase 3.000 salas de aula hoje ociosas (grifo nosso).

Aqui, uma vez mais o veículo deixa claro que apoia a proposta, e justifica sua posição. Salta aos olhos, contudo, o fato de o jornal dizer que o desempenho de escolas com alunos de uma única faixa etária é melhor. Ora, esse foi o argumento do estudo que balizou essa proposta e, como vimos, suas conclusões foram questionadas por pesquisadores, que mostraram os vícios estatísticos que apresentavam. A *Folha de S.Paulo* não só não questiona

o estudo que balizou a proposta como toma seus pressupostos, já questionados por pesquisadores, como se fossem fatos, e os usa para justificar seu apoio ao projeto.

Isso indica, como vemos, o quão cara lhe era essa política pública, que foi apoiada ao longo de toda a cobertura jornalística e nos editoriais. Era uma política gerencialista que visava o incremento da gestão e corte dos gastos públicos, o que se coaduna com a posição liberal da *Folha de S.Paulo*, justificando seu apoio a ela.

A mudança discursiva que houve esteve centrada na forma como os secundaristas foram representados. Essa mudança, no entanto, não foi justificada pelo veículo (conforme determina seu Manual da Redação). Isso se deve, segundo nossa análise, ao fato de ter sido uma mudança gradual e branda, ao longo das coberturas e dos meses, acompanhando os movimentos da opinião pública, que apoiava o protesto.

Não foi uma mudança abrupta, mas ensaiada ao longo dos meses, de modo que pôde passar quase despercebida. O jornal sempre apoiou movimentos democráticos: toda batalha discursiva gravitou em torno do reconhecimento (ou desqualificação) dos secundaristas.

Por fim, o reconhecimento de sua legitimidade veio, acompanhando as percepções da opinião pública, e as desqualificações cessaram. A partir desse ponto, o apoio do jornal se manifestou, dado que sua autoimagem (que também determina sua posição no campo jornalístico) o conduzia a isso.

Em síntese, a mesma lógica que constatamos na cobertura noticiosa do evento operou nos editoriais. Houve uma mudança discursiva na interpretação dos protestos e ocupações, mas não na forma como a reorganização era vista (o quadro na página seguinte sintetiza essas informações).



Quadro 2 – Editoriais e breve resumo (elaborado pelo autor)

Data	Título	Resumo
29/10/2015	Confusão escolar	Pouco detalhamento da proposta e desinformação, mas a política pública, em si, é boa (justifica com dados sobre queda de alunos na rede pública). Critica abertamente os protestos, que estão conturbando o processo.
05/12/2015	Lições de política	Chama o movimento dos secundaristas de intransigente e diz que foram lavados ao protesto por opositores do governo PSDB, que queriam desestabilizar a gestão tucana. Defende a reorganização e não questiona seus pressupostos (apenas a falta de diálogo da parte do governo).
07/01/2016	Lições de um movimento	Defende a reorganização, mas diz que as ocupações foram resistência democrática que ensinou muito ao país, com jovens mobilizados por aquilo em que acreditavam

### 3.4 Outros elementos importantes

Além dessa discussão e das mudanças discursivas que podem ser acompanhadas no jornal e em suas entrelinhas, um outro debate se apresentou nas páginas da *Folha de S.Paulo*. Tal debate se deu entre Rose Neubauer (responsável pela reorganização de 1995) e Sonia Kruppa (que foi chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo durante a gestão de Paulo Freire e Mário Sérgio Cortella), publicado no dia 17/10/2015.

A primeira, como não poderia deixar de ser, se colocava como fiadora da reorganização, a qual concluiria o processo que se iniciou vinte anos antes, em sua gestão. A segunda representava uma outra proposta e visão de educação, discordante do modelo do PSDB. Tanto uma quanto a outra, além de ocuparem posições no campo político em algum momento de suas vidas, também ocuparam posições no campo acadêmico, sendo professoras da Faculdade de Educação da USP (cargo no qual Kruppa ainda se mantém).

Ambas puderam expor suas visões na seção “tendências/debates” da *Folha*, responsável por abrir espaço para que assuntos que possam gerar polêmica sejam discutidos por especialistas e intelectuais.

A questão que norteou seu debate foi: *É correta a decisão do governo de São Paulo de separar alunos por ciclo escolar?* A resposta da primeira foi *Sim*<sup>97</sup>. O da segunda, *Não*<sup>98</sup>.

Para Rose Neubauer, a reorganização aumentaria as chances de sucesso dos alunos, por permitir que as escolas se dividam e foquem em ciclos específicos do desenvolvimento do estudante, segundo faixa etária.

Para ela,

esse é o modelo de escola que existe em países onde o ensino é de boa qualidade e nas escolas brasileiras bem classificadas nas avaliações nacionais, pois considera-se fundamental a existência de prédios, salas de aulas e equipes pedagógicas específicas para as diferentes faixas etárias.

Dito de outro modo, escolas de vários ciclos “impede[m] a melhoria da qualidade do ensino. Consequentemente, a reorganização das escolas paulistas é urgente, necessária e importante”.

Apesar da onda maciça de protestos que ocorriam no período (as ocupações já estavam em sua segunda semana), a professora afirma que “esse é o modelo de escola que as famílias desejam e que professores comprometidos com a qualidade do ensino consideram mais adequado”.

Por fim, termina sua colocação dizendo que

A população não deve se deixar enganar por argumentos falsos de que a evasão irá aumentar, salas ficarão superlotadas e o número de classes será reduzido. São Paulo tem hoje população decrescente e o maior percentual de crianças e jovens brasileiros nas escolas. A reorganização é o salto para o futuro, a garantia de uma melhor educação.

*O que ocorrerá se prédios ficarem vazios? Serão transformados em outros equipamentos que a população necessita: escolas técnicas, postos de saúde, pré-escolas e creches (grifos nossos).*

A reorganização, segundo a autora, é o salto para o futuro, o qual garantiria uma melhor educação. Ainda que escolas fossem fechadas, o resultado não seria negativo, pois elas

97 NEUBAUER, Rose. *É correta a decisão do governo de São Paulo de separar alunos por ciclo escolar?* Sim. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 17 out. 2015. Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/10/1695045-e-correta-decisao-do-governo-de-sao-paulo-de-separar-alunos-por-ciclo-escolar-sim.shtml>>. Último acesso em 05/06/2017

98 KRUPPA, Sonia. M. Portella. *É correta a decisão do governo de São Paulo de separar alunos por ciclo escolar?* Não. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 17 out. 2015. Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/10/1695049-e-correta-decisao-do-governo-de-sao-paulo-de-separar-alunos-por-ciclo-escolar-nao.shtml>> Último acesso em 05/06/2017

se tornariam outros equipamentos para a população. Qualquer crítica, portanto, seria infundada. Meros argumentos falsos.

Para Sonia Kruppa, no entanto, o que impera é uma outra realidade, que não está interessada na melhora da educação, mas no corte dos gastos públicos. Para ela, “nessa época de crise econômica, o mesmo partido, o PSDB, pretende dirigir o país e prepara, a partir de São Paulo, um projeto eficiente de corte de gastos públicos para políticas destinadas ao povo”.

Ela remonta, para chegar a esse argumento, ao fato de ter havido uma reorganização em 1995 (encabeçada pela mesma cúpula) que usava, grosso modo, os mesmos argumentos que em 2015.

Mais do que se remeter apenas à reorganização de 1995, Kruppa chama a atenção para o fato de que ela (reorganização) fazia parte de um projeto mais amplo, encabeçado pelo governo federal (comandado, à época, pelo PSDB), que redundou em maior responsabilização dos municípios, progressiva privatização do ensino e um caráter assistencialista e comunitário à educação infantil.

Segundo ela, “as medidas paulistas eram parte de um programa de ajuste estrutural, impulsionado por organismos internacionais – especialmente pelo Banco Mundial –, com empréstimos e assessorias preconizando o atendimento público só para o ensino fundamental regular”.

Por fim, são trazidos dados que mostram que o número de professores e especialistas após a reorganização de 1995 caiu drasticamente na rede pública paulista. Além disso, escolas foram fechadas e alunos deixaram de ser atendidos pelo estado (dependendo da rede municipal de ensino).

Diante de tudo isso, seu argumento é o de que não há ganhos pedagógicos com tal proposta, apenas corte de gastos com educação, motivo pelo qual a proposta deve ser combatida.

Vemos, nesse debate, que novas formas de educação não são propostas. O foco está, todo ele, em defender ou criticar a proposta de reorganização escolar. Um lado usa, como justificativa, a melhora do ensino e queda de alunos da rede. O outro, por sua vez, nega essa melhora na qualidade e indica que a lógica que está por trás da proposta é econômica. É o viés neoliberal que quer reduzir os gastos e investimentos com educação.

O debate entre as duas professoras não prosseguiu, tendo sido publicado apenas naquele dia (o que é costume da seção, de toda forma). A despeito disso, serviu para mostrar

as duas posições que estavam se enfrentando no jogo político – e indicou que a reorganização, saindo da esfera puramente pedagógica, possuía caráter iminentemente neoliberal.

Merece destaque, ainda, uma análise, feita por Guilherme Lichand (doutorando em Economia Política e Governo pela Universidade de Harvard), o qual assinava a coluna *empreendedor social* no período.

Sua análise foi publicada em duas partes, a primeira em 11/12/2015<sup>99</sup>, a segunda (com ajuda de Leonardo Rosa, doutorando em Economia da Educação por Stanford) em 29/02/2016<sup>100</sup>. O destaque merecido é pela forma como a proposta é questionada e discutida dentro de seu próprio mérito e lógica neoliberal – não questionando a lógica do projeto e a visão de mundo a ela subjacente.

O autor propõe, de antemão, deixar de lado qualquer discussão sobre a comunicação precária e a violência policial, por não considerar esses elementos relacionados à reorganização – embora, em nosso entender, eles façam parte do processo, pois é apenas não falando sobre a proposta que ela teria chance de ser aceita. Além disso, a violência policial funciona como forma de repressão ao dissenso, impondo políticas a despeito de sua não aprovação.

De toda forma, a análise não leva em consideração esses pontos, decidindo analisar apenas os méritos da proposta. Para isso, começa por avaliar os argumentos favoráveis e contrários à reorganização – embora, nos argumentos contrários, não mencione as críticas ao viés neoliberal da educação, centrando-se apenas em questões mais pontuais, como maior deslocamento, separação de irmãos que estudam em séries diferentes, dentre outros.

Para o autor, esses argumentos (de ambos os lados) não permitem uma decisão acertada. A melhor forma de medir a razoabilidade da proposta seria sortear algumas escolas para serem reorganizadas, enquanto outras não seriam. Após isso, acompanhar, ao longo do tempo, variáveis como frequência, notas e evasão, tanto para o grupo de tratamento quanto para o grupo de controle.

99 LICHAND, Guilherme. Reorganização das escolas em São Paulo: política boa ou ruim? *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 11 dez. 2015. Colunas. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/colunas/2015/12/1716902-reorganizacao-das-escolas-em-sao-paulo-politica-boa-ou-ruim.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

100 LICHAND, Guilherme; ROSA, Leonardo. Reorganização das escolas em São Paulo: política boa ou ruim? (parte 2). *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 29 fev. 2016. Colunas. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/colunas/2016/02/1744567-reorganizacao-das-escolas-em-sao-paulo-politica-boa-ou-ruim-parte-2.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

Apenas então, segundo ele, poderíamos saber da eficácia da proposta, vendo se ela traz resultados benéficos para o ensino, ou se estes são nulos ou sobrepujados por maiores custos de transportes<sup>101</sup>.

Para o autor, esses testes deveriam ser aplicados e “essa deveria ser a natureza do debate público”, isto é, um debate nos termos da lógica neoliberal, buscando resultados e monetizando as relações. Um debate que visasse outras formas de educação, portanto, estaria fora desse campo deliberativo.

A segunda parte de sua análise gravita neste mesmo universo e sua conclusão é a mesma: antes de discutir se é uma política boa ou má, deveriam ser feitos testes e estudos-piloto, reorganizando algumas escolas, para futura análise. É um argumento pela implementação da política, mas de forma gradual, testando seus resultados (ainda que os atores afetados não queiram esse teste, por serem contrários ao seu pressuposto e lógica subjacente).

É importante frisar, contudo, que esta análise não se coloca como um “meio-termo” entre as posições em disputa (ou no debate entre Neubauer e Kruppa). Ele não prega uma discussão na esfera pública entre querer, ou não, este modelo. Prega uma discussão sobre seus resultados, para que, caso sejam eficientes, sejam implementados – a despeito da opinião dos agentes envolvidos. O que impera aqui é a lógica dos números. Índices de evasão, frequência e notas, além de economias e gastos com a educação.

É evidente que tal análise representa apenas a opinião de seus autores, no entanto, o fato de ela ser publicada em meio a esses debates mostra a força discursiva que se aglutinava em torno do tema.

Um dado que merece ser comentado – mas sobre o qual não nos deteremos, em virtude de não ser o tema da pesquisa – é o posicionamento dos colunistas do jornal no período. Apesar de a cobertura e o editorial seguirem a linha e os traços que indicamos, as colunas seguiram rumo inverso.

Excetuando cinco colunas de informes sobre o mundo da política (*Painel*), as quais apenas mostram falas e fatos sobre temas do momento, foram publicadas 15 colunas que

101 É interessante notar que nesse argumento de maiores custos com transporte há a tendência de monetizar as relações educacionais (e afetivas) dos jovens, uma vez que o gasto com transporte deveria ser contabilizado, mas a separação de irmãos e amigos deveria ser ignorada, quando se for analisar o resultado dos modelos.

falavam sobre as ocupações. Destas, somente três se posicionam contrárias às ocupações (ou favoráveis à reorganização)<sup>102</sup>.

Outras 11 colunas são contrárias à proposta do governo e apoiam os secundaristas<sup>103</sup> – uma coluna, por sua vez, foi desconsiderada, por ser satírica: embora tente desqualificar os alunos, ela age da mesma forma com todos os assuntos e espectros políticos<sup>104</sup>.

Fosse este um trabalho de Sociologia do jornalismo, em vez de Sociologia da Comunicação, valeria uma discussão mais aprofundada sobre as posições que tais colunistas ocupam no campo intelectual e jornalístico, sua formação e redes de contatos.

Esta, no entanto, é uma análise que nos escapa. Apenas é interessante constatar que a *Folha de S.Paulo* (objeto imediato de nossas análises) abre espaço para opiniões que discordam de seus posicionamentos (como afirma fazer em seu Manual da Redação e Projeto Editorial), o que fortalece sua posição de veículo plural e reforça sua autoimagem de democrático.

### 3.5 Os comentários no jornal

Por mais que este não se trate de um estudo sobre recepção de conteúdo, algumas palavras se fazem necessárias a respeito dos comentários publicados no jornal, na seção a isso destinada (ao final de cada matéria).

Como já vimos no capítulo 1, a *Folha de S.Paulo* franqueia a seus assinantes cadastrados (e apenas a eles) a possibilidade de postar comentários ao fim das notícias, desde que estes não violem os termos e condições de uso estabelecidos pelo jornal.

Se, para Habermas (2014), a esfera pública formada pela imprensa tinha o salutar papel de permitir um debate mediante razões, se focássemos nosso entendimento sobre os debates da opinião pública apenas por esta seção, teríamos uma comunicação patológica (HABERMAS, 2009), na qual predominam elementos emotivos, os quais sobrepujam qualquer argumentação – não permitem sequer a tentativa desta.

A seção de comentários, contudo, não é indicativa da esfera pública, tampouco do debate que se consolidou sobre o tema. Em primeiro lugar porque tanto a esfera pública

102 Foram os colunistas Rogério Gentile, Fernando Canzian e José Henrique Mariante.

103 Escritas por Vladimir Safatle (2), Rosely Sayão (2), Tati Bernardi, Denise Fraga, Vinicius Mota, Antônio Prata, Raquel Rolnik, Élio Gaspari e Guilherme Wisnik.

104 Trata-se da coluna de José Simão.

quanto o debate são constituídos por muitos outros atores – muitos dos quais não leem este jornal. Em segundo lugar, porque, do universo de leitores da *Folha*, a parcela que comenta as notícias não é majoritária – e o número de comentários nas notícias selecionadas no período não é tão grande que pudesse indicar o contrário.

A despeito disso, alguns comentários podem ser tecidos e merecem consideração.

O primeiro elemento a ser discutido é o caráter que os comentários assumem. Se, como vimos, nas matérias e editoriais publicados no período há a veiculação de uma lógica e visão de mundo própria, que fica manifesta após uma primeira análise, para a seção de comentários não é necessária análise alguma, para que identifiquemos as visões envolvidas.

Predomina o discurso inflamado, que não pede nem dá razões ou argumentos. Trabalha apenas com tautologias. As coisas são como são porque são assim. E devem ser como devem ser, apenas porque devem ser assim. Não ha um aprofundamento reflexivo. Tampouco espaço para posições “neutras”, que queiram entender e discutir o que é proposto e o motivo das manifestações.

Com efeito, foram publicadas, somando todos os comentários ao fim de cada uma das matérias, um total de 1.650 participações. Seria uma média de 8 comentários por matéria, se todos suscitasse o mesmo tipo de reação – o que nem de longe ocorreu, já que diversas notícias não suscitaram comentários, enquanto outras trazem algumas dezenas deles<sup>105</sup>.

Desses comentários, apenas 155 (cerca de 9%) poderiam ser considerados “neutros” (na ausência de termo melhor para descrever essa ausência de uma posição declarada na contenda) ou que tentavam debater os aspectos ligados à reorganização e aos protestos. Arriscavam comparações com outros estados, lugares ou épocas, e discutiam questões referentes ao assunto.

105 As três matérias que trouxeram mais participação dos leitores foram aquelas que falavam da atuação do governo de São Paulo, sua queda de popularidade ou a queda do secretário de Educação. São, respectivamente: 1) A que trata da queda popularidade de Alckmin, com 90 comentários – MENDONÇA, Ricardo. Popularidade de Alckmin atinge pior marca, aponta Datafolha. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 04 dez. 2015. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/12/1714813-popularidade-de-alckmin-atinge-pior-marca-aponta-datafolha.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017 –; 2) A que narra uma reorganização “silenciosa”, com 69 comentários – GRAGNANI, Juliana; MACHADO, Leandro. Gestão Alckmin fecha turmas e causa 'desorganização escolar'. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18 fev. 2016. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/02/1740562-sem-aviso-gestao-alckmin-fecha-turmas-e-caoa-desorganizacao-escolar.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017 –; e 3) A que fala da saída do cargo do Secretário de Educação de São Paulo, com 65 comentários – TAKAHASHI, Fábio; RODRIGUES, Artur. Secretário da Educação de SP deixa cargo após recuo em reorganização. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 04 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714988-secretario-da-educacao-de-sp-deixa-cargo-apos-recuo-em-reorganizacao.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017



23 comentários (cerca de 1%), por sua vez, foram desconsiderados, ou por terem sido removidos do site (em virtude de desrespeitarem sua política de uso), ou por serem participações que consideramos sem expressividade – como colocar apenas uma letra, ou apenas um acento, e enviar o comentário, o que parece indicar mais um erro de envio do que um protesto ou algo do tipo. Foram tratados como ruído comunicativo.

Os demais comentários (a maioria das participações) se dividem, desproporcionalmente, em dois polos, entrincheirados em palavras de ordem e discursos inflamados – ainda que um deles tente trazer argumentos.

De um lado, há 897 comentários (54% do total) que se colocaram contra as manifestações dos alunos e favoráveis a política pública do governo. Para “justificar” seu ponto, diziam que o governador era democrático, que Dilma Rousseff e o PT eram corruptos (ainda que a matéria não envolvesse o governo federal em momento algum) e faziam a descaracterização e desqualificação dos secundaristas.

Com efeito, foram abundantes os comentários que faziam comparações que soam descabidas para os que conhecem a realidade histórica. Comparam, por exemplo, o movimento secundarista e sua pauta com a “juventude hitlerista” e dizem que o governo deve ter “pulso firme contra esses parasitas corruptos”<sup>106</sup>.

Há, ainda, críticas ao bolivarianismo e militantismo de esquerda<sup>107</sup>, afirmações de que a reorganização foi barrada porque a APEOESP quer manter suas regalias e não se importa com a educação<sup>108</sup>, ou dizendo que os estudantes são arruaceiros e manipulados, que deveriam, na verdade, pedir a saída de Dilma Rousseff, não a revogação da reorganização<sup>109</sup>.

Quando tentam defender a proposta, dizem que ela era o melhor para a educação e que sua suspensão não é um recuo por parte do governador, mas bom senso, já que ele é

106 Vide comentários na matéria que fala sobre a audiência que houve com os alunos: LOBEL, Fabrício. Gestão Alckmin diz que audiência com alunos não revogará reorganização. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 03 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714772-gestao-alckmin-diz-que-audiencia-com-alunos-nao-revogara-reorganizacao.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

107 PM intervém e acaba com bloqueio de 30 estudantes em avenida de SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 02 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1713836-alunos-protestam-contrareforma-do-ensino-em-vias-da-zona-oeste-de-sp.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

108 VÍDEO mostra rotina em escolas ocupadas e explica plano de reorganização. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 04 dez. 2015. TVCotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/tv/cotidiano/2015/12/1715023-video-mostra-rotina-em-escolas-ocupadas-e-explica-projeto-de-reorganizacao.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

109 QUASE cinco horas depois, estudantes liberam rodovia Raposo Tavares. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 07 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1715878-grupo-de-estudantes-interdita-parte-da-rodovia-raposo-tavares.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017



democrático e tem de lidar com jovens que foram manipulados pelo PT e pelo sindicato<sup>110</sup>. Dizem que ele é um “santo que tem de encarar a CUT [Central Única dos Trabalhadores]”<sup>111</sup>. Falam, ainda, que o movimento contra a reorganização é feito por alunos da USP, anarquistas levando o caos. Comentam, também, que no dia 13 daquele mês é que teria o protesto de verdade (pelo pedido de impeachment), não o vandalismo de até então<sup>112</sup>.

Algo que chama a atenção, por fim, é que, em meio a esses discursos de ódio, que atacam o Partido dos Trabalhadores e a presidente do país, sem que estes fossem mencionados nas matérias; que desqualificam moral, política e juridicamente os estudantes que protestam e elogiam e defendem o governo Alckmin, há uma profusão de mensagens “copiadas”. Um mesmo indivíduo (intitulado “welbi”) envia sempre as mesmas mensagens, na maioria das matérias relacionadas com o tema em questão. Nelas, há a defesa do governo estadual, chamado de democrático, e ataque contundente aos estudantes, sempre desqualificados.

Uma tal postura de propaganda salta aos olhos, pois, sem fornecer argumentos, criam-se slogans, que tentam justificar uma visão de mundo e anular a outra, num processo de seletividade moral. Como o indivíduo não se identifica pelo nome, nem deixa nenhum espaço aberto para interpretação, não é possível que façamos análises sobre seu papel – se é um “funcionário” do governo ou apenas seu ardoroso defensor, por exemplo. Limitamo-nos a salientar a curiosidade do fenômeno, que se repete inúmeras vezes.

Do outro lado do polo, por sua vez, temos aqueles que defendem as ocupações e protestos e criticam a proposta do governo Alckmin. São 575 comentários (35% do total). Apesar de também apresentarem um tom de crítica ferina e ataques ao outro lado, tentam trazer mais argumentos em suas colocações, falando que deveria haver valorização dos docentes e salas mais vazias, em vez de reorganização<sup>113</sup>.

110 BORLINA FILHO, Venceslau. Governo Alckmin recua e não vai fechar escola rural em Piracicaba. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 13 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1706139-governo-alckmin-recua-e-nao-vai-fechar-escola-rural-em-piracicaba.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

111 MENDONÇA, Ricardo. Popularidade de Alckmin atinge pior marca, aponta Datafolha. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 04 dez. 2015. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/12/1714813-popularidade-de-alckmin-atinge-pior-marca-aponta-datafolha.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

112 MACHADO, Leandro; GRAGNANI, Juliana. Ato de alunos no centro de São Paulo tem confronto, vandalismo e detidos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 10 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1717173-ato-de-alunos-tem-confronto-e-vandalismo-no-centro-de-sp.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

113 MONTEIRO, André. SP vai transferir mais de 1 milhão de alunos para dividir escolas por séries. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 23 set. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/09/1685232-sp-vai-transferir-mais-de-1-milhao-de-alunos-para-dividir-escolas-por-series.shtml>>. Último acesso dia 05/06/2017

Criticam o autoritarismo do governador e sua gestão hídrica (apesar de esse assunto não estar em pauta no momento)<sup>114</sup> e o cartel do metrô, dizendo que ele (Alckmin) é quem deveria sofrer o impeachment<sup>115</sup>. Tentam, ainda, trazer elementos como a reorganização de 1995, que não melhorou a educação do estado<sup>116</sup>.

Como vemos, esse lado, contrário à reorganização e favorável às ocupações, traz argumentos para o debate – ainda que não haja debate, pois ambos os polos ficam entrincheirados postando comentários, mas sem que ocorra uma interação entre eles. Fazem críticas mais pontuais ao governo e criticam sua falta de diálogo e autoritarismo. Não operam, contudo, uma lógica de exclusão e desqualificação, como ocorreu com o outro grupo de comentários.

Não obstante esses posicionamentos antagônicos, ambos os lados concordam com algo: a parcialidade da *Folha de S.Paulo*. Para os que são críticos ao governo, o jornal é parcial e não mostra os “podres do governo”, isto é, favorece-o ao não noticiar seus erros e escândalos e, com isso, apoia-o indiretamente<sup>117</sup>. Os defensores do governo, por sua vez, dizem que o jornal é a “*Folha PT*”, por apoiar o movimento de estudantes, que são chantagistas<sup>118</sup>. Em outras palavras, dizem que o jornal, com suas coberturas, incentiva e estimula tal prática.

É interessante notar, nesse quesito, que o posicionamento de ambos os polos a respeito do jornal se coaduna com a hipótese da ‘*hostile media perception*’ de que fala Gomes (2016). Nessa hipótese explicativa, como já mencionamos, quando os lados de um debate estão

114 SCOLESE, Eduardo. Sob protestos, Alckmin suspende plano de reorganização de escolas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 04 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714946-sob-protestos-alcmin-suspende-plano-de-reorganizacao-de-escolas.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

115 MENDONÇA, Ricardo. Popularidade de Alckmin atinge pior marca, aponta Datafolha. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 04 dez. 2015. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/12/1714813-popularidade-de-alcmin-atinge-pior-marca-aponta-datafolha.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

116 NEUBAUER, Rose. É correta a decisão do governo de São Paulo de separar alunos por ciclo escolar? Sim. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 17 out. 2015. Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2015/10/1695045-e-correta-decisao-do-governo-de-sao-paulo-de-separar-alunos-por-ciclo-escolar-sim.shtml>>. Último acesso em 05/06/2017

117 MENDONÇA, Ricardo. Popularidade de Alckmin atinge pior marca, aponta Datafolha. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 04 dez. 2015. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/12/1714813-popularidade-de-alcmin-atinge-pior-marca-aponta-datafolha.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

118 QUASE cinco horas depois, estudantes liberam rodovia Raposo Tavares. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 07 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1715878-grupo-de-estudantes-interdita-parte-da-rodovia-raposo-tavares.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

envolvidos “emocionalmente” com o assunto (isto é, quando se identificam com ele), tenderão a considerar a mídia parcial e adversária de sua posição.

Isso se deve, segundo ao autor, ao fato de a cobertura midiática ser geralmente menos emotiva e mais factual, fazendo com que membros “partidários” (que tomam partido no debate, não necessariamente ligadas a um partido político) a achem distorcida, uma vez que não corrobora estritamente com sua visão de mundo.

Surge, então, a hipótese de que a parcialidade do jornalismo não está relacionada estritamente às suas propriedades objetivas, mas às características de quem tem acesso à cobertura (GOMES, 2016, p. 10) – o que faria, por exemplo, com que raramente considerássemos tendenciosa uma matéria que favoreça nossas convicções (idem, p. 14).

Uma matéria “imparcial”, nesse sentido, poderia ser considerada enviesada pelos dois lados do debate, mas cada um discordando sobre o sentido do viés (idem, p. 18). Isso poderia, portanto, explicar o que houve no caso da *Folha de S.Paulo*, se adotássemos a hipótese sugerida pelo autor.

Há, no entanto, uma outra possibilidade explicativa que, em nossa análise, parece se encaixar mais adequadamente ao caso analisado. Trata-se de considerar um outro ponto no debate, o “centro” político.

Com efeito, a *Folha* é um jornal dirigido a amplo público. Para isso, ainda que assumindo a lógica liberal, não pode prescindir de leitores mais à esquerda do espectro político. Isso ocorre nem tanto pela possibilidade de perder receitas com a venda do jornal, mas com vistas na manutenção de seu prestígio, como jornal dominante e ponderado.

Destarte, faz-se mister permitir análises e coberturas que se mantenham mais ao centro do espectro político – ainda que incorporando a visão de mundo subjacente ao jornal, o que não poderia deixar de ocorrer.

Diante disso, indivíduos mais à direita e mais à esquerda da posição ocupada pelo veículo o considerariam enviesado (e o lançariam para o outro polo do debate). Nesse sentido, a *Folha* não seria nem um jornal de esquerda nem de direita, seria de centro. Nem do PSDB, nem do PT. Ela seria seu próprio partido, como coloca Arbex Jr. (2003, p. 154).

Como já colocamos, de fato o jornal menciona o governo do PSDB menos vezes que o do PT. Quando o faz, no entanto, na maioria das vezes é em tom crítico. Pode haver uma simpatia por tal sigla, é verdade, mas não se trata de partidarismo: apenas ocorre que tal legenda leva a cabo políticas que condigam com as posições do jornal. Quando não leva, ou

não as executa a contento, será criticado, como qualquer outro partido. Diante desse fato, o veículo poderia ser chamado de partidário por leitores mais à esquerda – que não percebem a posição do jornal no campo jornalístico.

De igual modo, a *Folha* se apresenta como um veículo democrático que apoia manifestações legítimas. Como vimos, quando as ocupações passaram a ser vistas nestes termos, o jornal passou a apoiá-las (mais por coerência com suas posições do que por identidade de pautas, é evidente). Indivíduos mais à direita do espectro político – sejam apoiadores ferrenhos do PSDB, ou apenas possuidores de visões mais autoritárias – passariam, justamente por isso, a considerá-la enviesada e parcial. Ou, nas palavras deles, “petista” – já que tal alcunha serve, num processo de construção de inimigos, para designar qualquer tipo de coisa ou ideia com a qual se oponham.

Assim, vemos que o fato de os dois polos em disputa discordarem da cobertura do jornal, apontando seu viés, não indica que ela seja “imparcial” ou que esteja fazendo coberturas neutras, como deixa antever Gomes (*op. cit.*).

De fato o jornal fez uma cobertura aceitável sobre o período, dando-lhe visibilidade, não manipulando fatos nem falseando a informação. Isso, todavia, não significa que suas visões de mundo não estejam presentes no noticiamento, como vimos.

Em outras palavras, o fato de os dois polos em disputa fazerem críticas ao jornal, apontando seu viés, não indica que ele seja imparcial. Indica, apenas, que ele tem sua própria posição – política, econômica e no campo jornalístico.

### 3.6 Retóricas persistentes

A forma como protestos são noticiados pela imprensa seguem uma lógica que perdura ao longo dos anos e regimes políticos, gravitando em torno da legitimidade de sua atuação.

Se, como coloca Maia (2008a), trata-se de um processo de “fazer notícia”, para com isso ganhar visibilidade para pautas específicas e gerar discussão pública sobre o assunto, o fato é que a cobertura seguirá, muitas vezes, um itinerário que não era o proposto pelos atores que iniciaram o movimento de protesto.

Como mostra Foracchi (1997, p. 283), no que concerne à cobertura de atos do movimento estudantil, há uma persistente tentativa de descaracterizar qualquer mobilização, mostrando que foram manipulados. Segundo ela,

Quando as implicações sociais da ação chegam a ser destacadas, o propósito visado é chamar atenção para a modalidade de manipulação a que o jovem está sendo submetido, como se ele, enquanto estudante, não fosse capaz de dar autonomia à sua própria ação e como se essas próprias camadas não pretendessem manipulá-lo. Nessas representações, o estudante é percebido como objeto de um processo que desconhece e nunca como sujeito de uma ação que visa determinado fim.

Em outras palavras, se um estudante protesta (vai contra a “ordem”), é porque está sendo manipulado, não porque sua deliberação o levou a tomar determinada posição. Essa representação é redutora do debate, pois, em vez de questionar a atitude do estudante, tentando mostrar-lhe por qual motivo está equivocada, para se chegar a um consenso (implicando em aceitar a posição de sujeito inerente ao estudante), deslegitima-se *a priori* suas posições, alegando que foram tomadas apenas porque ele está sendo manipulado.

Assim, o estudante não é um sujeito que pode tomar suas decisões com base em suas experiências e discutir racionalmente com base nisso: é um objeto passivo que, toda vez que se rebela contra uma posição, o faz em virtude de uma manipulação.

Essa mesma lógica, como vimos, estava presente na cobertura sobre as ocupações do período. Até mesmo um editorial chegou a mencionar que o protesto foi estimulado por grupos contrários à gestão do PSDB, que usaram tal proposta como um pretexto para sua ação.

Essa tentativa de desqualificação apenas foi alterada com o passar do tempo e das coberturas, quando a opinião pública já apoiava a pauta dos estudantes e sua atuação. Foi quando o jornal passou a mostrar, por fim, a mobilização dos jovens, que agiram e ensinaram muito para a cultura política do país, conforme coloca.

Essa mesma lógica atuara em 2013, como tivemos a chance de discutir brevemente. Como mostra Costa (2016, p. 52), num primeiro momento a lógica discursiva utilizada era negativa, tratando os jovens por vândalos e como “predispostos à violência”. O jornal *Folha de S.Paulo* conclamava que a polícia agisse e “retomasse” a Av. Paulista dos manifestantes.

Com efeito, até mesmo os repórteres do veículo disseram que o editorial do jornal ajudou a puxar o gatilho da polícia (BLOTTA, 2014). Não obstante, após a escalada da violência policial, o tom da cobertura mudou, mostrando que os protestos eram legítimos e democráticos e que o problema estava em um grupo de vândalos, os *black blocs* (CANESIN, 2014).

Tal lógica de desqualificação de protestos, aliás, não se restringe apenas àqueles que são feitos por jovens e estudantes. Como mostra Miguel (2002),

Os movimentos populares permanecem nas margens da vida política e espera-se que aceitem sua posição subalterna; quando extrapolam suas preocupações específicas, admitidas como legítimas, sempre surgem vozes para denunciar sua “politização” espúria. É o que acontece cada vez que os sindicatos ultrapassam os limites da reivindicação salarial (MIGUEL, 2002, p. 174).

Assim, vemos que há limites a que um movimento pode chegar. Quando segue esses limites, não é desqualificado, mas raramente ganha visibilidade. Quando ultrapassa esses limites, além de ganhar visibilidade, será desqualificado com argumentos de manipulação ou de outras relações espúrias por trás de suas pautas.

Ainda assim, esse é um custo que muitas vezes optam por pagar, para “fazer notícia” e aparecer nos meios de comunicação, atingindo um público maior nesse processo. Esse cálculo se dá através da crença de que, a despeito da forma como a mídia os retrate, com a visibilidade se iniciará um debate público, o qual seguirá seus próprios rumos, que escapam à condução da imprensa (GOMES, 2008, p. 131).

Nesse caminho argumenta Sánchez-Jankowski (1997) ao analisar a representação das gangues na imprensa estadunidense. Para o autor, a despeito de qualquer possível viés que os meios de comunicação adotassem (e sempre adotam a descaracterização dos sujeitos, mostrando-os como violentos, infratores e perigosos), os membros das gangues gostavam de aparecer na mídia e faziam todo o possível para aparecer nos jornais.

Para o autor, operava uma dupla manipulação: os jornais davam seus vieses e interpretavam os fatos segundo sua própria lógica, mas os membros das gangues, cientes disso, sempre forneciam as notícias que queriam ver expostas. Falavam de eventos e prometiam novos detalhes em futuras entrevistas. Criavam, assim, um vínculo com jornalistas, tornando-os uma espécie “porta-vozes” involuntários.

Isso se explica, segundo sua argumentação, em virtude das lógicas distintas pelas quais se pautam os atores sociais envolvidos. De fato a mídia faria uma cobertura que tentaria degradar as gangues, mostrando sua violência, anomia, a ausência do poder público e do Estado. Não obstante, as várias audiências interpretariam os fatos narrados de formas diversas.

Para alguns, que moravam nas regiões, isso poderia representar um grupo forte, que protegia o bairro. Essa imagem servia para afastar concorrentes, trazer neófitos e, ao mesmo tempo, constituir lideranças.

Portanto, a visibilidade conquistada com as notícias era boa, pois permitia múltiplas interpretações (o autor não fala em debates) por parte do público e, conseqüentemente, algumas delas beneficiariam os jovens que apareceram na mídia. Não haveria, assim, um binarismo entre os meios de comunicação manipuladores e os jovens ludibriados. Ambos os agentes participavam de um jogo complexo.

É justamente por isso, aliás, que os movimentos sociais empenham-se em “fazer notícia”, crendo que a visibilidade fará bem para a discussão de suas pautas. Para alcançarem o status de notícia, por sua vez, terão de apelar para performances, isto é, para aspectos estéticos e expressivos, que lhes garantam visibilidade. Essa é a lógica, como mostram Dowbor e Szwako (2013), por trás de atos como queimar catracas, por parte do Movimento Passe Livre, durante os protestos de junho de 2013. Também foi essa lógica que fez com que os secundaristas ocupassem escolas e depois saíssem delas para aulas abertas em avenidas, paralisando o trânsito. O fato gerador de notícia, via de regra, passa pela performance.

Como coloca Costa (2016, p. 47), “o estético participa do ético, bem como o ético está intrinsecamente vinculado ao estético”. Diante disso, vemos que o debate público mediante razões ganha novos limites, passando a adotar elementos estético-expressivos os quais, no entanto, não constituem patologias comunicativas. Não tentam colonizar a esfera pública, via “iconic turn” (HABERMAS, 2006), mas alcançar a visibilidade necessária para a deliberação (MAIA, 2008a).

É claro que a mídia fará seus recortes e usará sua lógica e visão de mundo para cobrir os fatos e eventos. Ela tem sua concepção de “ordem” e sua posição no campo jornalístico, político e econômico, e elas servirão como determinantes de seu discurso.

Foi essa lógica, por exemplo, que levou à criação dos “estudantes democráticos”, durante a ditadura militar. Tratavam-se dos verdadeiros estudantes, que se contrapunham aos “terroristas comunistas” do movimento estudantil (BRAGHINI e CAMESKI, 2015).

Essa representação foi criada, sobretudo, pela Revista EBSA (Revista da Editora do Brasil), periódico mensal lançado em 1947 e desativado nos anos 90. O periódico, como mostram os autores (idem, p. 949), era claramente conservador, defendendo a escola



particular e a intervenção militar. Não obstante, proclamava-se imparcial, o que servia para, ao menos, tentar mascarar seus vieses.

Contrapondo-se aos estudantes que “queriam o comunismo”, saíam às ruas para protestar e paralisavam as aulas como forma de protesto, os “estudantes democráticos” valorizavam as aulas e o trabalho como forma de melhorarem suas vidas e a condição do país; eram favoráveis à intervenção militar, à extinção da UNE (União Nacional dos Estudantes) e à intervenção estadunidense (idem, p. 951).

Curioso notar que a revista supracitada, que sempre noticiava com estardalhaço qualquer ato dos “estudantes subversivos”, silenciou a respeito dos ataques dos estudantes de direita<sup>119</sup>, pois isso não se coadunaria com a imagem que queriam criar, de “democráticos” (idem, p. 957). Esse silenciamento, contudo, também era constitutivo de uma realidade, na qual estudantes de esquerda faziam terrorismo, enquanto estudantes de direita não se utilizavam da violência.

Eram acrescentados ao grupo dos “estudantes democráticos”, de igual modo, aqueles que seriam enquadrados como “neutros”, desmobilizados (idem, p. 952), que aceitavam ser tutelados por movimentos liderados pelos adultos. Assim sendo, democrático seria todo e qualquer estudante que fosse contrário às teses de esquerda, ou que simplesmente não as apoiasse (fosse neutro).

Afinal, o critério do uso da violência para caracterizar um grupo não-democrático não seria adequado, visto que os ataques anticomunistas valiam-se da violência e não eram questionados (e, nessas circunstâncias, o silenciamento era um endosso). Ser de esquerda, nesse momento, e para esse periódico, era ser “subversivo” e, portanto, perigoso.

A despeito disso, e trazendo a discussão de volta aos dias de hoje, o fato é que os meios de comunicação têm o importante papel de permitir que políticas públicas sejam discutidas e debatidas. Para Penteado e Fortunato (2015, p. 137), compete à mídia dar visibilidade à definição de agendas de políticas públicas do governo e às alternativas identificadas por seus opositores, ao mesmo tempo que avalia e seleciona opções, dando visibilidade para sua implementação e avaliando e monitorando todo o processo.

119 Destacam-se, nesse quesito, o embate entre estudantes da Universidade Mackenzie e da Faculdade de Filosofia da USP, na Rua Maria Antônia, em 1967, e a invasão, em 1968, ao Teatro Galpão, no qual atores e atrizes foram agredidos e os assentos e equipamentos foram quebrados. Tais jovens de direita praticavam suas agressões munidos de cassetetes, soco-ínglês, sabendo artes marciais e alegando possuir armas para defesa do país e combate aos comunistas. Faziam parte de movimentos como: CCC (Comando de Caça aos Comunistas), MAC (Movimento Anticomunista), FAC (Frente Anticomunista), para citar apenas alguns (BRAGHINI e CAMESKI, 2015).



No caso das ocupações secundaristas, no entanto, houve espaço (após muitos protestos) para que os jovens se mostrassem contrários à proposta, mas não para que novos projetos surgissem, advindos daqueles que discordavam desse modelo. Isso se deveu, sobretudo, ao fato do jornal analisado ter se posicionado a favor da proposta ao longo de todo o período.

A *Folha de S.Paulo*, de um modo geral, sempre se colocou, no que tange políticas públicas para a educação, como apoiadora de propostas neoliberais. É o que argumentam Fernandes (2011) e Val e Aquino (2013).

Para Fernandes (2011, p. 140ss), as coberturas do jornal durante o período de 1995-1998 mostram que este veiculava notícias que legitimavam preocupações com a avaliação do sistema e com lógicas gerencialistas, ao mesmo tempo que silenciava a respeito de outras pautas, como “analfabetismo”, “financiamento”, “escola pública” e “Conselho Nacional de Educação”. Ademais, os atores ouvidos nas reportagens eram, majoritariamente, as fontes legais e oficiais, o que fazia com que, ao mesmo tempo em que veiculavam uma informação, legitimassem o poder constituído e sua política educacional, não permitindo que opositores colocassem suas pautas e críticas (idem, p. 143).

Val e Aquino (2013), por sua vez, constatarem que, no período entre 1996 e 2006, a *Folha de S.Paulo* veiculou matérias com concepções reparatórias e reformistas de educação, orientadas por injunções políticas e econômicas. Para eles (idem, p. 113s), a operação do jornal nas narrativas sobre educação não tenta alienar seus leitores, mas construir verdades<sup>120</sup> por meio das quais o sistema será validado ou recusado. Em outras palavras, criam uma lógica sobre como deve ser o modelo escolar (pautada em concepções gerencialistas e avaliativas) e, a partir daí, mostram como ele é, criticando-o a partir dessa imagem construída, comparando-o com o patamar que deveria ser seguido.

Como vemos, essas visões mostram que a retórica do jornal é persistente no que tange à cobertura sobre educação. Mais do que persistente, ela é coerente com as posições do veículo, com sua identificação liberal.

A despeito disso, seguindo nossa argumentação, temos que, mesmo com essa cobertura que ilustra uma visão de mundo específica, as notícias concedem visibilidade aos

<sup>120</sup> Curioso, nesse cenário de construção de narrativas, é o fato de a cobertura de educação não demandar jornalistas especializados na área (o que acontece no jornalismo científico ou econômico, por exemplo). Isso pode indicar o fato de que o veículo não julga necessário uma tal especialização, posto que já há uma visão e um modelo sobre como deve ser a educação, bastando ao jornalista tão somente comparar o modelo criado com a realidade de cada escola (e dos índices avaliativos), sem problematizar tais aspectos.

eventos e, em virtude disso, permitem o debate sobre os temas propostos. Nesse sentido, o silenciamento seria pior para as pautas, pois não as traria ao escrutínio público, para deliberação.

Os comentários publicados no jornal, que tivemos a oportunidade de discutir na seção anterior, ainda que não representem a esfera pública, servem para exemplificar parte da dinâmica que opera em seu seio. Indivíduos percebem vieses e posições no veículo em que leem notícias e, a partir disso, formulam sua argumentação e percepção. Os meios de comunicação não conseguem conduzir o debate público (embora tenham o poder de influenciá-lo).

Podem, com efeito, ao dar visibilidade às pautas, permitir que o público tome suas decisões e reflita sobre determinados aspectos (e não outros, que não são noticiados). Ocorre um debate na vida ordinária, bem como no mundo virtual (SAMPAIO, BARROS e MORAIS, 2012)<sup>121</sup>.

Assim, podemos dizer que a esfera pública recebe seu material das mídias, mas o debate se dá segundo seus próprios ritmos e rumos, escapando, por vezes, da própria agenda do meio de comunicação.

Como vimos, mesmo antes da mudança discursiva do jornal a esfera pública já havia apoiado a pauta e reivindicação dos jovens. Isso, por sua vez, seria uma força de coação para um jornal que se apresenta como “democrático”. Como não apoiar um movimento de contestação legítima?

Com efeito, se o jornalismo é a “linguagem dos conflitos” (CHAPARRO, 2014), em que os conflitos da sociedade civil ganham ecos e apresentam seus argumentos, em busca da aceitação, o que imperou na cobertura da *Folha de S.Paulo* no período foi a *disputa*, não o conflito entre argumentos favoráveis e contrários a uma proposta. Disputa por legitimação e por voz.

121 Segundo os autores (*op. cit.*, p. 474), a internet possibilita uma comunicação livre de coerções, interativa, instantânea e que pode ser armazenada (garantindo uma memória do que foi discutido). Isso garantiria, portanto, uma expansão do espaço público – que se tornaria acessível a um público muito maior – bem como um debate que pode ser desenvolvido instantaneamente, ou deixado parado, em busca de um melhor argumento. Independentemente disso, os autores (*ibid.*, p.479-83), respaldados pela revisão da literatura sobre o tema, reconhecem que a deliberação só pode ocorrer se alguns critérios estiverem presentes, tais como: justificação racional dos argumentos; reciprocidade (ouvir e responder ao outro); pluralidade de ideias; reflexividade (incorporar argumentos de outros agentes durante a discussão); respeito; igualdade de posições no campo discursivo; informação (presença de fatos que embasem as tomadas de posições – seria algo que se contraporía, por exemplo, à expansão das *fake news*); e tópico (aquilo que manteria o grupo unido na deliberação, em vez de disperso por vários assuntos, como se fosse uma mera conversa).

Como vimos, em nenhum momento, em sua cobertura, o jornal questionou a proposta de reorganização escolar. Ainda que existissem mais matérias e editoriais sobre o assunto, fatalmente sua linha seguiria por este caminho. Tal política representava a visão liberal do veículo, não estava aberta a discussões.

Não obstante, houve, como também vimos, uma mudança na forma como os secundaristas eram retratados e no discurso do jornal a esse respeito: antes condenava os protestos, depois passou a apoiá-los e enaltecê-los como manifestação democrática.

Essa mudança se deveu, como argumentamos, a diversas causas, mas as principais estão relacionadas à opinião pública e à autoimagem do veículo noticioso. Na mudança semântica de “invasão” para “ocupação” (passando, no meio do caminho, para “tomar escolas”) há uma disputa de legitimação política, jurídica e moral.

Quando a opinião pública, bem como o Poder Judiciário, percebeu que o movimento não era vandalismo, infração ou violência, mas manifestação contra uma política pública, o jornal tinha de pactuar com essa visão – posto que não havia elementos que permitissem uma outra interpretação e o jornal estava apoiando manifestações que ocorriam no período, pró-impeachment.

Se todos fossem contrários à reorganização, ainda assim o jornal poderia se manter favorável a ela, pois isto não entraria em contradição com sua posição de veículo com inspirações liberais. Não apoiar um movimento legítimo, por sua vez, não poderia ser uma linha seguida, pois isto, sim, conflitaria com sua autoimagem de veículo democrático.

Houve tensionamentos, portanto, que gravitaram em torno da posição que o jornal ocupa no campo político, econômico e jornalístico e em torno da opinião pública, a qual, graças à visibilidade conquistada, conseguiu enxergar as pautas dos jovens e apoiá-las, levando à suspensão da proposta.

A posição do jornal, por sua vez, pode explicar esses elementos, mas não o agendamento desse período, com o evento sendo bastante noticiado e disputando espaço no cenário público com a questão do impeachment da presidente do país. Esse agendamento só se explica pelo caráter de “fazer notícia” que os jovens adotaram e ao debate que se iniciou na esfera pública – que não permitiria um silenciamento no meio dos acontecimentos<sup>122</sup>.

122 Não houve tal agendamento durante as ocupações contrárias à PEC do corte dos gastos públicos do governo Temer, embora táticas semelhantes tenham sido adotadas (e em muito maior escala). Uma hipótese para isso é que a tática já não constituía “novidade”, fazendo com que fosse relegada a segundo plano, não ganhando tanto destaque (por não “fazer notícia”). Outra hipótese é a de que o tema não repercutiu na opinião pública, permitindo que fosse silenciado. Caso estivesse na esfera pública, os meios de comunicação teriam de lhe

Tudo isso mostra que, para entendermos a cobertura do período, temos de nos atentar para esses múltiplos fatores já mencionados, vendo o papel que a esfera pública teve nesse processo e entendendo que as retóricas e dinâmicas do jornal são dadas no longo prazo, diante da imagem que ele conquista e de seu público leitor, já que, como coloca Carlos Eduardo Lins da Silva,

é claro, como sabe qualquer estudioso da atividade, que um jornal não pode mudar nem sua feição gráfica nem sua linha editorial nem mesmo seu estilo de forma radical do dia para a noite, sob o risco de se condenar ao desaparecimento. As modificações devem ocorrer aos poucos, sem que o leitor se choque demais com elas, de modo que elas não alienem o público já conquistado e consigam obter a adesão de setores ainda não alcançados (LINS DA SILVA, 1988, p. 76).

A despeito disso, mudanças podem ocorrer, de forma branda, ao longo de determinadas coberturas. Foi o que constatamos com as notícias que caracterizavam as ocupações – fornecendo alguns elementos que permitiam explicar tal fenômeno.

Em resumo, poderíamos dizer, esquematicamente, que o apoio à reorganização era “ideológico” (representava as concepções neoliberais do veículo) e não sofreu alterações ao longo do tempo, já que estava de acordo com a posição que o jornal ocupa no campo jornalístico.

A mudança do enquadramento sobre as ocupações, por sua vez, também se deve à posição que o jornal ocupa, de acordo com sua autoimagem de democrático. A opinião pública, que majoritariamente reconheceu a legitimidade dos protestos, “coagiu” o veículo a aceitar essa visão (para que sua autoimagem não fosse afetada no campo jornalístico). O debate que surgiu em torno do assunto, bem como a atuação dos secundaristas, que “faziam notícia”, não lhe permitiria, de igual modo, silenciar sobre o tema (deixar de “agendá-lo”).

É claro que a realidade social é complexa e multicausal, com vários tensionamentos e posições atuando, como procuramos demonstrar. A despeito disso, essa linha explicativa permite que entendamos os campos em disputa e as dinâmicas em jogo nesse processo. Mostra, de um modo geral, que só podemos entender os mecanismos de uma cobertura ao analisar todos os atores envolvidos e perceber que a realidade é dialógica: por mais que haja uma assimetria de forças, só podemos entender o que é noticiado ao perceber as dinâmicas próprias que se formam na esfera pública.

dar mais destaque, tal como aconteceu durante a reorganização. Ambas as hipóteses não se excluem e, possivelmente, complementam a explicação do que ocorreu no período.

Isso não quer dizer que a mídia seja imparcial ou totalmente permeável ao debate, mas indica que certos limites (dados pela posição que ocupa no campo) serão respeitados, sobretudo em virtude dos rumos que a opinião pública e a discutibilidade trarão ao entendimento sobre o tema. Os conflitos que se desenrolam no palco são elaborados conjuntamente com a plateia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imprensa, desde seu surgimento, teve papel fundamental na consolidação da esfera pública burguesa: era o espaço no qual o público discutia mediante razões. Se em princípio a esfera pública discutia a cultura, pouco tempo depois passou a discutir política, exigindo que as decisões do soberano fossem justificadas racionalmente. A imprensa, assim, tinha importante função, ao dar visibilidade às questões públicas e permitir a troca de opiniões e a formação de um debate.

Isso, no entanto, deu-se na gênese da esfera pública burguesa. Como vimos, com o advento da comunicação de massa e de novos paradigmas na produção de conteúdo midiático, houve uma mudança estrutural na esfera pública. Muitas vezes é salientada a colonização desta pelos imperativos do mercado e o interesse das grandes corporações. Algumas teorias mais críticas até mesmo falam sobre manipulações sistemáticas de notícia.

Essa dimensão realmente existe – exemplos do passado e mesmo atuais poderiam ser trazidos para atestar o fato. Não obstante, não é a única forma de se interpretar e perceber o jogo midiático. Há espaços para debates e confrontos; os tensionamentos na construção de uma notícia (e na sua aceitação) são vários. É sobre isso que refletimos nessa dissertação.

Usamos, para tanto, a cobertura da *Folha de S.Paulo* sobre a reorganização escolar (2015) e as ocupações secundaristas como um recurso que nos permitisse identificar esses tensionamentos e as possibilidades que eles trazem – no que tange à mudança discursiva e mesmo na esfera das políticas públicas.

Vimos que a *Folha* teve uma longa trajetória até se tornar jornal dominante no campo jornalístico. Mudanças editoriais eram frequentes, sobretudo em virtude da mudança de donos do veículo. Apenas no fim da ditadura, no processo de abertura e redemocratização, o jornal se consolidou como respeitável e conquistou legitimidade como “jornal democrático” ou “jornal das Diretas” (a despeito de suas atuações durante a ditadura).

Seguiu-se a isso o *Projeto Folha*, que trouxe desenvolvimento e sistematização ao veículo, dando-lhe ares de empresa capitalista profissionalizada, explicitando seus pressupostos, impondo metas e avaliações. A partir daí, o jornal seguiu por tais patamares e não se desviou deles (independentemente da avaliação valorativa que possamos fazer do projeto).

Com o advento da internet, o jornal foi um dos primeiros a informatizar as redações e produzir conteúdo voltado ao consumo online. Foi, aliás, o primeiro jornal a ter a circulação digital maior do que a impressa, aumentando muito sua visibilidade.

O veículo possui uma visão específica de mundo, bem como uma imagem específica sobre si. Tudo isso reflete a posição que ocupa no campo jornalístico e a forma que encontra para se legitimar. Mesmo os responsáveis pelo *Projeto Folha*, como Carlos Eduardo Lins da Silva, reconhecem esse aspecto, como vimos, ao destacarem a *Folha* como jornal burguês, que trata, sobretudo, de assuntos da classe média. Isso é levado em conta, portanto, na produção do conteúdo jornalístico. Por conseguinte, este aspecto tinha de ser considerado ao efetuarmos nossa análise.

A reorganização escolar, proposta em 2015 pelo governo PSDB, era a continuação de outra, já ocorrida em 1995 (encabeçada pelo mesmo partido) e parte de um grande cenário, como vimos, que preconizava a redução dos gastos públicos (e do próprio Estado), bem como uma lógica gerencialista e financista para tratar dos temas públicos (como a educação, no caso em tela). Era a lógica neoliberal, com todos os seus contornos.

A *Folha de S.Paulo*, como ela própria se define, é um jornal liberal, que acredita no livre mercado e na redução da atuação estatal, limitada apenas a corrigir imperfeições que prejudiquem a livre-iniciativa. Diante disso, era de se esperar que o veículo apoiasse a proposta, justamente por ela pressupor “racionalização” (redução) dos gastos. Foi, de fato, o que aconteceu. Isso, como vemos, se explica pela posição que o jornal ocupa no campo jornalístico e simbólico, representando as visões de mundo de uma classe específica.

As ocupações secundaristas, por sua vez, foram uma das formas de resistência que os jovens, que teriam de sair de suas escolas, transferidos para as que atenderiam seu ciclo de ensino, adotaram. Tinham vínculos com suas instituições e toda sua rotina (e de suas famílias) seria afetada pela política proposta, com fechamento de salas e de escolas, sem que fossem ouvidos. Diante disso, fizeram protestos, passeatas e, depois, passaram a ocupar as escolas, como forma de contestação, exigindo diálogo com os poderes instituídos.

A *Folha de S.Paulo*, em princípio, condenou os movimentos secundaristas. Taxava os eventos como vandalismo, invasão ou outras categorias que os desqualificava moral, política e juridicamente. Com o passar dos dias, contudo, uma mudança em seus discursos ocorreu: ainda que continuasse apoiando a política pública do governo estadual, começou a também

apoiar os protestos contra essa política, os quais foram entendidos como forma legítima e democrática de se manifestar.

Em nenhum momento explicou o motivo de tal mudança discursiva – e tal mudança é o que torna esse caso um excelente elemento para análise e discussão sobre os meios de comunicação. É verdade que nem sempre tais mudanças ocorrem, mas isso não significa que não haja tensionamentos, em maior ou menor grau, na construção de qualquer pauta. O que acontece é que algumas reverberam mais, dada a visibilidade que conquistam e o interesse do público, como procuramos demonstrar.

No percurso que trilhamos, tentamos mostrar que, conforme o Ministério Público e o Judiciário interpretaram as ocupações como legítimas e impediram a reintegração de posse solicitada pelo governo do estado, o jornal começou a transformação de suas falas. Se o Judiciário não entendia que a manifestação feria preceitos jurídicos, o veículo não teria como manter sua desqualificação jurídica. Assim sendo, abandonou essa faceta, embora outras formas de descaracterização estivessem presentes – como dizer que os jovens eram manipulados por indivíduos externos.

Conforme os dias passavam, os apelos dos estudantes ganharam forte apoio na sociedade civil, que viu a legitimidade de suas reivindicações e a forma como eles agiam. Extensas redes se ergueram, com doações, aulas abertas e shows.

Diante de tal apoio (que não vinha apenas dos pais e parentes dos alunos, mas do público em geral), o veículo foi “constrangido” a mudar sua caracterização dos jovens, mostrando que também os apoiava. Como procuramos demonstrar, isso se deveu, sobretudo, a dois fatores, ambos inter-relacionados:

Em primeiro lugar, graças à visibilidade que o evento ganhou, fazendo com que fosse discutido pelo público, o qual passou a apoiar a reivindicação dos estudantes (a despeito das coberturas feitas até então). Como tanto o jornal quanto seus analistas comentam, a *Folha* é mercadológica, segue os interesses de seus leitores (cobrindo aquilo que lhes interessa e se conduzindo pelos vieses específicos de quem lê as matérias). Assim, não podia apenas silenciar sobre o evento.

Mais importante que isso, o jornal em questão ocupa uma posição no campo simbólico, como veículo democrático. Se o movimento secundarista era entendido pela população e pelo Judiciário como democrático, como poderia a *Folha* não apoiá-lo? Isso seria



algo que feriria a imagem que criara – ainda mais em um momento em que apoiava protestos pelo pedido de impeachment da presidente do país, considerando-os como algo democrático.

Nada justificaria considerar uma manifestação como democrática e outra não, apoiando apenas uma e condenando a restante. Nada, ao menos, que não ferisse a imagem do jornal e sua posição no campo (mostrando que há constrangimentos outros, que não a mera manipulação, durante a construção de pautas).

Toda a luta simbólica travada, aliás, foi a luta pela legitimidade ou não das ocupações secundaristas. Sendo aceitas juridicamente pelo Judiciário e entendidas como democráticas pela população, o jornal se viu constrangido a apoiar o protesto, posto que não tinha novos elementos que permitissem sua condenação. Apoiou a reivindicação, mas também manteve-se apoiando a política que a ocasionou.

Por meio da literatura especializada em meios de comunicação e opinião pública, vimos o quanto os tensionamentos na produção de significados midiáticos são fortes. É verdade que há assuntos que não serão debatidos (pois feririam a visão hegemônica das classes dirigentes), os quais vão ao cerne da própria sociedade, meios de produção e desigualdades sociais. Ainda assim, elementos mais concretos, que envolvem o cotidiano e são captáveis pelos atores envolvidos ou afetados, ao serem noticiados, suscitam o debate e as resistências.

Talvez uma discussão mais “abstrata”, como alteração no currículo das escolas, ou corte dos gastos públicos, não alcance uma maioria e não ganhe ressonância nos meios de comunicação ou na sociedade civil. Elementos mais próximos, como a reorganização escolar ou mudanças na aposentadoria, no entanto, podem trazer o assunto à discussão e gerar resistências por parte do público que consome notícias – o qual passará a debatê-las.

É claro que a mera discussão não levará a mudanças discursivas nos veículos noticiosos. Tais mudanças apenas ocorrerão quando a cobertura conflitar com a autoimagem que ele possui e com sua fonte de legitimação no campo simbólico. A despeito disso, a visibilidade dada ao evento pode levar ao debate e à mobilização de atores individuais e coletivos na arena pública.

Os resultados de tal mobilização, por sua vez, escapam da alçada da Sociologia da Comunicação: esta pode ver o que é noticiado, discutir sobre a visibilidade, os vieses, silenciamentos, tensionamentos e manipulações. Não consegue averiguar, no entanto, os resultados práticos do que ocorre após a reflexão pública, que foi propiciada pela visibilidade.

Os resultados podem ser políticas públicas (ou sua revogação, como no presente caso), ou truculência policial para sufocar protestos, algo na ordem do dia, durante momentos de exceção.

Assim, com a análise das matérias selecionadas, verificamos e procuramos argumentar sobre as dinâmicas que operam na construção de notícias. Independentemente de outros elementos, a visibilidade dada a uma pauta será sempre melhor que seu ocultamento, garantindo que a esfera pública possa refletir sobre o que é feito e proposto (sobretudo se for algo mais concreto e imediato).

Para além disso, a própria visibilidade de um evento pode lhe conferir fôlego, fazendo com que novas notícias sejam exigidas e levando, até mesmo, a mudanças discursivas por partes dos veículos que as divulgam. Isso se deve, como já dissemos, ao tensionamento entre o apoio popular e as posições que o jornal ocupa, tensionamento este que nem sempre é evidente, mas é uma possibilidade.

Em síntese, a cobertura da *Folha de S.Paulo* sobre a reorganização escolar (2015) e as ocupações secundaristas foi um interessante recurso para analisarmos as dinâmicas na produção de notícias, vendo como ideias são construídas e ganham visibilidade. O público que as recebe, por sua vez, não é mero consumidor passivo, podendo oferecer resistências e novos entendimentos.

Diante disso, e relacionado às posições do veículo, mudanças discursivas podem ocorrer – ainda que as visões centrais do jornal possam se manter inalteradas. Tudo isso acontece, como procuramos argumentar, por meio de diversas disputas simbólicas, que se desenrolam no próprio palco que os meios de comunicação fornecem e constituem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, Tales. *Dilma Rousseff e o ódio político*. São Paulo: Hedra, 2015

ADORNO, Theodor W. A Indústria Cultural. In: COHN, Gabriel. *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo: Cia Editora Nacional/EDUSP, 1971, p. 287-95

\_\_\_\_\_. *Indústria Cultural e Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2009

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Fragmentos Filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985

ALVES, Ana Rodrigues C. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. *Lua Nova*, São Paulo, n. 80, 2010, p. 71-96

ANDREWS, Christina W. *Emancipação e Legitimidade*: Uma introdução à obra de Jürgen Habermas. São Paulo: Editora Unifesp, 2011

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. Os dias que abalaram o Brasil: as rebeliões de junho, julho de 2013. *R. Pol. Públ.*, São Luís, número especial, p. 41-47, jul. 2014

ARBEX JR., José. *Showrnlismo*: A notícia como espetáculo. São Paulo: Casa Amarela, 2001

BARBOSA, Suzana O.; TORRES, Vitor. O paradigma 'Jornalismo Digital em Base de Dados': modos de narrar, formatos e visualização para conteúdos. *Galáxia*, São Paulo, n. 25, jun. 2013, p. 152-164

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo*. A transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008

BERNARDO, Cristiane H. C.; LEÃO, Inara B. Formação do jornalista contemporâneo: a história de um trabalhador sem diploma. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 33, n. 65, jun. 2013, p. 337-358

BLOTTA, Vitor S. L. *O Direito da Comunicação: uma nova teoria crítica do direito a partir da esfera pública política*. São Paulo: Fiuza, 2013.

\_\_\_\_\_. *Comunicação, Violência e Direitos Humanos: o editorial ajudou a liberar o gatilho da polícia*. Anais do Encontro da Associação Latino-Americana de Investigadores de Comunicação (ALAIIC). Lima, 2014.

BOHMAN, James. The Coming of Age of Deliberative Democracy. *The Journal of Political Philosophy*, UK, v. 6, n. 4, p. 400-25, 1998

BORGES, Altamiro. *A ditadura da mídia*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2009

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997

BRAGHINI, Katya Z.; CAMESKI, Andrezza S. “Estudantes democráticos”: A atuação do movimento estudantil de “Direita” nos anos 1960. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, n. 133, p. 945-962, out.-dez., 2015

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, seção 1, 23 dez. 1996, p. 27833

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma História Social da Mídia*. De Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006

BUCCI, Eugênio. *Sobre Ética e Imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

\_\_\_\_\_. Apresentação: Para não esquecer Watergate. In: BERNSTEIN, Carl; WOODWARD, Bob. *Todos os homens do presidente*. São Paulo: Três Estrelas, 2014, p. 8-23.

\_\_\_\_\_. (org.). *Uma Escola de Jornalismo para o Futuro*. São Paulo: ESPM, 2015

CADEMARTORI, Daniela M. L.; MENEZES NETO, Elias J. Poder, Meios de Comunicação de Massas e Esfera Pública na Democracia Constitucional. *Sequência*, Florianópolis, n. 66, jul. 2013, p. 187-212

CAMPOS, Antônia M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. *Escolas de Luta*. São Paulo: Veneta, 2016

CANESIN, Eduardo Marangoni. *Palavras que criam: A construção dos black blocs pela imprensa, ou 'Quem tem medo do lobo mau?'*. Trabalho de conclusão da disciplina Leituras de Antropologia Crítica, FFLCH/ USP. São Paulo, julho de 2014. Disponível em: <[https://imagensblackbloc.files.wordpress.com/2014/12/eduardo-marangoni-canesin\\_palavras-que-criam-a-construcao-dos-black-blocs-pela-imprensa-ou-quem-tem-medo-do-lobo-mau.pdf](https://imagensblackbloc.files.wordpress.com/2014/12/eduardo-marangoni-canesin_palavras-que-criam-a-construcao-dos-black-blocs-pela-imprensa-ou-quem-tem-medo-do-lobo-mau.pdf)>. Acessado em 09/10/2017

CARNEIRO, Henrique S. Apresentação: Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, David et al. *Occupy*. Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012

CARVALHO, Fátima Lampreia. Continuidade e inovação: conservadorismo e política da comunicação no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 43, jun. 2000, p. 147-62

CÁSSIO, Fernando L.; CROCHIK, Leonardo; Di PIERRO, Maria C.; STOCO, Sergio. Demanda Social, Planejamento e Direito à Educação Básica: uma análise da rede estadual de ensino paulista na transição 2015-2016. *Educ. e Soc.*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1089-1119, out.-dez., 2016

CATINI, Carolina de R.; MELLO, Gustavo M. de C. Escolas de Luta, Educação Política. *Educ. e Soc.*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1177-1202, out.-dez., 2016

CHAMPAGNE, Patrick. La double dependence: quelques remarques sur les rapports entre les champs politique, économique et journalistique. *Hermes, La Revue*. n. 17-18, 1995, p. 215-229

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Jornalismo, Linguagem dos Conflitos*. São Paulo: Edição do Autor, 2014

CHOMSKY, Noam. *Mídia: Propaganda política e manipulação*. São Paulo: Martins Fontes, 2014

COHN, Gabriel. *Sociologia da comunicação: Teoria e Ideologia*. São Paulo: Pioneira, 1973

\_\_\_\_\_. Dificil Reconciliação: Adorno e a Dialética da Cultura. *Lua Nova*, São Paulo, n. 20, mai. 1990, p. 5-18

\_\_\_\_\_. Esclarecimento e ofuscação: Adorno & Horkheimer hoje. *Lua Nova*, São Paulo, n. 43, 1997, p. 5-24

\_\_\_\_\_. *Sociologia da comunicação: Teoria e Ideologia*. Petrópolis: Vozes, 2014

COLLING, Leandro. Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 14, abr. 2001, p. 88-101

CORSINO, Luciana N.; ZAN, Dirce D. P. A ocupação como processo de descolonização da escola: notas sobre uma pesquisa etnográfica. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 19, n. 1, p. 26-48, jan.-mar., 2017

CORTI, Ana Paula de O.; CORROCHANO, Maria C.; SILVA, José Alves da. “Ocupar e Resistir”: A insurreição dos estudantes paulistas. *Educ. e Soc.*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1159-1176, out.-dez., 2016

COSTA, Marcos R. Memória e tensividade: as Jornadas de Junho de 2013 na charge e no editorial. *Estudos Semióticos*, v. 12, n.1, p. 43-54, jul. 2016

DARLTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

De SORDI, Denise N.; MORAIS, Sérgio P. “Os estudantes ainda estão famintos!”: ousadia, ocupação e resistência dos estudantes secundaristas no Brasil. *RELIGACIÓN. Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*. Quito, n. 2, p. 25-43, jun. 2016

DEUSEN, David. The Emergence of The Black Bloc and The Movement Towards Anarchism: “Get Busy Living, Or Get Busy Dyng”. In: DEUSEN, David & MASSOT, Xavier (orgs.). *The Black Bloc Paper*. Kansas: Breaking Glass Press, 2010

DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. Respeitável Público... Performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 97, p. 43-55, nov. 2013

ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo: Perspectiva, 2015

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*. v. 4, n. 43, 1993, p. 51-58

FADUL, Anamaria. Hegemonia e contra-informação: por uma nova práxis da comunicação. In: LINS DA SILVA, Carlos E. (coord.). *Comunicação, hegemonia e contra-informação*. São Paulo: Cortez Editora/Intercom, 1982, p. 25-39

FERNANDES, Manoel Valmir. *A Política Educacional Brasileira (1995-1998): A ação governamental e a repercussão na Folha de São Paulo*. 2011. 179 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista, Piracicaba, 2011

FOLHA DE S.PAULO. *Manual da Redação*. As normas de escrita e conduta do principal jornal do país. 21 ed. São Paulo: Publifolha, 2018

FONTENELLE, Paula. *Iraque*. A guerra pelas mentes. São Paulo: Sapienza, 2004

FORACCHI, Marialice M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Editora Nacional, 1977

FRIAS FILHO, Otávio. Vampiros de Papel. *Folha de S.Paulo*, São Paulo: Folhetim, 5 ago. 1984

\_\_\_\_\_. Apresentação. In. LINS DA SILVA, Carlos E. *Mil dias. Os bastidores da revolução em um grande jornal*. São Paulo: Trajetória Cultural, 1988

GIROTTTO, Eduardo D. A dimensão espacial da escola pública: leituras sobre a reorganização da rede estadual de São Paulo. *Educ. e Soc.*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1121-1141, out.-dez., 2016

GOMES, Wilson. Da discussão à visibilidade. In. GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. *Comunicação e Democracia*. São Paulo: Paulus, 2008, p. 117-162

\_\_\_\_\_. Por que a mídia é tão parcial e adversária da minha posição? A hipótese da ‘hostile media perception’. *Revista Compolítica*, v. 6, n. 1, 2016, p. 7-29

GOULART, Débora C.; PINTO, José M. R.; CAMARGO, Rubens B. Duas reorganizações (1995 e 2015): Do esvaziamento da rede estadual paulista à ocupação das escolas. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 19, n. 1, p. 109-133, jan./mar. 2017

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* – vol 2. Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000

GRÜN, Roberto. Entre o PiG e o Mensalão. Mitologia política e realidade contemporânea. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 29, n. 86, out. 2014, p. 57-78

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978

HABERMAS, Jürgen. Comunicação, opinião pública e poder. COHN, Gabriel. *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo: Cia Editora Nacional/EDUSP, 1971, p. 187-200

\_\_\_\_\_. A nova intransparência. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 18, set. 1987, p. 103-114

\_\_\_\_\_. *Between Facts and Norms. Contributions to Discourse Theory of Law and Democracy*. Boston:MIT, 1996.

\_\_\_\_\_. “O Caos da Esfera Pública”. In. Folha Mais! *Folha de S. Paulo* 13/08/2006, 2006a.

\_\_\_\_\_. Political Communication in Media Society: Does Democracy Still Enjoy an Epistemic Dimension? The Impact of Normative Theory on Empirical Research. *Communication Theory*, n. 16, p. 411-26, 2006b.

\_\_\_\_\_. *!Ay Europa!* (Coleção Estructuras y Procesos). Espanha: Editora TROTTA, 2009.

\_\_\_\_\_. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Editora Unesp, 2014

\_\_\_\_\_. *Técnica e ciência como “ideologia”*. São Paulo: Editora Unesp, 2014b

JANUÁRIO, Adriano; CAMPOS, Antônia M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio. As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. *Revista Fevereiro*, v. 1, n. 1, p. 1-25, 2016. Disponível em: <[www.revistafevereiro.com](http://www.revistafevereiro.com)>.

KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998

\_\_\_\_\_. *Jornalismo na era virtual*. Ensaios sobre o colapso da razão ética. São Paulo: Editora Unesp, 2005

LASWELL, Harold D. A estrutura e a função da comunicação na sociedade. IN. COHN, Gabriel. *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo: Cia Editora Nacional/EDUSP, 1971, p. 105-17

LEAL FILHO, Laurindo. A ação possível na indústria jornalística. In. LINS DA SILVA, Carlos E. (coord.). *Comunicação, hegemonia e contra-informação*. São Paulo: Cortez Editora/Intercom, 1982, p. 117-120

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Suplício do Papai Noel*. São Paulo: Cosac Naify, 2008

LINS DA SILVA, Carlos E. (coord.). *Comunicação, hegemonia e contra-informação*. São Paulo: Cortez Editora/Intercom, 1982

LINS DA SILVA, Carlos E. *Mil Dias*. Os bastidores da revolução em um grande jornal. São Paulo: Trajetória Cultural, 1988

\_\_\_\_\_. Teoria da Opinião Pública. In. CITELLI, Adilson et al. (orgs.). *Dicionário de Comunicação – escolas, teorias e autores*. São Paulo: Contexto, 2014

LUBENOW, Jorge Adriano. A Esfera Pública 50 Anos Depois: Esfera Pública e Meios de Comunicação em Jürgen Habermas em Homenagem aos 50 Anos de Mudança Estrutural da Esfera Pública. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 35, n. 3, set./dez. 2012, p. 189-220

LYCARIÃO, Diógenes. Esfera pública e sistema midiático: tensões entre visibilidade e discutibilidade. *Contemporânea*, v. 8, n. 1, jul. 2010, p. 1-19



MAIA, Rousiley. Visibilidade midiática e deliberação pública. In. GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. *Comunicação e Democracia*. São Paulo: Paulus, 2008a, p. 165-194

\_\_\_\_\_. Deliberação e Mídia. In. MAIA, Rousiley (coord.). *Mídia e Deliberação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008b, p. 93-122

\_\_\_\_\_. Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, 2009, p. 87-118

MARCOVICH, Anne; SHINN, Terry. Where is disciplinarity going? Meeting os the borderland. *Social Science Information*, 50 (3-4), p. 1-25, 2011

MARQUES, Ângela C. S; MAIA, Rousiley C. Apelo emocional e mobilização para a deliberação: o vínculo homoerótico em telenovelas. In. MAIA, Rousiley (coord.). *Mídia e Deliberação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 165-206

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Edições Loyola, 2001

MAUGER, Gérard. *La revuelta de los suburbios franceses: una sociologia de la actualidad*. Buenos Aires: Antropofagia, 2007

MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald L. The Agenda-Setting Function of Mass Media. *The Public Opinion Quarterly*. v. 36, n.2, 1972, p. 176-87

MEDEIROS, Jackson da Silva. Considerações sobre a esfera pública: redes sociais na internet e participação política. *TransInformação*, Campinas, v. 25, n. 1, jan./abr. 2013, p. 27-33

MENDONÇA, Ricardo F.; MAIA, Rousiley C. Atores coletivos e participação: o uso da razão pública em diferentes âmbitos interacionais. In. MAIA, Rousiley (coord.). *Mídia e Deliberação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 125-163

MIÈGE, Bernard. O espaço público: perpetuado, ampliado e fragmentado. *Novos Olhares*, São Paulo, n. 14, p. 4-11, 2004

MIGUEL, Luís Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova*, n. 55-56, 2002, p. 155-184

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. A produção da imparcialidade. A construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 73, jun. 2010, p. 59-76

MILANESI, Luís. *O que é biblioteca*. São Paulo: Brasiliense, 1985

MORAES, Dênis de. Comunicação, Hegemonia e Contra-hegemonia: A contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 4, n.1, p. 54-77, jan-jun. 2010

MORAES, João Quartim de. A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 135-58, 2. semestre de 1989

MORAES, Carmen Sylvia V.; XIMENES, Salomão B. Políticas Educacionais e Resistência Estudantil. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1079-1087, out.-dez., 2016

MUNDIM, Pedro Santos. Cobertura da imprensa e eleições presidenciais de 2006: efeitos realmente limitados? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 29, n. 86, out. 2014, p. 91-107

NEVEU, Erik. *Sociologia do jornalismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2006

NIEMIETZ, César de Lima. *Nova República, novo jornal: Disputa pela legitimação do jornalismo da Folha de S.Paulo na redemocratização*. 2017. 141 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017

OLIVEIRA, Sandro B. As Ocupa-Ações Secundaristas em SP: da autodefesa do espaço à escola autogerida. *Revista Pensata*, Guarulhos, v. 5, n. 2, p. 52-56, nov. 2016

ORTELLADO, Pablo. Prefácio. In: CAMPOS, Antônia M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. *Escolas de Luta*. São Paulo: Veneta, 2016, p. 12-6

PANTOJO, Bruno; SALOMÃO, Laudina de A.; CASTRO, Maria N. P.; MARTINS, Marcelo. *Escolas Estaduais com uma única etapa de atendimento e seus reflexos no desempenho dos alunos*. São Paulo: Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional (CIMA); Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP), 2015

PARK, Robert Ezra. The Natural History of the Newspaper. *Journal of Sociology*, v. 29, n.3, nov. 1923, p. 273-89

PIERANTI, Octavio Penna. Políticas para a Mídia: dos militares ao governo Lula. *Lua Nova*, São Paulo, n. 68, 2006, p. 91

PILAGALLO, Oscar. *História da Imprensa Paulista*. Jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma. São Paulo: Três Estrelas, 2012

PIOLLI, Evaldo; PEREIRA, Luciano; MESKO, Andressa de S. R.. A proposta de reorganização escolar do governo paulista e o movimento estudantil secundarista. *Crítica Educativa*, Sorocaba (SP), v. 2, n.1, p. 21-35, jan./jun. 2016

PIRES, Elaine Muniz. *Imprensa, Ditadura e Democracia: A construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 132 p., 2008

PÓ, Marcos V.; YAMADA, Erika M.; XIMENES, Salomão B.; LOTTA, Gabriela S.; ALMEIDA, Wilson de A.. *Análise da política pública de reorganização escolar proposta pelo governo do Estado de São Paulo*. São Bernardo do Campo: Universidade Federal do ABC, 2015

QUELER, Jefferson J., Do consumidor de mercadorias ao leitor de jornal: peculiaridades da indústria cultural nas páginas do semanário Flan (1953-1954). *Topoi*, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 105-118

RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. *Mídia e violência*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007

REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE. *Nota técnica: Análise da resposta da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Departamento de Planejamento e Gestão da Rede Escolar e Matrícula – DGREM) à Ação Civil Pública (ACP) movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e Defensoria Pública do Estado de São Paulo*, processo n. 1049683-05.2015.8.26.0053. REPU: São Paulo, jun. 2016

REIS, Roberto A.; MAIA, Rousiley C. Do pessoal ao político legal: estratégias do jornalismo para enquadrar os movimentos gays. IN. MAIA, Rousiley (coord.). *Mídia e Deliberação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 207-229

ROCHA, Maria Eduarda da Mota. Em busca de um ponto cego: notas sobre a sociologia da cultura no Brasil e a diluição da mídia como objeto sociológico. *Revista Sociedade e Estado*, v. 26, n.3, set-dez. 2011, p. 453-69

RODRIGUES, Maysa C. C. *Indústria Cultural em Theodor Adorno: das primeiras análises sobre a cultura mercantilizada nos anos 1930 à formulação do conceito em 1947*. 2014. 151 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014

RUBIM, Antônio A. C.; AZEVEDO, Fernando A. Mídia e política no Brasil: textos e agenda de pesquisa. *Lua Nova*, n. 43, 1998, p. 189-216

SAMPAIO, Breno; GUIMARÃES, Juliana. Diferenças de eficiência entre ensino público e privado no Brasil. *Econ. Aplic.*, São Paulo, v. 13, n.1, p. 45-68, jan.-mar. 2009

SAMPAIO, Rafael C.; BARROS, Samuel A. R.; MORAIS, Ricardo. Como avaliar a deliberação online? Um mapeamento de critérios relevantes. *Opinião Pública*, Campinas, v. 18, n. 2, p. 470-89, nov. 2012

SÁNCHEZ-JANKOWSKI, Martín. As gangues e a imprensa: a produção de um mito nacional. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5 e 6, 1997, p. 180-198

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 57.571, de 2 de dezembro de 2011. Institui, junto à Secretaria da Educação, o Programa Educação – Compromisso de São Paulo e dá providências correlatas. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 3 dez. 2011, v. 121, n. 227, p. 14

\_\_\_\_\_. Decreto n. 61.672, de 30 de novembro de 2015. Disciplina a transferência dos integrantes dos quadros de pessoal da Secretaria da Educação e dá providências correlatas. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 1 dez. 2015, v. 125, n. 222, p. 1

\_\_\_\_\_. Decreto n. 61.692, de 4 de dezembro de 2015. Revoga o Decreto 61.672, de 30 de novembro de 2015. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 5 dez. 2015, v. 125, n. 226, p. 5

SEIXAS, Lia. Teorias de jornalismo para gêneros jornalísticos. *Galáxia*, São Paulo, n. 25, 2013, p. 165-179

SELIGMAN, Laura. Cultura e variedades: aproximações e divergências entre as edições impressas e online na Folha de S. Paulo. *Rev. Estud. Comun.*, Curitiba, v. 14, n. 33, jan./abr. 2013, p. 63-75

SELIGMAN, Laura; FURTADO, Monike L. S. Interação online: o jornalismo que provoca a reação dos leitores na web. *Estudos em Comunicação*, n. 9, mai. 2011, p. 391-409

SEVCENKO, Nicolau. O Rosto do Mundo. In. FOLHA DE S.PAULO. *Primeira Página*. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1985, p. 13

SHAW, Eugene F. Agenda-Setting and Mass Communication Theory. *International Communication Gazette*. n. 25, 1979, p. 96-105

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classes e hegemonia: uma abordagem gramsciana. *Rev. Katál.*, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./jun. 2009, p. 41-9

SINGER, André. Brasil, junho de 2013. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 97, p. 23-40, nov. 2013

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977

SPINA, Paulo R. O Movimento Passe Livre São Paulo nos protestos de 2013. 2016. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016

SPONHOLZ, Liriam. Neutralizando conhecimento: como jornalistas lidam com experts. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 23, n. 3, set./dez. 2008, p. 591-619

STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes*. Resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac Naify, 2015

STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. As mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975

THOREAU, Henry David. *A desobediência civil*. Porto Alegre: L&PM, 1997

TOLEDO, Maria Rita de A. O Ensino Médio no Brasil: uma história de suas finalidades, modelos e a sua atual reforma. In: MACHADO, André Roberto de A.; TOLEDO, Maria Rita de A. *Golpes na História e na Escola*. São Paulo: Cortez Editora, 2017, p. 178-198

VAL, Gisela Maria do; AQUINO, Júlio Groppa. A ordem do discurso jornalístico sobre educação: uma análise das matérias da Folha de S.Paulo de 1996 a 2006. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 29, n. 1, 2013, p. 93-120

WEBER, Max. Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa [1910]. *Estudos de Jornalismo e Mídia*. Vol. II, nº 1, 1º semestre de 2005, p. 13-21

\_\_\_\_\_. *A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais*. São Paulo: Ática, 2006

ZIZEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. In: HARVEY, David et al. *Occupy*. Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012

## REFERÊNCIA DAS MATÉRIAS DO JORNAL *FOLHA DE S.PAULO* SOBRE O EVENTO (EM ORDEM CRONOLÓGICA)

MONTEIRO, André. SP vai transferir mais de 1 milhão de alunos para dividir escolas por séries. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 23 set. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/09/1685232-sp-vai-transferir-mais-de-1-milhao-de-alunos-para-dividir-escolas-por-series.shtml>>. Último acesso dia 05/06/2017

MONTEIRO, André. 'Reduzir os ciclos permitirá gestão melhor da escola', diz Voorwald. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 23 set. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/09/1685234-reduzir-os-ciclos-permitira-gestao-melhor-da-escola-diz-voorwald.shtml>>. Último acesso dia 17/01/2018

AMÂNCIO, Thiago. 'Vai ser uma bagunça', diz sindicato sobre mudança em escolas de SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 23 set. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/09/1685332-vai-ser-uma-bagunca-diz-sindicato-sobre-mudanca-em-escolas-de-sp.shtml>>. Acesso dia 05/06/2017.

VOORWALD, Herman. O novo modelo de escola. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 29 set. 2015. Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/09/1687733-o-novo-modelo-de-escola.shtml>>. Último acesso dia 05/06/2017

ATHAS, Fernanda. Alunos protestam no centro de SP contra mudança nas escolas estaduais. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 06 out. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/10/1690755-alunos-protestam-no-centro-de-sp-contramudanca-nas-escolas-estaduais.shtml>>. Último acesso dia 05/06/2017

ATHAS, Fernanda; CARMO, Sidney Gonçalves do. Protesto de alunos contra mudança nas escolas de SP tem dois detidos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 09 out. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/10/1692105-estudantes-interditam-av-paulista-contramudanca-nas-escolas-estaduais.shtml>>. Último acesso em 05/06/2017

MACHADO, Leandro; ATHAS, Fernanda. Estudante deveria ir às ruas contra greve, diz secretário de Alckmin. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 14 out. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/10/1693760-estudante-deveria-ir-as-ruas-contragreve-diz-secretario-de-alckmin.shtml>>. Último acesso em 05/06/2017

KRUPPA, Sonia. M. Portella. É correta a decisão do governo de São Paulo de separar alunos por ciclo escolar? Não. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 17 out. 2015. Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/10/1695049-e-correta-decisao-do-governo-de-sao-paulo-de-separar-alunos-por-ciclo-escolar-nao.shtml>> Último acesso em 05/06/2017

SAYÃO, Rosely. Cada um no seu quadrado. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 17 nov. 2015. Colunas. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/roselysayao/2015/11/1707380-cada-um-no-seu-quadrado.shtml>. Último acesso dia 05/06/2017

NEUBAUER, Rose. É correta a decisão do governo de São Paulo de separar alunos por ciclo escolar? Sim. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 17 out. 2015. Opinião. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/10/1695045-e-correta-decisao-do-governo-de-sao-paulo-de-separar-alunos-por-ciclo-escolar-sim.shtml>. Último acesso em 05/06/2017

ESTUDANTES protestam contra reforma dos ciclos de ensino em SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 23 out. 2015. Educação. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/10/1697552-estudantes-protestam-contrareforma-dos-ciclos-de-ensino-em-sp.shtml>. Último acesso em 07/06/2017

ESTUDANTES protestam contra reforma dos ciclos de ensino em SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 23 out. 2015. Cotidiano. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/10/1697570-estudantes-protestam-contrareforma-dos-ciclos-de-ensino-em-sp.shtml>. Último acesso em 07/06/2017

TAKAHASHI, Fábio; CARMO, Sidney Gonçalves do. Reformulação da rede paulista vai envolver 'entrega' de 94 escolas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 26 out. 2015. Educação. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/10/1698558-reformulacao-da-rede-paulista-vai-envolver-entrega-de-94-escolas.shtml>. Último acesso em 07/06/2017

ATHAS, Fernanda. Sindicato dos professores continuará manifestações contra governo Alckmin. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 26 out. 2015. Educação. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/10/1698622-sindicato-dos-professores-continuara-manifestacoes-contragoverno-alckmin.shtml>. Último acesso em 07/06/2017

TAKAHASHI, Fábio. Sob pressão, Alckmin faz mudança mais tímida em escolas paulistas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 27 out. 2015. Educação. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/10/1698955-sob-pressao-gestao-alckmin-faz-ajuste-timido-em-escolas-estaduais-paulistas.shtml>. Último acesso em 07/06/2017

CANCIAN, Natália; HAUBERT, Mariana. Para Mercadante, mudança em escolas paulistas 'faz sentido', mas é 'delicada'. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 27 out. 2015. Educação. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/10/1699160-para-mercadante-mudanca-em-escolas-paulistas-faz-sentido-mas-e-delicada.shtml>. Último acesso em 07/06/2017

VEJA quais são as 94 escolas que serão 'fechadas' no Estado de SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 28 out. 2015. Educação. Disponível em:



<<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/10/1699674-veja-quais-sao-as-escolas-que-serao-fechadas-no-estado-de-sp.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

CONFUSÃO escolar. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 29 out. 2015. Editorial. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2015/10/1699838-confusao-escolar.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

NEIRA, Ana Carolina. Gestão Alckmin descumpre distância e envia alunos a 2,5 km de escola 'fechada'. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 31 out. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/10/1700902-gestao-alckmin-descumpre-distancia-e-envia-alunos-a-25-km-de-escola-fechada.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

MATIAS, Karina. Alckmin vai fechar duas escolas em Cohabs de SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 4 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1701928-alckmin-vai-fechar-duas-escolas-em-cohabs-de-sp.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

SOUZA, Felipe; MACHADO, Leandro. 59% dos paulistanos reprovam remanejamento de alunos no Estado. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 4 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1701990-59-dos-paulistanos-reprovam-remanejamento-de-alunos-no-estado.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

CARMO, Sidney Gonçalves do; SOUZA, Felipe; GRAGNANI, Juliana. Estudantes invadem e trancam escola em atos contra fechamentos em SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 10 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1704401-estudantes-ocupam-e-trancam-escola-em-ato-contrafechamentos-em-sp.shtml>>. Último acesso em 02/06/2018

SOUZA, Felipe; CARMO, Sidney Gonçalves do. Governo corta água, mas alunos dizem que vão passar noite em escola de SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 10 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1704637-governo-corta-agua-mas-alunos-dizem-que-vao-passar-noite-em-escola-de-sp.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

GRAGNANI, Juliana. PM usa spray de pimenta em alunos que invadiram escola na zona oeste de SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 11 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1704849-pm-usa-spray-de-pimenta-em-alunos-que-ocupam-escola-na-zona-oeste-de-sp.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

GRAGNANI, Juliana. Pai tenta tirar filha de escola invadida e manifestantes pedem 'Fica, Fabíola!'. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 11 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1704784-pai-tenta-tirar-filha-de-escola-ocupada-e-manifestantes-pedem-fica-fabiola.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017



ESTUDANTES mantêm invasão de escola estadual em SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 11 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1704798-estudantes-mantem-ocupacao-de-escola-estadual-em-sp.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

GRAGNANI, Juliana; MACHADO, Leandro; BERGAMO, Marlene. Aluno 'linha de frente' do Passe Livre é porta-voz de invasão em escola de SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 12 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1705290-aluno-linha-de-frente-do-passe-livre-e-porta-voz-de-ocupacao-em-escola-de-sp.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

INVASÃO de escola na zona oeste de São Paulo entra no terceiro dia. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 12 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1705307-ocupacao-de-escola-na-zona-oeste-de-sao-paulo-entra-no-terceiro-dia.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

ALUNOS invadem escola na zona leste de SP que será fechada por Alckmin. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 12 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1705316-alunos-ocupam-escola-na-zona-leste-de-sp-que-sera-fechada-por-alckmin.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

GRAGNANI, Juliana; CARMO, Sidney Gonçalves do. Justiça dá 24 horas para alunos saírem de escola da zona oeste de SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 12 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1705346-justica-da-24-horas-para-alunos-sairem-de-escola-da-zona-oeste-de-sp.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

SOUZA, Felipe. Alunos em Itaquera vão passar a noite em escola em ato contra fechamento. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 12 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1705395-inspirados-em-colegio-de-pinheiros-estudantes-ocupam-escola-em-itaquera.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

SOUZA, Felipe. Sobe para cinco o número de escolas estaduais invadidas na Grande SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 12 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1705449-sobe-para-cinco-o-numero-de-escolas-estaduais-ocupadas-na-grande-sao-paulo.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

RODRIGUES, Artur. Pais aderem a ato de alunos em SP, mas pedem invasão 'sem baderna'. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 12 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1705527-pais-aderem-a-ato-de-alunos-em-sp-mas-pedem-ocupacao-sem-baderna.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

MACHADO, Leandro. Alunos de invasão e governo terão audiência de conciliação, diz defensora. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 12 nov. 2015. Educação. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1705675-apos-invasao-de-escola-estudantes-e-governo-terao-audiencia-de-conciliacao.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

SOUZA, Felipe; CARMO, Sidney Gonçalves do. Sobe para 8 o número de escolas estaduais invadidas na Grande SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 13 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1705853-sobe-para-7-o-numero-de-escolas-estaduais-invadidas-na-grande-sp.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

JUSTIÇA revoga reintegração de posse de escola invadida; alunos comemoram. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 13 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1706312-justica-revoga-reintegracao-de-posse-de-escola-invadida-alunos-comemoram.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

GRAGNANI, Juliana. Quer maior aula que essa?, diz aluna que ficou três dias na Fernão Dias Paes. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 13 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1705866-quer-maior-aula-que-essa-diz-aluna-que-ficou-tres-dias-na-fernao-dias-paes.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

MACHADO, Leandro. Tentativa de acordo com o governo fracassa e alunos têm 24 h para deixar escola. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 13 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1706080-tentativa-de-acordo-com-o-governo-fracassa-e-alunos-tem-24-h-para-deixar-escola.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

BORLINA FILHO, Venceslau. Governo Alckmin recua e não vai fechar escola rural em Piracicaba. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 13 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1706139-governo-alckmin-recua-e-nao-vai-fechar-escola-rural-em-piracicaba.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

TAKAHASHI, Fábio. Mudança nas escolas de SP tem ganhos incertos e prejuízos certos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 14 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1706418-mudanca-nas-escolas-de-sp-tem-ganhos-incertos-e-prejuizos-certos.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

CAMARGO, Cristina. MTST invade três escolas estaduais em protesto contra 'reorganização'. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 14 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1706446-mtst-invade-tres-escolas-estaduais-em-protesto-contrareorganizacao.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

RODRIGUES, Artur; RUSSO, Rodrigo. Após PM desfazer cerco, escola invadida em SP tem clima tranquilo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 14 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1706561-apos-pm-desfazer-cerco-escola-ocupada-em-sp-tem-clima-tranquilo.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

RODRIGUES, Artur. Professores ficam feridos durante confusão com PM em escola invadida. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 14 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1706619-professores-ficam-feridos-durante-confusao-com-pm-em-escola-invadida.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

GRAGNANI, Juliana; MACHADO, Leandro. Pais se revezam em vigília diante de escola invadida em SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 15 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1706688-pais-se-revezam-em-vigilia-diante-de-escola-invadida-em-sp.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

ROSSI, Clóvis. Clóvis Rossi: Ocuparam a minha escola; que ocupem todas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 15 nov. 2015. Opinião/Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1706694-clovis-rossi-ocuparam-a-minha-escola-que-ocupem-todas.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

BERGAMO, Marlene. Repórter da Folha passa quatro dias em escola invadida e relata rotina. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 15 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1706690-reporter-da-folha-passa-quatro-dias-em-escola-invadida-e-relata-rotina.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

RODRIGUES, Artur; MACHADO, Leandro; RUSSO, Rodrigo. Invasões devem deixar 14 escolas sem aula no início da semana em SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 15 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1706831-invasoes-devem-deixar-14-escolas-sem-aula-no-inicio-da-semana-em-sp.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

REPORTAGEM dentro de escola desconstrói estereótipos, diz leitor. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 16 nov. 2015. Painel do Leitor. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2015/11/1706874-reportagem-dentro-dos-muros-de-escola-desconstroi-estereotipos-diz-leitor.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

SOUZA, Felipe; GRAGNANI, Juliana. Semana começa com 15 escolas estaduais de SP tomadas por alunos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 16 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1707037-semana-comeca-com-15-escolas-estaduais-de-sp-tomados-por-alunos.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

SOUZA, Felipe. Justiça suspende fechamento de escola estadual em Santos, no litoral de SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 16 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1707141-justica-suspende-fechamento-de-escola-estadual-em-santos-no-litoral-de-sp.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

TAKAHASHI, Fábio; GRAGNANI, Juliana. Temos de pedir a reintegração de escolas invadidas, diz secretário de Alckmin. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 17 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1707710-temos-de-pedir-a-reintegracao-de-escolas-invadidas-diz-secretario-de-alckmin.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

[reintegracao-de-escolas-invadidas-diz-secretario-de-alkmin.shtml](#)>. Último acesso em 07/06/2017

SOUZA, Felipe. 'Estou apavorada', diz mãe que espera reintegração de posse em escola em SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1707935-estou-apavorada-diz-mae-que-espera-reintegracao-de-posse-em-escola-em-sp.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

VÍDEO retrata os dias de impasse em ato contra reorganização escolar. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18 nov. 2015. TVCotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/tv/cotidiano/2015/11/1707856-video-retrata-os-dias-de-impasse-em-ato-contrareorganizacao-escolar.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

VÍDEO retrata os dias de impasse em ato contra reorganização escolar. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18 nov. 2015. TVFOLHA. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/tvfolha/2015/11/1706819-video-retrata-os-dias-de-impasse-em-ato-contrareorganizacao-escolar.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

NERY, Natuza. Linha Cruzada. IN: NERY, Natuza. Ação no STF pode derrubar relator do processo contra Cunha na Câmara. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18 nov. 2015. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/11/1707859-acao-no-stf-pode-derrubar-relator-do-processo-contracunha-na-camara.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

GRAGNANI, Juliana. Gestão Alckmin faz proposta para alunos desocuparem escolas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 19 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1708503-gestao-alkmin-suspende-fechamento-e-reorganizacao-de-escolas-em-2016.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

GRAGNANI, Juliana. Alunos fazem contraproposta à oferta de governo para desocupação de escolas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 19 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1708741-alunos-fazem-contraproposta-a-oferta-de-governo-para-desocupacao-de-escolas.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

SAFATLE, Vladimir. Desgoverno travestido de eficiência. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 20 nov. 2015. Colunas. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2015/11/1708539-desgoverno-travestido-de-eficiencia.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

SIMÃO, José. Brasil! Tá todo mundo louco! *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 20 nov. 2015. Colunas. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/josesimao/2015/11/1708537-brasil-ta-todo-mundo-louco.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

VILARDAGA, Vicente. Do Morumbi à cracolância, acompanhamos sete dias de protesto. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 22 nov. 2015. São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2015/11/1709044-do-morumbi-a-cracolancia-acompanhamos-sete-dias-de-protesto.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

ÀS VÉSPERAS de dia decisivo, escola invadida em Pinheiros faz minifestival. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 22 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1709635-as-vesperas-de-dia-decisivo-escola-invadida-em-pinheiros-faz-minifestival.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

GRAGNANI, Juliana. Justiça nega pela 2ª vez pedido de reintegração de posse de escolas em SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 23 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1709863-justica-nega-pela-2-vez-pedido-de-reintegracao-de-posse-de-escolas-em-sp.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

TAKAHASHI, Fábio; SOUZA, Felipe; GRAGNANI, Juliana. Ocupação de escolas em SP sobe 40% em dia de exame e atinge 151 unidades. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 24 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1710619-ocupacao-de-escolas-em-sp-sobe-40-em-dia-de-exame-e-atinge-151-unidades.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

SOUZA, Felipe. Diretor impede saída de alunos de escola em ato contra prova do governo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 24 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1710365-diretor-impede-saida-de-alunos-de-etec-em-ato-contra-saresp-na-zona-sul-de-sp.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

TENHO vergonha da educação de SP, afirma secretário da gestão Alckmin. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 25 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1710803-tenho-vergonha-da-educacao-de-sp-afirma-secretario-da-gestao-alckmin.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

MACHADO, Leandro. Inspirado no Chile, manual orientou ocupação de escolas por alunos em SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 25 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1710710-inspirado-no-chile-manual-orientou-ocupacao-de-escolas-por-alunos-em-sp.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

TAKAHASHI, Fábio; GRAGNANI, Juliana. Famílias se articulam para reverter ocupação de escolas em SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 26 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1711231-familias-se-articulam-para-reverter-ocupacao-de-escolas-em-sp.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

DOCENTES protestam na Paulista contra reorganização de escolas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 27 nov. 2015. Educação. Disponível em:



<<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1712018-sindicato-dos-professores-inicia-passeata-da-paulista-ate-a-republica-em-sp.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

TAKAHASHI, Fábio; SOUZA, Felipe. Com ocupações, prova nas escolas estaduais de SP tem sua pior adesão. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 27 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1711763-com-ocupacoes-prova-nas-escolas-estaduais-de-sp-tem-sua-pior-adesao.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

SOUZA, Felipe. Agenda cultural em colégios ocupados inclui circo, debate e até cursinho. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 27 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1711764-agenda-cultural-em-colegios-ocupados-inclui-circo-debate-e-ate-cursinho.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

PROFESSORA apoia leitor que criticou ocupação de escolas por estudantes. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 28 nov. 2015. Painel do Leitor. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2015/11/1712302-professora-apoia-leitor-que-criticou-ocupacao-de-escolas-por-estudantes.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

SOUZA, Felipe; CARMO, Sidney Gonçalves do. Governo Alckmin infla balanço de desocupações de escolas em SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 28 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1712358-governo-alckmin-infla-desocupacao-de-escolas-em-sp.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

ALUNOS a favor de ocupações de escolas liberam av. Faria Lima após 3 horas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 30 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1712838-por-ocupacao-em-escolas-paulistas-grupo-interdita-av-faria-lima-em-sp.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

CARMO, Sidney Gonçalves do; FRAISSAT, Zanone. Escolas ocupadas em Paraisópolis têm tumulto e ofensas a alunos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 30 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1712884-escolas-ocupadas-em-paraisopolis-tem-tumulto-e-ofensas-a-alunos.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

GOVERNO fará visitas a escolas ocupadas para tentar frear protestos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 30 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1712776-governo-fara-visitas-a-escolas-ocupadas-para-tentar-frear-protestos.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

POLÍCIA entra em confronto com estudantes durante protesto em SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 01 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1713742-policia-entra-em-confronto-com-estudantes-durante-protesto-em-sp.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

ALVES, Martha; CARMO, Sidney Gonçalves do. Escola Antônio Paiva de Sampaio é alvo de vandalismo em Osasco. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 01 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1713319-escola-estadual-e-alvo-de-ataque-na-grande-sao-paulo.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

VÍDEO mostra confronto entre policiais e alunos em escola no centro de SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 01 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1713457-video-mostra-confronto-entre-policiais-e-alunos-em-escola-no-centro-de-sp.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

ALCKMIN publica decreto e avança na reforma dos ciclos da rede paulista. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 01 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1713412-alckmin-publica-decreto-e-avanca-na-reforma-dos-ciclos-da-rede-paulista.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

TAKAHASHI, Fábio. Promotor vai à Justiça contra reforma de ciclos de Alckmin. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 01 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1713438-reorganizacao-das-escolas-nao-visa-melhoria-do-ensino-afirma-promotor.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

HÁ um mês na escola, alunos limpam, cozinham e até instalam chuveiros. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 01 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1712999-ha-um-mes-nas-escolas-alunos-organizam-limpam-cozinham-e-ate-instalam-chuveiros.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

'É VAGABUNDICE', diz motorista parado em protesto de alunos em SP; veja vídeo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 02 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714121-e-vagabundice-diz-motorista-parado-em-protesto-de-alunos-em-sp.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

QUATRO detidos em protesto estudantil são liberados pela polícia. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 02 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1713818-quatro-detidos-em-protesto-estudantil-sao-liberados-pela-policia.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

TAKAHASHI, Fábio. Promotor da capital paulista também irá à Justiça contra reorganização. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 02 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1713776-promotor-da-capital-paulista-tambem-ira-a-justica-contr-reorganizacao.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

PROTESTO de alunos fecha cruzamento da Teodoro com Henrique Schaumann. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 02 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714030-protesto-de-estudantes-volta-a-fechar-avenidas-em-sao-paulo.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

PM intervém com bombas para liberar bloqueio de alunos em Pinheiros. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 02 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714151-pm-intervem-com-bombas-para-liberar-bloqueio-de-alunos-em-pinheiros.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

PM intervém e acaba com bloqueio de 30 estudantes em avenida de SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 02 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1713836-alunos-protestam-contr-reforma-do-ensino-em-vias-da-zona-oeste-de-sp.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

RODRIGUES, Artur; SOUZA, Felipe; MACHADO, Leandro. Alunos fazem atos em série em vias de SP contra plano da gestão Alckmin. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 03 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714379-estudantes-fecham-quatro-vias-em-sp-durante-protesto-contr-reorganizacao.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

GOVERNO de SP aposta em desgaste de ocupações, e alunos radicalizam. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 03 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714317-governo-de-sp-aposta-em-desgaste-e-alunos-radicalizam.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

LOBEL, Fabrício. Gestão Alckmin diz que audiência com alunos não revogará reorganização. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 03 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714772-gestao-alckmin-diz-que-audiencia-com-alunos-nao-revogara-reorganizacao.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

SOUZA, Felipe. Ato de estudantes em Itaquera contra plano de Alckmin acaba com 2 detidos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 03 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714422-ato-de-estudantes-em-itaquera-contr-plano-de-alckmin-acaba-com-2-detidos.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

SOUZA, Felipe. PM não desocupará escola, mas desbloqueará via, diz secretário. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 03 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714318-pm-nao-desocupara-escola-mas-desbloqueara-via-diz-secretario.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

GENTILE, Rogério. A polêmica das escolas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 03 dez. 2015. Colunas. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/rogeriogentile/2015/12/1714282-a-polemica-das-escolas.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

ALCKMIN muda comando de negociação com alunos e chama audiência pública. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 03 dez. 2015. Educação. Disponível em:



<<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714458-alkmin-propoe-audiencia-publica-para-discutir-reorganizacao-escolar.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

MACHADO, Leandro. Promotoria e Defensoria entram com ação para barrar plano de Alckmin. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 03 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714535-promotoria-e-defensoria-entram-com-acao-para-barrar-plano-de-alkmin.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

RODRIGUES, Artur. Em 'dança das cadeiras', alunos escapam da PM e discutem com motoristas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 03 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714554-em-danca-das-cadeiras-pelas-ruas-alunos-despistam-pm-e-discutem-com-motoristas.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

PAULINO, Mauro; JANONI, Alessandro. Mudar área sensível, como a educação, gera desconfiança. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 04 dez. 2015. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/12/1714829-mudar-area-sensivel-como-a-educacao-gera-desconfianca.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

SAFLATE, Vladimir. Guerra contra a educação. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 04 dez. 2015. Colunas. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2015/12/1714537-guerra-contra-a-educacao.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

SCOLESE, Eduardo. Sob protestos, Alckmin suspende plano de reorganização de escolas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 04 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714946-sob-protestos-alkmin-suspende-plano-de-reorganizacao-de-escolas.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

SECRETARIA da Educação rebate críticas de promotor à reorganização escolar. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 04 dez. 2015. Painel do Leitor. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2015/12/1714801-secretaria-da-educacao-rebate-criticas-de-promotor-a-reorganizacao-escolar.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

MENDONÇA, Ricardo. Popularidade de Alckmin atinge pior marca, aponta Datafolha. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 04 dez. 2015. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/12/1714813-popularidade-de-alkmin-atinge-pior-marca-aponta-datafolha.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

EM DIA de protestos em série contra reorganização escolar, três são presos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 04 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714820-em-dia-de-protestos-em-serie-contra-reorganizacao-escolar-tres-sao-presos.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

NERY, Natuza. Troca de Guarda. IN: NERY, Natuza. 'Espero que ao final deste processo o país saia pacificado', diz Temer. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 04 dez. 2015. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1714865-espero-que-ao-final-deste-processo-o-pais-saia-pacificado-diz-temer.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

SOUZA, Felipe; GRAGNANI, Juliana. Centro de SP tem 'chuva de bombas' em protestos contra plano de escolas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 04 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714884-grupo-faz-protesto-na-frente-da-usp-contra-fechamento-de-escolas-em-sp.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

BERGAMO, Mônica. Juiz suspende reestruturação escolar de Alckmin em cidade da Grande SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 04 dez. 2015. Colunas. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2015/12/1714904-juiz-de-guarulhos-da-liminar-que-suspende-reorganizacao-escolar.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

ESTUDANTES protestam contra reorganização das escolas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 04 dez. 2015. Fotografia. Disponível em: <<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/40422-estudantes-protestam-contra-reorganizacao-das-escolas#foto-571541>>. Último acesso em 08/06/2017

BORLINA FILHO, Venceslau. Vice de Alckmin defende suspensão de plano para reorganizar rede escolar. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 04 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714928-vice-de-alckmin-defende-revogacao-de-plano-para-reorganizar-rede-escolar.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

'VAMOS aprofundar o diálogo', diz Alckmin sobre recuo de fechamento de escolas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 04 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714969-vamos-aprofundar-o-dialogo-diz-alckmin-sobre-recuo-de-fechamento-de-escolas.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

CANZIAN, Fernando. Estratégia zero. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 04 dez. 2015. Colunas. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/fernandocanzian/2015/12/1714973-estrategia-zero.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

VÍDEO mostra rotina em escolas ocupadas e explica plano de reorganização. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 04 dez. 2015. TVCotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/tv/cotidiano/2015/12/1715023-video-mostra-rotina-em-escolas-ocupadas-e-explica-projeto-de-reorganizacao.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

RODRIGUES, Artur. Após recuo de Alckmin, estudantes decidem manter ocupação em escolas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 04 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1715267-apos-recuo-de-alckmin-estudantes-decidem-manter-ocupacao-em-escolas.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

BERNARDI, Tati. Borracha neles! *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 04 dez. 2015. Colunas. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/tatibernardi/2015/12/1714824-borracha-neles.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

TAKAHASHI, Fábio; RODRIGUES, Artur. Secretário da Educação de SP deixa cargo após recuo em reorganização. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 04 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714988-secretario-da-educacao-de-sp-deixa-cargo-apos-recuo-em-reorganizacao.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

LIÇÕES de política. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 05 dez. 2015. Editorial. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2015/12/1715344-lico-es-de-politica.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

COM SUSPENSÃO de plano escolar, uma boa ideia foi para o espaço, diz leitor. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 05 dez. 2015. Painel do Leitor. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2015/12/1715336-com-suspensao-de-plano-escolar-uma-boua-ideia-foi-para-o-espaco-diz-leitor.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

NERY, Natuza. No peito. IN: NERY, Natuza. PMDB avalia que Padilha vai para 'exército inimigo' em prol de Temer. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 05 dez. 2015. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1715399-pmdb-avalia-que-padilha-vai-para-exercito-inimigo-em-prol-de-temer.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

GOVERNO Alckmin publica decreto que revoga reorganização escolar. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 05 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1715424-governo-alckmin-publica-decreto-que-revoga-reorganizacao-escolar.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

SEGUNDA escola ocupada é depredada em Osasco, na Grande SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 05 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1715583-segunda-escola-ocupada-e-depredada-em-osasco-na-grande-sp.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

ESTUDANTES fazem protesto no centro de São Paulo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 05 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1715534-estudantes-fazem-protesto-no-centro-de-sp.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

PAGNAN, Rogério. Mesmo cansado, aluno diz continuar em ocupação ao menos até quarta. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 06 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1715733-mesmo-cansado-aluno-diz-continuar-em-ocupacao-ao-menos-ate-quarta.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

SANT'ANNA, Emílio; MACHADO, Leandro. Estudantes que forçaram governo de SP a recuar têm perfis heterogêneos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 06 dez. 2015. Educação.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1715585-estudantes-que-forcaram-governo-de-sp-a-recuar-tem-perfis-heterogeneos.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

FRAGA, Denise. Escola de autogestão. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 06 dez. 2015. Colunas. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/denisefraga/2015/12/1715219-escola-de-autogestao.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

SETUBAL, Maria Alice. Jovens dão aula de cidadania. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 06 dez. 2015. Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2015/12/1715300-jovens-dao-aula-de-cidadania.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

'O DIÁLOGO é o melhor caminho', diz leitor sobre reorganização escolar. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 06 dez. 2015. Painel do Leitor. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2015/12/1715487-o-dialogo-e-o-melhor-caminho-diz-leitor-sobre-reorganizacao-escolar.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

NERY, Natuza. Jogo Duplo. IN: NERY, Natuza. Governo organiza plano de combate para derrotar impeachment. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 06 dez. 2015. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1715609-governo-organiza-plano-de-combate-para-derrotar-impeachment.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

CAMARGO, Cristina. Artistas famosos participam de evento para apoiar estudantes de São Paulo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 06 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1715612-artistas-famosos-participam-de-evento-para-apoiar-estudantes-de-sao-paulo.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

GRAGNANI, Juliana. Imobilizados e em silêncio, estudantes fazem performance na av. Paulista. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 06 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1715678-imobilizados-e-em-silencio-estudantes-fazem-performace-na-av-paulista.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

GRAGNANI, Juliana. Estudantes assistem a shows gratuitos em evento de apoio às ocupações. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 06 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1715690-estudantes-assistem-a-shows-gratuitos-em-evento-de-apoio-as-ocupacoes.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

MOTA, Vinícius. Rematado fracasso. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 07 dez. 2015. Colunas. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/viniciusmota/2015/12/1715734-rematado-fracasso.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

QUASE cinco horas depois, estudantes liberam rodovia Raposo Tavares. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 07 dez. 2015. Educação. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1715878-grupo-de-estudantes-interdita-parte-da-rodovia-raposo-tavares.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

MACHADO, Leandro. Em ato contra plano escolar, grupo fecha ruas, e motorista agride aluna. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 07 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1716022-alunos-fecham-avenidas-da-zona-oeste-de-sp-em-ato-contra-reorganizacao.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

REVOLTA ver artistas apoiando alunos contra reorganização escolar, diz leitor. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 08 dez. 2015. Painel do Leitor. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2015/12/1716179-revolta-ver-artistas-apoiando-alunos-contra-reorganizacao-escolar-diz-leitor.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

SAYÃO, Roseli. Escola invisível. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 08 dez. 2015. Colunas. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/roselysayao/2015/12/1716228-escola-invisivel.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

MACHADO, Leandro; TAKAHASHI, Fábio. Alunos reciclam pedidos e mantêm protestos após recuo de Alckmin. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 08 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1716239-alunos-reciclam-pedidos-e-mantem-protestos-apos-recuo-de-alckmin.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

NERY, Natuza. Créditos. IN: NERY, Natuza. Há dias sob ataque, Temer se coloca como vítima de Dilma em carta. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 08 dez. 2015. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1716266-ha-dias-sob-ataque-temer-se-coloca-como-vitima-de-dilma-em-carta.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

TAKAHASHI, Fábio. Presidente do TJ é o favorito para assumir a Educação na gestão Alckmin. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 09 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1717058-presidente-do-tj-e-o-favorito-para-assumir-a-educacao-na-gestao-alckmin.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

MACHADO, Leandro; GRAGNANI, Juliana. Ato de alunos no centro de São Paulo tem confronto, vandalismo e detidos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 10 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1717173-ato-de-alunos-tem-confronto-e-vandalismo-no-centro-de-sp.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

GRAGNANI, Juliana. Alunos desocupam escola sob protestos de colegas de outro colégio. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 11 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1717702-alunos-desocupam-escola-sob-protestos-de-colegas-de-outro-colegio.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017



LICHAND, Guilherme. Reorganização das escolas em São Paulo: política boa ou ruim? *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 11 dez. 2015. Colunas. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/colunas/2015/12/1716902-reorganizacao-das-escolas-em-sao-paulo-politica-bo-a-ou-ruim.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

GRAGNANI, Juliana; MACHADO, Leandro. Alunos de ocupações expulsam grupo estudantil ligado a partido. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 11 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1717674-alunos-de-ocupacoes-expulsam-grupo-estudantil-ligado-a-partido.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

SEM REORGANIZAÇÃO, início das aulas de 2016 da rede estadual de SP é adiado. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 11 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1717951-inicio-das-aulas-de-2016-da-rede-estadual-de-sp-tera-atraso-de-15-dias.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

PM é chamada após alunos impedirem retirada de material de escola ocupada. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 12 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1718478-pm-e-chamada-apos-alunos-impedirem-retirada-de-material-de-escola-ocupada.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

GRAGNANI, Juliana; MACHADO, Leandro. Ocupação de escolas perde força, e alunos avaliam novo rumo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 12 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1718248-ocupacao-de-escolas-perde-forca-e-alunos-avaliam-novo-rumo.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

PRATA, Antônio. Numa escola ocupada. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 13 dez. 2015. Colunas. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/antonioprata/2015/12/1718419-numa-escola-ocupada.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

TAKAHASHI, Fábio. Com PSDB, ensino em SP tem volume, mas mantém notas baixas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 13 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1718433-com-psdb-ensino-em-sp-tem-volume-mas-mantem-notas-baixas.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

VOO solo. IN: GOVERNNO prepara saída à esquerda caso Dilma sobreviva ao impeachment. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 13 dez. 2015. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1718488-governo-prepara-saida-a-esquerda-caso-dilma-sobreviva-ao-impeachment.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

É PRECISO repensar a escola, mas não como Alckmin, diz leitora. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 14 dez. 2015. Painel do Leitor. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2015/12/1718672-e-preciso-repensar-a-escola-mas-nao-como-alckmin-diz-leitora.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

SECRETARIA da Educação de SP diz que ocupação causou prejuízos em escola. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 14 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1718679-secretaria-da-educacao-de-sp-diz-que-ocupacao-causou-prejuizos-em-escola.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

ROLNIK, Raquel. O fato político mais relevante de 2015. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 15 dez. 2015. Colunas. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/raquelrolnik/2015/12/1719045-o-fato-politico-mais-relevante-de-2015.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

MACHADO, Leandro. Governo diz que 28 escolas ocupadas foram vandalizadas ou furtadas em SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 15 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1719136-governo-de-sp-diz-que-28-escolas-foram-vandalizadas-ou-furtadas.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

QUINTA tem protesto de estudantes contra reorganização escolar. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 16 dez. 2015. São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/hoje/2015/12/1720015-quinta-tem-protesto-de-estudantes-contrareorganizacao-escolar.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

ESTUDANTES decidem desocupar escolas estaduais de SP a partir desta sexta. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 17 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1720215-estudantes-decidem-desocupar-escolas-estaduais-de-sp-a-partir-desta-sexta.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

OPINIÃO de professora aposentada gera divergência entre professores. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18 dez. 2015. Painel do Leitor. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2015/12/1720525-opinio-de-professora-aposentada-gera-divergencia-entre-professores.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

REPOSIÇÃO em escolas desocupadas por alunos começa já na segunda. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1720547-reposicao-em-escolas-desocupadas-por-alunos-comeca-ja-na-segunda.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

SOUZA, Felipe. Racha e discussões marcam fase final de desocupações de colégios de SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1720850-racha-e-discussoes-marcam-fase-final-de-desocupacoes-de-colegios-de-sp.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

PAGNAN, Rogério. Juiz das decisões sobre escolas ocupadas foi detido quando estudante. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 19 dez. 2015. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/12/1721048-juiz-das-decisoes-sobre-escolas-ocupadas-foi-detido-quando-estudante.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

SEGUNDA tem protesto contra reorganização escolar na av. Paulista. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 20 dez. 2015. São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/hoje/2015/12/1720992-segunda-tem-protesto-contrareorganizacao-escolar-na-av-paulista.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

SOUZA, Felipe. Alckmin diz esperar que todas as escolas sejam desocupadas até o Natal. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 21 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1721680-alckmin-diz-esperar-que-todas-as-escolas-sejam-desocupadas-ate-o-natal.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

RIGHETTI, Sabine. Análise: má educação. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 22 dez. 2015. Cenários. Disponível em: <<http://temas.folha.uol.com.br/cenarios/ano-sem-plano/analise-ma-educacao.shtml#s17e01>>. Último acesso em 09/06/2017

NORONHA, Maria Izabel Azevedo. A escola pública nunca mais será a mesma. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 23 dez. 2015. Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opinio/2015/12/1722262-a-escola-publica-nunca-mais-sera-a-mesma.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

BATISTA, Diene. Em Goiás, alunos de escolas ocupadas pedem doações para a ceia de Natal. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 23 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1722519-em-goias-alunos-de-escolas-ocupadas-pedem-doacoes-para-a-ceia-de-natal.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

HIRATA, Taís. Natal de escolas ocupadas tem pizza e peru doados por vizinhos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 25 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1723096-natal-de-escolas-ocupadas-tem-pizza-e-peru-doados-por-vizinhos.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

RETROSPECTIVA 'Cotidiano': Zika e lama tumultuam Brasil em 2015. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 30 dez. 2015. TVCotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/tv/cotidiano/2015/12/1724173-retrospectiva-cotidiano-zika-e-lama-tumultuam-brasil-em-2015.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

ESTUDANTES protestam contra reorganização das escolas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 02 jan. 2016. Fotografia. Disponível em: <<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/40451-estudantes-protestam-contrareorganizacao-das-escolas#foto-577712>>. Último acesso em 09/06/2017

BERGAMIM JR., Giba. Após 53 dias, alunos deixarão escola símbolo das ocupações em São Paulo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 02 jan. 2016. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/01/1725120-apos-53-dias-alunos-deixarao-escola-simbolo-das-ocupacoes-em-sao-paulo.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017



GRAGNANI, Juliana. Após 55 dias, alunos deixam escola símbolo das ocupações em São Paulo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 04 jan. 2016. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/01/1725663-alunos-recolhem-roupas-para-deixar-escola-simbolo-das-ocupacoes-em-sp.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

GRAGNANI, Juliana. Suposto sumiço de equipamentos de escola opõe governo a estudante. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 05 jan. 2016. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/01/1726258-suposto-sumico-de-equipamentos-de-escola-opoe-governo-a-estudantes.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

SOUZA, Felipe. Aulas na Fernão Dias recomeçam com carteiras em círculos e debates. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 06 jan. 2016. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/01/1726431-aulas-na-fernao-dias-recomecam-com-carteiras-em-circulos-e-debates-com-professores.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

PROTESTOS contra reforma nas escolas paulistas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 06 jan. 2016. Fotografia. Disponível em: <<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/39074-protestos-contrareforma-nas-escolas-paulistas#foto-578224>>. Último acesso em 09/06/2017

CARMO, Sidney Gonçalves do. Aluno fica sem passe livre durante reposição de aula em janeiro. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 06 jan. 2016. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/01/1726516-aluno-fica-sem-passe-livre-durante-reposicao-de-aula-em-janeiro.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

LIÇÕES de um movimento. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 07 jan. 2016. Editorial. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/01/1726695-lico-es-de-um-movimento.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

GASPARI, Elio. Viva a garotada da escola Fernão Dias. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 10 jan. 2016. Colunas. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/eliogaspari/2016/01/1727809-viva-a-garotada-da-escola-fernao-dias.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

SECRETÁRIA da Educação critica coluna de Elio Gaspari. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 11 jan. 2016. Painel do Leitor. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2016/01/1728015-secretaria-da-educacao-critica-coluna-de-elio-gaspari.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

R\$ 15 MIL em bens sumiram do colégio Fernão Dias, diz governo de São Paulo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 12 jan. 2016. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/01/1728469-r-15-mil-em-bens-sumiram-do-colegio-fernao-dias-diz-governo-de-sao-paulo.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

GESTÃO Alckmin pode ampliar em até 10% número de alunos em salas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 12 jan. 2016. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/01/1728647-gestao-alckmin-pode-ampliar-em-ate-10-numero-de-alunos-em-salas.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

RODRIGUES, Artur; BERGAMIM JR., Giba; MACHADO, Leandro. Movimento Passe Livre tem linha de frente mais 'teen' nos atos deste ano. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 17 jan. 2016. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/01/1730391-movimento-passe-livre-tem-linha-de-frente-mais-teen-nos-atos-deste-ano.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

SOUZA, Felipe. Direção de escola cobra estudantes por danos em unidade ocupada em SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 19 jan. 2016. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/01/1731068-direcao-de-escola-cobra-r-13-mil-de-alunos-por-danos-em-unidade-ocupada.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

ESTEVES, Kaio; SOUZA, Felipe. Alckmin nomeia ex-presidente do TJ como novo secretário de Educação. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 22 jan. 2016. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/01/1732370-alckmin-nomeia-ex-presidente-do-tj-como-novo-secretario-de-educacao.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

CRUZ, Priscila. Reorganização da rede falhou ao ignorar vínculos com escola. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 23 jan. 2016. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/01/1732766-reorganizacao-da-rede-falhou-ao-ignorar-vinculos-com-escola.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

ARBEX, Thais. Novo secretário da Educação de Alckmin adota tom conciliador. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 23 jan. 2016. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/01/1732735-novo-secretario-da-educacao-de-alckmin-adota-tom-conciliador.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

TAKAHASHI, Fábio. Novo secretário de Educação não garante continuidade de reorganização. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 28 jan. 2016. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/01/1734513-novo-secretario-de-educacao-nao-garante-continuidade-de-reorganizacao.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

TAKAHASHI, Fábio. Índice de educação em SP melhora, mas ainda está longe da meta. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 04 fev. 2016. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/02/1736866-indice-de-educacao-em-sp-melhora-mas-ainda-esta-longe-da-meta.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

TAKAHASHI, Fábio; MACHADO, Leandro. Se escola não quiser, não terá reorganização, diz secretário de Alckmin. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 14 fev. 2016. Educação. Disponível

em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/02/1739182-entrevista-nalini-completa.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

GRAGNANI, Juliana; MACHADO, Leandro. Gestão Alckmin fecha turmas e causa 'desorganização escolar'. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18 fev. 2016. Educação. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/02/1740562-sem-aviso-gestao-alckmin-fecha-turmas-e-caoa-desorganizacao-escolar.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

ALCKMIN afirma que redução de salas de aula é natural. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18 fev. 2016. Educação. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/02/1740902-alckmin-afirma-que-reducao-de-salas-de-aula-sao-naturais.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

GOVERNO de SP contesta reportagem sobre desorganização escolar. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 20 fev. 2016. Educação. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2016/02/1741333-governo-de-sp-contesta-reportagem-sobre-desorganizacao-escolar.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

LICHAND, Guilherme; ROSA, Leonardo. Reorganização das escolas em São Paulo: política boa ou ruim? (parte 2). *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 29 fev. 2016. Colunas. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/colunas/2016/02/1744567-reorganizacao-das-escolas-em-sao-paulo-politica-boa-ou-ruim-parte-2.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

SECRETÁRIO vai encontrar alunos para discutir reorganização escolar em SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 04 mar. 2016. Educação. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/03/1746289-secretario-vai-encontrar-alunos-para-discutir-reorganizacao-escolar-em-sp.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

DIRETORA de escola é afastada após PMs reprimirem protesto de alunos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 16 mar. 2016. Cotidiano. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/03/1750499-diretora-de-escola-e-afastada-apos-pms-reprimirem-protesto-de-alunos.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

SALDAÑA, Paulo. Estudantes fazem manifestação contra desvios de recursos da merenda em SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 22 mar. 2016. Educação. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/03/1752894-estudantes-fazem-manifestacao-contradesvios-de-recursos-da-merenda-em-sp.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

TOLEDO, Marcelo; ARBEX, Thais. Ex-presidente da Assembleia de SP é preso em ação contra máfia da merenda. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 29 mar. 2016. Poder. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1755124-ex-presidente-da-assembleia-de-sp-em-operacao-contramafia-da-merenda.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

WISNIK, Guilherme. O 'volume morto' da educação? *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 04 abri. 2016. Colunas. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/guilherme-wisnik/2016/04/1757154-o-volume-morto-da-educacao.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

SALDAÑA, Paulo. Justiça exige que gestão Alckmin explique fechamento de salas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 30 abri. 2016. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/04/1766426-justica-exige-que-gestao-alckmin-explique-fechamento-de-salas.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

ALUNOS de atos de 2015 apoiam ocupação de sede de escolas em SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 30 abri. 2016. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/04/1766433-alunos-de-atos-de-2015-apoiam-ocupacao-de-sede-de-escolas-em-sp.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

MAIA, Dhiego. Estudantes voltam a ocupar escola Fernão Dias, na zona oeste de SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 30 abri. 2016. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/04/1766489-estudantes-voltam-a-ocupar-escola-fernao-dias-na-zona-oeste-de-sp.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

GOVERNO de SP diz que ocupação de escolas é 'ação seletiva' e 'política'. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 30 abri. 2016. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/04/1766576-governo-de-sp-diz-que-ocupacao-de-escolas-e-acao-seletiva-e-politica.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

MAIA, Dhiego. Estudantes de escola ocupada em SP querem 'QG' nacional de protestos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 30 abri. 2016. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/04/1766577-estudantes-de-escola-ocupada-em-sp-querem-qg-nacional-de-protestos.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

GRAGNANI, Juliana. Divididos, alunos do Fernão Dias decidem segunda se mantêm ocupação. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 01 mai. 2016. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1766757-divididos-alunos-do-fernao-dias-decidem-segunda-se-mantem-ocupacao.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

RODRIGUES, Artur; SALDAÑA, Paulo; BRENDLER, Guilherme. Ordem para entrada da PM no Centro Paula Souza partiu de secretário. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 03 mai. 2016. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1767158-ordem-para-entrada-da-pm-no-centro-paula-souza-partiu-de-secretario.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

BERGAMO, Mônica. Estudantes se vestem de Alckmin e Capez em protesto por merenda. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 04 mai. 2016. Colunas. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2016/05/1767640-estudantes-se-vestem-de-alckmin-e-capez-em-protesto-por-merenda.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

MARIANTE, José Henrique. Questão escolar. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 05 mai. 2016. Colunas. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/josehenriquemariante/2016/05/1767921-questao-escolar.shtml>. Último acesso em 09/06/2017

VASCONCELOS, Frederico. Governo paulista não faz o dever de casa. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 05 mai. 2016. Blog da Folha. Disponível em: <http://blogdofred.blogfolha.uol.com.br/2016/05/05/governo-paulista-nao-faz-o-dever-de-casa/>. Último acesso em 09/06/2017

SALDAÑA, Paulo. Ouvir aluno virou dever com ocupações, dizem educadores. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 08 mai. 2016. Educação. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/05/1768993-ouvir-aluno-virou-dever-com-ocupacoes-dizem-educadores.shtml>. Último acesso em 09/06/2017

BERGAMO, Mônica. Secretário de Educação de SP está descontente com cargo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 22 jun. 2016. Colunas. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2016/06/1784107-secretario-de-educacao-de-sp-esta-descontente-com-cargo.shtml>. Último acesso em 09/06/2017

TERENZI, Gabriela; SALDAÑA, Paulo. Fortalecidos após ocupações, secundaristas de SP renegam entidades estudantis. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 03 jul. 2016. São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2016/07/1787761-fortalecidos-apos-ocupacoes-secundaristas-de-sp-renegam-entidades-estudantis.shtml>. Último acesso em 09/06/2017

COELHO, Karol. Sem sede há 4 anos, Sarau do Binho cresce ocupando escolas e centro culturais. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 04 jul. 2016. São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2016/07/1788435-sem-sede-ha-4-anos-sarau-do-binho-cresce-ocupando-escolas-e-centro-culturais.shtml>. Último acesso em 09/06/2017

BERGAMO, Mônica. Apoio aos jovens. IN: BERGAMO, Mônica. Educadores vão ao STF contra Temer para retomarem cargos em conselho. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 08 jul. 2016. Colunas. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2016/07/1789475-educadores-demitidos-por-temer-pedem-ao-stf-para-ficarem-em-cargos.shtml>. Último acesso em 09/06/2017

EDUCAÇÃO. IN: BARGANHAS para a sucessão de Cunha mostram que nada mudou, diz leitor. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 10 jul. 2016. Painel do Leitor. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2016/07/1790126-barganhas-para-a-sucessao-de-cunha-mostram-que-nada-mudou-diz-leitor.shtml>. Último acesso em 09/06/2017

BERGAMO, Mônica. Após ocupações de escolas estaduais de SP, número de grêmios cresce 45%. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 25 jul. 2016. Colunas. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2016/07/1794615-apos-ocupacoes-de-escolas-estaduais-de-sp-numero-de-gremios-cresce-45.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

JUIZA extingue ação civil pública contra reorganização escolar em São Paulo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 27 jul. 2016. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/07/1796165-juiza-extingue-acao-civil-publica-contrareorganizacao-escolar-em-sao-paulo.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

RIGHETTI, Sabine. Aluno chega à escola de peito estufado e sai de cabeça baixa. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 09 set. 2016. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/09/1811578-aluno-chega-a-escola-de-peito-estufado-e-sai-de-cabeca-baixa.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

RIGHETTI, Sabine. Após protestos, governo de SP estimula criação de grêmios. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18 set. 2016. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/09/1814212-apos-protestos-governo-de-sp-estimula-criacao-de-gremios.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

COSTA, Paula Cesarino. A novidade que vem das escolas desafia os jornais. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 30 out. 2016. Colunas/Ombudsman. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2016/10/1827663-a-novidade-que-vem-das-escolas-desafia-os-jornais.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

SALDAÑA, Paulo; LAZZERI, Thais. Ocupações de escolas opõem pais e alunos em SP, diz pesquisa Datafolha. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 15 dez. 2016. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/12/1841586-ocupacoes-de-escolas-opoem-pais-e-alunos-em-sp-diz-pesquisa-datafolha.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017